



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ÍVINA FLORES MELO

**AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA: UM
HABITUS EM CONSTRUÇÃO**

BRASÍLIA-DF

2021

ÍVINA FLORES MELO

**AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA: UM
HABITUS EM CONSTRUÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinf) da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília.

Área de concentração: Gestão da Informação
Linha de pesquisa: Organização da Informação
Orientadora: Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques
Coorientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

BRASÍLIA-DF

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ff Flores Melo, Ivina
As Funções Arquivística à luz do Princípio da Proveniência:
um habitus em Construção / Ivina Flores Melo; orientador
Angelica Alves da Cunha Marques; co-orientador Renato
Tarciso Barbosa de Sousa. -- Brasília, 2021.
221 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. Habitus da Arquivologia. 2. Princípio da Proveniência.
3. Funções Arquivísticas. I. Alves da Cunha Marques,
Angelica, orient. II. Tarciso Barbosa de Sousa, Renato , co
orient. III. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Título: “ As funções arquivísticas à luz do Princípio da Proveniência: um habitus em construção

”

Autor (a): Ívina Flores Melo

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Organização da informação

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **DOUTOR** em Ciência da Informação.

Tese aprovada em: 04 de junho de 2021.

Presidente (UnB/PPGCINF): Angelica Alves da Cunha Marques

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Georgete Medleg Rodrigues

Membro Externo (FIOCRUZ): Paulo Roberto Elian dos Santos

Membro Externo (PPGSOL/UnB): Fernanda Antonia da Fonseca Sobral

Suplente (UnB/PPGCINF): Rodrigo Rabello da Silva

Em 29/04/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Alves da Cunha Marques, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 11/06/2021, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Elian dos Santos, Usuário Externo**, em 14/06/2021, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, Usuário Externo**, em 15/06/2021, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Georgete Medleg Rodrigues, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/06/2021, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

16/06/2021

SEI/UnB - 6613163 - Despacho



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **6613163** e o código CRC **EBA04C8C**.

Referência: Processo nº 23106.047682/2021-74

SEI nº 6613163

AGRADECIMENTOS

Agradeço de sincero coração...

À Angelica, “Angel”, orientadora dedicada, que da academia se tornou minha amiga para a vida.

Ao Renato, pela generosidade em compartilhar seu conhecimento, sua experiência e sua literatura.

À minha família por todo apoio constante.

À Leo pela força essencial que eu precisava para seguir em frente.

Aos meus alunos do curso de Arquivologia da UnB (2018-2020), aprendi com vocês mais do que eu ensinei!

Ao Fernando Gabriel, “irmão de pesquisa”, por me ensinar a brandura e a moderação; e ao José Mauro, pelas várias conversas sobre a Arquivologia e os desafios da vida.

Aos professores Georgete Medleg, Fernanda Sobral e Paulo Elian, obrigada pela credibilidade que suas presenças conferem ao meu trabalho.

RESUMO

A pesquisa aborda a importância do delineamento do *habitus* da Arquivologia na identificação do Princípio da Proveniência e suas relações com as funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição. Seu objetivo central é sistematizar como o *habitus* da Arquivologia aparece na literatura da área nas interfaces entre o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e explicativa, conduzida pela hipótese de que esse *habitus* influencia e é influenciado pelas maneiras que os autores apresentam as funções arquivísticas nos manuais estudados. O estudo insere-se na perspectiva do Método da História Cruzada e desenvolve-se mediante pesquisa bibliográfica e documental. Observou-se que o *habitus* da Arquivologia se configura na herança teórica verificada nos manuais arquivísticos, conforme os discursos dos seus autores, movimentando-se entre o passado e o futuro da disciplina, como um transcendental histórico. Entre relações orgânicas, funcionais e de produção, o *habitus* da Arquivologia influenciou as formas pelas quais seus agentes, os autores dos manuais, definem e aplicam as funções arquivísticas (classificação, avaliação e descrição) e as relacionam com o Princípio da Proveniência, retroalimentando-o. Essas influências foram e permanecem dinâmicas e mergulham na transcienceficidade do campo científico, onde as lutas e os acontecimentos ocorrem e emergem na fluidez do transcendental. Sendo assim, o *habitus* delinea a identidade da Arquivologia, que se estabelece em diversos contextos, marcada por campos de força, em buscas constantes por reconhecimento e autoridade científica em torno do seu fundamento científico: a organicidade que concerta o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas.

Palavras-chave: *Habitus* da Arquivologia. Princípio da Proveniência. Funções arquivísticas.

ABSTRACT

This research is about the importance of the delineation of the archival *habitus* when identifying the Principle of Provenance and its relations with the archival functions of classification, appraisal, and description. It aims to systematize the archival *habitus* by archival literature connecting it to the Principle of Provenance and the archival functions. This is a qualitative, descriptive, and explanatory research, the hypothesis, herein, proposed is that the *habitus* influences and is influenced by the ways that the researchers(authors) understand the archival functions. The research is based on the cross-historical method and is developed through bibliographical and documentary research. The archival *habitus* is set up by archival theory, verified on the archival manuals, in accordance with the discourses of its authors. It moves from past and to the future, as a historical transcendental. The *habitus* of Archival Science influenced the different ways the manuals' authors define and apply the archival functions (classification, appraisal and description) Such influences were and still are dynamic and plunge in the transcendent nature of the scientific field. Thus, the *habitus* outlines the identity of Archival Science constantly searching for recognition and scientific authority around its scientific foundation: the organicity. It is concluded that the Principle of Provenance and archival functions are based on history which is steeped in sociocultural, political, institutional and symbolic contexts represented by the archival *habitus*.

Keywords: *Habitus* of Archival Science. The Principle of Provenance. Archival functions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proposta metodológica.....	23
Figura 2: Postagem “Arq o quê?”	28
Figura 3: <i>Habitus</i> da Informação.....	33
Figura 4: Representação de Princípio, Métodos e Técnicas	35
Figura 5: Representação dos elementos epistêmicos da Arquivologia	36
Figura 6: Capa dos Anais do Congresso de Bruxelas (1910).....	41
Figura 7: Foto dos participantes do Congresso de Bruxelas (1910).....	42
Figura 8: Capa da programação do V Congresso Internacional de Arquivos (1964)	49
Figura 9: Capa do Livro “ <i>The Principle of Provenance: Report from Fisrt Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance</i> ”	58
Figura 10: Samuel Muller em seu escritório	58
Figura 11: Robert Fruin	63
Figura 12: Johan Adriaan Feith	66
Figura 13: Sir Hilary Jenkinson.....	68
Figura 14: Manuscritos de Adolf Brenneke	72
Figura 15: Theodore R. Schellenberg (1903-1970).....	74
Figura 16: Participantes do <i>Inter-American Archival Seminar</i> – Discurso de John Kennedy .	77
Figura 17: Aurelio Tanodi	81
Figura 18: Participação de Tanodiatividade no <i>Centro Interamericano de Desarrollos de Archivos</i>	82
Figura 19: Vicenta Cortés Alonso	84
Figura 20: Vicenta Cortés Alonso em Washington, 1961	8585
Figura 21: Robert-Henri Bautier.....	88
Figura 22: Manuel Vázquez Murillo	90
Figura 23: Antonia Heredia Herrera.....	91
Figura 24: Paola Carucci	94
Figura 25: Elio Lodolini	96
Figura 26: Jean Favier	97
Figura 27: Michael Cook.....	99
Figura 28: Olga Gallego Domínguez	101
Figura 29: Eventos culturais em homenagem à Olga Gallego	103

Figura 30: Logomarga da Fundação Olga Gallego	104
Figura 31: Donato Tamblé.....	106
Figura 32: Luciana Duranti	108
Figura 33: Lançamento do projeto InterPARES (Terry Eastwood, Peter Van Garderen, Bruce Walton, Hans Hoffman)	109
Figura 34: Terry Eastwood.....	112
Figura 35: Carol Couture.....	116
Figura 36: José Ramon Cruz Mundet.....	119
Figura 37: Antonio Angel Ruiz Rodríguez.....	120
Figura 38: María Paz Martín-Pozuelo Campillos.....	122
Figura 39: Localização geográfica dos autores por origem institucional.....	126
Figura 40: Esquema de classificação de documentos anteriores a 1790 – I parte.....	141
Figura 41: Esquema de classificação de documentos posteriores a 1790 – II parte.....	142
Figura 42: Esquema de classificação de documentos posteriores a 1790 – III parte	143
Figura 43: Diagrama de relações teórico-conceituais	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proposta de apropriação metodológica	20
Quadro 2 - Artigo publicado em 1912 a partir do Congresso de 1910.....	44
Quadro 3 - Contribuições de autores europeus – Princípio da Proveniência	54
Quadro 4 - Normativos arquivísticos franceses (1789-1841).....	134
Quadro 5 - Esquema de Classificação de Natalis de Wailly	146
Quadro 6 - Definições de “conjuntos documentais”	146
Quadro 7 - Definições de “conjuntos documentais”	146
Quadro 8 – <i>Ranking</i> dos autores internacionais mais citados nas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> brasileiros analisadas	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formação e titulação dos autores.	127
Gráfico 2: Relação de autores e países de suas origens institucionais.	128
Gráfico 3: Relação de autores e suas formações/titulações.	129

LISTA DE ABREVIACÕES

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ACA	Associação dos Arquivistas Canadenses
ACTUM	<i>Alummin Clarissimi Tabularii Urbis Maximae</i>
ANABAD	Associação Nacional dos Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas
ANAI	<i>Associazione Nazionale Archivistica Italiana</i>
AREA	<i>Archives of European Archaeology</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
ISAD-G	Norma geral internacional de descrição arquivística (<i>General International Standard Archival Description</i>)
ICA	<i>International Council on Archives</i>
MAS	Mestrado em Arquivos (<i>Master of Archives</i>)
NARA	<i>National Archives and Records Administration</i> (Arquivo Nacional Americano)
NFC	<i>The Dutch Central Film Archive</i>
LUCAS	<i>Liverpool University Centre for Archive</i>
OEA	Organização de Estados Americanos
PRO	<i>Public Record Office</i>
PROIC	Programa de Iniciação Científica
REPARQ	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
SAA	<i>Society of American Archivists</i>
UBC	<i>University of British Columbia</i>
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAN	Associação dos Arquivistas Holandeses (<i>Vereeniging van Archivarissen</i>)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EM BUSCA DO <i>HABITUS</i> DA ARQUIVOLOGIA	28
2.1 Delimitação do <i>habitus</i>	29
2.2 O Princípio da Proveniência e suas delimitações.....	34
2.2.1 <i>International Congress of Librarians and Archivists (1910)</i>	40
2.2.2 <i>Fifth International Congress on Archives (1964)</i>	48
2.2.3 <i>First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance (1993)</i> 52	
2.3 Configurações do <i>habitus</i> da Arquivologia: trajetórias dos autores.....	55
2.3.1 Arquivistas holandeses	56
2.3.1.1 Samuel Muller	58
2.3.1.2 Robert Fruin	62
2.3.1.3 Johan Adriaan Feith.....	65
2.3.1.4 Sir Hilary Jenkinson.....	67
2.3.2 Adolf Brenneke	70
2.3.3 Eugenio Casanova	72
2.3.4 Theodore Roosevelt Schellenberg	74
2.3.5 Aurelio Tanodi.....	80
2.3.6 Vicenta Cortés Alonso	84
2.3.7 Robert-Henri Bautier	87
2.3.8 Manuel Vázquez Murillo	89
2.3.9 Antonia Heredia Herrera.....	91
2.3.10 Paola Carucci	93
2.3.11 Elio Lodolini.....	95
2.3.12 Jean Favier.....	97
2.3.13 Michael Cook	99

2.3.14 Olga Gallego Domínguez	101
2.3.15 Donato Tamblé.....	105
2.3.16 Luciana Duranti.....	107
2.3.17 Terry Eastwood	112
2.3.18 Carol Couture	115
2.3.19 Jean-Yves Rousseau	117
2.3.20 José Ramón Cruz Mundet.....	118
2.3.21 Antonio Angel Ruiz Rodríguez	120
2.3.22 María Paz Martín-Pozuelo Campillos.....	121
2.4 O <i>habitus</i> da Arquivologia: conflitos, alianças e desencadeamentos	123
3 AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A APROPRIAÇÃO DO <i>HABITUS</i> DA ARQUIVOLOGIA.....	131
3.1 <i>Fonds</i> (França).....	132
3.2 <i>Archiefs, Registratur, Corpo Arquivístico</i> (Holanda, Alemanha).....	147
3.3 <i>Archives Groups e Record Groups</i> (Reino Unido, Estados Unidos e Canadá)	150
3.4 Fundos e Procedência (Espanha)	156
3.5 <i>Metodo Storico</i> (Itália)	159
3.6 Funções arquivísticas: interlocuções político-institucionais.....	161
3.7 O <i>habitus</i> da Arquivologia na pós-graduação <i>stricto sensu</i> brasileira.....	170
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
5 RECOMENDAÇÕES	178
REFERÊNCIAS.....	179
FONTES PRIMÁRIAS	188
APÊNDICE A – Manuais arquivísticos internacionais utilizados na pesquisa, segundo a literatura da área (1898-2000)	190
APÊNDICE B – Quadros analíticos: biografia dos autores	194
APÊNDICE C – Teses, dissertações e TCCs produzidos nos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> brasileiros sobre arquivos e Arquivologia (1972-2017)	211
ANEXO A – Bibliografia de Theodore Schellenberg (CAPON <i>et al</i> , 1970)	216

1 INTRODUÇÃO

O sentido dos arquivos evidencia-se na sua especificidade que reside justamente no caráter probatório e testemunhal de seus componentes documentais. O conjunto caracteriza-se pelo decantado vínculo original e indispensável que todos eles têm com a entidade produtora e com os demais componentes do conjunto (BELLOTTO, 2014, p. 4).

“Arquivologia para quê?”¹. Após o desapontamento de uma graduação que não nos trouxe a satisfação profissional esperada, fizemos a escolha, ainda que imatura, pela Arquivologia. Um segundo vestibular, uma segunda chance de realização profissional. Por que Arquivologia? À época, o curso parecia-nos interessante e uniria dois objetivos: trabalhar com organização e métodos, além da possibilidade de formação em uma profissão cujas práticas abarcavam a História e a memória.

Assim, já no primeiro semestre do curso de Arquivologia, na Universidade de Brasília (UnB), uma grata surpresa: a disciplina se mostrou muito mais do que “apenas História”. Um leque de perspectivas entre a informação orgânica registrada, a organicidade, os arquivos, os fundos, os valores documentais, os acervos, além de muitos outros conceitos trazidos pelos diversos autores da área. Alguns obstáculos e muitas descobertas aconteceram desde o início de nossa trajetória, bem como muitas disciplinas curriculares na graduação e na pós-graduação, projeto de iniciação científica, eventos, mestrado e artigos publicados. Para nós, a cada etapa cumprida, era evidente que estudos históricos sobre a Arquivologia nos instigavam a pesquisar sobre a sua epistemologia.

Uma disciplina apaixonante, repleta de dissensos e lacunas, na qual nos inebriamos nos caminhos da construção de sua formação, de sua existência e de sua identidade. Finalmente, o sentido dos arquivos se abriu diante dos nossos olhos (à luz do olhar teórico de Heloísa Bellotto (2014), quem referenciamos e reverenciamos pela generosidade de compartilhar conceitos tão caros à Arquivologia brasileira).

No programa de iniciação científica (PROIC), já orientado pela Profa. Dra. Angélica Marques, em 2010, tem-se uma pequena amostra do que seria nosso objeto de pesquisa no

¹ Referência a Delmas (2010). Esse livro muito inspirou a presente pesquisa, em especial na forma em que contemplamos o Princípio da Proveniência, do ponto de vista do autor, quanto à organicidade dos arquivos. Trata-se de uma obra que aparece explicitamente e como pano de fundo de diversos entendimentos utilizados ao longo do texto.

mestrado: pesquisamos o “Princípio” de Respeito à Ordem Original, no qual identificamos que aquilo que há de consenso sobre o assunto é o dissenso (KUROKI, 2011). Pudemos compreender, assim, que esse princípio é entendido e aplicado de maneiras diferentes pelos autores e em diferentes dimensões (KUROKI, 2011, 2016).

Observamos que o Respeito à Ordem Original, por muitas vezes, não é aceito como princípio científico, ainda que denominado como tal em obras de terminologia arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, 2012; ARQUIVO NACIONAL, 2005). Essa questão de princípio e “não princípio”, presente no PROIC, subsidiou o tema da pesquisa de mestrado, em que tivemos parte de nossas inquietações mitigadas, ainda que muitas outras tenham surgido. Novos autores da área, novas perspectivas de velhos conceitos e a tentativa de colher os frutos mais altos da árvore. Concentramos nosso objeto de estudo na delimitação do conceito de “princípio científico” para a Arquivologia a partir de autores da Filosofia e da Sociologia da Ciência: Popper (2013), Kuhn (2013), Trigueiro (2012) e Weber (2006).

Com a conclusão do mestrado, passamos a ter muitas inquietações “no ar”² e a compreensão de que o Princípio da Proveniência e a Organicidade são o núcleo e a essência da Arquivologia, a exemplo do estudo de Gomes (2019). A análise dos resultados da nossa dissertação apontou uma considerável lacuna teórica. Fizemos um quadro com as obras/autores, as definições de “proveniência” e as suas relações com as funções arquivísticas, o qual evidenciou essas relações, mas sem detalhar as suas interfaces. Onde e como, de fato, estavam os pontos de contato entre eles? É com essa pergunta que iniciamos esta tese, esperando contribuir com um “tijolinho” de reflexões na compreensão da construção e na consolidação da Arquivologia no vasto campo da informação, assim reconhecido por Marques (2011) como o espaço (científico, acadêmico e profissional) em que a disciplina e o arquivista estão hoje no Brasil³.

² Alusão à fala de Peter Holsman (1994), pesquisador e teórico holandês, quando afirma que o Princípio da Proveniência sempre esteve “*in the air*”. O seu trabalho nos mostrou que os conceitos tradicionais podem ser aplicados e interpretados de maneiras mais flexíveis e nem sempre de forma tão canônica.

³ Identificamos, em falas de eventos científicos, alguns termos utilizados para denotar o campo científico no qual acreditamos que a Arquivologia esteja inserida: “Três Marias”, “Área da Informação”, “Ciências da Informação” (os eventos aos quais nos referimos foram congressos, palestras, aulas inaugurais e seminários que ocorreram entre os anos de 2015 e 2018 e cujos temas perpassavam a Arquivologia ou a Ciência da Informação de modo geral). Entretanto, após compreender a extensão e a complexidade do que é um campo científico, optamos pela concepção do campo da informação, apresentado por Marques (2011). Para a autora (2001, 2004, 2011), as diversas disciplinas que possuem a informação como objeto de estudo se conjugam, sem, contudo, estabelecer relação de (in)dependência, formando, assim, o campo da informação no cenário brasileiro atual.

Neste ponto, parece-nos apropriado retomarmos os pressupostos de Weber (2006), que preconiza que a objetividade é relativa na construção do saber científico e conjuga o conceito de neutralidade. Para ele, a objetividade tem seu caráter científico e ocupa os espaços nos campos discursivos da ciência, que padecem de uma neutralidade, também relativa. Dessa forma, os registros de conhecimentos levam em conta as experiências, as realidades, as vivências, as culturas e os momentos histórico-sociais, nos quais os atores se encontram, perspectiva que parece ir ao encontro da abordagem de Eastwood (2002; 2003), ao sugerir que se devem adicionar as comunidades culturais e políticas, além de considerar as configurações da sociedade democrática.

A Arquivologia se insere, assim, nos contextos descritos por Weber (2006) e Eastwood (2002, 2003) e agrega, mais recentemente, um olhar social ao seu objetivo. Segundo Cook (1991, 2003), a disciplina tem grande responsabilidade social e vem, nesse mister, apresentar ao cidadão e à sociedade o caráter político e filosófico dos conjuntos documentais. Entendemos, ao analisar as obras de Cook (1991, 2003) e Eastwood (2002, 2003), que, na perspectiva social da Arquivologia, não há como dissociar os valores socio-epistemológicos de uma sociedade da criação dos documentos de arquivo.

Desse modo, **justifica-se**, nesta pesquisa, a exemplo da nossa dissertação, a análise de alguns autores e conceitos da Filosofia e da Sociologia da Ciência, pois esses elementos nos trazem subsídios necessários para delinear o que os manuais arquivísticos e os seus autores falam. Essas vozes, em específico, serão explicitadas a partir da noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (1983, 2001, 2004, 2009, 2011), que, nesta pesquisa, é apropriado como um *habitus* da Arquivologia, em se tratando do nosso objeto de estudo. Essa apropriação visa, pois, à construção de lentes que utilizamos para “enxergar” as interfaces entre o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas – classificação, avaliação e descrição –, situadas no tempo e no espaço das vivências dos autores e da redação dos manuais que compõem o nosso universo de pesquisa, bem como em seus contextos de utilização e aplicação, ainda que teóricos.

No que tange às relações do Princípio da Proveniência com as funções, os autores utilizados na nossa dissertação trazem indícios das influências desse princípio nas aplicações das funções. Os resultados da pesquisa de mestrado nos indicaram que a delimitação das funções arquivísticas, suas definições e suas aplicações não são claras, tampouco consensuais, ainda que apareçam vinculadas ao conceito e/ou à aplicação do Princípio da Proveniência. Nos 38 manuais arquivísticos internacionais e 11 manuais nacionais então estudados, não pudemos

identificar capítulos dedicados à conceituação e aos estudos históricos de cada função, suas origens e aplicações. Também não foi possível observar um consenso sobre quantas e quais são as funções (KUROKI, 2016).

Nesse sentido, em busca de referências que tratassem das funções arquivísticas e suas relações com o Princípio da Proveniência, haja vista o entendimento das lacunas identificadas, localizamos a obra *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*, organizada pelo canadense Carol Couture e publicada em 2003. Nela, são abordadas sete funções (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão), com capítulos dedicados a cada uma delas, com a colaboração de outros estudiosos. Sousa (2003), embora mencione essas sete funções arquivísticas, afirma que três delas se destacam: avaliação, classificação e descrição, sendo a classificação a função matricial. Já Belloto (2006) focaliza suas discussões na avaliação, descrição e difusão. Rodrigues (2008) trata da identificação como uma função arquivística – de acordo com a pesquisadora, a primeira delas, utilizada no processamento da análise tipológica e diplomática, com o fim de destacar a identidade dos documentos de arquivo e dos arquivos em si. Santos (2011), por sua vez, reitera que as funções arquivísticas são: criação, conservação, aquisição ou recolhimento, acesso, comunicação ou difusão, classificação, indexação, descrição, avaliação e diagnóstico.

Por esse breve mapeamento, observamos a falta de consenso entre os autores da área, sobretudo, na delimitação das funções e na sua terminologia. Além disso, no decorrer da disciplina “Tópicos Especiais em Organização da Informação: as Funções Arquivística”, no primeiro semestre de 2016⁴, a disparidade entre os conceitos e os diversos autores mostrou-se ainda mais latente, e notamos que não podemos dissociar o Princípio da Proveniência das funções arquivísticas.

Assim, ao observarmos os resultados da nossa pesquisa de mestrado, a obra de Couture (2003) e as breves reflexões trazidas nesta seção, podemos vislumbrar a importância do estudo dos caminhos histórico-sociais da Arquivologia para a construção do seu *habitus*, como o condicionante temporal da disciplina, o “transcendental histórico” (BOURDIEU, 1983, 2001) que pode nos demonstrar por onde e de que forma a teoria se desenvolveu em torno do Princípio da Proveniência, seus percursos teóricos e suas relações com as funções arquivísticas. Esse transcendental histórico, segundo Bourdieu (2001), a partir do *habitus* não é casual e objeto do

⁴ Essa disciplina foi ministrada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Ciência da Informação da UnB, pelo Prof. Dr. Renato Barbosa de Sousa, coorientador desta tese.

destino, ele é resultado de processos históricos constantemente modificado por novas experiências.

No tocante às funções, o raciocínio é idêntico: mapeá-las e contextualizá-las no tempo e no espaço social podem evidenciar os pontos de contato, ou seja, as possibilidades de apropriação da noção de *habitus* no campo do conhecimento arquivístico.

Logo, verificamos que há vestígios de que o entendimento do que é o Princípio da Proveniência mudou, acompanhando os avanços no campo das discussões da Arquivologia. As funções, técnicas arquivísticas e, portanto, as suas aplicações desdobradas do Princípio da Proveniência perpassam dinamicamente a trajetória da disciplina, dos seus saberes e fazeres. Dessa forma, a **hipótese** desta tese é: o *habitus* da Arquivologia influencia as maneiras pelas quais os autores apresentam as funções arquivísticas (classificação, avaliação e descrição) e as relacionam com o Princípio da Proveniência, nos seus manuais, que, por sua vez, influenciam a configuração do *habitus* ao longo do tempo. Essas influências são dinâmicas e mudam segundo a fluidez dos contextos socioculturais e históricos, definindo o *habitus* como transcendental histórico do campo científico.

Assim sendo, a contextualização e a hipótese apresentadas nesta seção se traduzem nas seguintes **questões centrais de pesquisa**:

- Como o *habitus* da Arquivologia se constituiu nos saberes arquivísticos?
- Em que contexto as funções arquivísticas são relacionadas ao Princípio da Proveniência? Há influências do *habitus* na configuração das funções arquivísticas? Se sim, como?
- Essas relações foram apropriadas no Brasil pelos programas de pós-graduação? Se sim, como?

Nesse sentido, o **objetivo central** desta pesquisa é sistematizar como o *habitus* da Arquivologia aparece na literatura da área nas interfaces entre o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas. Ele se desdobra nos seguintes **objetivos específicos**:

1. Identificar o contexto de produção dos manuais arquivísticos internacionais;
2. Sistematizar como os autores desses manuais apresentam as funções arquivísticas e se/como as relacionam com o Princípio da Proveniência;
3. Discutir e analisar a abrangência do *habitus* da Arquivologia em pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, sobre arquivos e Arquivologia.

Quanto à **metodologia**, as questões explicitadas demonstram que esta é uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e explicativa, que busca a interlocução dos múltiplos significados do seu objeto de estudo (CRESWELL, 2003). Optamos, assim, pelo Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), que propõe o relacionamento das zonas de contato que podem se transformar do estudo relacional, permitindo que o pesquisador organize novos conceitos no quadro conceitual. Essas novas construções de âmbito intelectual levam em consideração as condições históricas e únicas que participaram da origem do objeto estudado. Os autores discorrem que o cruzamento das ideias pode ser:

- a) **Intrínseco ao objeto:** o cruzamento não acontece jamais de maneira linear ou advindo de casualidade simplista. Pelo contrário, o cruzamento ocorre a partir do delineamento do objeto imbuído de significados vindos de diversos quadros conceituais e de vários outros entrecruzamentos de ideias;
- b) **Segundo diferentes pontos de vista:** as perspectivas de estudos dos objetos são polissêmicas e multifacetadas, podendo ser interpretadas e apropriadas de infinitas formas. A diversidade de abordagens possui em comum as estruturas sociais nas quais estão inseridas. Os objetos e as abordagens dadas a eles estão, portanto, continuamente, em interação e se entrecruzando;
- c) **A partir da percepção entre o observador e o objeto:** o objeto não é fixo tampouco imutável. É possível, ao longo da investigação, redefini-lo, significá-lo e reaplicá-lo. Os espaços de compreensão percorrem decursos dinâmicos por meio das relações cruzadas, formando, assim, simultaneamente, dimensões empíricas e reflexivas; e
- d) **Em escalas:** as escalas pelas quais as questões são construídas ou mobilizadas no contexto das situações estudadas são localizadas espacial e temporalmente, e suas variações não são descobertas privilegiadamente vistas apenas por pesquisadores, mas por todos aqueles que, de alguma maneira, protagonizam essas situações.

Conforme Werner e Zimmermann (2003), o Método da História Cruzada proporciona ao pesquisador senso crítico perante seu objeto, fruto de reflexões que têm como base as estruturas sociais. Nesse ponto, cabe destacar que, para esta pesquisa, concordamos com os autores no sentido da inserção dos elementos sociais e históricos aplicados, em nosso caso, na significação dos espaços sociais da Arquivologia mediante a construção de seu *habitus*.

Para compreender melhor o Método da História Cruzada, trazemos algumas proposições de Foucault (2012) para o desenho da metodologia. Verificamos uma aproximação da sua

proposta da Arqueologia do Saber com o Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003). Esses estudos apoiam o pesquisador no estabelecimento de um método como ponto de partida para a construção da história das ideias. Todavia, uma construção mais aprofundada que visa, sobretudo, às questões de ressignificação e reinterpretação da Arquivologia, conforme o tema desta tese.

As contribuições de Foucault (2012) complementam nossa abordagem teórica quando ele traz que a descrição deve acontecer na tentativa de se formar uma história nova, diferente da existente. Essa tentativa baliza-se em como os saberes se transformam e se desenvolvem. Desse modo, ele propõe que façamos nossas reflexões e reivindica, ainda, que se reescreva aquilo que já foi escrito. Além disso, o autor assevera que:

- a) Busquem-se os discursos, os quais são práticas que observam e obedecem às regras;
- b) Os discursos são situados em sua realidade e especificidade;
- c) O contexto de formação do discurso se relaciona à disciplina por ele estudada;
- d) O pesquisador se encarrega de refletir sobre o discurso como protagonista e como observador, absorvendo as nuances da formação e elevando os enunciados à condição de nova significação. O seu papel proeminente é a descrição das regras que conduzem às práticas discursivas.

A partir desses autores, esta pesquisa é desenvolvida conforme os referenciais teóricos sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Proposta de apropriação metodológica

Autor(es)	Proposição	Apropriação nesta tese
Werner e Zimmermann (2003)	O cruzamento não acontece jamais de maneira linear ou advindo de casualidades simplistas.	Cruzamento conceitual em busca de consensos e dissensos entre os autores dos manuais arquivísticos.
	Os estudos dos objetos são polissêmicos e multifacetados, podendo ser interpretados e apropriados de infinitas formas.	Propomos um novo olhar ao objeto de estudo (<i>habitus</i> , Princípio da Proveniência e funções arquivísticas). O <i>habitus</i> da Arquivologia subsidia a trajetória do Princípio da Proveniência, que, por sua vez, é a base para as funções arquivísticas em relações recíprocas com o <i>habitus</i> .
	Os espaços de compreensão percorrem decursos dinâmicos por meio das relações cruzadas, formando, assim, simultaneamente, dimensões empíricas e reflexivas.	
	As escalas pelas quais as questões são construídas ou mobilizadas no contexto das situações estudadas são situadas espacial e temporalmente.	Nossa análise tem como proposta central contextualizar os discursos dos autores no tempo, no espaço e, mais especificamente, nos contextos institucionais (em termos de construção dos saberes e fazeres arquivísticos), com o auxílio da noção de <i>habitus</i> (BOURDIEU, 2001; 2003).
Foucault (2012)	Discursos situados em realidades e especificidades.	
	Relaciona-se o contexto de formações do discurso à disciplina por ele estudado.	
	O pesquisador encarrega-se de refletir sobre o discurso como protagonista e como observador.	Propomos analisar nosso objeto e nosso universo de pesquisa tanto como pesquisadora quanto como profissional arquivista atuante, na tentativa de contribuir para a episteme da área.

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação de Foucault (2012) e Werner e Zimmermann (2003).

Assim, ao olharmos para nosso escopo de estudo e relacioná-lo à nossa proposta metodológica, vislumbramos que o *habitus*⁵ que buscamos identificar encontra-se em uso e em construção pela Arquivologia e será analisado segundo os percursos histórico-epistemológicos da disciplina científica e a partir do cruzamento de conceitos que lhe sustentam (WERNER; ZIMMERMANN, 2003).

Nossa referência conceitual inicial é o Princípio da Proveniência, estudado a partir de três eventos científicos que foram mapeados na pesquisa de mestrado (KUROKI, 2016). Para situar as realidades e contextos de formação desse princípio – conforme Foucault (2012) –, analisamos o conjunto de circulares francesas que resultaram na Circular de 1841, de autoria de Natalis des Wailly⁶. A análise histórica do princípio dá-se mediante pesquisa e elaboração da biografia dos autores que escreveram os manuais arquivísticos internacionais. Em seguida, buscamos o entrecruzamento (WERNER; ZIMMERMANN, 2003) da trajetória do Princípio da Proveniência com as histórias dos referidos autores.

Dessa forma, os manuais arquivísticos internacionais constituem nosso universo de pesquisa no mapeamento das relações entre o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas, segundo o *habitus* da Arquivologia que as condiciona e é por elas condicionado. Este estudo visa, sobretudo, localizar as funções no tempo, no espaço e nos contextos teóricos (FOUCAULT, 2012) e sociais, traduzidos no *habitus* que pretendemos identificar segundo o objetivo geral desta pesquisa.

Adicionalmente, trazemos as reflexões de Knorr-Cetina (1981), que preconiza que o conceito-chave para o conhecimento de uma comunidade científica é a identificação dos mecanismos que a integram e que podem ser analisados sob diversas faces, tal como a econômica, a social, a política, a institucional, a histórico-epistemológica, dentre outras. Há, também, que se considerar os problemas e as variáveis que possam ser determinantes no âmbito da produção de registros científicos, assim como as inúmeras redes de interação nas quais atores e campos científicos se estabelecem.

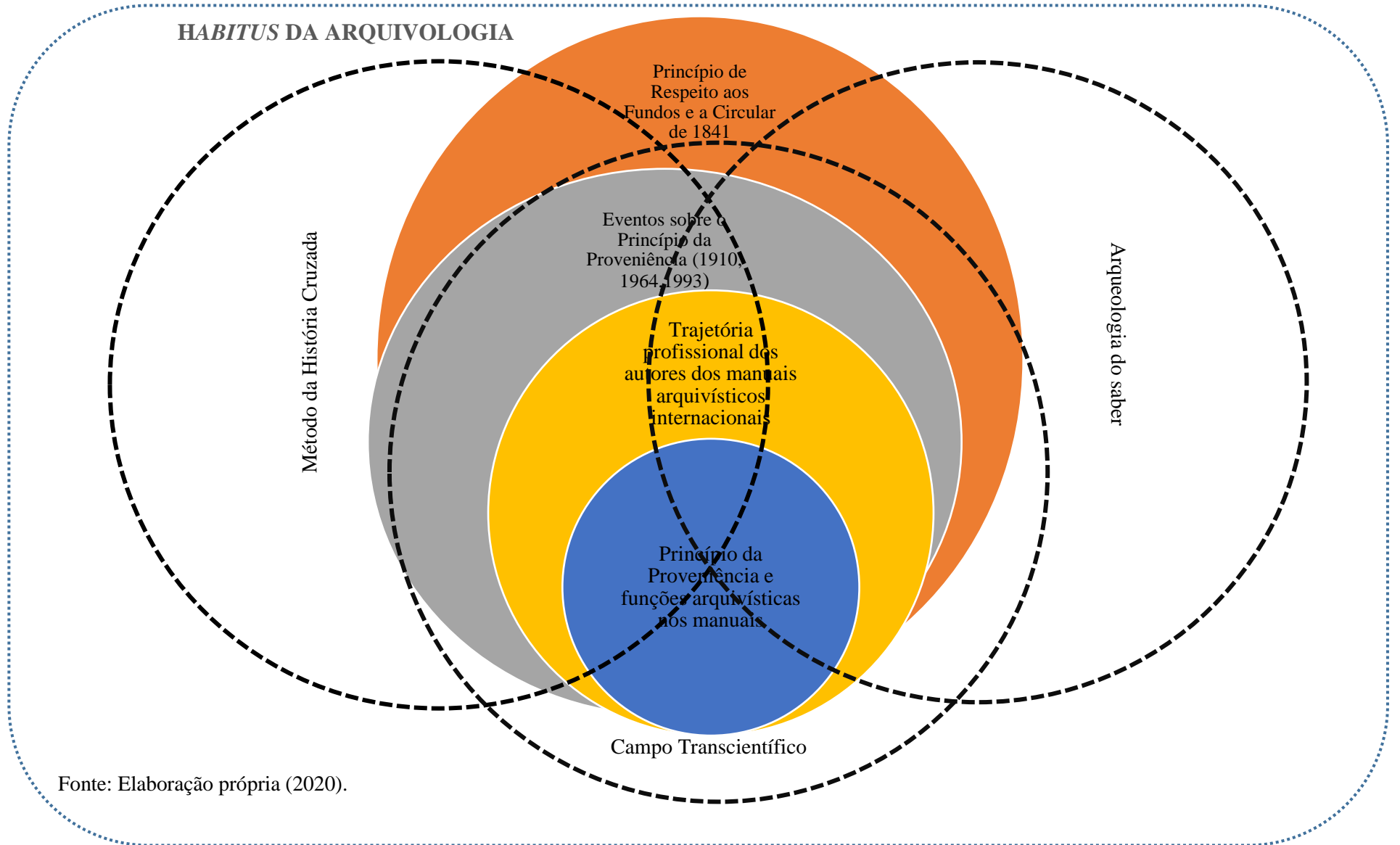
⁵ Por enquanto, *habitus* é o conjunto de experiências e heranças teóricas. Uma definição mais completa será analisada no Capítulo 2.

⁶ Joseph-Noël, dito Natalis de Wailly, subchefe de Gabinete do Chefe dos *Archives Nationales* na França em 1830. Ainda em 1830, deixa o gabinete e assume a chefia da Seção Administrativa dos *Archives Nationales*. Conduziu a elaboração e a institucionalização de uma nova forma de classificar e ordenar documentos na França (DELMAS, 2012).

A autora afirma que o conhecimento do local onde a ciência é produzida proporciona ao observador a possibilidade de estabelecer as interlocuções entre as relações sociais e as atividades científicas que delas se desdobram, de forma que o objeto de estudo analisado seja contextualizado e situado no espaço social, que transcende o campo da investigação. Knorr-Cetina (1981), então, apresenta a arena transc científica que se caracteriza pelos contextos desde as relações até as estruturas que compõem o campo científico e a construção científica. Ela introduz as arenas transepistêmicas como sendo os locais (o campo) onde a produção científica se estrutura. São, portanto, nas arenas transc científicas e transepistêmicas que atores, fatos e suas redes interagem com elementos transversais, tais como agências de fomento, legislações, instituições e até outras comunidades científicas. Esse caráter transc científico permite à ciência intercambiar entre as variáveis, os elementos transversais, os locais e as construções científicas e dinamizá-los do centro (episteme) para a periferia (prática) da ciência (KNORR-CETINA, 1981).

Seguindo os pressupostos dessa estudiosa, entendemos que o desencadeamento desta pesquisa para atender ao seu objetivo central, conforme a Figura 1, deve acontecer, então, pela e com a composição das trajetórias históricas e sociais desde o Princípio da Proveniência (arenas transc científicas), perpassando por eventos científicos, biografias dos autores (arenas transepistêmicas) e mapeamento das funções arquivísticas nos manuais. No encontro, ou seja, nos pontos de contato (WERNER; ZIMMERMANN, 2003) entre todos esses elementos, aspectos, fatos e histórias, pretendemos apresentar nossos resultados e ter, assim, um *habitus* da Arquivologia delineado e evidenciado.

Figura 1: Proposta metodológica.



As interfaces apresentadas na Figura 1 foram investigadas conforme as seguintes etapas metodológicas:

- a) Identificação do contexto de produção dos manuais arquivísticos por meio da apresentação da trajetória profissional dos autores dos manuais arquivísticos internacionais, tendo em vista a identificação do contexto de produção dessas obras.**

Efetuamos pesquisa bibliográfica e documental sobre as biografias dos autores dos manuais arquivísticos internacionais mapeados na tese de Marques (2011, p. 345). Do quadro de manuais apresentado pela autora, buscamos em bibliotecas, arquivos, sebos, livrarias e sítios eletrônicos, aqueles que podiam ser acessados e/ou adquiridos. Desse primeiro levantamento, foram localizadas e acessadas 38 obras, conforme demonstrado no Apêndice A. Destaca-se que o entendimento de manuais nesta pesquisa advém de Kuhn (2013), que os descreve como fontes de autoridade de registros científicos, ou seja, tratados científicos que formalizam o desenvolvimento das ciências⁷. Nessa perspectiva, entendemos que os manuais, nesta pesquisa, têm o papel de ratificação e formalização dos discursos científicos (FOCAULT, 2012) em seus campos científicos, de acordo com os *habitus* que os engendram.

A opção pelo estudo da vida dos autores também se pauta no entendimento de Foucault (2012, p. 29), o qual admite que “a obra revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso”. A partir dessa afirmação, vislumbramos, com a sistematização das biografias, demonstrar as bases institucionais de cada autor, de maneira a contextualizar a elaboração dos manuais analisados. Focamo-nos também em inter-relacionar os autores, observando os seus possíveis diálogos teóricos e institucionais.

Para compilar os dados biográficos, fizemos:

- a) Pesquisa na internet, utilizando o nome do autor associado às palavras “currículo” ou “arquivo” ou “arquivologia”, tanto em português quanto na língua do autor. Por exemplo, para Luciana Duranti, da escola canadense, utilizamos “Luciana Duranti + curriculum”,

⁷ Utilizamos o entendimento de Kuhn (2013) de que os manuais são o registro das evoluções científicas e discutem, em seu interior, os paradigmas, as evoluções, inovações e revoluções das ciências. Para o autor, os manuais são prova de que as discussões científicas são apresentadas às comunidades e postas a público de maneira a adquirir reconhecimento científico e estabilização dentro dos campos científicos nos quais se inserem.

- “Luciana Duranti + archives + records”, “Luciana Duranti + archival science”. A associação do nome aos termos em questão se deu em razão de encontrarmos muitos homônimos. Essa pesquisa inicial nos direcionou a *sites* pessoais, nos quais os autores descrevem suas experiências pessoais e profissionais, currículos, *blogs*, fotos e entrevistas;
- b) Pesquisa e leitura dos prefácios e prolegômenos, em que pudemos encontrar descrições completas da biografia de alguns autores;
 - c) Pesquisa nos *sites* das universidades nas quais os autores trabalham ou trabalharam;
 - d) Pesquisa em repositórios de publicação de atos administrativos oficiais (esses repositórios são equivalentes ao Diário Oficial, no Brasil);
 - e) Envio de *e-mails* para os arquivos públicos internacionais, a partir dos quais pudemos acessar algumas fontes primárias ou, ao menos, ter informações da localização de alguns fundos pessoais;
 - f) Consulta a fontes primárias como jornais, fotos e documentos digitalizados que foram encontrados em decorrência da leitura de artigos científicos e das respostas que obtivemos dos *e-mails* enviados; e
 - g) Contato, via aplicativo de celular e *e-mail*, com autores que responderam às perguntas ou nos direcionaram para *sites*.

Vale mencionar que não pesquisamos a biografia dos autores nacionais brasileiros, uma vez que a demonstração e a contextualização sociológica de suas obras aparecem na última etapa metodológica desta tese.

Dos 38 manuais, seis foram escritos e organizados pelas seguintes instituições: *Association des Archivistes Français*, *Society of American Archivist*, *Diputación Provincial de Sevilla*, *National Archives and Record Services*, *Direction des Archives de France* e *Association of Canadian Archivists*. Tendo em vista que o objeto da etapa é a análise das biografias de seus autores e a contextualização da produção dos manuais, optamos por não pesquisar a história dessas instituições, embora algumas delas sejam mencionadas no desenrolar das biografias. O estudo da sua institucionalização foi apontado nas recomendações, ao final da pesquisa.

b) Sistematização das funções arquivísticas na literatura internacional.

Com base nos pressupostos de Kuhn (2013) de que os manuais são as fontes de autoridade de registro da tradição científica e os detentores de capital científico – assim como das experiências dos autores – e tendo em vista o estudo da biografia deles, previsto na etapa

anterior, o estudo dos manuais arquivísticos nos serviu de base para a compreensão da construção do *habitus* da Arquivologia.

Assim sendo, essa etapa se cumpriu por meio de pesquisa bibliográfica dos manuais arquivísticos internacionais elencados na tese de Marques (2011). Vale destacar que a autora preconiza que a formação da Arquivologia como disciplina científica, dentre diversos outros aspectos estudados por ela, deu-se pelo registro, pela publicação e pela organização das teorias arquivísticas nos manuais supracitados.

Até a elaboração desta tese, localizamos 38 manuais arquivísticos internacionais, estudados em ordem cronológica de publicação, sendo o primeiro o “Manual dos Arquivistas Holandeses”, de 1898 (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960), conforme Apêndice A.

Como ponto de partida, tomamos a obra de Sousa (2003), na qual o autor destaca três funções arquivísticas: classificação, avaliação e descrição. A análise dos resultados decorrentes dessa etapa foi sintetizada em um quadro que contempla os autores, as definições (explícitas ou implícitas) dadas às funções e suas relações com o Princípio da Proveniência.

c) Análise do *habitus* da Arquivologia em pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, sobre arquivos e Arquivologia.

Essa etapa tem como objetivo mapear a capilaridade do *habitus* da Arquivologia internacional na produção científica brasileira. Buscamos identificar, nos trabalhos selecionados, quais autores e quais conceitos/definições do Princípio da Proveniência e das funções arquivísticas (classificação, avaliação e descrição) foram utilizados, por meio de: estudo estatístico das referências bibliográficas utilizadas em cada pesquisa; citações do princípio e das funções, menção nas palavras-chaves e/ou resumos. Sob a égide do Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), esse levantamento é relevante para a identificação do *habitus* da Arquivologia no cenário brasileiro, de maneira a apresentar evidências que demonstrem as heranças e as tradições arquivísticas em circulação no Brasil.

Para esse mapeamento, atualizamos o levantamento realizado por Marques (2011), com novas consultas no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁸, conforme a metodologia utilizada por Fonseca (2004). Utilizamos os termos “Arquivologia”, “Arquivística” e “Arquivos”, semelhantemente a ela e, nesta pesquisa, os associamos aos termos “Princípio da Proveniência”, “princípios

⁸ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 23 mar 2021.

arquivísticos”, “funções arquivísticas”, “classificação de documentos”, “avaliação de documentos”, “descrição de documentos”, “classificação”, “avaliação” e “descrição”. Como recorte temporal, selecionamos as teses e dissertações desenvolvidas entre 1992 (data da primeira dissertação identificada) e 2017 (ano anterior à elaboração do projeto de pesquisa desta tese).

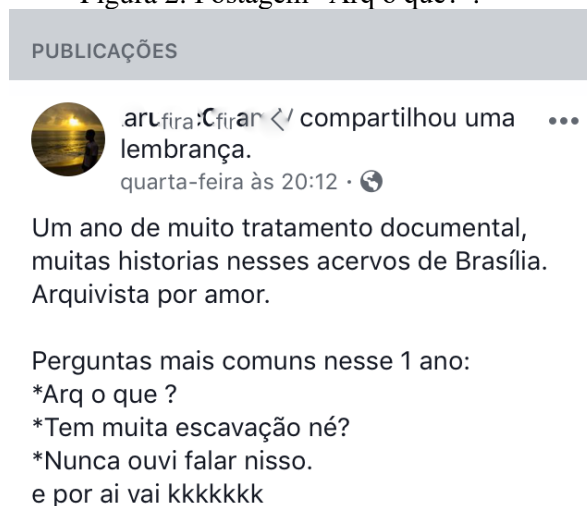
Esse levantamento resultou em 205.661 trabalhos, os quais foram filtrados de acordo com suas palavras-chaves e resumos, quando chegamos a 56 teses e dissertações, conforme Apêndice B. Esses estudos constituem, portanto, o universo dessa etapa para as análises qualitativas dedicadas à identificação da capilaridade do *habitus* da Arquivologia internacional na produção científica brasileira.

2 EM BUSCA DO *HABITUS* DA ARQUIVOLOGIA

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto na sua representação quanto na sua realidade (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Ao assistir a palestra da Profa. Dra. Angélica Marques, durante a 1ª Jornada em Pesquisa Científica em Museologia e Ciência da Informação: entre a graduação e a pós-graduação⁹, que aconteceu no dia 19 de março de 2018, na Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da UnB, chamou-nos a atenção uma fala na qual ela relatou que, ao longo dos vários anos de pesquisa, seu trabalho se concentrou em responder a uma pergunta ainda muito corriqueira para o arquivista: “Arqui o quê?”. Duas semanas após a palestra, vimos, em uma rede social, a postagem¹⁰ de um ex-aluno do curso de Arquivologia da mesma universidade:

Figura 2: Postagem “Arq o quê?”.



Fonte: perfil pessoal de aluno no *Facebook*, 2018.

Em 2018, após inúmeras pesquisas e avanços, ainda respondemos às mesmas perguntas e “Arqui o quê?” ainda nos desafia! Observamos que essa indagação, de fato, traduz os diversos dissensos teóricos que a área possui e percebemos também que, diante de tantas discordâncias, reproduzimos falas dos autores uma após a outra, acrítica e passivamente, sem questionamentos. Não buscamos compreender o “como”, o “onde”, o “por quê” e o “para quê”.

⁹ Apesar de ser um evento do curso de Museologia da UnB, algumas pesquisadoras de Arquivologia, cujos estudos foram desenvolvidos no âmbito da Faculdade de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, foram convidadas para falarem de suas trajetórias de pesquisa.

¹⁰ Tarjamos o nome do aluno em atenção à Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), que resguarda a vida privada e a intimidade da pessoa, e em razão da postagem ter sido retirada de um perfil pessoal de acesso restrito. O autor da postagem autorizou a sua utilização para fins de composição deste trabalho.

As aulas de uma disciplina do Departamento de Sociologia da UnB nos inspiraram na elaboração deste capítulo, ao adicionarem, em nossas inquietações, a possibilidade de observar, como “sociólogo”, o comportamento de nossa comunidade científica e suas relações com as variáveis exteriores. Além disso, elas nos proporcionaram a construção do que pensamos ser mais um argumento em resposta ao “Arqui o quê?”: o *habitus* da Arquivologia que habita em nós e no qual “*habitamos*” e vivenciamos, que forma e configura a Arquivologia entre os diversos tempos e espaços.

Inicialmente, compreendemos que os documentos de arquivo existem desde o início das organizações sociais, ou seja, quando a humanidade se organizou em comunidades e começou a registrar atividades advindas dessa organização. Uma Arquivologia ainda bastante empírica, delineada a partir de observações das práticas de organização de arquivos históricos. Com o desenvolvimento da sociedade como um todo, a disciplina também se aprimorou e a necessidade de sistematização das práticas empíricas tornou-se evidente. Tem-se, então, o início da formação da comunidade científica e dos registros formais dessa disciplina. Nossa explicação é simplista diante das fontes que descrevem a história da Arquivologia mundialmente, mas nos utilizaremos dela para verticalizar alguns aspectos sobre a cientificidade dessa disciplina e o seu paulatino aperfeiçoamento.

Este capítulo, portanto, busca situar o Princípio da Proveniência para subsidiar nossa apropriação da noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (2001). Como parte da construção do *habitus*, apresentamos a biografia dos autores dos manuais, com destaque às suas origens institucionais e atuação entre os fazeres dos arquivos e os saberes da Arquivologia.

2.1 Delimitação do *habitus*

A origem do *habitus*, segundo Wacquant (2017, p. 213), vem da noção de Aristóteles de *hexis*, “significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação”. Posteriormente, no século XIII, o termo foi traduzido por Tomás de Aquino, para o latim *habere*, passando a ser utilizado seu particípio *habitus*. Wacquant (2017) descreve ainda que a noção foi usada por diversos teóricos da Sociologia, tal como David Durkheim, Marcel Mauss e Max Weber, mas houve destaque quando a definição foi revisitada e delineada pela fenomenologia, em especial por Edmund Husserl. Nessa perspectiva, o *habitus* significava a conduta mental entre as “experiências passadas e

ações viradoras” (WACQUANT, 2017, p. 214). O autor relata que Pierre Bourdieu renova a noção de *habitus* de maneira a ultrapassar o objetivismo e o subjetivismo e assinala que:

[...] o *Habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduos e sociedade ao captar a interiorização da exterioridade e a exterioridade da interioridade, ou seja, o modelo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir, agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente. (WACQUANT, 2017, p. 214).

Afinal, o que é o *habitus* a ser apropriado nas discussões desta pesquisa? Antes de tudo, para compreendê-lo, devemos revisitar as noções de campo e de capital científico propostas por Bourdieu (2004). A respeito do campo científico, ele define:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade, que é socialmente outorgada a um agente determinado). (BOURDIEU, 1983, p. 122)

O campo é, então, o universo, o espaço onde os agentes coabitam, atuam e executam suas produções, um local de transversalidades, diálogos e interações. Todavia, tais (inter)ações não acontecem à mercê do acaso. Elas são acertadas e estruturadas por meio de regras, como se os agentes estivessem em um jogo em que os preceitos são delimitados e estabelecem-se as fronteiras de convivência. Nesse contexto, cabe destacar que o *habitus*, segundo Bourdieu (2001), encontra-se no espaço entre a estrutura histórica, a atividade humana e o campo (local de força)

Bourdieu (2004, 2009) acredita que a institucionalização do campo parte do *habitus*, sendo este o último princípio de uma construção da realidade por meio de crenças. Ele detalha que o *habitus* nada mais é que a possibilidade de produzir práticas objetivas e complementa, ainda, que ele se organiza em:

[...] princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para

alcançá-los, objetivamente reguladas e regulares [...]. (BOURDIEU, 2009, p. 87).

O autor explicita que o campo é um campo de forças no qual os agentes disputam por espaço, por domínio e por prestígio. As disputas por posições melhores dentro do campo estão em constante voga, atraem e afastam agentes. O campo também é um ambiente de alianças em busca de objetivos comuns, em que as lutas e as forças ficam mais evidentes, um espaço estreito com regras e compromissos bem aceitos. Bourdieu (2004, p. 33) detalha, ainda, que “a luta científica é uma luta armada entre adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico coletivamente acumulado no e pelo campo”.

Em uma visão de transcendência (KNORR-CETINA, 1981) do campo científico e do *habitus*, variáveis e fatores determinantes relacionados aos espaços sociais, históricos, políticos e institucionais influenciam na sua dinâmica de funcionamento. Trata-se de um sistema de interações que se estrutura por meio da prática, que tem por base todas as variáveis sociais e que, segundo Knorr-Cetina (1981), é compreendida como relações transc científicas. O *habitus*, a partir da autora e segundo Bourdieu (2001, 2004), enquanto um transcendental histórico em relações transc científicas nutre-se da historicidade, da gênese histórica e das nuances sociais que descortinam e justificam os contextos históricos e as práticas.

O *habitus*, sobremaneira, posiciona-se entre a história e as experiências; quando científico, incorpora ao campo lógicas práticas e teorias instituídas. As experiências transcendem do entendimento do passado, da compreensão do presente e da prospecção de cenários futuros. Na visão histórica e transc científica, o *habitus* nos permite analisar as realidades por entre e para além das fronteiras de seu campo no decurso do tempo e da história em uma variedade de perspectivas. Não obstante, no campo científico, observa-se que o núcleo do *habitus* por práticas, as quais, nesta pesquisa, são apreendidas pela observação do exercício profissional. O campo se caracteriza, desse modo, pelo local onde os agentes podem, segundo suas intenções – que por sua vez são planejadas e conscientes –, constituírem um domínio científico (KNORR-CETINA, 1981; BOURDIEU, 1983, 2001, 2004).

O campo científico, então, é o produto do encontro entre duas histórias: uma história incorporada sob a forma de disposições e uma história objetivada na própria estrutura do campo e seus objetos técnicos convergindo para a definição de *habitus*. Esse campo possui uma lógica de funcionamento – reconhecida pelos estudiosos como *nomos* (BOURDIEU, 2001) –, que necessariamente passa pelo *habitus* e se orienta para a articulação de interesses que resultem em reconhecimento, prestígio, autoridade e poder ao longo do tempo. O *habitus* entra, nesse

contexto, como a noção do que se deve fazer no campo para se manter atuante, reconhecido e prestigiado, tendo como características, de acordo com Wacquant (2017):

- não ser estático ou eterno;
- não ser uma aptidão natural, mas uma causalidade social;
- poder ser adaptado, mas com limites para a adaptação;
- permitir a interlocução dos agentes entre outros campos, desde que se respeite as regras de cada um deles.

Dessa forma, o agente que transita entre os campos ganha experiências diante das vivências e, além de enriquecer o campo no qual pertence, agrega novos *habitus* e incorpora novas regras. O tempo de pesquisa, a transição e a visita a outro campo alimentam o campo científico, cujas bases se apoiam no (re)conhecimento. Na dinâmica do *nomos* do campo, as tendências são ditadas por lutas simbólicas com vistas à autoridade e ao domínio (BOURDIEU, 2001). Destaca-se que o agente, no campo científico, para além das incorporações ao *habitus*, traz consigo estruturas cognitivas que são convergentes à estrutura do campo e que, por conseguinte, estão em constantes ajustes conforme a regulamentação do capital científico, em suas diferentes formas.

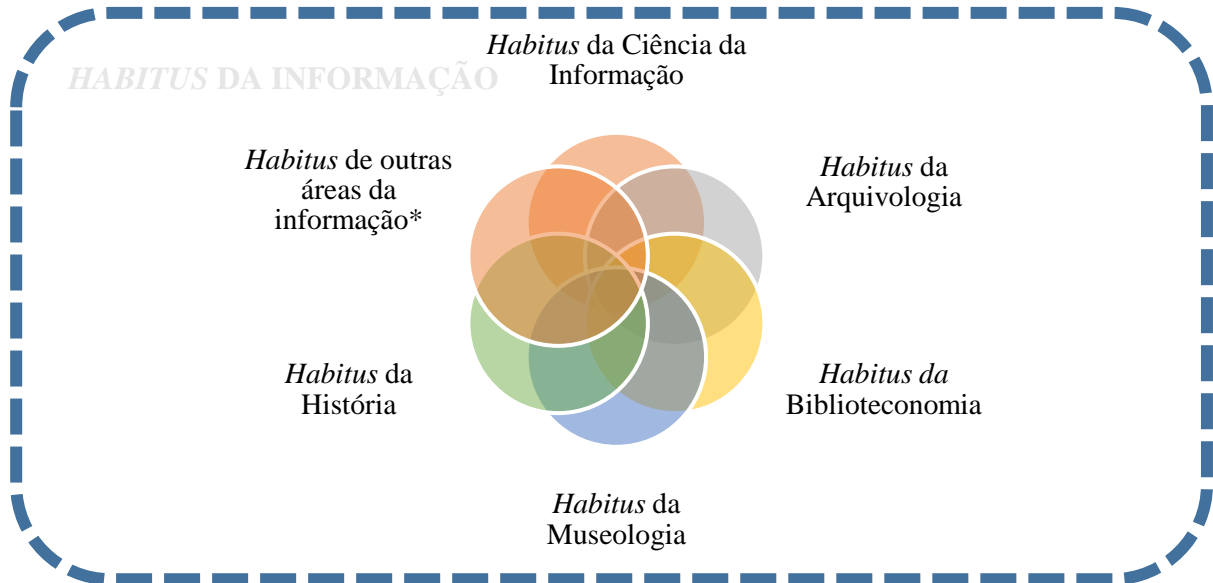
Os caminhos científicos dentro do campo não são escolhidos apenas por investimento no conhecimento, mas também pela conquista de autoridade, influência e poder. Este, segundo Bourdieu (2001, 2009, 2011), é regulado pelo capital científico, que pode ter dois vieses: 1) político, em que se galgam cargos e posições dentro de uma instituição; e 2) institucional, no qual se buscam o prestígio e o reconhecimento da academia. A este último, o autor atribui a denominação de “capital científico puro”. O *habitus* não trabalha isolado, mas regulado pelo capital conforme as fronteiras que são estabelecidas dentro de um campo científico.

Observamos, assim, que, de certa maneira, o capital guia o cientista em torno das regras do campo, isto é, evidencia no campo que constantes lutas se travarão, que pesquisadores vislumbrarão reconhecimento necessário para atingir a autoridade e o domínio de seu campo. O campo, dessa forma, é o espaço de representação simbólica dos interesses dos agentes, tendo como basilar o *habitus* (elo temporal entre os agentes que o compõem), que, por sua vez, é munido de tradição dentro do campo, e esta se forma, pouco a pouco, com uma constelação de sentidos e desencadeamento de teorias. O *habitus*, dessa forma, se configura na lógica própria de funcionamento do campo.

Ao trazermos a noção de *habitus* para o campo da informação – proposto por Marques (2011) para situar a Arquivologia em relação às disciplinas científicas que lhes são próximas

político-institucionalmente no Brasil –, entendemos que é possível identificá-lo em limites porosos que demarcam as fronteiras científicas desse campo e recebem, a todo instante, contribuições de outros *habitus*, por exemplo, o *habitus* da Sociologia. O *habitus* da informação é composto pelo *habitus* das disciplinas que compõem o campo da informação, sendo um deles o *habitus* da Arquivologia (Figura 3).

Figura 3: *Habitus* da Informação.



Fonte: elaboração própria (2020).

* *Habitus* pertencente a outras disciplinas científicas que têm a informação, em diversos formatos, suportes e configurações, como objeto de estudo.

Entendemos que o *habitus* da Arquivologia, apresentado na Figura 3, acompanha, ao longo dos anos, o desenvolvimento da disciplina, tendo como marco a trajetória dos princípios arquivísticos e do seu objeto de estudo. O *habitus* da Arquivologia que buscamos nesta pesquisa, de maneira a identificar os pontos de contatos entre as funções arquivísticas e o Princípio da Proveniência, perpassa a trajetória histórico-epistemológica da disciplina, a partir das contribuições das pessoas que a construíram em manuais que registram as buscas por soluções de problemas práticos nos arquivos e a cientificidade decorrente dos estudos a respeito. Desse modo, buscamos visualizar a abrangência da atuação dessas pessoas, levando em conta as repercussões desses manuais nos fazeres e saberes da Arquivologia e na configuração do seu campo científico.

Não obstante, para a construção do quadro conceitual que sustenta esta pesquisa, destacamos a afirmação de Marques (2017, p. 238) sobre o campo: “Os avanços, os recuos, os conflitos e as parcerias são moderados por aspectos científicos que são comuns em eventos e

periódicos e pesquisas, também por questões políticas que perpassam as instituições e os fazeres desses profissionais”. Ela nos leva a considerar que o capital arquivístico recebe as pressões político-institucionais inerentes às lutas que se travam no campo. Concordamos com a autora sobre o fato de o campo se delinear por meio de eventos e da produção científica que lhe robustecem mediante a circulação e registro do capital científico.

2.2 O Princípio da Proveniência e suas delimitações

Fazemos referência à pesquisa de mestrado que antecedeu esta tese, na qual utilizamos autores¹¹ da Sociologia e da Filosofia da Ciência para subsidiar a definição de “Princípio Científico”, “Teoria”, “Métodos e Técnicas” (KUROKI, 2016). Concluímos que o princípio científico é formado pela junção das teorias (enunciados que são expostos à comunidade científica) e pela forma como se aplica a objetividade (entendida como a maneira pela qual se interpretam os enunciados em seus contextos, seus escopos e seus objetivos).

Popper (2013) entende que a objetividade é, por assim dizer, absoluta, pois os enunciados são objetivamente testados até a sua falseabilidade. Kuhn (2013) acredita que a objetividade pode ser relativizada desde que os enunciados e os paradigmas sejam aceitos pela comunidade científica. Trigueiro (2012) compreende que a objetividade é bastante relativa e leva em consideração a realidade, a história e os contextos sociais. Weber (2006), por sua vez, assinala que a objetividade é, na verdade, uma “objetividade” e que não há como dissociar as impressões pessoais e as subjetividades dos enunciados e das teorias.

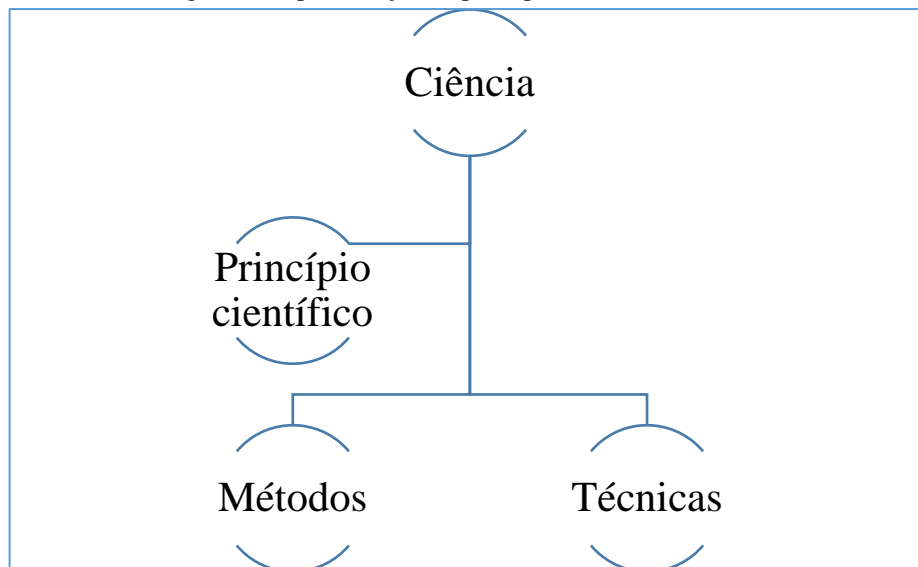
No corpo das Ciências Sociais Aplicadas, defendemos que não podemos restringir a objetividade científica, tendo em vista que elas se formam de constructos subjetivos, os quais levam em consideração diversas estruturas sociais. Notamos ainda que a objetividade, para nossa pesquisa, aproximava-se da versão de Weber (2006), que é veemente ao afirmar que há camadas sociais pelas quais a ciência perpassa e que a influenciam, tal como os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e, inclusive, ético-morais. Sendo assim, não se deve aplicar, nas investigações científicas, a objetividade estrita, como acredita Popper (2013), mas uma “objetividade” (mais enviesada para a subjetividade) flexível que segue continuamente a fluidez das estruturas sociais.

¹¹ Popper (2013), Kuhn (2013), Trigueiro (2012) e Weber (2006), ordenados da abordagem mais rígida para a mais flexível quanto ao entendimento de objetividade científica.

Para a construção da nossa definição de “princípios científicos”, apropriamo-nos das ideias de: Popper (2013), segundo a qual para que um enunciado seja princípio, é necessário consenso majoritário dentro da comunidade científica; Kuhn (2013), que contribui com o entendimento de que um paradigma pode ser trazido e discutido na comunidade científica que o chancela e o legitima como solução para um determinado problema; Trigueiro (2012), que delimita que há fronteiras entre as disciplinas e que essas fronteiras, por vezes, são os próprios princípios científicos; e Weber (2006), que insere nesta tese o pressuposto de que, nas Ciências Sociais Aplicadas, não se pode limitar a objetividade científica, visto que nossos avanços científicos são fortemente influenciados pela história, pelas realidades e pelos significados.

A partir das considerações desses autores, para nós, princípio científico, de maneira resumida, é aquele postulado que, consensualmente aceito na comunidade científica, estrutura a fundação da ciência. Entendemos, ainda, que, desdobrados do princípio, estão os métodos (a maneira pela qual se organiza a verificação dos enunciados e as teorias, ou seja, o *savoir-faire* das disciplinas) e as técnicas (aplicação do método atenta às fronteiras das disciplinas), como representado na Figura 4.

Figura 4: Representação de princípio, métodos e técnicas.



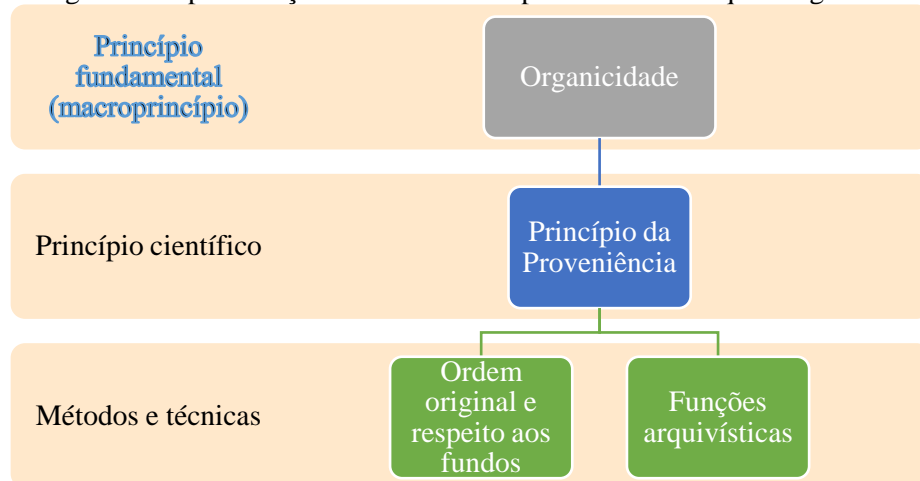
Fonte: Kuroki (2016).

Com a definição de princípio científico delimitada, fizemos a leitura e o estudo de 38 manuais arquivísticos internacionais e 11 nacionais (KUROKI, 2016), selecionados a partir do levantamento realizado por Marques (2011), conforme o acesso que tivemos a eles. O estudo demonstrou que não há consenso quanto aos princípios arquivísticos. Há uma predominância do respeito aos fundos francêss, o que pensamos ser reflexo dos acontecimentos históricos e

sociais da época. Percebemos que, de forma consensual, o que se pode identificar nos manuais é que a organicidade é o princípio essencial para a existência dos arquivos e da Arquivologia. Em destaque, dos autores lidos, apenas Heloísa Liberalli Bellotto (2006) faz essa menção expressamente em seu manual, da organicidade como um princípio da Arquivologia.

Concluimos, na dissertação, que a organicidade, nesse sentido, é o *macroprincípio* fundamental da Arquivologia e que, quando não se identifica sua aplicação, não podemos sequer dizer que se trata de documentos de arquivo. O Princípio da Proveniência, desdobrado da organicidade, é o princípio consensualmente entendido e aceito pela comunidade científica. Todavia, ainda há divergências sobre sua definição, como pudemos constatar. Os demais “princípios”, como o de respeito à ordem original e o de respeito aos fundos, de acordo com a pesquisa de mestrado, são métodos e se desdobram do Princípio da Proveniência, enquanto as funções arquivísticas podem ser consideradas como técnicas.

Figura 5: Representação dos elementos epistêmicos da Arquivologia.



Fonte: Kuroki (2016).

Além disso, pudemos inferir que a aplicação do Princípio da Proveniência tem relação direta com as funções arquivísticas da classificação, da avaliação e da descrição. No entanto, não foi estudada, na época, a abrangência dessas relações, tampouco as origens teóricas e institucionais dos discursos dos autores, o que propomos como objeto da seção 2.3 desta tese.

Assim, tendo no núcleo de nossas discussões a compreensão da soberania da organicidade e da aplicação desse “macroprincípio” pelo Princípio da Proveniência – ratificada no estudo de Gomes (2019) –, pudemos, pela leitura dos manuais internacionais e brasileiros, ter a clareza de que o desenvolvimento do Princípio da Proveniência se deu em três grandes

eixos: 1) o da sua concepção; 2) o de complementação da sua definição; e 3) o de ratificação dessas definições.

No primeiro eixo, constatamos um esforço dos autores na identificação das origens do Princípio de Respeito aos Fundos, ocorrido em diversos países a partir das práticas locais. Nesse eixo, identificamos como discurso comum o entendimento de que o Princípio da Proveniência adveio da Circular *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*, de 24 de abril de 1841, editada por Natalis de Wailly, chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior na França. Logo, o Princípio da Proveniência, nesse contexto de criação, é concebido estritamente relacionado ao respeito aos fundos e à noção de fundos, ambos também franceses (KUROKI, 2016).

Ainda é apropriado mencionar que, nesse período de enunciação do Princípio da Proveniência, a perspectiva de aplicação se diferenciava de país para país. Na Alemanha e na Holanda (à época, parte do território prussiano), por exemplo, o Princípio da Proveniência se aplicava aos sistemas de registro (documentos de valor primário). Como demonstrado por Muller, Feith e Fruin (1973), nos dois países, esse princípio se aplicava aos conjuntos documentais como basilar para a manutenção da ordem original. Na Itália, a aplicação desse princípio se concentrava apenas nos documentos históricos (*metodo storico*) e teve Francesco Bonaini como precursor.

Já nos Estados Unidos, liderado por Waldo G. Leland, por volta de 1904, iniciava-se o projeto de organização dos arquivos, tendo como base a manutenção da proveniência dos documentos modernos (SCHELLENBERG, 1974) e o mapeamento das relações administrativas. No Canadá e na Austrália, o Princípio da Proveniência aparece nos *record groups*, denominados pela *Society of American Archivists* (SAA) “como os conjuntos de documentos dispostos em divisões hierárquicas baseadas na proveniência” (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, 2020, tradução nossa).

No segundo eixo, tem-se a complementação das primeiras definições, quando os autores discutem as práticas arquivísticas em seus países e em suas realidades. Percebe-se que a abordagem francesa é questionada e adaptada, conforme outras perspectivas, apresentadas a seguir (KUROKI, 2016):

1. *Records and Archives* – perspectiva que considera os arquivos modernos (SCHELLENBERG, 1974). O Princípio da Proveniência, nesse contexto, visa à aplicação da organicidade e dos *records groups* em documentos administrativos na gestão dos *record centers*.

2. *Metodo Storico* – predominantemente utilizado por autores italianos, objetiva a aplicação do Princípio da Proveniência nos arquivos de valor histórico e tem estrita relação com a diplomática e a visão do documento como fonte de história.
3. Duplo Grau da Proveniência – abordagem canadense que contempla o Princípio da Proveniência desdobrado em respeito aos fundos e em respeito à ordem original.
4. Procedência com Duplo Grau – análoga ao Duplo Grau da Proveniência, é utilizada por autores espanhóis, que a relacionam com a noção de fundos francesa. No entanto, acrescenta o respeito à ordem original como um dos pressupostos para a aplicação dos princípios.

Destacamos que esse período de revisão, ou releitura da perspectiva francesa de respeito aos fundos tem como finalidade a adaptação do Princípio da Proveniência às especificidades do acervo, contribuindo para a diversidade de modelos e teorias discutidas na atualidade.

Por fim, o terceiro eixo traz a organicidade e o Princípio da Proveniência sob novos olhares, desde as questões relacionadas à sua origem, perpassando desde a autoria do Princípio da Proveniência até a sua aplicação. Para compreender esse eixo, buscamos autores que questionam o Princípio da Proveniência e propõem uma nova abordagem para ele (HORSMAN, 2002; DOUGLAS, 2010; MILLAR, 2002; RIDENER, 2009; DELMAS, 2010).

Horsman (2002) e Douglas (2010) afirmam que a “manualização” do Princípio da Proveniência, pelos holandeses, foi um marco para a sua delimitação. Contudo, na Holanda, por volta de 1804, já havia iniciativas e manuais que tratavam da organização dos arquivos. Essa afirmação nos levou a compreender que a mesma dinâmica aconteceu em outros países. Horsman (2002), Ridener (2009) e Douglas (2010) citam ainda que outros autores enunciaram o Princípio da Proveniência, mas ficaram à margem da história da Arquivologia e não tiveram seus manuais reconhecidos internacionalmente, a saber:

- Francesco Bonaini (Itália, Século XIV)
- Josef Anton Oegg (Holanda, 1804)
- Heinrich von Sybel (Prússia, 1881)
- E. Wiersum (Bruxelas, 1910)
- Carl Weibull (Suécia, 1930)
- Gerhart Enders (Alemanha, 1962)
- Johanne Papritz (Alemanha, 1924)
- Douglas Brymner (Canadá, 1960)
- Arthur Doughty (Canadá, 1970)

Ao mencionarem esses autores, Horsman (2002) e Douglas (2010) objetivaram demonstrar que o Princípio da Proveniência e o respeito aos fundos não foram meramente descobertas francesas, mas construções que aconteceram em locais e datas diferentes e por diversos agentes, ainda que o reconhecimento não tenha recaído, de maneira equânime, a todos. Nesse ponto, cabe refletir que o *habitus*, buscado neste capítulo, compõe-se não apenas de autores consagrados ou de fatos historicamente marcantes, mas também de detalhes e de pessoas que levaram a Arquivologia aos patamares atuais de amadurecimento e consolidação científica.

Além disso, Millar (2002) e Horsman (2002) reiteram que o respeito aos fundos tal como colocado na literatura, exaltando-se o protagonismo francês, possuía problemas de aplicação, pois os conjuntos documentais haviam mudado, em sua lógica, e ficado mais complexos. Os avanços das sociedades também contribuiriam para o problema de aplicação do Princípio da Proveniência francês, pois, à medida que ele foi se desenvolvendo, trouxe para os conjuntos novas tipologias e novas formas de produção documental.

Dessa forma, a insistência na ordem original e a dispersão de fundos por conflitos territoriais dificultaram a aplicação da organicidade e, por consequência, do Princípio da Proveniência (HORSMAN, 2002; DOUGLAS, 2010). Como solução para as questões elencadas, há, segundo Millar (2002) e Delmas (2010), uma “nova proveniência” a ser posta em prática. Millar (2002) propõe uma nova configuração da noção de “fundo”: um conjunto de documentos, não apenas composto de documentos produzidos e acumulados (voltado para o produtor), mas advindos de acumulações e produção institucional (com enfoque nas relações orgânicas).

A proposta de Delmas (2010) corrobora a de Millar (2002), ao defender que a aplicação do Princípio da Proveniência e do respeito aos fundos deva ser realizada de maneira “intelectual”. O Princípio da Proveniência não precisa necessariamente acontecer de forma física nos documentos, ele pode ser uma essência, um pressuposto, um elemento. A “intelectualidade” de Delmas (2010) pode ser identificada na obra, em 1928, de Eugenio Casanova (autor biografado na próxima seção desta pesquisa), na Itália, como resposta para a divisão territorial.

Compreendemos, então, que o arquivista formata instrumentos capazes de representar a organicidade, ainda que os documentos estejam fisicamente separados. A proveniência “intelectual” aprofunda a visão tradicional e acrescenta que, além das relações orgânicas, deve-

se observar a proveniência “verdadeira” dos documentos, ou seja, o contexto de criação, o qual denominamos organicidade (DELMAS, 2010).

Nossa pesquisa de mestrado demonstrou, ainda, que, nessa aparente dicotomia entre as visões tradicionais e as novas, discussões quanto à aplicação do Princípio da Proveniência foram objeto de alguns eventos científicos, tais como o Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas (*International Congress of Librarians and Archivists*), em 1910; o V Congresso Internacional de Arquivo (*5th International Congress on Archives*), em 1964; e o 1º Congresso de Stockholm (*First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance*), em 1993. Esses eventos foram palcos importantes para a apresentação das novas visões da organicidade e do Princípio da Proveniência, bem como para a manifestação da produção e da acumulação de capital científico por meio da atuação dos agentes, nesse caso, os profissionais e os estudiosos dos arquivos e da Arquivologia.

Assim, em meio às discussões postas, restam-nos alguns questionamentos a serem esclarecidos sobre o Princípio da Proveniência: por que alguns autores não foram mencionados embora seja nítida a sua participação na concepção do Princípio da Proveniência? O que foi discutido nos eventos? Há menção a respeito da imaterialidade do Princípio da Proveniência?

Devido à complexidade dessas perguntas, propomos, nas próximas subseções, apresentar as particularidades dos eventos citados, seguidas da biografia dos autores dos manuais arquivísticos que constituem o nosso universo de pesquisa.

2.2.1 *International Congress of Librarians and Archivist (1910)*

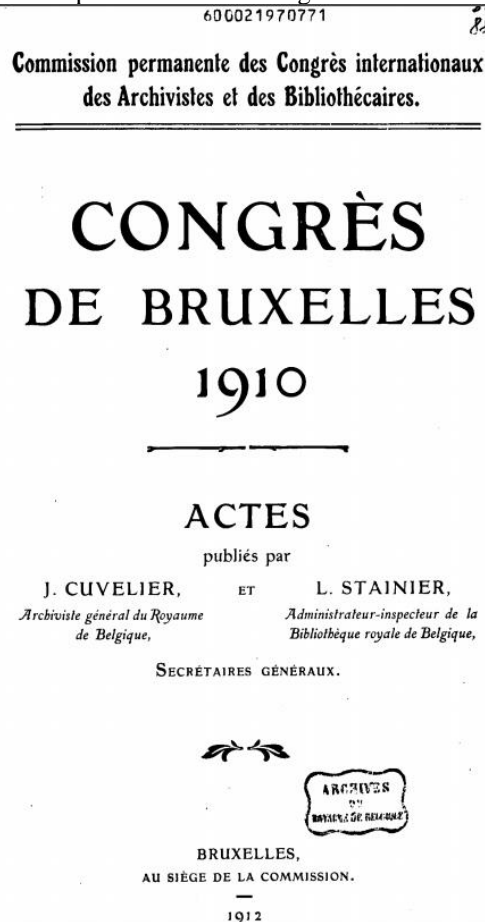
O *International Congress of Librarians and Archivist* (Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas) aconteceu de 28 a 31 de agosto de 1910, no *Palais des Fêtes et Congrès*, em Bruxelas. Samuel Muller e H. Martins foram os presidentes da comissão organizadora do evento. Os anais¹² foram publicados em 1912, organizados por J. Cuvelier¹³, arquivista-geral da Bélgica, e L. Stainier¹⁴, inspetor-administrador da Biblioteca Nacional da Bélgica, ambos secretários gerais do evento.

¹² Os anais estão disponíveis no site archive.org, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Os documentos originais foram recolhidos ao Arquivo Nacional da Bélgica.

¹³ Chefe da Seção Judiciária do Arquivo Nacional da Bélgica e Secretário da Associação dos Arquivistas e Bibliotecários Belgas.

¹⁴ Também diretor da *Revue des Bibliothèques et Archives de Belgique*.

Figura 6: Capa dos Anais do Congresso de Bruxelas (1910).



Fonte: Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas (1910).

O evento iniciou no dia 28 de agosto, às 15h, com o discurso de abertura seguido da fala dos seus secretários gerais. No mesmo dia, houve uma visita ao Arquivo Nacional da Bélgica. Nos dias 29, 30 e 31, aconteceram discussões sobre os arquivos da biblioteca e a guarda de acervos arquivísticos e bibliográficos. Dentre os participantes, destacamos a presença de alguns dos estudiosos que foram citados no estudo do Princípio da Proveniência, seção 2.2 desta pesquisa, como o americano Waldo G. Leland; os holandeses Johan Feith, Robert Fruin, Samuel Muller (biografados na subseção 2.3.1) e. Wiersum; e Eugenio Casanova, Diretor dos Arquivos de Nápoles e biografado na subseção 2.3.3. Ele foi eleito presidente da Comissão Organizadora do Congresso que ocorreu em 1914.

Nenhum brasileiro participou do evento, mas na lista de membros da Comissão Permanente do Congresso, encontra-se Manuel Cícero¹⁵, diretor da Biblioteca Nacional;

¹⁵ Manuel Cícero Peregrino da Silva, Diretor da Biblioteca Nacional entre 1900 e 1924. Sua biografia está disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/manuelCicero.html>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Alcibiades Furtado¹⁶, diretor do Arquivo Nacional; e Alexandre Kitzinger¹⁷, servidor do Arquivo Nacional.

Figura 7: Foto dos participantes do Congresso de Bruxelas (1910).



INTERNATIONAL CONGRESS OF BIBLIOGRAPHY, BRUSSELS, AUGUST 25-27, 1910

Fonte: Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas (1910).

Os trabalhos apresentados no Congresso foram divididos em quatro seções: Seção I: Arquivos; Seção II: Biblioteconomia; Seção III: Coleções e conjuntos de arquivo em depósitos e bibliotecas; e Seção IV: Bibliotecas populares. As quatro linhas temáticas foram submetidas aos participantes e aos membros das comissões, e eles, então, puderam formular questões que foram discutidas durante as seções. Na Sessão I, dedicada às discussões sobre os arquivos, foram elaboradas 25 questões/premissas, a saber (CUVELIER; STAINIER, 1912, p. 3-6, tradução nossa):

1. Quais são os princípios a serem aplicados na construção dos arquivos, do ponto de vista das edificações e da organização interna dos prédios?
2. Há locais para realizar exposições de acervos documentais?
3. Quais são as melhores práticas de higienização de documentos?
4. Quais são as melhores práticas para a restauração de documentos?
5. Quais documentos podem ser eliminados? Documentos antigos ou documentos modernos?

¹⁶ Alcibiades Estevão Furtado, Diretor do Arquivo Nacional entre 1910 e 1915.

¹⁷ Alexandre Max Kitzinger, servidor do Arquivo Nacional, responsável pela descrição de peças históricas (LOURENÇO, 2014).

6. Quais medidas se devem tomar para a conservação e a produção de inventários de arquivos “pequenos” (aqueles que não estão sob a responsabilidade de um arquivista) em diversos países?
7. Como classificar documentos decorrentes da administração?
8. Como devemos trabalhar, simultaneamente, com documentos contemporâneos e documentos antigos?
9. Como organizar os arquivos histórico-contemporâneos?
10. Apresentação da legislação sobre os arquivos notariais de diversos países e indicação das soluções possivelmente adotadas na França e na Holanda.
11. O que se pode fazer para conservar registros paroquiais (certidões de batismo, de casamento e de óbito)? Onde guardá-los? Pode-se regulamentar o acesso a esses documentos ao público?
12. Quais tipos de documentos podem ser disponibilizados para pesquisa? Por quais meios de comunicação se devem publicitar esses documentos?
- 13. Apresentação do Princípio da Proveniência no arquivamento de documentos. Quais países ou onde ele se aplica totalmente ou parcialmente?**
14. Quais trabalhos foram publicados sobre a gestão de documentos?
15. Em que medida os arquivistas são obrigados a realizarem pesquisas puramente genealógicas?
16. Que tipo de formação se exige de funcionários públicos e empregados de depósitos de arquivo cientificamente organizados? Quais referências devem ser separadas para os pesquisadores?
17. Nos países onde não há instituições equivalentes à *École Nationale des Chartes* (ENC), há curso de graduação em Arquivologia em alguma universidade?
18. Qual é a carga horária de trabalho e o período de férias dos arquivistas? Há iniciativas científicas em andamento sobre a gestão de documentos?
19. Qual a faixa salarial, os direitos e os deveres, a idade de aposentadoria dos arquivistas nos países? Há o direito de recebimento/pagamento de indenizações natalinas?
20. Quais materiais compõem as bibliotecas dos depósitos de arquivo?
21. Quais os métodos para registrar o recebimento dos documentos que foram transferidos para os arquivos e as bibliotecas?
22. Como devem ser elaboradas as listas de registros?
23. A princípio, o arranjo de um inventário deve corresponder ao arranjo do arquivo?

24. Quais as melhores práticas utilizadas em países que têm um governo federal, como Estados Unidos e Suíça, para fomentar a gestão e a guarda centralizada em arquivos nacionais?

25. Gestão administrativa de grandes depósitos de documentos.

Como produto, alguns participantes submeteram trabalhos, publicados em 1912, em “resposta” aos questionamentos. O mapeamento feito a partir da Seção I (arquivo) se encontra no Quadro 2.

Quadro 2: Artigos publicados em 1912 a partir do Congresso de 1910.

QUESTÃO	TÍTULO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA	AUTOR	ORIGEM	PÁGINA
4	<i>Ueber erhaltung und ausbesserung der Archivalien</i>	Sobre a preservação e melhoria das condições para documentos de arquivo	M. Schoengen	Alemanha	p. 555-564
4	<i>De la restaurations d'anciens manuscripts par le Kitt</i>	A restauração de manuscritos antigos por Kitt	Elise Samuelson	Suécia	p. 205-208
6	<i>The Massachusetts laws and commission of public records</i>	A legislação de Massachusetts e a comissão de documentos públicos	Henry E. Wood	Estados Unidos	p. 101-111
6	<i>Les archives privées</i>	Os arquivos privados	F. Pasquier	França	p. 317-330
7	<i>De la conservation, du classement et de l'inventaire des archives administratives d'une grande ville</i>	Conservação, classificação e inventário de arquivos administrativos de uma cidade grande	G. des Marez	Bélgica	p. 354-369
8	<i>Les versements des archives des administrations</i>	Financiamento de arquivos administrativos	Gaillard Hunt	Estados Unidos	p. 112-117
9	<i>Die aufgaben, die organisation und die bisherig e tätigkeit des rheinisch-westfälischen wirtschafstarchivs zu köln</i>	As tarefas, a organização e as atividades dos arquivos do sistema westfaliano em Colônia	Mathieu Schwan	Alemanha	p. 390-398
10	<i>Anciennes minutes notariales</i>	Atas notarias antigas	F. Pasquier	França	p. 166-185
11	<i>Les registres paroissiaux en France</i>	Registros paroquiais na França	François Galabert	França	p. 118-130
11	<i>Les registres paroissiaux en Belgique</i>	Registros paroquiais na Bélgica	Jules Vannérus	Bélgica	p. 495-520
13	<i>Het Herkomst Beginsel</i>	O Princípio da Proveniência	E. Wierssum	Holanda	p. 135-143
14	<i>Les publications des adminsittrations d'archives</i>	As publicações de arquivos administrativos	H. Nelis	Bélgica	p. 144-150

QUESTÃO	TÍTULO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA	AUTOR	ORIGEM	PÁGINA
15	<i>Les recherches généalogiques</i>	As pesquisas genealógicas	François Galabert	França	p. 131-134
16/17	<i>La préparation des archivistes</i>	Preparação de arquivistas	J. Cuvelier	Bélgica	p. 301-306
18	<i>Les archives de l'État en Italie</i>	Os arquivos da Itália	Luigi Pagliai	Itália	p. 573-576
18	<i>Les jours et heures de travail, les vacances et les missions scientifiques dans 5 les archives de l'étaten Italie</i>	Dias e horários de trabalho, férias e as missões científicas em 5 arquivos estaduais na Itália	Luigi Pagliai	Itália	p. 577-578
20	<i>Comment faut-il composer la bibliothèque des dépôts d'archives ?</i>	Como se compõe a biblioteca dos serviços de arquivo?	Antonio Baiao	Portugal	p. 226-228
22	<i>Les listes de registes</i>	Listas de registro	J.-G.-C. Joosting	Holanda	p. 159-165
23	<i>De orde van den inventaris</i>	A ordem dos inventários	Samuel Muller, Robert Fruin e Johan Feith	Holanda	p. 151-158
24	<i>The work of the public archives commission of the American historical association</i>	A atuação da comissão dos arquivos públicos da Associação Histórica Americana	Waldo G. Leland	Estados Unidos	p. 463-467
25	<i>La partie administrative d'un grand dépôt d'archive</i>	A gestão administrativa de grandes arquivos	H. Stein	França	p. 229-236

Fonte: Cuvelier e Stainier (1912).

Diante da variedade de assuntos levantados, concentramo-nos, nesta subseção, na análise da questão nº 13, cujo escopo é o Princípio da Proveniência. Complementarmente, em 29 de agosto de 1910, na sessão da manhã, houve uma mesa de debates na qual se discutiu a respeito do referido Princípio, conforme debate transcrito nas páginas 633 a 636 e relatado a seguir.

Na manhã do dia 29 de agosto, o senhor Bailleu, diretor dos Arquivos do Estado da Prússia, abriu a sessão de temáticas arquivísticas com o auxílio do secretário Brouwers, conservador dos Arquivos de Estado da Prússia. Após a discussão de outras questões, passou-se a palavra a E. Wiersum, que iniciou sua fala explicando que apresentaria brevemente aspectos tratados em seu artigo sobre o Princípio da Proveniência e sua aplicação na classificação e no arquivamento dos arquivos. Wiersum (1912) informou que seu trabalho teve o apoio teórico de H. von Sybel, diretor do Arquivo Nacional da Alemanha; do senhor Hansen, arquivista da cidade de Colônia, na Alemanha; do senhor Kehr, diretor do Instituto Prussiano, em Roma; e de Natalis de Wailly. O autor afirmou ainda que visava demonstrar “os benefícios

científicos e administrativos deste sistema”, inspirado na fala de Samuel Muller, de Utrecht, que preconizava: “trata-se de um método de arquivamento segundo o qual os documentos são colocados em conjuntos e em séries dos acervos aos quais pertenciam quando esse era um organismo vivo” (WIERSUM, 1912, p. 633, tradução nossa).

Após o breve relato de Wiersum, abriu-se discussão sobre o Princípio da Proveniência. Nota-se que os participantes detalharam que os arquivos antigos estavam classificados por assuntos e mencionaram a importância do Manual dos Arquivistas Holandeses para a difusão do Princípio da Proveniência. Gijôrij de Nadudvar, arquivista de Viena, lamentou pelo Princípio da Proveniência ter sido descoberto apenas próximo do século XIX, prejudicando o ordenamento dos documentos antigos.

Luigi Pagliai¹⁸, da Itália, ressaltou que o Princípio da Proveniência estava em aplicação nos arquivos italianos e que os benefícios dessa aplicação facilitavam a pesquisa dos historiadores. No entanto, ainda se encontravam, no Arquivo de Milão, documentos organizados, classificados e arquivados por assunto ou por grandes temas, o que prejudicava a sua pesquisa e a recuperação. Inclusive, ele acentuou que os próprios historiadores notavam que os documentos que não estavam organizados segundo o Princípio da Proveniência perderam o fio condutor que os guiava na pesquisa histórica.

O presidente da sessão, então, fez a leitura da premissa proposta por E. Wiersum: “O Princípio da Proveniência é o melhor sistema a ser adotado para classificar e inventariar um arquivo, não apenas do ponto de vista da classificação lógica dos documentos, mas também para bem atender aos interesses dos estudos históricos” (WIERSUM, 1912, p. 635, tradução nossa)¹⁹. A proposição foi posta em votação e, por unanimidade, aprovada pelos participantes.

Pode-se inferir que os arquivistas participantes concordaram que a aplicação do referido princípio era essencial para a manutenção das relações orgânicas dos conjuntos, assim como preconizavam os arquivistas holandeses (MULLER, FRUIN, FEITH, 1970). Identificamos que se tem como referência teórica a noção de fundo francesa, pois Wiersum (1912) mencionou os estudiosos que embasaram seu texto. O Princípio da Proveniência tratado na sessão é, desse modo, relacionado com a organicidade e o respeito aos fundos, isto é, a reunião de documentos de uma mesma proveniência, sem misturá-los aos documentos de outra proveniência.

¹⁸ Chefe da seção dos arquivos do Estado de Florença, na Itália.

¹⁹ No original: “*Le principe de provenance est le meilleur système à adopter pour classer et inventorier un fonds d'archives, non seulement au point de vue du classement logique des pièces mais aussi dans l'intérêt bien compris des études historiques*” (WIERSUM, 1912, p. 635).

Em seu texto, Wiersum (1912) finalizou que o Princípio da Proveniência não teve data de criação ou de descoberta, mas que, assim que a regulação da Arquivologia iniciasse nos países, conseqüentemente o Princípio da Proveniência viria à tona. Por isso, sua aplicação pode ser verificada em séculos anteriores aos marcos históricos e legais. Ele mencionou, ainda, o uso do Princípio da Proveniência em 1874, por Heirich von Sybel, na Prússia; no século XVIII, por Hansen, em Colônia (Alemanha); e na França, na circular francesa de 1841, segundo ele elaborada por Natalis de Wailly e implementada por Gustave Servois, diretor do Arquivo da França entre 1897 e 1902. Em razão da demora em aplicar o princípio, Wiersum (1912) descreveu que Wailly asseverou que os fundos foram desfeitos e a história francesa foi prejudicada.

Além disso, Wiersum (1912) registrou aplicações do Princípio da Proveniência em:

- Zurique, nos Arquivos Estatais, a partir das ações do arquivista Schweizer;
- Itália, nos Arquivos Estatais de Nápoles, na classificação e organização dos arquivos, e nos Arquivos de Veneza, em 1850, por Clemente Lupi, após ele ter ido à Paris conhecer e estudar os métodos franceses;
- Nos países escandinavos, em 1903, quando foi publicado um decreto, em 22 de maio, com instruções sobre a aplicação do Princípio da Proveniência;
- Na Dinamarca, em especial; o arquivista Secher informou, em uma palestra ministrada na Alemanha, que o Princípio da Proveniência já estava em aplicação há mais de 50 anos. Wiersum (1912) relatou que Secher descreveu que, em 1861, Johan Grudtvig reconheceu a necessidade de organização dos acervos segundo sua proveniência e levando em consideração as relações orgânicas.
- Bélgica, em 1837, quando o arquivista Gachard estabeleceu que o único sistema de organização utilizado fosse por meio do Princípio da Proveniência.

Wiersum (1912) mencionou também o Manual dos Arquivistas Holandeses e o impacto que sua publicação teve na Arquivologia internacional. Ele afirmou que a disseminação do Princípio da Proveniência se deu muito pela ampla difusão do manual na comunidade. No entanto, alertou que a aplicação rigorosa do Princípio da Proveniência pode, por vezes, ocasionar prejuízos do ponto de vista histórico, sobretudo na perspectiva holandesa, cuja base é a manutenção da ordem original, tornando inviável a reconstrução de alguns conjuntos. Essa constatação nos leva a compreender que o restabelecimento da ordem original pode desvirtuar a organicidade, o que descaracteriza os documentos de arquivo.

Dessa forma, pelos documentos do congresso em tela, podemos afirmar que o Princípio da Proveniência foi de fato consensualmente aceito, tendo em vista as evidências apresentadas

por Wiersum (1912). Contudo, há diferenças nas interpretações e nas aplicações do Princípio da Proveniência: há uma visão voltada para o respeito aos fundos e à noção de fundo francesa e outra perspectiva voltada para o respeito à ordem original, visão esta apoiada pelos arquivistas holandeses e utilizada em países como Alemanha, Dinamarca e a antiga Prússia.

Essa diferenciação trouxe aplicações diversas. Enquanto a visão francesa de respeito aos fundos se preocupava com a união de documentos em um mesmo fundo de arquivo, considerando as relações orgânicas dos documentos, a visão holandesa voltava-se para o restabelecimento da ordem de produção dos documentos, tendo por base as funções e as atividades das instituições. Não se pode desabonar nenhuma das duas perspectivas, pois em ambas se percebe o respeito ao Princípio da Organicidade, essencial para a identificação dos documentos de arquivo.

Por fim, não verificamos, nos anais do congresso, menção à aplicação intelectual do Princípio da Proveniência. Acreditamos, com isso, que os arquivistas da época estavam concentrados em organizar as massas documentais de outrora, que passaram por guerras. Inferimos também que o Princípio da Proveniência discutido em 1910 era mais voltado aos documentos históricos do que aos documentos administrativos.

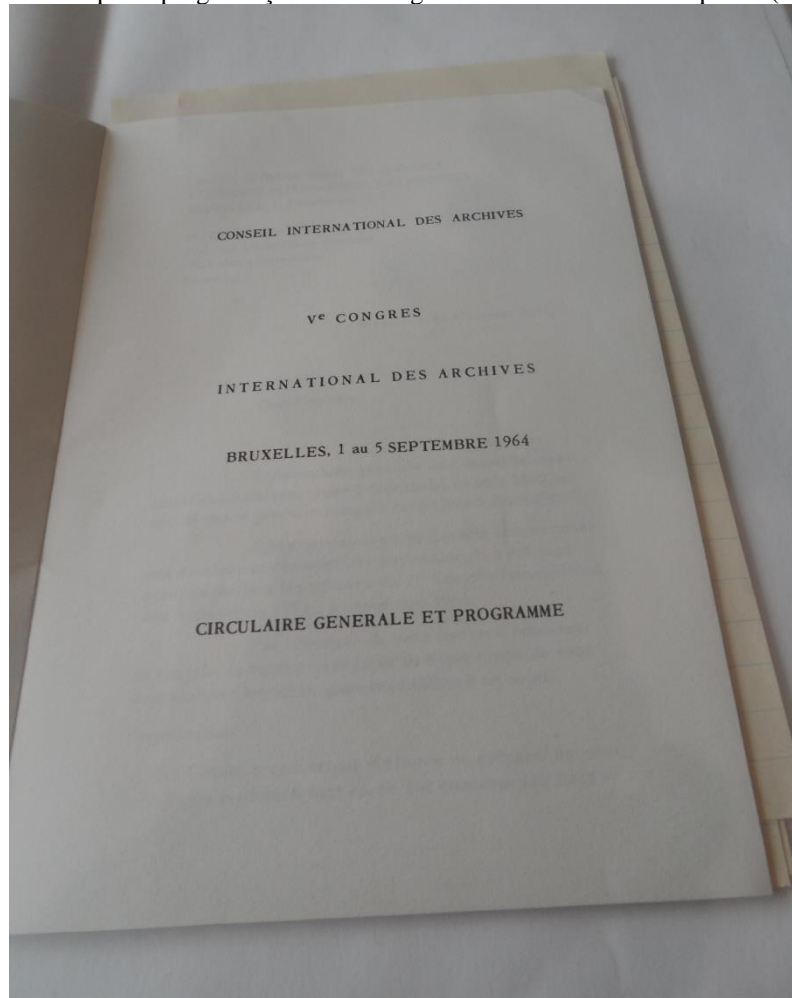
2.2.2 *Fifth International Congress on Archives (1964)*

O *Fifth International Congress on Archives* (V Congresso Internacional de Arquivos)²⁰, organizado pelo *International Council on Archives* (ICA), aconteceu de 1 a 5 de setembro de 1964, no *Palais des Congrès* em Bruxelas, reunindo mais de 800 arquivistas de todo o mundo. Os trabalhos e as discussões foram registrados no 14º volume da revista *Archivum*²¹, publicada em 1968. Até a apresentação desta pesquisa, não tivemos acesso pleno à referida revista, mas acessamos os documentos recolhidos ao *Archives Nationales de France* a respeito do congresso em tela, inclusive o discurso de abertura, alguns relatos (LA GAZETTE DES ARCHIVES, 1964) e parte do volume da *Archivum* (CONSEIL INTERNACIONAL DES ARCHIVES, 1964). Complementarmente, localizamos o relato de Frank Evans (1966), diretor do Arquivo Nacional Americano, publicado na *The American Archivist* de 1966, sobre as questões postas por ele no evento.

²⁰ *V Congrès International des Archives à Bruxelles.*

²¹ DUCHEIN, Michel. *Archivum: Proceedings of the Fifth International Congress on Archives, 1964. Archivum*, v. 14, G. Saur Verlag, Munich, 1968.

Figura 8: Capa da programação do V Congresso Internacional de Arquivos (1964).



Fonte: Archives Nationales de France (1964).

No primeiro dia do evento, houve uma reunião apenas para os membros da Assembleia Geral, quando discutiram assuntos administrativos do Conselho, como a aprovação de um novo regimento, a substituição de membros falecidos – dentre eles, Theodore Roosevelt Schellenberg –, ou destituídos e a eleição de membros honorários. Estavam presentes: Ingvar Andersson²², Etienne Abbe²³, Henryk Altman²⁴, Gennadyj Belov²⁵, Frank Evans²⁶, Lieberich²⁷, Antonio Matilla Tacón²⁸, Leopoldo Sandri²⁹, Gustave Vaucher³⁰ e Guy Dusbosq³¹.

²² Presidente do **CIA**.

²³ Vice-Presidente do **CIA** e arquivista-geral do Arquivo Nacional da Bélgica.

²⁴ Diretor geral do Arquivo da Polônia.

²⁵ Diretor dos Arquivos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

²⁶ Diretor da seção de Arquivos e Projetos dos Arquivos Cíveis do Arquivo Nacional dos Estados Unidos.

²⁷ Diretor do Arquivo do Estado da Baviera.

²⁸ Inspetor do Arquivo da Espanha.

²⁹ Superintendente do Arquivo da Itália.

³⁰ Arquivista estatal de Gênova e secretário geral do **CIA**.

³¹ Membro do **CIA**, responsável pela organização do arquivo do Conselho.

A abertura oficial do Congresso aconteceu no dia 2 de setembro, com um discurso do Ministro da Educação e Cultura da Bélgica, o senhor Henri Janne (1964). Sua fala iniciou destacando a atuação da Unesco no pós-guerra, sobretudo nas questões culturais e científicas, culminando na criação do ICA, em 1948. Como destaque da atuação do ICA, está a realização dos congressos internacionais de arquivos e das mesas redondas, além da publicação da revista *Archivum*, que propiciaram à comunidade científica da área ganhar espaço e reconhecimento. O ministro mencionou ainda que o ICA tem grande papel na institucionalização dos arquivos no mundo, a partir da promoção de eventos como o referido congresso, que acontece a cada três ou quatro anos.

Janne (1964) expôs também que os arquivos são a memória da humanidade e testemunhos do progresso da sociedade e não apenas instrumentos de história. Por essa razão, tendo apoio nessa afirmação, ele concluiu que havia muitos pontos de discussão a serem abordados na programação do evento, como a gestão dos arquivos contemporâneos, os problemas na classificação dos documentos, os dissensos quanto à terminologia, a conservação, a normatização e a acessibilidade. Ele enfatizou ainda que não se pode desconsiderar o importante papel do arquivista em todas as discussões.

No dia 2 de setembro, foram discutidos os problemas de classificação dos documentos antigos (anteriores a 1800) e modernos. Destaca-se a apresentação de Johanne Papritz, diretor do Arquivo Estadual de Marburg, e Antal Szedo, diretor do Arquivo de Budapeste, sobre a problemática da dicotomia entre arquivos antigos e arquivos modernos. Já no dia 3 de setembro, Sandri presidiu a mesa que discutiu “a adaptação dos meios mecanográficos aos arquivos” (LA GAZETTE DES ARCHIVES, 1964, p. 126), seguida de um debate mediado por Liberich sobre a publicação de arquivos. Na sequência, Justi, prefeito dos Arquivos do Vaticano, apresentou um relatório sobre os arquivos eclesiásticos, bem como sua organização e sua classificação. No dia 4, o tema central foi a preservação, a descrição e o papel do arquivista. M. Uytter-Brouck, arquivista e paleógrafo do Arquivo Nacional da Bélgica, presidiu a sessão sobre o recrutamento e o desenvolvimento desses profissionais nos arquivos estaduais. No dia 5, os participantes fizeram uma visita a arquivos locais.

Pelos relatos analisados (LA GAZETTE DES ARCHIVES, 1964), percebemos que houve a preocupação de se fazer uma transição entre a definição do Princípio da Proveniência aplicada aos documentos antigos para a sua definição voltada aos documentos modernos. À medida que os documentos de arquivo evoluíram, a definição do Princípio da Proveniência se tornou mais “rarefeita”, ou seja, tornou-se mais intelectual e menos física.

Evans (1966) lembrou que, após o Congresso de Bruxelas (1910), os arquivos do mundo se esforçaram para aplicar o Princípio da Proveniência, que tinha, em sua essência, a predominância da noção francesa de respeito aos fundos. Relatou que, nos dois anos que seguiram ao evento, muitos percalços obstaram a plena aplicação do Princípio da Proveniência, sendo parte dos problemas advinda: dos profissionais que trabalhavam nos arquivos e que tinham preferência pela classificação temática; e da inaplicabilidade do Princípio da Proveniência aos arquivos antigos. Segundo ele, em 1913, o Princípio da Proveniência foi revisado conceitualmente, quando se propôs uma aplicação mais voltada à classificação de documentos. Além disso, o autor mencionou que em 1914, houve outro congresso de arquivistas, a segunda edição do Congresso Internacional de 1910, quando se concordou que o “Princípio de respeito aos fundos é o princípio arquivístico da classificação” (EVANS, 1966, p. 246, tradução nossa).

Após esse período, iniciou-se a 1ª Guerra Mundial, e Evans (1966) lembra que os arquivos, inclusive os americanos, debruçaram-se na organização e na institucionalização de suas atuações. Nessa época, houve a publicação de leis por todo o mundo, regulando a gestão de documentos e a aplicação do Princípio da Proveniência, além da criação de Arquivos Nacionais ou a reformulação dos arquivos existentes. Assim, o Princípio da Proveniência se fortaleceu e ganhou novos olhares, sobretudo do ponto de vista da aplicação física, quando, em meados dos anos 1940, urgiram discussões sobre o “como” seria factível essa aplicação.

O autor elucidou ainda que, entre 1950 e 1960, muitas discussões e análises aconteceram nos Estados Unidos, na França, Holanda, Dinamarca e Suíça sobre o princípio supracitado, quando se concluiu que ele engloba várias características das funções que os documentos de arquivos representam. Essas funções, por sua vez, determinam sobremaneira os critérios pelos quais os documentos são organizados e a forma pela qual a organicidade se apresenta. Por fim, Evans (1966) complementou que a abordagem funcional, ou seja, segundo a organicidade dos documentos, encaixa-se melhor nos complexos e crescentes conjuntos documentais.

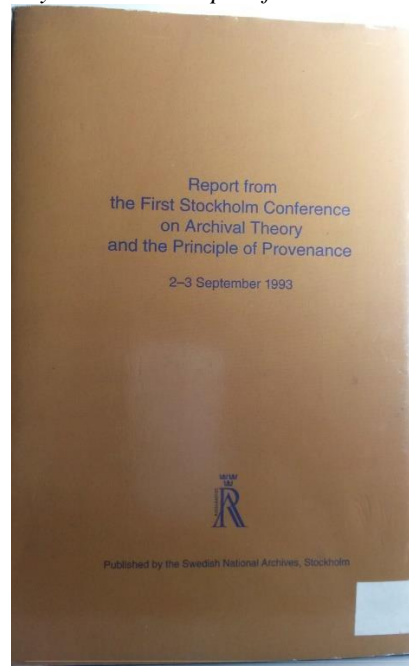
Ao analisar as informações desta subseção, podemos, então, afirmar que, entre o congresso de 1910 e o congresso de 1964, houve mudanças do modo de pensar e aplicar o Princípio da Proveniência, trazendo ao público discussões e interpretações de que ele pode permanecer como fundamento teórico, sendo observadas, nos conjuntos documentais, as relações orgânicas e as funções dos documentos. A aplicação física desse princípio nos documentos como um método de arquivamento é, portanto, opcional e não regra absoluta, desde que sua essência seja respeitada. Inferimos, ainda, que o Princípio da Proveniência se amplia à

medida que as funções e as tipologias de documentos se tornam mais complexas. Logo, podemos dizer que o *habitus* da Arquivologia registrado no Congresso de 1964 se alimenta de uma compreensão de que o Princípio da Proveniência é um instrumento mais voltado para os documentos de valor primário, cujo objetivo está na melhor manutenção das funções das instituições.

2.2.3 *First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance* (1993)

O 1º Congresso de Stockholm aconteceu nos dias 2 e 3 de setembro de 1993, em comemoração ao 375º aniversário do Arquivo Nacional da Suíça. Teve como tema principal o Princípio da Proveniência nas mais diversas formas de aplicação, sejam elas físicas e/ou intelectuais. Não tivemos acesso às fontes primárias do congresso, mas acessamos o livro *The Principle of Provenance: Report from First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance* (SWEDISH NATIONAL ARCHIVES, 1994), publicado pela instituição e no qual os relatos e comunicações apresentados no evento foram compilados.

Figura 9: Capa do livro *The Principle of Provenance: Report from First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance*



Fonte: Swedish National Archives (1993).

O livro apresenta 12 comunicações, um texto introdutório, um resumo do livro, a programação e a lista de presença do evento. Os 12 autores³² são: Alf Erlandsson³³, Angelika Menne-Haritz³⁴, August Wiemann Eriksen³⁵, Bjorn Lindh³⁶, Christine Pétilat³⁷, Claes Granstrom³⁸, Erik Norberg³⁹, Maria Guercio⁴⁰, Martin Holmgren⁴¹, Michael Roper⁴², Peter Horsman⁴³, Raimo Pohjola⁴⁴ e Rosana Andrés Díaz⁴⁵. Com forte tradição arquivística e contribuições para a construção do Princípio da Proveniência, segundo Nesmith (1996), o congresso trouxe à luz a importância de incluir, na agenda da comunidade arquivística, discussões sobre o Princípio da Proveniência, sobretudo sobre sua aplicação para os documentos digitais e eletrônicos.

Consensualmente, os 12 autores entenderam que, por longos períodos, o Princípio da Proveniência foi o “calcanhar de Aquiles” da Arquivologia (HORSMAN, 2002), pois muito se discutiu e pouco se concordou sobre ele. Para eles, a insistência em aplicá-lo, da mesma forma, a todos os acervos, tendo como base a noção francesa de respeito aos fundos, não funciona e causa grandes danos à organicidade dos conjuntos documentais. Os autores foram categóricos ao afirmar que a aplicação, sobretudo fisicamente falando, deve ser analisada, estudada, discutida e adaptada. Quando trazida ao mundo digital, a lacuna torna-se ainda maior e leva, à mesa de discussões, a necessidade de reinventar a aplicação do Princípio da Proveniência (GUERCIO, 1993).

Os autores concordam que inicialmente o Princípio da Proveniência possuía um cunho mais custodial, ou seja, era pautado nos arranjos documentais, tal como preconizava Hilary Jenkinson (1965). Com o passar do tempo, os documentos de arquivo ganham novas funções e

³² As descrições dos cargos dizem respeito às apresentadas no livro em 1993.

³³ Arquivista do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington-DC e ex-chefe do Departamento de Arquivos na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque.

³⁴ Diretora da Escola Alemã de Arquivologia em Marburg e membro do Programa de Gestão de Comissões, da Comissão da Seção de Treinamento e Capacitações do ICA e do grupo de trabalho para terminologias do ICA.

³⁵ Diretora-Geral do Arquivo Nacional da Dinamarca, em Copenhagen.

³⁶ Diretor do Arquivo Nacional da Suíça e diretor do projeto de terminologias do ICA.

³⁷ Arquivista-chefe e chefe da missão do Arquivo Nacional da França, em Paris, e membro da Comissão de arquivos correntes e sistemas de gestão de documentos e avaliação documental.

³⁸ Secretário da Comissão de Assuntos Jurídicos e Legais do ICA e diretor do Arquivo Nacional da Suíça.

³⁹ Diretor-Geral do Arquivo Nacional da Suíça e vice-presidente do ICA.

⁴⁰ Arquivista do Serviço de Arquivo Central Italiano em Roma e secretária da Comissão de Arquivos Correntes e Sistemas de Gestão de Documentos e Avaliação Documental.

⁴¹ Conselheiro legal do Ministro da Justiça suíço.

⁴² Ex-arquivista do Departamento de Documentos Setoriais de Londres e membro honorário do ICA.

⁴³ Diretor do Arquivo Nacional da Holanda, em Hague, e chefe da Comissão de Automação Aplicada aos Arquivos do ICA.

⁴⁴ Diretor do Arquivo Nacional da Finlândia, em Helsinki.

⁴⁵ Arquivista do Departamento de Arquivos em Madrid e membro do comitê editorial das revistas *Archivum* e *Janus*.

relacionam-se, cada vez mais, com as razões que motivaram sua criação. Com os avanços em torno das discussões e das aplicações do Princípio da Proveniência, inclusive nos suportes eletrônicos e digitais, tem-se concepções mais intelectuais a seu respeito.

Percebe-se que, no tocante à sua definição e à sua origem, há o entendimento de que o Princípio da Proveniência surgiu na França, oficialmente em 1841 (HORSMAN, 1993; LINDHT, 1993; POHJOLA, 1993), vinculado à noção de respeito aos fundos. Todavia, há outros registros sobre a concepção do Princípio da Proveniência em outros países europeus, voltado para a noção de respeito à ordem original. Granstrom (1993) mencionou, por exemplo, que, na própria França, passado o furor da “novidade”, fez-se uma divisão do Princípio da Proveniência em dois graus: *les respect des fonds* e *le respect de l'ordre intérieure*. Até o estabelecimento do Princípio da Proveniência, o “princípio da pertinência” (segundo o qual os documentos devem ser organizados conforme seu assunto, independentemente da proveniência) era aplicado frequentemente aos acervos. A transição deu-se preponderantemente em razão da dificuldade de recuperação dos documentos, uma vez que a organicidade era desfeita ou de alguma forma comprometida.

Nesse processo, notou-se que, ao descrever a trajetória do Princípio da Proveniência em seus países, os autores citaram personalidades que tiveram reconhecida participação na sua institucionalização, como observado no Quadro 3.

Quadro 3 - Contribuições de autores europeus - Princípio da Proveniência.

PAÍS	ANO	AUTOR CITADO	CONTRIBUIÇÃO	OBRA
Alemanha	1880	Max Lehmann	Foi o primeiro a falar do Princípio da Proveniência.	Erlandsson (1993)
Suíça	1903	Emil Hildebrand	Escreveu artigo que promove a utilização do Princípio da Proveniência no Sistema de Arquivo Suíço.	Granstrom (1993)
Alemanha	Não informado	Heinrich von Sybel	Cessou a utilização da pertinência e propôs o Princípio da Proveniência.	Erlandsson (1993)
França	1841	Natalis de Wailly	Enunciou o Princípio da Proveniência na França a partir de uma circular.	Horsman (1993)
Suécia	Não informado	Carl Weibull	Propôs a aplicação do Princípio da Proveniência, revendo a noção de fundo.	Horsman (1993)

Fonte: elaboração própria (2020).

No âmbito da aplicação, assim como no da definição, há perspectivas diferentes. Em alguns locais, apoia-se a aplicação tendo como base a noção de respeito aos fundos e, em outros, a noção de respeito à ordem original. Há ainda uma concepção mista que considera ambas as noções como elementos da proveniência, conhecida como duplo grau da proveniência. Para Pohjola (1993), o duplo grau compreende o respeito aos fundos e o respeito à ordem original

como duas dimensões do Princípio da Proveniência. A dimensão do respeito aos fundos representa a sua dimensão externa, na qual os documentos de uma determinada proveniência não podem ser misturados a documentos de outra proveniência. Já a dimensão de respeito à ordem original, dimensão interna, define que os documentos devem ser mantidos na ordem em que foram produzidos.

Observamos, assim, a tentativa de uma adaptação do Princípio da Proveniência às práticas arquivísticas, especialmente aos novos métodos de classificação contemporâneos que alcançam, inclusive, os suportes digitais. Granstrom (1993) e Lindh (1993) asseveram que as inúmeras formas de interpretar o Princípio da Proveniência resultaram em uma diversidade terminológica difícil de se gerenciar e compreender. Menne-Haritz (1993) completa que o entendimento do Princípio da Proveniência deve ultrapassar a terminologia e posicionar-se como um instrumento de análise, apresentação e preservação de fontes primárias dos documentos, de maneira funcional.

Nesse sentido, concluímos que o 1º Congresso de Stockholm trouxe outro significado à definição e à aplicação do Princípio da Proveniência, ampliando-o para uma perspectiva mais lógica, intelectual, especialmente quando aplicado aos documentos em ambientes digitais. Pudemos identificar, assim, a demonstração de que o Princípio da Proveniência foi reafirmado, revitalizado e ganhou novas visões e aplicações, mais flexíveis em sua essência e menos presas ao arranjo físico dos documentos. Se observarmos essa ressignificação, veremos que ela foi gradativa, ou seja, foi tomando espaço nas discussões científicas postas nos eventos desde o Congresso de Bruxelas (1910) até o Congresso de Estocolmo (1993).

2.3 Configurações do *habitus* da Arquivologia: trajetórias dos autores

Ao longo de sua trajetória, a Arquivologia demonstra, por meio de seus manuais científicos, que, apesar de historicamente a teoria arquivística decorrer das práticas, os registros científicos formais são efetuados, apresentados e legitimados pela comunidade científica arquivística no campo da informação (MARQUES, 2011), o qual, para a estudiosa, configura-se como o espaço dessa disciplina no Brasil, atualmente. No entanto, o contexto, as razões e os locais pelos quais os manuais foram concebidos por seus autores não são amplamente conhecidos pela comunidade científica. Por esse motivo, trazemos, nesta seção, a biografia “arquivística” dos autores dos manuais internacionais (Apêndice A), com o objetivo de contextualizar a forma como o *habitus* da Arquivologia foi construído e registrado nos manuais

– que serão analisados no capítulo 3 da presente pesquisa –, caracterizando-lhe como um “transcendental histórico” (BOURDIEU, 2001) a partir e em decorrência dessas obras.

Nos estudos realizados para esta seção, não encontramos informações biográficas de Catharine Bailey (1986), José Manuel Mata Castillon (1983) e Luiz Contrebas Nuñez (1983). Esses autores, portanto, não foram mencionados ou considerados para fins de análise. De Ann Pederson (1983), autora australiana, descobrimos duas resenhas de seu livro, mas sem informações biográficas. Sobre Richard Berner (1983) não obtivemos muitas informações pessoais: localizamos um guia de fundo de seu fundo pessoal, recolhido ao Arquivo de West⁴⁶, o qual apenas informa que, em 1967, ele foi nomeado chefe da Divisão de Arquivos e Manuscritos das Bibliotecas da Universidade de Washington e que seu trabalho foi um marco para a Arquivologia americana.

2.3.1 Arquivistas holandeses

Para que possamos compreender a atuação dos arquivistas holandeses – Muller, Feith e Fruin (1973) –, apresentamos a biografia de dois outros holandeses, Victor de Stuers e Theodore van Riemsdijk, os quais contribuíram para a publicação do *Manual de arranjo e descrição*, de autoria dos três primeiros. Essa contribuição não foi, em alguns momentos, pacífica. Pelo contrário, ela foi, por vezes, conflituosa e contraditória, mas não pode ser ignorada, tendo em vista que se trata do *habitus* acontecendo e do capital científico atuando na regulação do campo científico arquivístico.

Por volta de 1800, o governo holandês iniciou projetos que puderam consolidar as práticas arquivísticas, liderados preponderantemente por dois arquivistas: Victor De Stuers e Theodore van Riemsdijk (RIDENER, 2009). Em 1874, ainda havia muitos problemas nos métodos, nas técnicas e nas teorias sobre os arquivos holandeses. Muller afirmava que, nos tratamentos dos arquivos na Holanda, nesse período, várias lacunas podiam ser identificadas nos procedimentos feitos no âmbito dos arquivos públicos. Havia empirismo e práticas esparsas que dificultavam a recuperação dos documentos (BRICHFORD, 1982; KETELAAR, 1996).

Em março de 1874, o governo desse país criou uma comissão (*Comission of Advisors*), cujo objeto era o tratamento de monumentos históricos e obras de artes. Victor De Stuers foi nomeado seu secretário e, após o trabalho da comissão, foi designado chefe do Departamento

⁴⁶ As informações completas de acesso ao fundo estão disponíveis em: <<http://archiveswest.orbiscascade.org/ark:/80444/xv25680>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

de Artes e Ciências do Ministério do Interior. De Stuers se tornou uma das figuras importantes para a configuração da Arquivologia holandesa e apoiou outros arquivistas nessa tarefa, como Robert Fruin, um dos autores do manual holandês de 1898. Nesse contexto, o apoio de De Stuers foi denominado por Brichford (1982) como um apadrinhamento, no qual ele era considerado um “*Dutch Uncle*” (padrinho) de Fruin.

Descrito como sendo a força motriz do departamento, De Stuers liderou o projeto de reorganização dos sistemas de arquivo e dos depósitos das províncias. Para dar andamento ao projeto, convidou Theodore van Riemsdijk e Samuel Muller para trabalharem em arquivos provinciais. As províncias de Guelderland e de Utrecht passaram a ser responsabilidade de Theodore van Riemsdijk e Samuel Muller, respectivamente, sendo as primeiras a programarem os projetos, os quais objetivavam a preparação de programas de gestão a partir do projeto aprovado pelo Ministro do Interior (KETELAAR, 1996). Muller e van Riemsdijk foram enviados para as respectivas províncias a fim de atuarem na organização das massas documentais e produzirem inventários desses documentos.

De Stuers e Muller, utilizando suas influências e forças políticas, organizaram a Associação dos Arquivistas Holandeses – *Vereeniging van Archivarissen* (VAN) –, fundada em Haarlem, em 17 de junho de 1891. Muller, então, assumiu a sua presidência entre 1891 e 1910. A associação patrocinou a produção do manual publicado em 1898 (MULLER; FEITH, FRUIN, 1973). Uma das ações de Victor De Stuers foi a convocação da associação para renovar a teoria e as práticas da Arquivologia holandesa. O impulso de Victor no chamamento da comunidade arquivística da Holanda alavancou ações realizadas por diversos teóricos, em especial Muller, Robert Fruin e van Riemsdijk (KETELAAR, 1996)

Theodore van Riemsdijk foi arquivista-geral da Holanda até 1912. Ele era da mesma idade e geração de Samuel Muller. Ambos gostavam de estudar História e iniciaram suas trajetórias como arquivistas nos anos 1870, a convite de De Stuers. Van Riemsdijk foi nomeado arquivista da cidade de Zwolle em 1874 e, antes de se mudar para lá, auxiliou Muller nos Arquivos de Utrecht, a pedido de De Stuers. Muller estava um pouco à frente de van Riemsdijk em razão das palestras e dos estudos que fez na *L'École Nationale de Chartes* (ENC). Todavia, Ketelaar (1996) afirma que Muller se sentia “enciumado”, pois van Riemsdijk se dedicou a estudar a estrutura organizacional das instituições em que trabalhava. Ele adentrava nas relações orgânicas que os documentos guardavam, o que fazia com que seus inventários tivessem um nível de complexidade e de completude reconhecido pelos pesquisadores e pelo governo holandês.

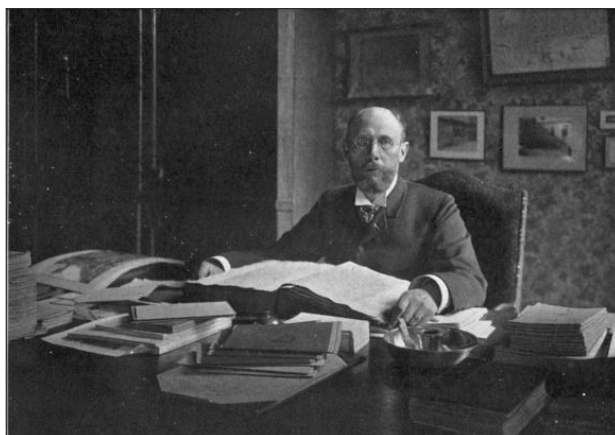
Ketelaar (1996) descreve que van Riemsdijk foi o primeiro pesquisador em teorias arquivísticas da Holanda e que Muller, apesar de entender a importância da teoria, preferia se dedicar à prática. Em 1877, van Riemsdijk reconheceu que os documentos deveriam ser organizados segundo sua acumulação, observando-se a organicidade dos conjuntos, e que deveriam ser ordenados segundo o respeito à ordem original. Ele chegou a desenvolver pesquisas sobre o ordenamento original dos arquivos e um de seus principais trabalhos foi “*van Riemsdijk’s book of 1885*”, voltado à descrição detalhada dos procedimentos que deveriam ser aplicados aos documentos de chancelaria, com a base em análise diplomática.

Essas breves biografias nos auxiliam a compreender a sequência de fatos que levaram à elaboração do manual dos arquivistas holandeses, de 1898 (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), e sua tradução para o português. Passemos, então, à biografia dos seus autores.

2.3.1.1 Samuel Muller

Samuel Muller nasceu em 22 de janeiro em 1848, em Amsterdam, e era filho de um antiquário e vendedor de livros. Na época de seu nascimento, urgiam, na Europa Ocidental, movimentos de incentivo ao fomento da história e da erudição (Renascentismo holandês). Formado em Direito pela Universidade de Amsterdam e em História pela Universidade de Leiden, casou-se com Amria F-Geertruida Lufs e teve dois filhos e uma filha. Entre 1860 e 1862, foi enviado a Utrecht, pelo pai, para que finalizasse seus estudos primários. Em 1864, estudou em Amsterdam ao mesmo tempo em que trabalhava com seu pai (dono de uma livraria de livros antigos e raros muito famosa na região). Após esse período, Muller se dedicou ao estudo de História (GRAAFHUIS, 2013).

Figura 6: Samuel Muller em seu escritório.



Fonte: Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas (1910).

Em 16 de abril de 1872, obteve seu título de doutor em Direito, com a tese *Mare clausum. Bijdrage tot de geschiedenis der rivaliteit van Engelanden Nederland in de zeventiende eeuw* (*Mare clausum: contribuição para a história da rivalidade entre Inglaterra e Holanda no século XVII – tradução nossa*). Em 1873, ele recebeu o prêmio honorário da Sociedade Provincial de Artes e Ciências de Utrecht pelo seu estudo *Geschiedenis der Noordsche Compagnie* (*Histórico da Companhia do Norte – tradução nossa*). Graafhuis (2013) relata que esse estudo premiado foi uma resposta a questionamentos postos pela sociedade sobre os conflitos e as relações entre Holanda, Inglaterra, Dinamarca e Suécia nos mares árticos.

Em 2 de fevereiro de 1874, aos 26 anos, Muller foi nomeado arquivista do município de Utrecht e, em 1879, foi designado arquivista da Província, por indicação de Victor De Stuers, onde permaneceu até 1918, quando tinha 70 anos. Ainda segundo relatos de Graafhuis (2013), a indicação para o cargo se deu em razão do seu senso histórico e de seu zelo pela memória. Seu cargo lhe concedeu muita experiência nas áreas dos arquivos, assim como grande influência institucional e política. Ele atuou diretamente na elaboração e na publicação da Lei dos Arquivos Holandeses, em 1918, e na fundação da Associação dos Arquivistas Holandeses, como mencionado. Nos Países Baixos, como um todo, sua atuação perpassou a organização de arquivos históricos, análises diplomáticas de cartas antigas, análises de selos, além da disseminação e da aplicação do respeito à ordem original.

Logo que assumiu em Utrecht, Muller iniciou a elaboração de um inventário⁴⁷ dos arquivos, como parte do projeto de reestruturação do sistema de arquivos holandês, liderado por De Stuers. Cabe destacar que na época não havia muita diferenciação entre arquivo, bibliotecas e museus. Desse modo, o trabalho de Muller envolvia documentos de arquivos, livros, materiais arqueológicos e artefatos museológicos. Ele realizou um extenso trabalho de levantamento e inventário das coleções da biblioteca e do museu de Utrecht. Em alguns momentos, recebeu o auxílio técnico e teórico de van Riemsdijk. Muller elaborou, ainda, documentos que descreviam a importância desse material para a história local e regional. Ineditamente na Holanda, ele trabalhou na política de acesso a esses documentos e materiais históricos, disponibilizando-os para pesquisadores. Foi reconhecido como o maior arquivista que lançou ideias modernas aos arquivos de seu país e contribuiu tanto para as práticas quanto para a teoria arquivística holandesa (GRAAFHUIS, 2013).

⁴⁷ O inventário que as fontes apontam equivale a políticas e programas de gestão arquivística de documentos.

Quando iniciou os trabalhos nos arquivos provinciais em 1879, Muller encontrou desordem e massas documentais acumuladas. Segundo Brichford (1982), os documentos eram acondicionados em caixas de cigarros e chovia dentro dos depósitos. Os documentos de uso frequente permaneciam próximos às mesas dos arquivistas, que era o lugar mais seguro e que garantia o acesso a eles. Muller iniciou a organização desses acervos do mais recente para o mais antigo. Em 1880, publicou um documento que apresentava o projeto de organização das massas documental, o qual foi amplamente divulgado na Holanda, com o auxílio de Robert Fruin. Muller também se aproveitava de seu prestígio para disseminar suas ideias e suas publicações.

Contrário à classificação temática utilizada na época, Muller defendia a utilização da organização com base no respeito à ordem original, pois pensava que os documentos deveriam manter seu caráter orgânico e natural. Esse entendimento veio, segundo Brichford (1982), a partir do estágio que Muller fez na ENC em Paris, em 1873, onde teve aula com De Montaignon⁴⁸ sobre paleografia e organização de arquivos. O autor descreve que as lições sobre o respeito aos fundos dadas por De Montaignon foram contundentes para as ideias impressas no manual de 1898 e ressoavam na mente de Muller enquanto elaborava os inventários e organizava as massas documentais. Há dez manuscritos de Muller do período em que esteve em Paris, os quais estão preservados na biblioteca do Arquivo Nacional Holandês, em Hague (HORSMAN, 2002). A passagem de Muller em Paris aconteceu antes de ele assumir o cargo de arquivista de Utrecht.

Em 1885, Muller foi convidado e nomeado como membro da *Royal Academy of Sciences*. Aceitou prontamente e efetuou a descrição de documentos legais da época medieval de Utrecht. A partir desse trabalho, publicou três volumes de instrumentos de pesquisa com a discriminação das séries documentais desse conjunto. Essa foi uma grande contribuição de Muller para a preservação da história e da memória holandesa e, por meio desses trabalhos, ele alcançou mais prestígio entre os pesquisadores e o governo (HORSMAN, 2002).

Além disso, ele foi convidado algumas vezes para lecionar na Universidade de Utrecht (1893) e de Amsterdam (1889). Todavia, não se considerava um bom orador, preferindo contribuir para a academia com seu trabalho prático. Ele era reconhecido nacionalmente por ser um renomado teórico e líder na comunidade arquivística holandesa e possuía grande influência nos ambientes de trabalho.

⁴⁸ Arquivista francês e paleógrafo da ENC.

Muller, de acordo com as fontes pesquisadas, era uma figura antagônica, pois, ao mesmo tempo em que se colocava como um grande líder, inovador e visionário, gostava de articulações políticas e conquistou “inimigos” na comunidade arquivística. Sua personalidade forte e a forma como acreditava que a gestão dos arquivos deveria acontecer foram alvos de críticas e discordâncias. Brichford (1982) relata que seu prestígio veio a partir de dois fatos: sua atuação como arquivista provincial e sua diferença com Theodore van Riemsdijk, com quem trabalhou no projeto de organização dos sistemas de arquivos liderado por Victor De Stuers. Ambos tiveram que trabalhar e estudar as melhores práticas para arranjar os documentos históricos do estado. Eles também auxiliaram De Stuers na formatação de uma política de arquivos nacional. Em termos de trabalho, eram próximos; em termos teóricos, possuíam suas diferenças. Eles concordavam sobre a importância da organicidade dos arquivos e da manutenção da ordem original. No entanto, discordavam quanto à participação do arquivista na análise, na indexação e na elaboração de instrumentos de pesquisa. Muller, van Riemsdijk e Stuers trabalharam juntos para o desenvolvimento da teoria arquivística holandesa, sob a ótica do respeito aos fundos e à ordem original como pressupostos básicos para a organização dos arquivos. Registra-se, também, que as contribuições dos três culminaram na elaboração do manual de 1898 (KETELAAR, 1996; FREDERIKS; VAN DEN BRANDEN, 2003).

Após a publicação da obra, Robert Fruin, com o apoio de Muller, dedicou-se à elaboração do Projeto de Lei dos Arquivos Holandeses, o qual foi posto em discussão na comunidade arquivística entre 1908 e 1909. Van Riemsdijk não concordava com o projeto que Muller e De Stuers tentavam articular no governo, mas, como ele era arquivista-geral, possuía grande influência política e acabou conseguindo impedir a aprovação do projeto. Não aceitando as críticas e os obstáculos colocados por Van Riemsdijk, Muller, juntamente com De Stuers, auxiliou Robert Fruin a articular a destituição de van Riemsdijk do cargo de arquivista-geral da Holanda, o que aconteceu em 1912. Em razão de sua longa e pungente atuação, van Riemsdijk recebeu menção honrosa por seus trabalhos e suas contribuições. Fruin se articulou e assumiu o cargo de arquivista-geral em 1912. Após a destituição de Theodore van Riemsdijk, a Lei dos Arquivos Holandeses foi aprovada e publicada em 1918.

Essa atitude demonstra o poder e a força que Muller possuía. Esse não foi o único episódio no decorrer de sua vida profissional e “política”. Junto com De Stuers, Muller se utilizou de suas influências político-institucionais para fundar e liderar a Associação dos Arquivistas Holandeses (VAN), em 1891. Como seu presidente (de 1891 a 1910), Muller usou seu cargo para impulsionar seu pensamento e suas publicações. Trabalhou arduamente para que

a associação fosse incluída nas discussões governamentais sobre os inventários e os arquivos modernos. Cabe destacar que a associação foi a grande patrocinadora do manual em 1898 (MULLER, FEITH, FRUIN, 1973).

Brichford (1982) relata que, em 1894, no primeiro discurso proferido na instituição, Muller enfatizou a posição, a visibilidade e a atuação do arquivista, ao ressaltar que a visibilidade é essencial para que os altos escalões das instituições possam compreender e patrocinar os arquivos. Em 1910, participou do Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas, o qual apresentamos anteriormente, e manteve o teor de suas falas reiterando a necessidade de evidenciar o arquivista. Na ocasião, utilizou uma frase de Napoleão Bonaparte para ratificar sua preocupação com a atuação dos arquivistas: *Vivons, messieurs!*⁴⁹.

Assim, a participação de Muller no manual de 1898 foi central e decisiva para a internacionalização da obra, ao se esforçar muito para a sua disseminação no mundo (ainda que ele próprio tenha escrito, no prefácio, que o manual decorreu de um trabalho enfadonho e meticuloso). Embora tenha agido para que o documento se tornasse uma “bíblia” na Holanda, Muller, segundo Brichford (1982), dizia que não desejava que as proposições fossem interpretadas como absolutas pelos leitores, o que pode ser ratificado nas suas falas no Congresso de Bruxelas, de 1910.

2.3.1.2 Robert Fruin

Robert Fruin nasceu em Dordrecht, em 22 de novembro de 1857, e era filho de um pastor protestante e de uma dona de casa. Casou-se com Catharina Christina Niemeijer, com quem teve cinco filhos. Formou-se em Direito na Universidade de Leiden, em 2 de outubro de 1886. Após o doutorado, concentrou-se no estudo da administração pública, paleografia e dos sistemas de arquivos. Era membro do Comitê de Publicações Históricas Estaduais e foi um dos primeiros a reconhecer a importância de preservar filmes históricos. Em 1919, fundou a associação *The Dutch Central Film Archive* (NCF) (KETELAAR, 2013).

⁴⁹ Vivam, senhores! (tradução nossa).

Figura 7: Robert Fruin.



Fonte: Ketelaar (2013).

Em 1887, recebeu um convite de Samuel Muller para auxiliá-lo nos Arquivos de Utrecht. Em 1º de maio de 1888, assumiu um cargo comissionado para tal tarefa, passando, então, a trabalhar com Muller na elaboração dos inventários documentais. Deparou-se com as massas documentais acumuladas, o que o fez ter mais interesse em compreender e resolver as questões relacionadas aos arquivos na administração pública. Aprendeu com Muller a organizar os acervos com base no respeito aos fundos e identificou, nesse período, a importância da descrição dos documentos para fins de recuperação e pesquisa (KETELAAR, 2013).

Ketelaar (2013) descreve que Fruin tinha pontos de vista vigorosos. Era bastante articulado e político, além de ser reconhecido tanto na academia quanto no governo. Segundo o autor, Fruin era eloquente e sabia conduzir reuniões expondo seus pontos de vista com segurança e propriedade. O autor reitera ainda que muitos falavam que Fruin era amigável e prestativo, mas não gostava de receber críticas. Em razão de sua ótima articulação e talento para a fala, Fruin era visto como um grande administrador. Muller costumava aconselhar Fruin sobre as oportunidades de trabalho e, em decorrência desses conselhos, Fruin foi conselheiro municipal de Middelburg entre os anos de 1902 e 1910 e professor na Universidade de Amsterdam. Ele lecionava sobre os arquivos históricos, Direito e História. Dedicou-se arduamente ao ensino da Arquivologia e, dentre seus pressupostos, entendia que a Arquivologia não era simplesmente auxiliar da História, mas uma “ciência” independente.

Assim, Fruin e Muller concederam à Arquivologia um caráter mais normativo e menos empírico ao, paulatinamente, galgarem respeito e prestígio na comunidade, culminando na

publicação do manual de 1898. Como jurista, Fruin também publicou alguns trabalhos na área do Direito Público e das questões da territorialidade, da jurisdição e dos acervos documentais.

Em 1981, Fruin, em parceria com Muller, iniciou o projeto de criação da Associação dos Arquivistas Holandeses, a VAN. Os dois acreditavam que a união de forças da comunidade poderia difundir a teoria arquivística e fomentar a organização dos arquivos holandeses. No mesmo ano, a VAN foi fundada e Fruin participou ativamente dela, sendo o primeiro editor da revista *Dutch Archives/Archievenblad* (1900-1906), produzida pela instituição. Podemos citar ainda sua atuação ativa na VAN como secretário (1908-1910), presidente (1910-1913) e vice-presidente (1913-1920).

Em 1894, Fruin foi nomeado arquivista de Zeeland, onde encontrou novamente massas documentais acumuladas. O arquivo não tinha orçamento para dar andamento às atividades de restauração e organização, o que o incomodou e o instigou a registrar suas inquietações (FREDERIKS; VAN DEN BRANDEN, 2003). Após a publicação do manual, em 1898, Fruin trabalhou para que a VAN pudesse ampliar sua atuação e propôs a elaboração de um projeto para a Lei dos Arquivos, que foi discutido entre os anos de 1908 e 1909. Contudo, havia muita polêmica quanto ao seu texto, o que causou certo desconforto na comunidade arquivística.

Theodore van Riemsdijk, o arquivista-geral na época, divergiu de Fruin e Muller em relação ao texto do projeto. Em resposta às divergências e às repetidas investidas de van Riemsdijk em barrar o projeto, Fruin se movimentou politicamente para que aquele perdesse seu cargo. Ketelaar (2013) relata que as desavenças entre Fruin e van Riemsdijk eram nítidas e que os dois já haviam entrado em embates durante alguns treinamentos promovidos pela VAN. Assim, van Riemsdijk foi destituído do cargo em 1912, e Fruin, então, abriu mão do magistério para ser candidato a arquivista-geral, disponibilizando-se para tal desde que o seu salário de professor fosse mantido. O ministro da época, Th. Hemskerk, levou para a câmara a indicação de Fruin, a qual foi aceita sem maiores problemas. Os membros da VAN, no entanto, não concordaram com a sua nomeação para o cargo.

Em 1º de maio de 1910, Fruin se tornou o arquivista-geral e sua primeira deliberação foi a reabertura das discussões sobre o projeto de lei, o qual foi aprovado e publicado em 1918. A comunidade criticou a lei em razão de o texto ter muitas impressões pessoais de Fruin e Muller. Fruin recebia essas críticas como se fossem pessoais e as contestava como tal. Em 1919, percebendo a dificuldade em implantar a lei, ele compreendeu que não seria possível, naquele momento, impor uma regra geral para todo o estado devido às diversas realidades em que os arquivos se encontravam. Logo, para dar conta dessa problemática, articulou com o governo e

organizou o primeiro curso de arquivos da Holanda, que era vinculado ao Arquivo Nacional. Nele, lecionou disciplinas como História das Instituições Públicas e Teoria Arquivística, dedicando bastante tempo nesse projeto.

De 1920 a 1924, 121 alunos se matricularam no curso, embora o mundo de trabalho na Holanda não estivesse muito favorável. A Holanda passou, em 1924, por uma crise econômica, e medidas de austeridade foram aplicadas em todas as esferas do governo. O curso, então, com quatro anos, foi cancelado. No entanto, o conselho do curso continuou suas atividades, tendo como presidente Fruin até 1935 (KETELAAR, 2013). Além disso, ele presenciou outras medidas austeras nos arquivos, como cortes nos Departamentos de Educação, Artes e Ciências e contenção orçamentária nos serviços de arquivo. Contudo, continuou firme no propósito de organizar os arquivos. Fruin liderou a mudança do Arquivo Nacional de Vleeshal para Haarlem, em 1921, e solicitou sua aposentadoria no ano seguinte, o que se concretizou apenas em 1º de janeiro de 1933. Faleceu dois anos depois.

Fruin foi discípulo de Samuel Muller e sempre esteve ao seu lado, sobretudo na criação da VAN e na publicação do manual. Brichford (1982) acentua que Fruin foi responsável pela articulação política da referida obra e, após sua publicação, “obrigava” que todos os membros da associação adquirissem uma cópia. Devido às suas habilidades para palestrar e sua atuação acadêmica, ensinava e recomendava o manual para seus alunos, além de persuadir a comunidade arquivística da Holanda sobre a importância da obra. Esse movimento contribuiu para a “canonização” do manual na Holanda e para a sua tradução e (re)conhecimento em outras partes do mundo.

2.3.1.3 Johan Adriaan Feith

Johan Adriaan Feith nasceu em Groningen, em 25 de setembro de 1858. Foi casado com Hekette Pauline Gockinga e teve dois filhos e duas filhas. Era filho de um arquivista (Hendrik Octavius Feith) e de uma dona de casa. Estudou Direito na Universidade de Groningen, onde se formou em 1877 (ZILVERBERG, 2013; FREDERIKS; VAN DEN BRANDEN, 2003). Doutorou-se em Direito em 1885, mas optou pela carreira nos arquivos em razão de seu pai ser o arquivista de Groningen. Após a aposentadoria de seu genitor, Feith assumiu temporariamente o cargo em 1884.

Figura 8: Johan Adriaan Feith.



Fonte: Zilverberg (2013).

Frederiks e van den Branden (2003) relatam que Feith veio de uma família erudita. Seu avô era poeta e seus familiares sempre se envolveram com trabalhos na área das Artes, Música, Literatura e História. Os autores mencionam ainda que Feith nasceu em um berço privilegiado, em que o estudo era algo natural e corriqueiro, o que favoreceu a sua formação, bem como incentivou o seu interesse para a preservação da história e da memória. Evidência desse relato é que, em 1894, Feith fundou o Museu de Groningen.

Feith realizou importantes trabalhos de transferência e guarda de documentos. Ao longo de sua trajetória profissional, conseguiu demonstrar para o prefeito a importância da manutenção dos fundos de arquivo e da organização dos acervos. Apesar de ter “herdado” o arquivo e a profissão de seu pai, discordava da maneira pela qual ele realizava o ordenamento (cronológico) e a classificação (temática) de documentos, sem qualquer observância ao respeito aos fundos e à ordem original.

Não há muitas evidências da participação de Feith na elaboração do manual de 1898, tampouco sua atuação com os outros autores, Muller e Fruin. Sabe-se que ele compartilhava o mesmo entendimento sobre o conceito de fundo e de respeito à ordem original dos outros dois arquivistas. O que foi encontrado e que documenta a relação dos três é que, segundo Frederiks e van den Branden (2003), Feith foi tesoureiro da VAN. Zilverberg (2013) descreve que Feith teve pouca visibilidade no processo de elaboração e publicação da obra supracitada em razão de ele ser portador de doença cardíaca, o que inviabilizava viagens e participação de todos os eventos que Muller e Fruin promoviam.

Supomos, assim, que o convite a Feith para coautoria do manual tenha acontecido em razão de seu trabalho em Groningen e de sua atuação política lá. Ele era membro do Conselho da Província e frequentemente era consultado sobre questões jurídicas e históricas durante as reuniões. Embora, de acordo com Zilverberg (2013), o arquivista não tenha aceitado compor a Câmara dos Representantes do Estado, ele tinha voz ativa.

Em 1905, o estado de saúde de Feith piorou, o que o fez solicitar seu desligamento de várias atividades. Zilverberg (2013) relata que ele continuou trabalhando no arquivo de sua cidade, licenciou-se para tratar da saúde e, após um longo período, retornou ao trabalho. Passado pouco tempo, ele faleceu em seu escritório, acometido por um ataque cardíaco. Feith não testemunhou a internacionalização do manual, tampouco teve a oportunidade de participar dos eventos que foram muito caros na publicidade da obra (FREDERIKS; VAN DEN BRANDEN, 2003).

2.3.1.4 Sir Hilary Jenkinson

Hilary Jenkinson⁵⁰ nasceu em 1º de novembro de 1882, em Londres, e se formou em Literatura Clássica no Pembroke College. Descrito por ser um profissional perfeccionista e organizado, serviu aos arquivos, por toda sua vida, com afinco e dedicação (BELOVARI, 2013). Em muitos momentos, preteriu sua vida pessoal em detrimento dos arquivos, arriscando-a em locais em guerra para que pudesse cumprir sua missão de recuperar documentos e, assim, contribuir para a preservação da memória de algumas nações (HOLMES, 1961).

⁵⁰ O fundo pessoal de Sir Hilary Jenkinson está custodiado pelo Arquivo Nacional do Reino Unido, tendo como referência: PRO 30/75 c1200-1961. A sua descrição está disponível em: <<http://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/record?catid=10807&catln=3>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

Figura 9: Sir Hilary Jenkinson.



Fonte: Belovari (2013).

Em 1906, Jenkinson começou a trabalhar no *Public Record Office (PRO)*⁵¹, onde, em 1912, assumiu a chefia da seção de referência, conhecida com *Round Room*. Ele serviu na França e na Bélgica entre 1916 e 1918 e, após esse período, voltou para o PRO ainda na chefia do *Round Room*, especializando-se e trabalhando na restauração e na conservação de documentos. Em 1929, deixou a seção e assumiu outro cargo no PRO, na Seção de Repositórios. Em 1938, foi nomeado Secretário e *Assistant keeper* e, depois, *Deputy Keeper*, também do PRO, de 1947 até sua aposentadoria. Entre 1933 e 1947, Jenkinson foi enviado a locais de guerra com a missão de recuperar documentos danificados ou em situação de risco. Essa iniciativa foi apelidada de “Cruzadas dos Documentos” (HOLMES, 1961). Durante a 2ª Guerra, Jenkinson ocupou um cargo comissionado no *Royal Garrison Artillery*.

Além de seu trabalho no PRO, Jenkinson participou da fundação da *Society of Archivists in Great Britain* (Associação de Arquivistas na Grã-Bretanha), na qual foi secretário honorário de 1932 a 1947 e presidente, em 1955. Ele também foi presidente da Sociedade de História Judaica e se tornou o representante do Reino Unido no ICA. Na docência, atuou no ensino de paleografia e de diplomática na Universidade de Cambridge, entre 1911 e 1935, e em programas

⁵¹ O PRO se tornou o Arquivo Nacional do Reino Unido.

de pós-graduação em Arquivologia na Escola de Biblioteconomia, Arquivo e Estudos da Informação, na Universidade de Londres.

Foi, ainda, responsável pela formação de muitos teóricos ao longo da história. Em razão de sua *expertise* e grande experiência adquirida no PRO, foi escolhido para ser o *Archives Advisor* no *War Office* durante a 2ª Guerra Mundial, em 1943, tendo como principal atividade a promoção de ações que visassem à proteção dos arquivos dos territórios ocupados na Itália e na Alemanha (HOLMES, 1961; BELOVARI, 2013).

Em fevereiro de 1944, Jenkinson chegou na Itália para supervisionar a recuperação e a proteção dos arquivos italianos e alemães. O documento *Brief Memorandum, with appendices and lists, on the protection of Italian Archives* se tornou o principal material para resgatar os arquivos nos locais colonizados pelo Reino Unido. Outros documentos foram escritos em decorrência de suas atividades durante a guerra, tal como *Care and handling of archives* e *Works of Arts in Italy: Losses and survivals in the War*.

Em sua segunda missão, em 1944, as forças aliadas chegaram à Itália, e Jenkinson trabalhou na restituição dos documentos ao Serviço de Arquivos Italianos. No ano seguinte, em sua missão final, trabalhou no transporte de arquivos e materiais danificados e destruídos pela guerra, um trabalho conjunto com o governo italiano. Em 1949, recebeu o título de Cavaleiro da Coroa, em razão de seus exímios serviços durante o conflito em prol dos arquivos, das artes, da história e da memória.

Jenkinson iniciou sua trajetória profissional trabalhando com documentos medievais e com o tratamento de documentos históricos. Não acompanhou a “explosão documental” e as “novas tecnologias”. Devido à sua experiência inicial no PRO com documentos medievais, suas vivências estão expressas no manual que foi publicado em 1922, cujos pressupostos básicos se concentraram no desenvolvimento de fundamentos com ênfase nas características legais dos documentos. Além disso, ele apresentou a imparcialidade como característica do documento de arquivo e a noção de custodialismo, dois pontos duramente criticados quanto à rigidez, principalmente por Schellenberg (STAPLETON, 1985).

Há muitos artigos que falam sobre a rivalidade teórica entre Jenkinson e Schellenberg, sendo mais conhecido o *Jenkinson and Schellenberg: a comparison*, escrito por Richard Stapleton em 1983 e publicado, no mesmo ano, na revista *Archivaria* nº 17. Destaca-se que, apesar da rivalidade, Jenkinson foi apenas uma vez aos Estados Unidos, em 1950, por poucos dias, em uma conexão entre vãos (Jamaica-Reino Unido). Durante a visita, ele foi apresentado a alguns membros do Arquivo Nacional Americano (NARA) e, posteriormente, recebeu visitas

dos estadunidenses na Inglaterra, inclusive aqueles que trabalhavam nos órgãos militares. Grande parte dessas visitas aconteceu no PRO durante a guerra.

O *Manual of Archive Administration*, publicado em 1922, foi disseminado mundialmente, seus trabalhos eram inovadores e causavam discussões teóricas na área. Sua ideia quanto ao valor de evidência dos documentos foi amplamente discutida pela comunidade arquivística internacional (HOLMES, 1961). Jenkinson escreveu muitos textos entre 1915 e 1960, os quais foram compilados em um livro intitulado *Selected writings of Sir Hilary Jenkinson*.

De acordo com o Arquivo Nacional Inglês, na descrição de seu fundo pessoal, Jenkinson é o arquivista, de sua geração, mais importante para os países de língua inglesa. Sua influência teórica reverberou por toda colônia inglesa, inclusive nos Estados Unidos. O seu manual se tornou a bíblia dos arquivos nos Estados Unidos, até mesmo para Schellenberg (HOLMES, 1961). A obra foi, por muito tempo, naquele país, o único material impresso e sistematizado sobre o tratamento dos documentos. Apesar disso, as situações propostas no manual não se encaixavam na realidade dos arquivos americanos, tendo em vista que já passavam por transformações nos processos de produção dos documentos modernos. Todavia, ainda com essas limitações, o livro de 1922 foi basilar para a formação da teoria americana. Os pressupostos da diplomática foram herdados e repassados para vários teóricos atuais da área, tais como Luciana Duranti (*Intenational Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems – InterPARES*), Heloisa Bellotto e Rosely Rondinelli, pesquisadoras que ainda contribuem para a Arquivologia no mundo e no Brasil.

2.3.2 Adolf Brenneke

Entre as páginas 10 e 60⁵² da tradução italiana do manual de Adolf Brenneke (1968), *Archivkunde: ein Betrag zur Theorie und Geschichte des Europäuschen Archivwesens*, há uma descrição exaustiva de sua trajetória profissional, que optamos por não mencionar nesta pesquisa. Decidimos, portanto, apresentar resumidamente somente as principais atuações do autor.

Adolf Brenneke, nascido na Alemanha em 1875, formou-se em História e Filosofia e estudou Arquivologia na Escola de Arquivologia de Marbourg, fundada por Heinrich von

⁵² Disponível em: <http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/Brenneke/03_Prem_Avv_Intr_3_24.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2018.

Sybel. Foi responsável pelos fundamentos teóricos utilizados na Arquivologia alemã. Em 1900, foi contratado pelo Arquivo do Estado de Münster, depois de trabalhar como voluntário e, em 1904, tornou-se assistente na mesma instituição. Já em 1905, foi transferido para o Arquivo Estadual de Gdańs e, em 1908, para o Arquivo do Estado de Hannover, sendo nomeado diretor em 1910. Em 1930, foi também diretor do Arquivo do Estado de Berlim. Além disso, lecionou no *Instituti für Archivwissenschaft* de Berlim, depois de 1930.

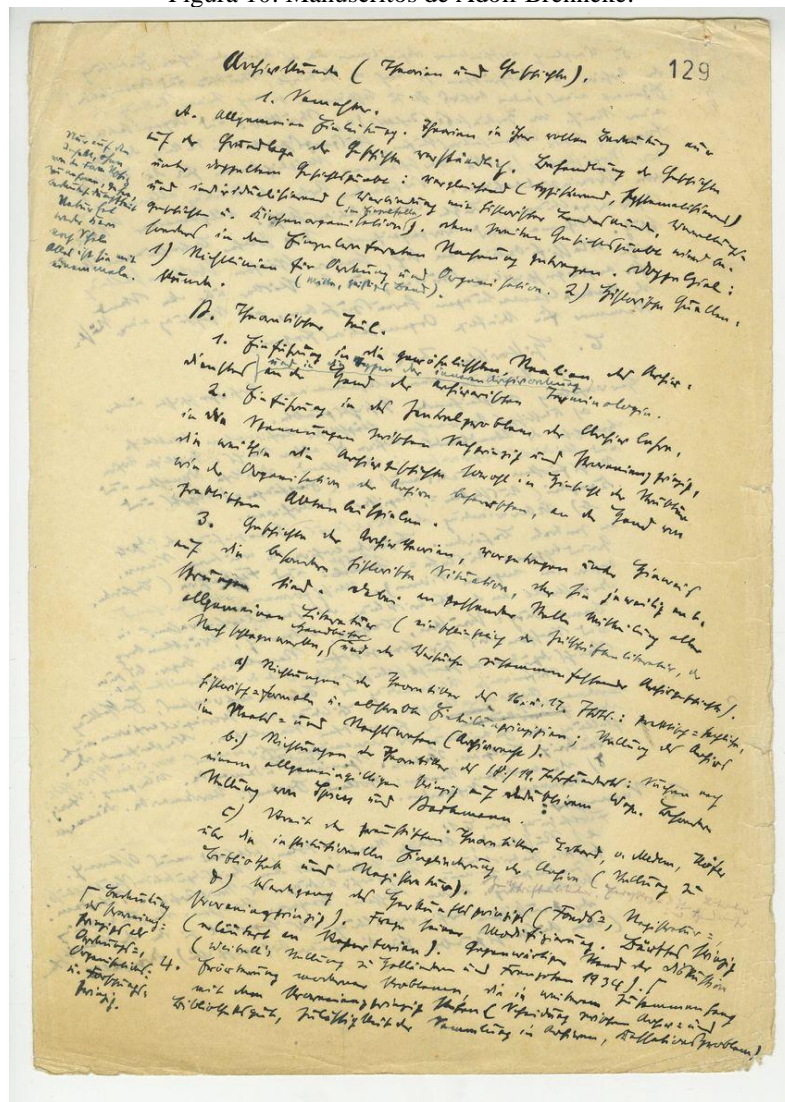
Segundo relatos, Brenneke era firme, porém gentil e cortês. Considerado o “pai da Arquivologia alemã”, estudou e apresentou princípios arquivísticos nos arquivos do seu país. Ele costumava criticar o manual dos arquivistas holandeses de 1898, afirmando que obras melhores e mais claras foram produzidas, por exemplo, a de Eugenio Casanova (1966?), mas que não tiveram a mesma repercussão. Incomodava-se com a impossibilidade de aplicar aos arquivos alemães todos os pressupostos holandeses. A incompatibilidade se dava preponderantemente em razão de as realidades, as origens e a natureza dos documentos dos dois países serem diferentes (BAUTIER; BRENNEKE, 1955).

Devido à guerra e às situações históricas que circundavam o terceiro Reich na Alemanha, Brenneke não conseguiu finalizar seu último trabalho. Após o fim da guerra, seus alunos reuniram seus manuscritos e Wolfgang Leesch organizou e publicou o livro póstumo *Archivkunde*⁵³, em 1953. Em 2018, organizado por Dietmar Schnek, arquivista e historiadora, o livro *Gestalten des Archivs* foi publicado, contendo textos e manuscritos de Brenneke (Figura 17). No tocante às suas interlocuções com outros autores, Brenneke é citado sempre que se menciona a Arquivologia Clássica (SCHMIDT, 2012), sendo considerado, assim, um dos precursores teóricos europeus.

⁵³ Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=WRabBL6gmSwC&pg=PA189&lpg=PA189&dq=adolf+brenneke+archiver&source=bl&ots=keSGGBV4PN&sig=rSQISez_428PG_qSyzZF8QdZaCE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjzWJCs3brCAhUEEpAKHVM5DNU4ChDoAQg5MAM#v=onepage&q=adolf%20brenneke%20archiver&f=false>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Figura 10: Manuscritos de Adolf Brenneke.



Fonte: Schenk (2018, p. 146).

2.3.3 Eugenio Casanova

Eugenio Casanova nasceu em 17 de janeiro de 1867, em Turim, e era filho de Ludovico e Margherita. Formou-se em Direito e, em 2 de dezembro de 1886, iniciou sua carreira nos arquivos. Foi o primeiro aluno do curso oferecido pelo Arquivo Estadual de Florença (*Archivio di Stato di Firenze*). Também em Florença, ele fez cursos de paleografia e diplomática no Instituto de Estudos Superiores, formando-se em 1892. Em 1894, elaborou, em colaboração com dois arquivistas, o *Archivistorico italiano*. Em 1889, iniciou a elaboração da edição crítica do cartolário da *Abbazia de San Salvatore*, mas apenas em 1914 o documento foi publicado (PETRUCCI, 1978). Casanova ocupou boa parte de sua trajetória profissional estudando a história medieval toscana, escrevendo e publicando alguns documentos sobre o assunto, como:

Celta diprediche e scritti di fra' G. Savonarola, Firenze, 1898; e *Indice tripartito della quinta serie dell'Archivio storico italiano*, Firenze, 1900 (PETRUCCI, 1978).

Em 1903, foi transferido para o Arquivo de Turim, adentrou em estudos sobre a história piemontesa e escreveu *Tavole genealogiche della famiglia Alfieri* (Torino, 1903), *Censimento di Torino alla vigilia dell'Assedio* (Torino, 1907) e *Carlo Bastia* (Siena, 1907). Em 1º de julho de 1907, foi transferido para Nápoles, a fim de assumir a direção do *Grande Archivio*, e, no novo posto, deparou-se com massas documentais em estados de conservação ruins. Seu trabalho como diretor se pautou no ordenamento cronológico dos documentos, baseado nas vivências que teve em seus estudos e na sua atuação nos arquivos de Florença e de Turim. Os arquivos napolitanos proporcionaram a Casanova a experiência de analisar os documentos não apenas como fonte histórica, mas também do ponto de vista da Arquivologia pura, com foco na conservação, na classificação, no ordenamento e na diplomática (PETRUCCI, 1978).

Em Nápoles, ele empreendeu a reforma do edifício no qual o *Grande Archivio* estava. Em 1909, concluiu o inventário completo do acervo e a restauração dos documentos. Em 1910, participou do Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas, evento reconhecido pelas complexas discussões sobre respeito aos fundos e o Princípio da Proveniência, como vimos anteriormente. Em 1916, foi nomeado diretor do *Archivio di Stato e do ll'Archivio del Regno di Roma*, onde trabalhou no reordenamento, na classificação e no acesso aos documentos. Na sua gestão, instituiu o arquivo fotográfico e o laboratório de restauração.

Destaca-se, ainda, que, entre os anos de 1914 e 1921, Casanova foi diretor da revista *Gli Archivi*, quando foi possível aprofundar os aspectos teóricos das suas práticas. A revista publicou até 1921 uma série de artigos que versavam sobre a teoria arquivística, sobretudo sobre os documentos históricos e a diplomática. Durante seu trabalho na revista, em 1925, ele lecionou na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma. As aulas o inspiraram a produzir o manual *Archivistica*, em 1928, o que lhe concedeu notoriedade e prestígio na comunidade arquivística italiana. Petrucci (1978) afirma que a publicação da referida obra foi um marco para a teoria arquivística italiana e para a consolidação da Arquivologia como área de estudo.

O manual, o tempo em que esteve à frente da revista e os cargos que ocupou colocaram Casanova como uma referência italiana e internacional em termos de teoria arquivística. Cabe salientar que ele, como pudemos compreender de Petrucci (1978), objetivou, ao escrever sua obra, que ela se tornasse conhecida e fosse utilizada como “ponto de partida indispensável para

o estudo da Arquivologia enquanto ciência” (PETRUCCI, 1978, tradução nossa). Adolf Brenneke, segundo o mesmo autor, considerou o manual de Casanova o melhor trabalho sobre os arquivos até então publicado. Casanova faleceu em Roma, em 22 de dezembro de 1951, e seu acervo pessoal foi recolhido ao arquivo do Estado de Roma.

2.3.4 Theodore Roosevelt Schellenberg

Theodore Roosevelt Schellenberg nasceu no dia 24 de fevereiro de 1903, em Garden Township, Kansas. Descrito por Capon *et al.* (1970) como um pesquisador e um trabalhador prodígio, era filho de Braham Lawrence e Sarah Schroeder e tinha dois irmãos. Os pais de Schellenberg eram russos e judeus e migraram para os Estados Unidos em 1879, no contexto da 1ª Guerra Mundial. Stapleton (1985) o define como uma pessoa de temperamento difícil, portador de opiniões fortes e persuasivas, que demonstrava, com suas atitudes, uma “sede por poder”, o que fazia gerar atritos com colegas de trabalho.

Figura 11: Theodore R. Schellenberg (1903-1970).



Fonte: Capon *et al.* (1970).

Em 1928, Schellenberg formou-se em História pela Universidade do Kansas. Dois anos depois, concluiu seu mestrado e, em 1934, finalizou seu doutorado em História na Universidade

da Pensilvânia (STAPLETON, 1985). No mesmo ano, compôs o Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais, cuja participação fomentou a escrita de um relatório pioneiro sobre o uso de microfilmes e a preservação de documentos históricos. Em 1935, tornou-se Historiador Assistente do *Park Service, U.S. Department of the Interior*, em Washington D.C. Entre 1935 e 1956, ocupou os seguintes cargos no Arquivo Nacional: *Deputy Examiner, National Archives, Records Officer, Office of Price Administration and War Production Board, Program Advisor* e *Director of Archival Management*. Stapleton (1985) destaca que os 30 anos de serviço no NARA lhe proporcionou a possibilidade de ser visto e, sobretudo, respeitado no mundo. Stapleton (1985) informa ainda que Schellenberg se afastou por seis meses do trabalho no NARA, em 1936, quando trabalhou como *Associate National Director of the Survey of Federal Archives*. Dois anos após sua licença, assumiu o cargo de *Archive chief* no Departamento de Agricultura (CAPON *et al.*, 1970).

Em 1953, Schellenberg desenvolveu um programa de capacitação e treinamento para o NARA. Em 1954, partiu para uma turnê de palestras pela Fulbright na Austrália e na Nova Zelândia, que teve duração de seis meses. Durante sua estadia, contribuiu para e acompanhou a criação do Arquivo Nacional da Austrália (CAPON *et al.*, 1970), além de participar de diversos encontros com arquivistas do governo. Uma de suas palestras que aconteceu no *Rotary Club* foi transmitida via rádio.

Ian Maclean, H. L. White e David S. MacMillan, arquivistas australianos, declararam que a visita e as contribuições de Schellenberg foram o evento mais importante da história da Arquivologia australiana. A visita foi um marco, especialmente no destacamento das “amarras britânicas trazidas por Jenkinson” (STAPLETON, 1985, p.32). Os discursos e as aulas ministradas nessa época foram reunidos, resultando, em 1956, na publicação do manual *Modern Archives: Principles and Techniques* (Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas). Schellenberg (2006) explica que se inspirou na vontade de rever os conceitos de Hilary Jenkinson, bem como foi motivado pelas palestras e trabalhos de Adolf Brenneke e pela perspectiva australiana dos *records groups* para escrever seu livro, uma resposta ao manual de Jenkinson.

Entre 1957 e 1963, Schellenberg foi arquivista assistente dos Estados Unidos, tendo recebido diversos prêmios por seu destaque e sua dedicação aos arquivos, como o Prêmio Waldo G. Leland, concedido pela Sociedade dos Arquivistas Americanos. Em 1957, recebeu o *Meritorious Service Award, General Services Administration*. Entre 1960 e 1963 (ano de sua aposentadoria), trabalhou ainda como docente nas Universidades do Texas, Washington e

Columbia. Além disso, nos anos 1960, ele se envolveu com um projeto de modernização dos arquivos latino-americanos.

Em 1961, organizou e dirigiu o *Inter-American Archival Seminar*⁵⁴, em Washington D.C., que aconteceu de 9 a 27 de outubro (CAPON *et al.*, 1970). Nesse evento, arquivistas da América Latina (Brasil, Argentina, Bolívia, Costa Rica e Honduras) foram até Washington para discutir os problemas comuns dos arquivos da administração pública. O seminário tinha como proposta promover a interlocução entre os países de maneira que se pudesse formar uma rede de cooperação técnica sob a máxima *Alliance for Progress* (Aliança para o Progresso). O evento foi financiado pela *Rockefeller Foundation* a partir da aprovação do Secretário de Estado da época, o senhor Dan Rusk (SCHELLENBERG, 1962).

Para nivelar e facilitar as discussões, foi disponibilizado aos participantes um compêndio com 966 páginas de manuais, 476 páginas de artigos e 409 páginas de discursos, em sua maioria em língua espanhola, escritos por 45 arquivistas de 37 instituições. Em 24 de outubro de 1961, o presidente John Kennedy participou do evento e, em sua fala, mencionou que os arquivistas ali estavam para discutirem técnicas que visassem à melhoria da gestão e da preservação dos documentos do passado e, sobretudo, fazerem com que esses documentos tenham significado no presente. Schellenberg participou integralmente do evento, como pode ser observado na Figura 16. Em uma de suas falas durante o seminário, confidenciou que ele não escolheu ser arquivista, foi algo que “caiu em seu colo” após a universidade (SCHELLENBERG, 1962).

⁵⁴ Há menção ao evento na revista *Arquivo e Administração*, ano 1, n. 0, de 1972. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta11/acervo108449/108449_328.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Figura 12: Participantes do *Inter-American Archival Seminar* – Discurso de John Kennedy.



Fonte: White House Photographs (1961).

Historicamente, Schellenberg alimentava uma rivalidade (teórica) com Hilary Jenkinson muito em razão das suas visões conflitantes em relação à avaliação, ao registro e ao Princípio da Proveniência. Schellenberg acreditava que o arquivista era um guardião da verdade, enquanto Jenkinson via o arquivista apenas como custodiador (na perspectiva da imparcialidade defendida por ele). O contraste se manifestava quando do entendimento sobre a terminologia: enquanto Schellenberg preconizava que o documento de arquivo possuía características, Jenkinson utilizava o termo “qualidade” para caracterizá-lo. A característica para Schellenberg poderia ser dividida em duas: documentos que possuíam valor primário, ou seja, valor administrativo, fiscal e legal; e documentos que possuíam valor secundário, valor histórico, informativo e testemunhal. A qualidade dos documentos para Jenkinson concentrava-se na custódia de documentos históricos, isto é, documentos de valor meramente evidencial (TSCHAN, 2002).

Ao verificarmos os documentos que descrevem a vida de Schellenberg, notamos que sua carreira foi marcada por muitas rivalidades e antagonismos. Ao mesmo tempo em que ele era reconhecido pelos grandes marcos na formação e institucionalização da Arquivologia americana, havia conflitos e discordâncias sobre sua forma de trabalhar e seu temperamento intempestivo e até agressivo, de acordo com relatos.

A segunda maior rivalidade travada por Schellenberg aconteceu com Wayne C. Grover (1948-1965), arquivista-geral dos Estados Unidos. Os problemas interpessoais entre os dois ficaram evidentes quando os arquivistas e os trabalhadores do NARA estavam sob grande pressão em razão das massas documentais acumuladas. Foi criada, então, uma força tarefa a partir de demandas da 1ª Comissão Hoover⁵⁵, a qual sugeriu que o NARA se tornasse parte do *General Services Administration* (GSA) e que programas de gestão de documentos fossem implementados nos órgãos federais (COSTA FILHO, 2016). Schellenberg – na época diretor de Gestão de Documentos no NARA – e Grover se desentenderam diversas vezes na condução dos trabalhos da força tarefa. Schellenberg trabalhou incessantemente para implantar processos de melhoria dos processos de trabalho. Em 1950, a relação dos dois piorou (STAPLETON, 1985).

Segundo esse estudioso, apesar das inimizades, a interlocução de Schellenberg com o mundo foi intensa e é citada por diversos autores de vários países. Além do livro *Arquivos Modernos*, ele publicou vários outros trabalhos (Anexo A). É considerado o “pai da Arquivologia americana” (MARQUES, 2011) e influenciou teóricos que também fizeram história em seus países, como Luciana Duranti, Aurelio Tanodi, Michael Cook, Terry Eastwood, Vicenta Cortés Alonso e Manuel Vasquez. A Arquivologia na perspectiva de Schellenberg alcançou alguns autores não biografados nesta pesquisa, tais como Terry Cook (“pai da avaliação canadense”), Charles M. Dollar, Helen Samuels, Frank Boles e Hans Boom. As suas contribuições concentraram-se principalmente em combater a imparcialidade do arquivista defendida por Jenkinson e em apoiar a atuação do arquivista nos arquivos modernos. Suas teorias sobre avaliação e destinação de documentos foram aprendidas e apropriadas no mundo todo.

Capon *et al.* (1970) detalham que o trabalho de Schellenberg teve repercussões consideráveis no âmbito internacional. Segundo eles, o norte-americano atuou como um ator essencial na articulação, na disseminação e na interlocução da Arquivologia dos Estados Unidos em diversos países, como Alemanha, Itália, Inglaterra, Brasil, Espanha, Austrália e Nova Zelândia. Stapleton (1985) informa ainda que, entre 1955 e 1960, Schellenberg atuou como representante internacional da SAA e frequentemente representava o Departamento de Estado em eventos culturais e educacionais na América Latina. Em 1958, ele visitou Trinidad e Tobago em um projeto que durou cinco semanas, quando efetuou um diagnóstico da situação

⁵⁵ Comissão criada para investigar a eficiência do Poder Executivo do Governo Federal (COSTA FILHO, 2016).

arquivística dos arquivos modernos. Na ocasião, trabalhou com o único arquivista das *British West Indies*, o Sr. Clinton V. Black, e os dois visitaram mais de 60 departamentos do governo.

Em 1960, Schellenberg visitou sete países da América do Sul como membro fundador do *Inter-American Archival Council*. No mesmo ano, foi convidado pelo Arquivo Nacional do Brasil e foi ao Rio de Janeiro. Durante sua viagem, ministrou algumas palestras e produziu um relatório sobre os problemas enfrentados pelos arquivos públicos brasileiros (MARQUES, 2011; COSTA FILHO, 2016), denominado *Archival Problems of the Federal Government of Brazil*⁵⁶. Suas contribuições para o Brasil reverberam até os dias atuais, podendo ser identificadas na Lei nº 8.159/1991, na avaliação de documentos e na aplicação da Teoria das Três Idades pelas instituições arquivísticas. Segundo Costa Filho (2016), o autor estadunidense foi responsável pela vinda da Teoria do Ciclo Vital para o Brasil. Em sua visita, ele cedeu os direitos autorais para tradução de sua obra, que é entendida como um manual básico de teoria arquivística. A publicação desse manual no Brasil foi anunciada no segundo volume da revista *Arquivo e Administração*, em 1973, nas páginas 26 e 27⁵⁷.

Os fundos pessoais de Schellenberg e de sua família foram recolhidos ao Arquivo Histórico de Kansas, onde estão disponíveis em microfilme⁵⁸. Muitos artigos, listados abaixo, contam a vida de Schellenberg, associando os fatos pessoais aos fatos profissionais e acadêmicos:

- STAPLETON, Rick. *The Ideas of T. R. Schellenberg on the Appraisal, Arrangement, and Description of Archives*. Master's Thesis. Ottawa: National Library of Canada, 1986.
- BOLES, Frank. Et tu Schellenberg? Thoughts on the Dagger of American Appraisal Theory: Reply to L. Duranti. In: *The American Archivist*, v. 59, n. 3, p. 298-310, 1996.
- HENRY, Linda J. Schellenberg in Cyberspace: Theories of Theodore Schellenberg applied to electronic records; revised version of a paper presented at the 1997 SAA Conference. In: *The American Archivist*, v. 61, n. 2, p. 309-327, 1998.
- TSCHAN, Reto. A Comparison of Jenkinson and Schellenberg on Appraisal. In: *The American Archivist*, v. 65, n. 2, p. 176-195, 1998.

Pesquisador e professor, ele trouxe sua influência para as novas gerações em Washington e foi além, foi para a Austrália e a Nova Zelândia, onde os métodos e técnicas americanos foram amplamente implementados. Ainda

⁵⁶ O relatório foi traduzido para o português e publicado na Revista Acervo em 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/630>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

⁵⁷ Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.kshs.org/p/schellenberg-family-papers/14113>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

sobre a abrangência de seu trabalho, seu manual foi traduzido para o espanhol, português, alemão e hebraico. Como membro do *Inter-American Archival Council*, ele trabalhou como um diplomata da Arquivologia na articulação internacional da disciplina. (CAPON *et al.*, 1970, p. 191, tradução nossa). Admirado e respeitado internacionalmente por suas muitas contribuições para a Arquivologia, Theodore R. Schellenberg investiu anos de sua vida no NARA. Suas atribuições lá incluíam ensinar arquivistas juniores sobre os procedimentos de gestão de documentos. Ele também atuou como docente em cursos de graduação em universidades dos Estados Unidos e viajou muito internacionalmente, em especial para a Austrália e a América Latina, com o objetivo de compreender a natureza dos arquivos modernos. Seu sucesso como autor e professor de Arquivologia o tornou um dos melhores arquivistas dos Estados Unidos. A tradução de suas publicações para o alemão, o hebraico, o português e o espanhol concederam a ele uma reputação internacional e a admiração e respeito de arquivistas do mundo todo. (CAPON *et al.*, 1970, p. 201, tradução nossa).

Ainda que muitas críticas tenham sido feitas a Schellenberg, ele recebeu, após seu falecimento em 1970, homenagens de arquivistas do mundo todo, destacando-o pelo seu trabalho.

2.3.5 Aurelio Tanodi

O histórico de Aurelio Zlatko Tanodi é marcado pelos vários locais pelos quais ele passou, estudou e trabalhou em razão dos conflitos e guerras que se deram em sua terra natal, Hum, na Croácia. Descrito como sendo modesto e gentil, ele cursou História na Faculdade de Filosofia da Universidade de Zagreb, entre 1933 e 1937. Em decorrência dessa formação e das suas pesquisas na área, Tanodi se mudou para Budapeste, onde aprendeu húngaro para assim ler e analisar documentos de arquivo, e trabalhou no Arquivo Histórico de Zagreb, indexando e traduzindo séries de documentos medievais (PERKOVAC, 2017).

Figura 17: Aurelio Tanodi.



Fonte: Arquivo pessoal de Aurelio Tanodi.

No contexto da Segunda Guerra e devido aos conflitos na Croácia e na Hungria, Tanodi iniciou uma peregrinação por alguns países em busca de segurança e estabilidade para ele e sua família. Foi para a Áustria, onde se inscreveu na universidade para cursar Direito, entre 1945 e 1946. Quando a resistência italiana (partigiana) chegou à Áustria, ele cruzou as montanhas e foi para Roma, onde trabalhou como bibliotecário na Pontifícia Universidade Antoniana até 1948. No mesmo ano, trabalhou também nos Arquivos Secretos do Vaticano.

Por não se sentir seguro no continente europeu, imigrou para a Argentina, com apoio da Cruz Vermelha, e seu primeiro domicílio foi em Buenos Aires, em 1948 (PERKOVAC, 2017). Em 1953, publicou um artigo contendo uma análise paleográfica de um documento de 1582. Em decorrência desse trabalho, foi convidado pelo Dr. Carlos Luque Colembres, Decano da Faculdade de Filosofia e Humanidades, a trabalhar na Universidade de Córdoba. Tanodi aceitou e trabalhou como docente entre 1953 e 1980 nessa universidade.

Dessa forma, a história dos arquivos argentinos está intimamente relacionada à sua carreira e à sua produção. Com isso, ele foi considerado o “pai e precursor da Arquivologia argentina”. Possuía ideias inovadoras, uma visão europeia dos arquivos, e iniciou a institucionalização de uma Escola de Arquivologia na Argentina. Essa escola foi criada em 6 de maio de 1959, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Córdoba, e recebeu a visita de pesquisadores em arquivos do mundo todo, tal como Espanha, França, Estados Unidos, Alemanha, Peru, Colômbia e Brasil (ANABAD, 2011).

Estava assumidamente orgulhoso de seus alunos que vinham de todas as partes da América, do México, da Guatemala, de Nicarágua, de Honduras, de Santo Domingo, do Haiti, da Costa Rica, do Panamá, da Venezuela, da Colômbia, do Brasil, da Bolívia, do Chile, do Paraguai e do Uruguai. Hoje, muitos deles ainda seguem suas orientações: “Vá para os Arquivos!”⁵⁹ (tradução nossa).

Em parceria com Federico Finó, da Unesco, Charles Kecskemti, do ICA, Schellenberg e todos os colegas latino-americanos, Tanodi fundou, em 1972, o *Centro Interamericano de Desarrollos de Archivos*. Entre 1972 e 1988, Tanodi ocupou o cargo de diretor desse centro. Com o início da formação de arquivistas na Argentina, liderada por ele, percebeu que havia pouco material em língua espanhola. Tanodi articulou, então, a publicação da série *Collectanea archivística* e depois a revista *Boletín Interamericano de Archivos*, posteriormente chamada de *Anuario Interamericano de Archivos*⁶⁰ (ANABAD, 2011; PERKOVAC, 2017). O centro foi a sede de formação de Córdoba, oferecendo cursos anuais para arquivistas de toda a América Latina, mas, infelizmente, teve suas atividades encerradas em 1988.

Figura 18: Participação de Tanodi em atividade no *Centro Interamericano de Desarrollos de Archivos*.



Fonte: Arquivos pessoais de Aurelio Tanodi.

Tanodi ganhou alguns prêmios, como a *Medalla de Honor del Archivo General de Perú*, da Academia de Ciência, por ocasião do 185º aniversário de Independência do Peru. Perkovac

⁵⁹ No original: “Estaba sumamente orgulloso de sus estudiantes, venían de todas partes de América, de México, Guatemala, Nicaragua, Honduras, Santo Domingo, Haití, Costa Rica, Panamá, Venezuela, Colombia, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay. Incluso hoy, muchos de ellos siguen oyendo sus palabras: ‘¡Vayan a los archivos!’.”

⁶⁰ Segundo ANABAD (2011), a única publicação periódica internacional da Universidade de Córdoba na época.

(2017) relata ainda que “*Los peruanos lo llamaron Don Aurelio, lo que lo alegró mucho, porque ese título lo reciben sólo los mejores*”.

A vinda de Tanodi ao Brasil se deu por meio da articulação feita por Schellenberg no fomento das cooperações técnicas entre os países da América Latina. Assim, em abril de 1972⁶¹, ele visitou o país e houve encontros e reuniões com a direção do Arquivo Nacional, instituição que ele apontou como uma “escola multinacional de arquivos”. Em entrevista ao Arquivo Nacional, Tanodi mencionou que a Arquivologia brasileira possui pungente programa de atividades arquivísticas. Disse ter conhecido arquivistas brasileiros e o diretor do Arquivo Nacional, Raul do Rêgo Lima. Destacou também a recém-formada Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA). Além disso, ele citou que, apesar de jovem, a Arquivologia brasileira causava boa impressão e caminhava em largos passos, tendo investido em formação sistemática e programas de estudos bem elaborados.

Tanodi colaborou também com o 4º volume da Revista Arquivo e Administração, em 1976, com o artigo *Hacia un universalimos archivístico*, decorrente de sua palestra ministrada na sessão solene de abertura do 2º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em São Paulo, em 1974. Além do mencionado artigo, Tanodi possui vasto portfólio científico, a saber:

- *Ediciones de documentos históricos* (1954);
- *Comienzos de la función notarial en Córdoba: reseña histórica y notas sobre diplomacia, paleografía y cronología* (1956);
- *El concepto de archivología* (1960);
- *Teorías y principios* (1961);
- *Publicación de auxiliares archivísticos de las investigaciones* (1966);
- *Los archivos al servicio de las investigaciones* (1966);
- *Función de los archivos y de la paleografía en las investigaciones indigenistas, antropológicas, económicas y sociales* (1967);
- *Guía de los archivos de Córdoba* (1968);
- *Guía de los archivos de Córdoba* (1968);
- *Libro de mercedes de tierras de Córdoba, de 1573 a 1600* (1968);
- *Los archivos de la Patagonia y de la Pampa* (1969);
- *En torno a la publicación de documentos históricos* (1970);

⁶¹ A visita foi registrada no primeiro volume da revista Arquivo e Administração, em 1972. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta11/acervo108449/108449_328.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

- *Documentos de la Real Hacienda de Puerto Rico / Transcritos y compilados por Aurelio Tanodi* (1971);
- *Manual de archivología* (1975);
- *Algunas nociones de archivología* (2004).

2.3.6 Vicenta Cortés Alonso

Vicenta Cortés Alonso nasceu em 1º de março de 1925. Formada em História pela Universidade de Valência, também se graduou na primeira turma de Formação Técnica em Arquivos da Universidade de Madrid, em 1952. Prestou concurso para o *Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos de España*, em 1954. Em 1957 e entre 1964 e 1968, foi arquivista no Arquivo Geral das Índias. Em 1957, foi assessora do Arquivo Nacional de Bogotá e, em 1959, foi arquivista do Centro de Investigações Linguísticas e Etnográficas da Amazônia Colombiana.

Figura 19: Vicenta Cortés Alonso.



Fonte: Oporto Ordóñez (2015).

Além disso, Cortés Alonso foi diretora dos Arquivos da *Delegación de Hacienda* e do Centro de Bibliotecas de Huelva, entre 1962 e 1964. De 1968 a 1972, foi diretora do Gabinete de Documentação, Biblioteca e Arquivo do Ministério Espanhol de Educação e Ciências. Entre 1973 e 1984, foi inspetora dos Arquivos Gerais. Ela também se dedicou à docência, como professora auxiliar no Departamento de História das Américas, na Universidade de Madrid e

Sevilha, entre 1950 e 1956, e professora de paleografia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Bogotá, de 1957 a 1959.

Sua atuação em marcos históricos da Arquivologia foi realçada por Oporto Ordóñez (2015), o que concedeu a ela o apelido de “arquivista das Américas”. Ela escreveu sobre o desenvolvimento dos arquivos das Américas e dedicou parte de sua trajetória a ele. Participou do *Inter-American Archival Seminar*, em 1961, organizado por Schellenberg. O mesmo estudioso detalha também que Cortés Alonso afirmava ter sido a reunião essencial para o desenvolvimento da Arquivologia ibero-americana, desdobrando-se em um vasto programa de cooperação técnica.

Figura 20: Vicenta Cortés Alonso em Washington, 1961.



Fonte: Oporto Ordóñez (2015).

Em 1972, ainda segundo Oporto Ordóñez (2015), Cortés Alonso participou da Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento dos Arquivos, em Washington, quando foi aprovada a Carta dos Arquivos Americanos⁶², um marco histórico para a regulação e a institucionalização dos arquivos, de acordo com ela própria. Em 1973, por meio do Ministério de Relações Exteriores, ela colaborou com a Organização de Estados Americanos (OEA) no *Program Pec-1217*, destinado à formação e ao aperfeiçoamento de arquivistas. Por 17 anos, coordenou os cursos advindos dessa iniciativa.

A dinâmica desse programa se dava pela reunião, por quatro meses, em Madrid, de arquivistas de todas as repúblicas das Américas, quando podiam compartilhar questões sobre os sistemas de arquivos, a institucionalização, os diagnósticos, os aspectos teóricos, entre outros. O curso previa visitas a instituições arquivísticas renomadas espanholas. Oporto Ordóñez (2015) expõe que, em 15 anos, mais de 225 arquivistas participaram do programa. Em 1980, Cortés Alonso foi contratada pela Unesco para auxiliar na implantação do Arquivo Nacional do Peru.

Cortés Alonso é referenciada na área por sua intensa participação em cursos e conferências. Em 1945, ministrou o curso *Planificación de Archivos*, em Córdoba; e em 1978, o *Adiestramiento Intensivo para Archiveros*, em Buenos Aires. Entre 1978 e 1981, ministrou o curso de arquivos na Escola de Documentação, em Madrid e, em 1981, o curso de capacitação a distância para arquivistas, no Chile. Em 1984, foi a vez do Curso de *Iniciación a los archiveros*, em Santiago de Compostela. No mesmo ano, ela foi até os Estados Unidos e deu o curso *La producción documental en España y América en el s. XVI*, durante a Reunião da Sociedade Hispano-Portuguesa de Estudos Históricos, em Indiana.

Além da docência, dedicou-se à produção científica. Em 1979, publicou, pela editora da Universidade Complutense de Madrid, o manual *Archives de España y América*, obra resenhada por Heloísa Bellotto, em 1980, na Revista Arquivo e Administração. Em sua resenha, a pesquisadora brasileira enfatiza a importância das contribuições de Cortés Alonso na “metodização arquivística” e ressalta que o trabalho abordava questões, à época, pouco discutidas no Brasil, como a descrição de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa. Assim, Bellotto (1980, p. 8) enfatiza que:

⁶² Consta, na Revista Acervo de 1987 (vol. 2, n. 2), que, nessa Reunião de 1972, foi elaborada uma “Carta dos Arquivos Americanos”, a qual recomendava a criação de uma associação de arquivistas na América Latina. A revista está disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.2,n.2,jul.dez.1987.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Ao lado dos manuais da Associação dos Arquivistas de França, do da Associação Holandesa, do de Tanodi e do de Schellenberg, este *Materiales para un Manual* de Vicenta Cortés Alonso passa a integrar o elenco de leituras básicas, as quais o arquivista de nossos dias não pode, de forma alguma, dispensar, sem graves prejuízos de seu desempenho profissional.

As principais publicações de Cortés Alonso foram:

- *Catálogo de Mapas de Colombia* (1967);
- *Sistema Nacional de Archivos* (1978);
- *Documentación y documentos* (1980);
- *Sistema Nacional de Archivos y Gestión de Documentos: Ramp Proyecto Piloto* (1981);
- *Manual de archivos municipales. Madrid: ANABAD* (1982);
- *National Archives System and Records Management: Ramp Pilot Project* (1982);
- *Archivo como ilusión. Memoria del Archivo Histórico Nacional* (1984);
- *Diez Años de Cooperación Archivística Iberoamericana: Curso Sobre Organización y Administración de Archivos de Madrid* (1985);
- *La escritura y lo escrito: paleografía y diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII* (1986);
- *La archivística en España y en Hispanoamérica* (1992);
- *La información y los Archivos, los ciudadanos, la Ciencia y la Cultura* (1998);
- *Los Archivos Históricos Provinciales, 1930-2000* (2000);
- *Los Archivos y los Archiveros En España Hoy* (2002);
- *Cincuenta años de recuerdos archivísticos de América* (2004);
- *Los archivos españoles en el siglo XX: políticas archivísticas y producción bibliográfica. Madrid: Confederación de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas (ANABAD)* (2006);
- *Archivos de España y América: materiales para un manual. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España* (2007-2008).

2.3.7 Robert-Henri Bautier

Robert-Henri Bautier nasceu em 19 de abril de 1922 e faleceu em 2010, em Paris. Era historiador e arquivista-paleógrafo, especializado em documentos medievais. Formou-se em 1943, na ENC. Guyotjeannin (2011, p. 673, tradução nossa) relata que Bautier sempre foi “fiel ao espírito chartista”, tendo trabalhado, entre 1943 e 1961, na *École Française*, em Roma, onde

organizou os arquivos. Ainda, presidiu a Comissão Internacional de Diplomática entre 1980 e 1989 (GUYOTJEANNIN, 2011) e, de 1961 a 1990, foi professor de diplomática e arquivística medieval na ENC.

Figura 131: Robert-Henri Bautier.



Fonte: Guyotjeannin (2011).

Não encontramos muitas informações sobre a trajetória profissional de Bautier. Guyotjeannin (2011), de maneira breve, descreve que ele se debruçou nos estudos da diplomática clássica em paralelo aos seus estudos históricos. No repositório da Biblioteca Nacional Francesa⁶³, pudemos localizar algumas de suas produções, que somam 300 artigos, 9 prefácios, 5 trabalhos como redator, 10 como diretor de publicação e 24 como editor científico. Dentre suas principais obras estão:

- *L'exercice de la justice publique dans l'Empire carolingien* (1943);
- *Le compte du comté de la Marche, 1409-1410 (in Mémoires de la Société des Sciences naturelles et archéologiques de la Creuse; édition)* (1943);
- *Recherches sur la chancellerie royale au temps de Philippe IV* (1964);
- *Helgaud de Fleury. Vie de Robert le Pieux...* (1965);
- *Recueil des actes d'Eudes, roi de France, 888-898* (1967);
- *Les sources de l'histoire économique et sociale du Moyen Âge. 1re série (1968-1974), Provence, Comtat Venaissin, Dauphiné, États de la maison de Savoie. 2e série (1984), États de la maison de Bourgogne* (1968-1984);

⁶³ Os títulos estão disponíveis em: <https://data.bnf.fr/11890672/robert-henri_bautier/> e <<https://www.idref.fr/026710781>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

- *André de Fleury* (1969);
- *Le monastère et les églises de Fleury-sur-Loire sous les abbatiats d'Abbon, de Gauzlin et d'Arnaud, 988-1032* (1969);
- *The economic development of Medieval Europe* (1971);
- *Recueil des actes de Louis II le Bègue, Louis III et Carloman, rois des Francs, 877-884* (1979);
- *La France de Philippe Auguste. Le temps des mutations* (1982);
- *Les origines de l'abbaye de Bouxières-aux-Dames diocèse de Toul). Reconstitution du chartrier et édition critique des chartes antérieures à 1200* (1987);
- *Chartes, sceaux et chancelleries. Études de diplomatique et de sigillographie médiévales, 2 vol.* (1990);
- *Vocabulaire international de la sigillographie* (1990);
- *Recherches sur l'histoire de la France médiévale. Des Mérovingiens aux premiers Capétiens* (1991);
- *Études sur la France capétienne. De Louis VI aux fils de Philippe le Bel* (1991);
- *Sur l'histoire économique de la France médiévale : Routes, foires, draperies* (1992);
- *Château de Langeais. Histoire et guide-itinéraire du Musée* (1992);
- *Le Musée Jacquemart-André à Chaalis. Historique de l'abbaye royale de Chaalis et guide-itinéraire des collections du Musée* (1992);
- *Commerce méditerranéen et banquiers italiens au Moyen Âge* (1992);
- *Vocabulaire international de la diplomatique* (1994).

2.3.8 Manuel Vázquez Murillo

Manuel Vázquez Murillo nasceu em 1932, em Tucumán, Argentina. Formou-se em Teologia, em 1956, e em Arquivologia, em 1973, ambos os cursos na Universidade Nacional de Córdoba. Apesar da sua primeira formação, suas práticas profissionais foram dedicadas aos arquivos. Ele se especializou em seleção de documentos e teoria arquivística. Em sua primeira especialização, escreveu o livro *Manual de Selección Documental*, publicado em Bogotá, em 1992, e atualizado em Sevilla, em 1995. Em 2002, reeditou a obra e a renomeou “*Como seleccionar Documentos de Archivo*”, edição publicada em Córdoba (VILLANUEVA, 2013; OPORTO ORDÓNEZ, 2013).

Figura 14: Manuel Vázquez Murillo.



Fonte: Villanueva (2013).

Vázquez, segundo Villanueva (2013), tinha grande vocação para a docência. Foi professor no *Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos*, onde ensinava seleção de documentos. Apresentou o trabalho *Estudio del carácter original de los documentos*, prefaciado por Vicenta Cortés Alonso e editado pela área de Ciências Humanas da Universidade Nacional de Córdoba. Villanueva (2013, p. 84, tradução nossa) complementa ainda que “seus livros e artigos sobre a teoria arquivística, patrimônio documental, ciclo vital dos documentos e outros temas contribuíram notavelmente para o desenvolvimento da Arquivologia”.

Além do manual de seleção, Vázquez publicou o livro *Introducción a la Archivología* e outros manuais importantes para a gestão de documentos, o patrimônio documental e a seleção de documento de arquivo (OPORTO ORDÓNEZ, 2012). Seus artigos, segundo o autor, foram muitos e tiveram traduções em francês e inglês. Durante o VII Congresso de Arquivos do Mercosul, em 2007, recebeu o prêmio de Sócio de Honra juntamente com Aurelio Tanodi, Antonia Heredia e Vicenta Cortés Alonso.

Suas principais publicações foram:

- *Administración de Documentos y Archivos. Planteos para el siglo XX* (Buenos Aires, Alfagrama);
- *Como seleccionar Documentos de Archivo* (Buenos Aires, Alfagrama, 2006);
- *Estudio del Carácter Original de los documentos* (1988);

- *Introducción a la Archivología* (Bogotá, 1997);
- *Manual de Selección Documental* (Córdoba, Argentina, 1982; Bogotá, 1992);
- *Patrimonio Documental* (1981);
- *Política de la Administración de Documentos y Archivos* (2003).

2.3.9 Antonia Heredia Herrera

Iniciamos a descrição biográfica de Antonia Heredia Herrera com uma frase da própria estudiosa: *Fue el amor* (HEREDIA HERRERA, 2016, p.2), que se trata da resposta a um questionamento sobre sua motivação para ser arquivista. Esse amor e essa dedicação perpassaram toda sua vida profissional. Licenciada em Geografia e História e doutora em História, ambas formações pela Universidade de Sevilla, afirmou que, desde 1954, tem se dedicado aos arquivos bem como à pesquisa na área de História das Américas (HEREDIA HERRERA, 2011). Foi nomeada, pelo Ministério da Cultura, em maio de 2007, para compor a Comissão de Normas de Descrição Arquivística na Espanha.

Figura 15: Antonia Heredia Herrera.



Fonte: Heredia Herrera (2016).

A autora trabalhou como arquivista, pesquisadora, professora, além de chefe da seção dos Arquivos Gerais de Índias, Diretora do Serviço de Arquivo e Publicações da *Disputación*

Provincial de Sevilla e Diretora dos Arquivos Gerais de Analucía. Heredia Herrera (2011) fez parte da Comissão de Avaliação do ICA e da Comissão Andaluza de Documentos. Ela explica ainda que seus trabalhos na História e na Arquivologia se entrelaçaram quando trabalhou nos Arquivos Gerais de Índias (HEREDIA HERRERA, 2016), onde atuou como arquivista. Desenvolveu sua pesquisa em decorrência dessa atuação, o que resultou nas obras *Las fortificaciones de la isla Margarita* e *La renta del azogue en Nueva España*. Ao mesmo tempo em que pesquisava sobre a História das Américas, debruçava-se nos acervos, o que fazia crescer sua admiração e seu amor pelos arquivos: “*Al cabo del tiempo fueron los Archivos los que ganaron mi devoción y mi amor por ellos*” (HEREDIA HERRERA, 2016, p.2).

Dentre suas principais publicações, a pesquisadora espanhola cita o manual *Archivística General: Teoría y práctica*, além de *Qué es un archivo?* (2007), *Memoria, Archivos y Archivística: identidad y novedad* (2008) e *Nuevos tiempos, nuevos conocimientos, nueva Archivística* (2008). Seu último livro, publicado em 2011, *Lenguaje y vocabulario archivísticos: algo más que un diccionario*, condensa o pensamento arquivístico da autora a partir da análise da terminologia arquivística (HEREDIA HERRERA, 2011). Sobre essa obra, Heredia Herrera (2016) reconhece que elaborar um dicionário de terminologia foi uma experiência extraordinária e uma oportunidade de refletir sobre a Arquivologia como um todo. Ela afirma ainda que “o vocabulário facilita a informação e a linguagem reduz a interpretação e democratiza o conhecimento” (HEREDIA HERRERA, 2016, p.6, tradução nossa).

Ainda sobre sua produção científica, podemos elencar as seguintes obras:

- *Archivística: estudios básicos* (1981);
- *Bíbara, bibliografía archivística andaluza* (1978-2000, 2000);
- *Catálogo de las Consultas del Consejo de Indias* (1983);
- *Catálogo de las consultas del Consejo de Indias* (1662-1668, 1994);
- *Catálogo de las consultas del Consejo de Indias* (1972);
- *Censo del Sistema Andaluz de Archivos* (1997);
- *Guía del Archivo General de Andalucía y catálogo de sus fondos y colecciones. Sevilla: Consejería de Cultura* (2000);
- *Inventario de los Archivos Municipales de Alcalá del Río, los Corrales, Valencina de la Concepción* (1988);
- *Inventario de los Archivos Municipales de Almadén de la Plata, Benacazon, Castilleja de la Cuesta, Salteras* (1986);

- *Inventario de los Archivos Municipales de Bollullos de la Mitacion, las Cabezas de San Juan, Pedredra, Paradas, Castil-Blanco de los Arroyos; bajo la dirección de Antonia Heredia Herrera* (1986);
- *Inventario de los Archivos Municipales de Carmona* (1985);
- *La norma ISAD (G) y su terminología: análisis, estudio y alternativas* (1995);
- *La renta del azogue en Nueva España (1709-1751)* (1978);
- *Manual de archivística básica: gestión y sistemas* (2013);
- *Manual de instrumentos de descripción documental* (1982);
- *Manual de organización de fondos de corporaciones locales* (1980);
- *Reglamentos y Ordenanzas del Consulado de Cádiz En El Siglo XVIII* (1985);
- *Sevilla y los hombres del comercio: (1700-1800)* (1989).

Além de ter importante papel na Arquivologia espanhola, Heredia Herrera é reconhecida como destaque feminista pela comunidade andaluza, destacando-se por ocupar cargos e posições até então direcionados a homens. Segundo Gómez (2011), ela conquistou o mesmo prestígio que Olga Gallego e Vicenta Cortés Alonso, todas mulheres de excelência na Arquivologia e exemplos de força de vontade e dedicação.

Em 4 de novembro de 2011, a autora ministrou palestra na Universidade Federal do Rio de Janeiro, organizada pela direção da Escola de Arquivologia, cujo tema foi a política arquivística de Andaluzia. Em termos de contribuição teórica para a Arquivologia brasileira, Heredia Herrera é citada e referenciada por diversos autores – dentre os quais Heloísa Liberalli Bellotto, José Maria Jardim, Ana Maria Camargo e Conselho Nacional de Arquivos, que a reverenciam como referência da Arquivologia espanhola.

2.3.10 Paola Carucci

Paola Carucci nasceu em Roma e se formou em Ciência Política pela Universidade de Roma “La Sapienza”. Foi arquivista do estado entre os anos de 1966 e 1979 e, entre 1979 e 1983, assumiu a direção do Arquivo Estadual de Terni. De 1983 a 1989, chefiou a divisão de estudos e publicações do Departamento Geral de Documentos Arquivísticos. Além disso, foi professora de Arquivologia entre 1990 e 1997 na Universidade de Milão e na Universidade de Roma “La Sapienza”, quando lecionou disciplinas sobre a teoria arquivística. Em março de 1997, foi nomeada superintendente do Arquivo Central do Estado, permanecendo no cargo até 2002. Em maio de 2006, foi nomeada assessora especial do Presidente da República. Nesse

período, Carucci (2010) cuidou dos arquivos históricos de Quinerale. Em janeiro de 2008, ela passou a trabalhar como superintendente dos arquivos históricos da Presidência da República.

Figura 164: Paola Carucci.



Fonte: Carucci (2010).

Carucci atuou, ainda, como membro de alguns conselhos: Conselho Nacional para Bens Culturais e Arquivísticos (1976-1980); Conselho Nacional de Pesquisa (1932-1987); Comitê Internacional para a Formação Profissional dos Arquivistas do ICA (1989-1995) e Comitê Internacional de Documentos Eletrônicos (1996-2002).

Segundo informações da própria autora, suas publicações articulam três áreas de interesse: teoria arquivística e legislação, história das organizações contemporâneas e instrumentos de busca. Carucci (2010) descreve ainda que podem ser destacadas, na área de teoria arquivística, suas seguintes publicações:

- *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione* (Roma, 1983);
- *Il documento contemporaneo. Diplomatica e criteri di edizione* (Roma, 1987);
- *Manuale di archivistica di impres* (Roma, 1998).

Já na área de história das organizações contemporâneas, ela publicou as obras a seguir:

- *L'organizzazione dei servizi di polizia dopo l'approvazione delle leggi di P.S. nel 1926;*
- *Il Ministero dell'interno: prefetti, questori e ispettori generali, 1938-1943;*
- *Il prefetto di Roma, Calenda di Tavani; Dal domicilio coatto al soggiorno obbligato: il confino di polizia nel regime fascista e l'internamento nel dopoguerra;*
- *La Presidenza del consiglio, secondo le riforme attuate da Francesco Crispi.*

Heloísa Bellotto (2006), na segunda edição do seu livro *Arquivos permanentes: tratamento documental*, escreve que se utilizou das teorias diplomáticas de Paola Carucci e Luciana Duranti para a atualização do capítulo 3. Ela afirma ainda que:

Estes “novos” olhares lançados sobre os documentos, alinhando de forma inquestionável, sua estrutura e sua natureza ao princípio da proveniência e ao contexto de produção, a questão das espécies e tipos documentais sofrem significativas transformações conceituais e metodológicas. (BELLOTTO, 2006. p. 18).

Na área de instrumentos de busca, Carucci (2010) participou da elaboração, entre 1972 e 1994, do *Guida generale degli Archivi di Stato italiani*, norma equivalente à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) em 2006. Auxiliou também na produção e publicação de um volume de *Le fonti archivistiche relative alla Rivoluzione francese*, de dois volumes do *Le fonti archivistiche. Catalogo delle guide e degli inventari editi. 1861-1998*, *Guida alle fonti italiane e straniere sulle stragi nazi-fasciste in Toscana*, *Guida all'Archivio storico della Presidenza della Repubblica* e da *Guida alle fonti italiane e straniere sulle stragi nazi-fasciste in Toscana*.

2.3.11 Elio Lodolini

Elio Lodolini nasceu em Roma, em 1922, e se formou em Ciências Políticas (1946), em Direito (1950) e em Paleografia e Diplomática (1953). Em 1950, passou no concurso para o Arquivo de Estado, no qual construiu sua carreira. Desde seu ingresso na instituição, atuou em vários cargos, quando, por fim, entre 1976 e 1985, foi Diretor do Arquivo de Roma e Diretor da Escola de Arquivologia, Paleografia e Diplomática. Na docência, atuou por 30 anos (desde 1959). Em 1986, foi nomeado professor titular da Escola de Arquivologia da Universidade de Roma. Como docente, Cortés Alonso, quando prefaciou a tradução em espanhol do manual *Archivistica*, destaca sua vasta experiência e sua dedicação ao ensino da Arquivologia, sempre firme e claro em seus posicionamentos. Tal postura refletiu em seus textos e manuais.

Figura 17: Elio Lodolini.



Fonte: Galeria de fotos⁶⁴.

Cortés Alonso descreve ainda que, em 1972, Lodolini foi convidado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para participar da Reunião de Planejamento do *Inter-American Archival Seminar*, que ocorreu entre os dias 24 e 28 de julho em Washington D.C. Após a reunião, Lodolini foi chamado para visitar os arquivos no Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile, com o objetivo de elaborar um relatório situacional. Esse relatório foi publicado no *Boletín Interamericano de archivos* em 1977. Como destaque da sua “vinda teórica” para o Brasil, Lodolini foi membro da AAB a partir de 1973, fruto de seu trabalho enquanto colhia dados para seu relatório.

O autor realizou ainda algumas missões na Itália, Europa, Estados Unidos, América Latina, Ásia e África, as quais visaram ao desenvolvimento dos arquivos e à difusão da Arquivologia nos países emergentes. Lodolini se destacou pela pesquisa da Arquivologia enquanto disciplina científica. Em seu portfólio, podemos encontrar mais de 150 livros e monografias, além de centenas de publicações sobre a área. Cortés Alonso destaca o livro *Organizzazione e legislazione archivística italiana*, publicado em 1980, o qual apresenta os princípios e as técnicas italianos desde 1870.

No prefácio de seu livro, menciona-se que, apesar da sua proximidade com a Arquivologia brasileira devido ao trabalho desenvolvido nos anos 1970, não há traduções de

⁶⁴

Disponível em:
 <http://www.fondazionefedrigoni.it/it/222/seminario_1_archivio_d_impresa_delle_cartiere_miliani>. Acesso em:
 1 ago. 2018.

seu manual *Archivistica* para o português. A tradução em espanhol foi patrocinada pela Associação Nacional dos Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas (ANABAD) e realizada por Mercedes Costa Paretas.

2.3.12 Jean Favier

Jean Favier nasceu em 2 de abril de 1932, em Paris. Foi aluno da ENC, formando-se em Arquivologia e Paleografia em 1956. Entre 1965 e 1997, foi Diretor da *École Pratique des Hautes Études* e, entre 1969 e 1997, docente na Universidade de Sorbonne, onde lecionava a disciplina de História Econômica na Idade Medieval. Paralelamente, Favier foi diretor dos *Archives Nationales de France*, entre 1975 e 1994, e presidente da Biblioteca Nacional da França, entre 1994 e 1997. Foi ainda presidente do Conselho Internacional de Arquivos entre os anos de 1975 e 1994, contudo, não conseguimos localizar o ano específico da sua atuação. Favier foi também membro da Academia de Letras da França depois de 1985; presidente da Comissão Francesa da Unesco, entre 1997 e 2009; presidente do Conselho de Administração da Escola Normal Superior e Administrador do Instituto Nacional de Documentos Audiovisuais (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2014).

Figura 18: Jean Favier



Fonte: Le Monde (2014).

Durante seu trabalho nos *Archives Nationales*, Favier se concentrou na modernização dos processos de trabalho. Ele é reconhecido na França por sua atuação na história medieval do país (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2014; LE FIGARO, 2014; LE MONDE, 2014). Podemos citar dentre as suas principais publicações: *Les finances pontificales à l'époque du Grand schisme d'Occident* (1966), *Finances et Fiscalité au bas Moyen-Age* (1971), *Et*

d'ouvrages grand public, comme Philippe Le Bel, La Guerre de Cent ans (1980), François Villon (1982), *De l'Or et des épices, Les Grandes découvertes* (1991). Em 1993, publicou o *Dictionnaire de la France médiévale*, que traduziu em mil páginas, dez séculos de história francesa (LE FIGARO, 2014). O reconhecimento do seu trabalho era tamanho que, na ocasião de seu falecimento, François Hollande se manifestou: “O maior historiador da história medieval francesa que foi também um grande servidor do Estado”⁶⁵ (LE MONDE, 2014, tradução nossa).

A *Bibliothèque Nationale de France* (2014) fez um repertório das publicações de Favier, no qual se destacam:

- *Les archives* (2001);
- *Un conseiller de Philippe le Bel: Enguerran de Marigny. Paris, Presses Universitaires de France Mémoires et documents publiés par la Société de cole des chartes, XVI* (1963);
- *Archives de la France. Tome premier, Le Moyen âge* (1994);
- *Archives de la France. Tome 3, Le XVIe siècle* (1997);
- *Archives de la France. Tome 4, Le XVIIe siècle* (2001);
- *Les Archives nationales. 1, L' Ancien régime* (1978);
- *Les Archives nationales. 2, 1789-1940* (1978);
- *Les Archives nationales. 3, Marine et outre-mer* (1980).

Sobre o livro *Les Archives*, Pocquet du Haut-Jussé (1959) descreve que ele foi escrito para atender aos estudantes “calouros”. Nele, são abordados conceitos básicos da área, tais como a noção de fundo e princípios arquivísticos. Segundo o autor, Favier traça uma breve linha histórica dos arquivos públicos, passando pela legislação arquivística francesa e, em seguida, apresenta aspectos práticos da gestão dos arquivos.

Ao lermos as fontes sobre a biografia de Jean Favier, apreendemos que sua carreira foi voltada mais para o estudo da História do que para a Arquivologia. Sua produção científica, conhecida na área, concentrou-se mais nos livros e artigos sobre a história francesa do que no desenvolvimento dos arquivos. No entanto, sua liderança à frente dos *Archives Nationales* foi tida como importante, tendo em vista sua proximidade com os documentos históricos. Os arquivos pessoais de Favier estão custodiados pela mesma instituição⁶⁶.

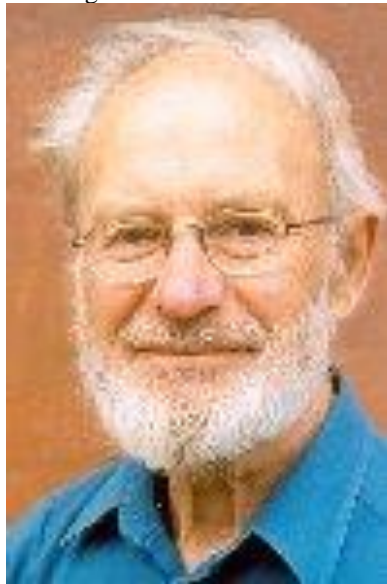
⁶⁵ No original: “*des plus grands historiens du Moyen Age, qui fut aussi un grand serviteur de l'Etat*”.

⁶⁶ Sob a referência *Archives nationales, fonds Jean Favier (501 AP)*.

2.3.13 Michael Cook

Após se formar em História, em 1954, Michael Cook recebeu uma proposta para trabalhar com arquivos em 1955. Pesquisador Sênior do *Liverpool University Centre for Archive* (Lucas), é descrito por seus colegas como generoso e comprometido. Foi arquivista dos Arquivos de Newcastle entre 1958 e 1968. Em 1964, foi para a África com o objetivo de auxiliar na institucionalização dos arquivos nos países que compunham a *Commonwealth*. Entre 1964 e 1966, foi diretor do Arquivo Nacional da Tanzânia. Durante sua estadia na África, organizou e fundou o *Archives training school for English-speaking* (Escola de Arquivologia para Falantes de Língua Inglesa), na Universidade de Gana. As contribuições de Cook na África são descritas como uma visão futurística da Arquivologia, sobretudo a nova Arquivologia nos ambientes digitais e com documentos eletrônicos. Cook disseminou a Arquivologia em níveis continentais (MILLAR, 2003).

Figura 27: Michael Cook.



Fonte: Michael Cook (1986).

Michael Cook atuou na Unesco e na Sociedade dos Arquivistas do Reino Unido, com a normalização da profissão de arquivista. Em 2003, houve a publicação do livro⁶⁷ *Essay in Honour of Michel Cook*, organizado por Margaret Procter – dentre outras autoras –, arquivista que aparece em coautoria em diversas publicações de Cook. Millar (2003) assevera que o livro traduz o reconhecimento da comunidade arquivística a Cook, especialmente por seus trabalhos

⁶⁷ PROCTER, Margaret; WILLIAMS, Caroline (Org.). *Essays in Honour of Michael Cook*. Liverpool: Liverpool University Centre for Archive Studies (LUCAS,) 2003.

na gestão de documentos no Reino Unido. O primeiro capítulo, escrito por Francis Blouin, historiador britânico, resume as mudanças na percepção dos arquivos, da noção de neutralidade (imparcialidade) e objetividade para uma visão pós-moderna no sentido da subjetividade traduzida por Cook. Outra participante do livro, Xiaomi, professora de Arquivologia na Universidade de Renmin, na China, descreve o impacto das publicações de Cook no país chinês.

Millar (2003) completa ainda que, dentre suas publicações mais importantes, estão: *Manual of Archival Description* (MAD), *Archives Administration* e *Archives and the Computer*. O MAD⁶⁸ também foi escrito em parceria com Margaret Procter e foi fruto de um estudo sobre a descrição arquivística em países de língua inglesa (Estados Unidos, Canadá e Reino Unido⁶⁹, neste último, o estudo foi liderado por Michael Cook em 1984).

Thibodeau (1991) alega que o estudo da descrição arquivística no Reino Unido começou como um projeto de pesquisa patrocinado pelo Departamento de Documentação e pela Sociedade dos Arquivistas do Reino Unido, que teve início em 1894, sob a supervisão de Cook, na Universidade de Liverpool. Seu objeto era os instrumentos de pesquisas feitos a partir de documentos arquivísticos segundo as melhores práticas de descrição. O mesmo estudioso ressalta, ainda, que o MAD expressa o futuro da descrição arquivística como uma prática universalmente necessária na recuperação dos documentos. Millar (2003) reforça a fala de Thibodeau (1991) e compara o MAD com a *General International Standard Archival Description* (ISAD-G), exaltando que o manual posiciona a descrição no século XX.

Não encontramos dados completos sobre a trajetória profissional de Michael Cook, mesmo que o livro em sua homenagem apresente tais informações, sobretudo acerca da sua atuação na descrição, formação e papel político do arquivista (MILLAR, 2003). Tivemos referência de um artigo de Cook⁷⁰ em que ele descreve seu percurso profissional, mas também não tivemos acesso a ele. Apesar de pouco se estudar Michael Cook no Brasil, ele foi membro da comissão que desenvolveu normas, recomendações e orientações sobre a profissão dos arquivistas pelo ICA, onde também participou de comissões de descrição arquivística. Tendo em vista que as normas brasileiras consideraram as publicações daquele conselho, podemos concluir que a “vinda” de Cook para a Arquivologia brasileira se deu de maneira indireta, pela

⁶⁸ COOK, Michael; PROCTER, Margaret. *Manual of Archival Description*. Inglaterra: Gowe Publishing Company, 1986.

⁶⁹ No Canadá, foi publicado o *The Canadian Rules for Archival Description* (RAD) e, nos Estados Unidos, o *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: A Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries* (APPM2), ambos frutos dos estudos sobre a descrição arquivística (THIBODEAU, 1991).

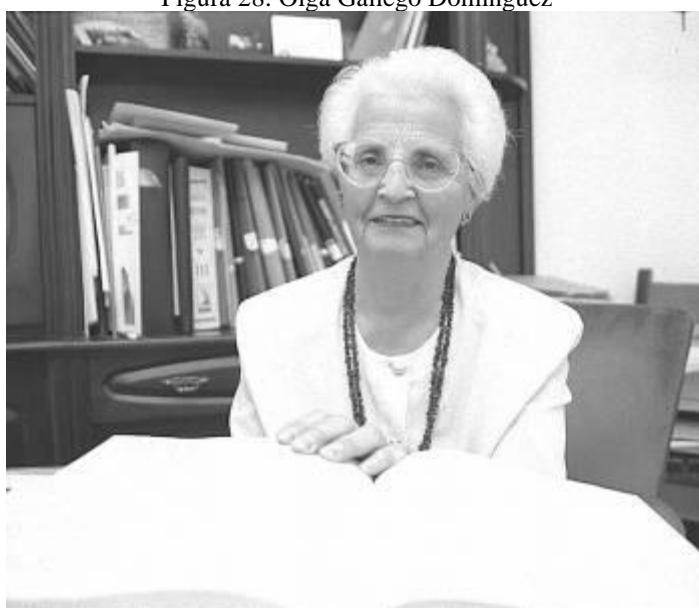
⁷⁰ COOK, Michael. Changing times, changing aims. In: *Journal of the Society of Archivist*, v. 18, issue 1, p. 5-17, 1997.

repercussão das suas contribuições via tradução de obras de padronização da descrição de documentos de arquivos para o português.

2.3.14 Olga Gallego Domínguez

Olga Gallego Domínguez nasceu em Orense, em 8 de dezembro de 1923, e era filha de Pilar Domínguez Castro e Manuel Gallego Lamas. Em 1946, formou-se em Letras e Filosofia na Universidade de Santiago de Compostela. Durante o curso, ela se interessou pelos arquivos. Entre 1951 e 1954, trabalhou no Arquivo Diocesano de Orense (PEREIRO, 1986). Em 1955, começou a trabalhar no corpo de auxiliares de arquivos, bibliotecas e museus na Biblioteca Provincial da mesma cidade. Em 1958, passou no concurso para o *Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos* e foi lotada na Biblioteca Pública e no Arquivo *de la Delegación de Haciendas de Vigo* (MERTINEZ, 1974; GÓMEZ, 2010). Cabe destacar que as vagas desse concurso eram sempre ocupadas por homens.

Figura 28: Olga Gallego Domínguez



Fonte: La Región Ourense⁷¹.

Gallego Domínguez também atuou como bibliotecária, mas, de fato, sua atuação vislumbrava a preservação da memória e da história, área pela qual ela tinha muito apreço e interesse (MERTINEZ, 1974; GÓMEZ, 2010; PEREIRO, 1986). A partir de 1968, foi diretora

⁷¹ Foto tirada por Imanol Hernández. Disponível em: <<http://www.laregion.es/articulo/ourense/historiadora-olga-gallego-muere-87-anos-ourense/20100905075001126214.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

do Arquivo Provincial de Orense e presidente da ANABAD, entre 1994 e 1995. Recebeu prêmios, como o *Lazo de la Orden de Alfonso X el Sabio*, em 1969 e 1974, e o *Plata de Galicia*, em 2010. O prêmio de ANABAD em 2006 foi testemunhado por Gómez (2010), o qual descreve que na ocasião Gallego Domínguez foi homenageada e reverenciada por seu trabalho nos arquivos.

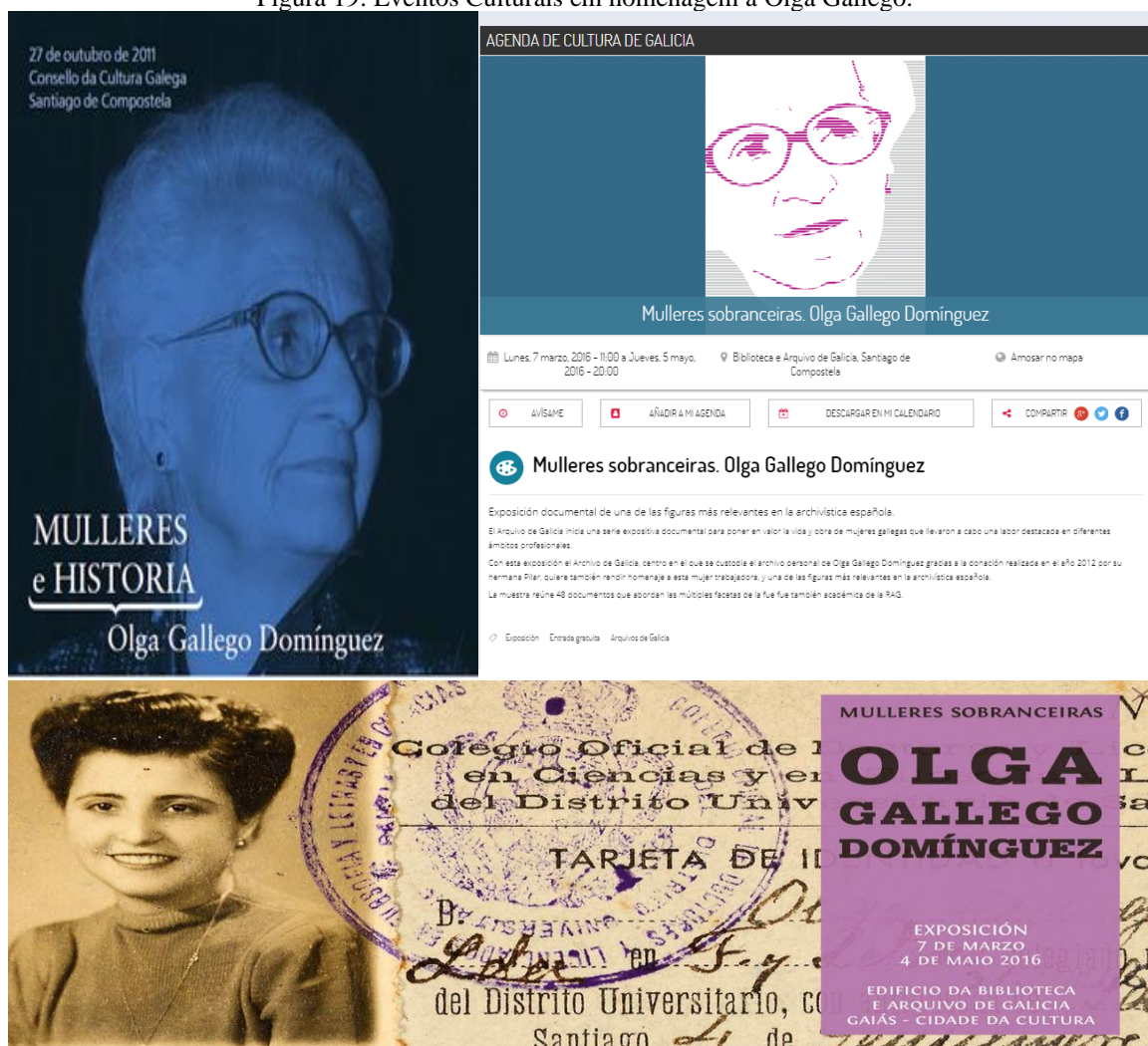
Gómez (2010) declara que em 1974, quando ele foi trabalhar no Arquivo Histórico Provincial, entrou em contato com ela, que o recepcionou com muita delicadeza e cordialidade, características que também foram relatadas por Pereiro (1986). Gómez (2010) afirma ainda que as publicações de Gallego Domínguez sobre os documentos de arquivos, os arquivos provinciais e os manuais foram marcos indubitáveis para a teoria arquivística espanhola. O autor menciona a atuação profissional dela por 20 anos (1969-1989), o que lhe teria proporcionado reconhecimento no âmbito da cultura galega.

Como resultado de sua dedicação, Domínguez foi a primeira mulher a ingressar na *Real Academia Gallega*. Pereiro (1986) diz que, tendo em vista que ela se especializou em arquivos e investigação histórica e se dedicou com afinco, sua indicação coroou as contribuições feitas à teoria arquivística. Ele relata que a nomeação dela foi muito polêmica, mas que Gallego Domínguez, elegantemente, ocupou uma das 40 cadeiras da academia de maneira sutil e delicada, assim como foi seu trabalho nos Arquivos Provinciais de Ourense. Pereiro (1986) narra ainda que, na ocasião, ela disse “Eu não sou uma artista de cinema ou uma vedete, eu sou apenas uma profissional, uma profissional velha”⁷². Essa fala representa a maneira pela qual Gallego Domínguez não se envaidecia com seus feitos e com todo o reconhecimento que recebeu, o que corrobora a percepção de Pereiro (1986) sobre a autora.

A indicação e a efetivação da cadeira a Gallego foram uma quebra de paradigma, pois, até então, apenas homens poderiam fazê-lo. A representação dela enquanto mulher na cultura galega se sobressai em sua biografia, com vários artigos de jornais e referências sobre essa representatividade. Inclusive, após sua morte, em 2010, alguns eventos culturais foram promovidos para exaltar seu “ativismo”, doce e sutil, como descreve Gómez (2010). Vejamos exemplos desses eventos nas figuras a seguir.

⁷² No original: “*Yo no soy una artista de cine o una vedete. sólo soy una profesional, y una profesional vieja*”.

Figura 19: Eventos Culturais em homenagem a Olga Gallego.



Fonte: Pereiro (1986), Gómez (2010) e Martínez (1974).

Gómez (2011) conta que, na época em que Gallego Domínguez iniciou suas atividades laborais, os espaços ocupados por mulheres se limitavam a igrejas, escolas e bibliotecas. Dessa maneira, as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tinham grande presença feminina. Segundo ele, essas eram uma das poucas áreas nas quais uma mulher podia trabalhar e ter reconhecimento, assim como ocupar cargos de gestão e estratégicos. Gallego Domínguez, conforme descreve o mesmo autor, aproveitou essa característica social e ocupou cargos estratégicos, demonstrando a capacidade feminina de liderança. Com maestria, dedicou sua carreira aplicando conhecimentos profundos sobre a teoria arquivística de modo que a Real Academia não pudesse negar sua excelência e lhe concedesse a cadeira. O autor diz ainda que o trabalho dela foi tão importante e representativo que abriu portas para a conquista de espaço e voz de outras mulheres. Todavia, ele destaca que poucas foram aquelas que conquistaram o

mesmo prestígio, ao citar Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera, teóricas arquivísticas biografadas nesta tese, como mulheres de excelência, assim como Olga Gallego.

Após a morte de Gallego Domínguez em 2010, seu filho Pilar Gallego Domínguez criou uma fundação em seu nome, Fundação Olga Gallego, com o objetivo de contribuir para a difusão e a proteção dos arquivos e do patrimônio documental. A visão da fundação é fomentar reflexões e intercâmbios de ideias em todos os aspectos que se preocupam com a comunidade arquivística galega, mantendo como base o espírito de compromisso com os arquivos e arquivistas, assim como a homenageada praticou ao longo de sua vida. Dentre suas atividades, a instituição organiza um prêmio, denominado *Premio de investigación Olga Gallego*, que tem por finalidade destacar e difundir trabalhos com temática arquivística.

Figura 20: Logomarca da Fundação Olga Gallego.



Fonte: Fundación Olga Gallego⁷³.

O manual *Introducción a la Arquivística*, elaborado juntamente com Pedro López Gómez, foi patrocinado pela ANABAD, escrito em galego e posteriormente traduzido para o espanhol. No entanto, esse não foi seu principal trabalho. Segundo Gómez (2011), o manual *Clasificación de fondo de los Archiveros Históricos Provinciales* é um dos manuais fundamentais para a Arquivologia Espanhola e teve maior visibilidade no país. Cabe destacar que Gallego Domínguez também escreveu sobre outros temas, como, por exemplo, *A Cidade de Ourense*, um livro sobre a história de sua cidade natal. A autora, segundo o mesmo estudioso, era também biógrafa e publicou alguns trabalhos nessa área.

Além disso, Gómez (2011) fez um mapeamento das publicações de Gallego Domínguez e pode identificar que os trabalhos com temáticas de Arte, História e Arquitetura foram publicados no *Boletín Avriense*. Já os trabalhos sobre Direito e Ciências Sociais foram publicados no *Catalogos de textos y disposiciones legales impresas: Archivo Histórico Provincial de Ourense, La organización administrativa territorial de la antigua provincia de*

⁷³ Disponível em:

<<http://www.fundacionolgagallego.gal/inicio.htm;jsessionid=9247C26E06CB741A8001407C576B30E1>>.

Acesso em: 18 maio 2018.

ourenses a mediados del siglo XVIII e As barcas e os barcos de pasaxe da provincia de Ourense no antigo rexime. Martínez (1974) ainda cita outras publicações importantes:

- *Plata labrada que em 1601 había en Orense* (Boletín del Museo Arqueológico Provincial de Orens, 1949);
- *La obra del entallador Aymon Pourchelet en Orense, 1580-1630* (Boletín Auriense, 1971);
- *Unha xoia bibliográfica da Biblioteca Penzol* (1972);
- *Puertas y cerca de la ciudad de Orense* (Boletín Auriense, 1973);
- *Demografía orensana desde el siglo XIV al X* (Boletín Auriense, 1973);
- *La peste en Orense desde el siglo XIV al XIX* (Boletín Auriense, 1973);
- *Sobre algunas ermitas orensanas* (1975);
- *De la provincia de Orense* (Boletín Auriense, 1976);
- *El Monasterio de Celanova a mediados del siglo XIX* (1977);
- *Evolución de la propiedad de los montes en la provincia de Orense* (Boletín Auriense, 1978);
- *De textos y disposiciones legales impresos* (1979);
- *De los fondos documentales de los Archivos Históricos Provinciales* (organizado juntamente com Pedro Gómez, 1980);
- *Das coleccións bibliográficas e documentais da Fundación Penzol* (organizado juntamente com Pedro Gómez, 1980).

2.3.15 Donato Tamblé

Donato Tamblé nasceu em 3 de abril de 1948. É bacharel em Letras pela *Università degli Studi di Roma* desde 1971 e se formou em Arquivística, Paleografia e Diplomática pela *Scuola di Archivistica* em Roma, em 1978. Entre 1976 e 2002, trabalhou no Arquivo Estadual de Roma. Foi diretor do Arquivo Estadual de Potenza, entre 2002 e 2009. De 2005 a 2009, assumiu a superintendência arquivística pela Basilicata e, de 2008 a 2017, ocupou o cargo de Superintendente Arquivístico pelo Lazio. Foi docente na *Scuola di Archivistica e Diplomatica* do Arquivo Estadual de Roma, de 1978 a 2002, e professor temporário em diversos períodos de sua trajetória profissional, lecionando disciplinas com temáticas arquivísticas, tal como história dos arquivos, teoria arquivística comparada e diplomática.

Figura 21: Donato Tamblé.



Fonte: Tuscia Web Citezen Journal⁷⁴.

Em 1998, Tamblé foi professor visitante na Universidade de Malta, onde lecionou um curso intensivo de Arquivologia no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, cujo título foi *Introduction to archival science*. Ele também teve 300 publicações científicas e participou de outros 300 eventos. O autor colaborou ainda na editoração e em comissões editoriais de revistas científicas na Itália. Destacamos suas principais publicações adiante:

- *L'archivio moderno: dottrina e pratica* (Roma, 1982);
- *La teoria archivistica italiana contemporanea* (1950-1990);
- *Profilo storico-critico* (La Nuova Italia Scientifica, Roma, 1993);
- *I centri storici di Calcata, Castel S. Elia, Monteromano. Gli abitanti e le case nel catasto gregoriano (1819-1820)* (organizados por Donato Tamblé e Enrico Guidoni, Vetralla, 2001);
- *I centri storici di Graffignano, Monterosi, Roccalvecce. Gli abitanti e le case nel catasto gregoriano (1819-1820)* (organizados por Donato Tamblé e Enrico Guidoni, Vetralla, 2002);
- *Archivio di Stato di Potenza* (Archivi Italiani, 2004);
- *Introduzione agli archivi* (Archivio di Stato di Potenza, Strumenti didattici. 2, Potenza, 2006);
- *Archiviocrea. Un'esperienza di scrittura creativa nell'Archivio di Stato di Potenza* (a cura di Donato Tamblé e Valeria Verrastro, Potenza, 2007);

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.tusciaweb.eu/2014/03/archivi-di-stato/>>. Acesso em: 6 maio 2018.

- *Giuseppe Bonaviri, uno scrittore e le sue carte Inventario dell'archivio di Giuseppe Bonaviri* (organizado por Cristina Grasso e Donato Tamblé, Frosinone, 2014);
- *Lo sport alla Grande Guerra, atti del convegno, Firenze, Istituto Geografico Militare, 9-1 Omaggio, 2014* (organizado por Angela Teja, Virgilio Ilari, Gregory Alegi, Eleonora Belloni, Felice Fabrizio, Sergio Giuntini e Donato Tamblé, Siena, 2015).

Tamblé declara que colaborou para a Arquivologia italiana por meio de sua participação em comitês e associações e da organização de eventos científicos, como consta a seguir:

- Membro da *Associazione Nazionale Archivistica Italiana* (ANAI) (1982);
- Membro do Conselho Diretivo da ANAI (desde 2014);
- Presidente, desde 2014, do Centro de *Sport's record-archives e memoria dello sport*;
- Presidente da *Alummin Clarissimi Tabularii Urbis Maximae* (Associação de Diplomática da Escola de Arquivologia, Paleografia e Diplomática de Roma (ACTUM), desde sua fundação em 1984);
- Vice-presidente da Sociedade Italiana de História Militar (SISM);
- Vice-presidente junto com o Cofundador, Prof. Enrico Guidoni, do Centro Internacional de Estudos da História das Cidades, em 1986.

2.3.16 Luciana Duranti

Luciana Duranti, nascida na Itália em 28 de setembro de 1950, estudou Letras e História em 1968. Explica que estudou História clássica no ensino superior em Roma. Durante uma orientação, sua orientadora, a Profa. Dra. Emilia Morelli sugeriu que ela deixasse o departamento de História e estudasse Arquivologia. Ela foi, então, encaminhada para o Prof. Dr. Leopoldo Sandri D'Addario e para Elio Lodolini. Duranti (2016) descreve que, quando foi encaminhada para a Escola de Arquivologia, não tinha conhecimento da dimensão e grandiosidade da área. Todavia, tinha conhecimento da delicadeza dos arquivos quando em seus estudos históricos, acessou o *Tabularium*⁷⁵. Após a universidade, obteve o título de Mestre em Letras e Artes, pela Universidade de Roma em 1973, e Mestre em *Diploma di Archivistica, Paleografia e Diplomatica* pela *Scuola dell'Archivio di Stato di Roma* em 1979. Em 1975, tornou-se Doutora, também pela Universidade de Roma, pela *Scuola Speciale per Archivisti e Bibliotecari*.

⁷⁵ Conjunto documental da Roma antiga, a partir do qual é possível mapear as funções e os contextos do período democrático de Roma (DURANTI, 2016).

Figura 32: Luciana Duranti.



Fonte: Repositório de currículos da *University of British Columbia*⁷⁶.

Logo que se formou, Duranti trabalhou como Arquivista do Estado em Roma (1978-1982), período em que ela lidou com documentos do Barroco, além de descrever, analisar e tratar “1400 anos de documentos do Estado de Roma”, segundo ela própria. Na mesma época, lecionou na escola de Arquivologia de Roma. Entre 1982 e 1987, Duranti tornou-se pesquisadora pela *Scuola Speciale per Archivisti e Bibliotecari* da Universidade de Roma, quando desenvolveu estudos em documentos antigos, sobretudo com olhares da diplomática e da paleografia. Duranti (2016) detalha que suas pesquisas em Roma se dedicaram a mapear a trajetória da Arquivologia.

O seu marido foi transferido para Toronto em 1984 e ela se licenciou de sua pesquisa em Roma. Em seguida, fez uma especialização no *Program of Research in North American Archival Practices*, entre 1984 e 1986. Duranti afirma que pode visitar vários arquivos e participar de muitas palestras, inclusive como convidada para ministrar palestras na Universidade de British Columbia (UBC), em Vancouver. Em 1986, ela retornou para a Itália e, logo depois, recebeu uma ligação da UBC, informando que um novo mestrado seria lançado *Master of Archival Studies* e que alguns alunos solicitaram ao Reitor que ela compusesse o corpo docente (DURANTI, 2016).

A autora relata que, diante do convite, ela e sua família se mudam em 1987. Em Vancouver, Terry Eastwood – estudioso biografado na subseção 2.3.17 –, era o coordenador do referido mestrado. O encontro dos dois foi o início de uma parceria “arquivística”. Quando

⁷⁶ Disponível em: <<http://ubc.academia.edu/LucianaDuranti>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

Duranti chega à universidade, Eastwood a incentiva a trabalhar com diplomática e ela timidamente declara que não tinha muito conhecimento em teoria diplomática moderna, em razão de a sua experiência na área ter se voltado aos documentos antigos e medievais. Ele insiste e diz: “Se a Arquivologia e a Diplomática são ciências, podemos aplicá-las em tudo. Descobriremos juntos” (DURANTI, 2016). Eastwood foi, portanto, um grande patrocinador intelectual de Duranti.

Ela descreve que resolveu acatar a sugestão dele e imergir nessa descoberta. Debruça-se no estudo da avaliação e, à medida que o tempo passava, percebia que as tecnologias invadiam a Arquivologia. Em 1994, ela inicia um projeto, chamado MAS/DOD⁷⁷, cujos objetivos eram: analisar como os documentos se posicionavam em ambientes eletrônicos; determinar critérios de identificação de documentos de arquivo em ambientes eletrônicos; e definir os requisitos para garantir a confiabilidade e a autenticidade dos documentos, assegurando os aspectos administrativos, jurídicos, culturais e disciplinares.

Em 1998, Duranti (2016) entende que sua pesquisa deveria abranger culturas, contextos e ambientes de outros países. No mesmo ano, ela lança o projeto *The International Research on Permanent Authentic Records in Eletronic System* (IntePARES), uma pesquisa voltada para os documentos nato-digitais e a preservação da autenticidade.

Figura 22: Lançamento do projeto InterPARES (Terry Eastwood, Peter Van Garderen, Bruce Walton, Hans Hoffman).



Fonte: Duranti (2016).

⁷⁷ Documentos do projeto estão disponíveis em: <<http://www.interpares.org/UBCProject/intro.htm#OBJECTIVES>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Esse projeto objetiva pesquisar a preservação digital em longo prazo, para garantir a confiabilidade e a autenticidade dos documentos de arquivo. Teve quatro edições (1990-2001, 2002-2007, 2007-2012 e 2013-2018), sob a coordenação de Luciana Duranti e com o apoio de Terry Eastwood. O InterPARES 1 teve como produto os requisitos de base e de referência para presunção da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais (*The long-term preservation of authentic electronic records: findings of the InterPARES Project*). O IntePARES 2 entregou uma base de dados de terminologia em inglês, modelos conceituais de preservação, diretrizes para produção e preservação de documentos digitais autênticos e um conjunto de estratégias voltadas para a preservação de documentos digitais a longo prazo. O InterPARES 3 foi baseado em equipes (TEAMS) nacionais e regionais, também sob a coordenação de Duranti, e teve como finalidade testar a teoria e a metodologia de preservação digital produzidas nas duas fases anteriores.

O Brasil participou do InterPARES 3 em 2005. Os membros da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Arquivo Nacional foram responsáveis pela disseminação da abordagem teórica de Duranti a partir desse projeto. A equipe brasileira, chamada TEAM Brasil, contou também com pesquisadores acadêmicos, profissionais e colaboradores de instituições que atuaram como parceiras, a saber: o Ministério da Saúde, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Câmara dos Deputados e Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP).

A última fase do InterPARES (InterPARES Trust) incluiu mais de 70 parceiros institucionais em todo o mundo – universidades, arquivos e bibliotecas nacionais e regionais, agências governamentais, agências intergovernamentais e transnacionais e empresas – e mais de 300 pesquisadores e assistentes de pesquisa de pós-graduação.

Em termos de produção científica, Duranti ainda escreve e publica muitos artigos e documentos técnicos. Podemos destacar um de seus trabalhos, que foi amplamente conhecido: o manual *Diplomatics: New Uses for An Old Science*, elaborado a partir de 6 artigos publicados na revista *Archivaria* entre 1989 e 1992. Segundo a própria autora, ainda se destacam:

- *Origin and Development of the Concept of Archival Description*, *Archivaria* 35 (1993): 47-54;
- *The Concept of Appraisal in Archival Science*, *The American Archivist* 57 (Spring 1994): 328-344;
- *The Records: Where Archival Universality Resides*, *Archival Issues* 19, 2 (1994): 83-94;

- Medieval Universities and Archives, *Archivaria* 38(1994-95): 37-44;
- *The Concepts of Reliability and Authenticity and Their Implications*, *Archivaria* 39(1995): 5-10;
- *Archives as a Place*, *Archives & Manuscripts* 24, 2 (1996): 242-255;
- *Archival Science*, *Encyclopaedia of Library and Information Science*, Allen Kent ed., vol. 59 (New York, Basel, Hong Kong: Marcel Dekker, INC., 1996), 1-19;
- *The Archival Bond*, *Archives and Museum Informatics* 11, 3-4 (1997): 213-218;
- *Diplomatics*, *Encyclopedia of Library and Information Science*. Marcia Bates, Mary Niles Maack, Miriam Drake eds. (New York, Basel, Hong Kong: Marcel Dekker, INC., 2009) [updated in in John McDonald and Michael Levine-Clark, Eds., *Encyclopedia of Library and Information Sciences (ELIS)* (Abingdon, UK: Taylor and Francis Group, 2015)].
- *Structural and Formal Analysis: The Contribution of Diplomatics to Archival Appraisal in the Digital Environment*, Jenny Hill ed., *The Future of Archives and Recordkeeping: A Reader* (London, Facet, 2010), pp. 65-88.
- *Archival Science in the Cloud Environment: Continuity or Transformation?*, *Atlanti* vol. 23 (2013): 45-52. Special issue in honour of Charles Keskemeti.
- *Archival Bond, Archives, Formal Analysis, Impartiality, Interrelatedness, Life-Cycle, Records, Naturalness, Objectivity, Records Function e Uniqueness*, em Luciana Duranti e Pat Franks (editores). *Encyclopedia of Archival Science* (Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2015).

Diante da inovação de suas pesquisas, Luciana Duranti ganhou diversos prêmios, descrevemos alguns deles a seguir:

- *Fellow of the Association of Canadian Archivists* (2014);
- *Best Paper Award for the Preservation Track at the Digital Heritage 2013 Congress, Marseille* (2013) – Artigo Premiado: “*Records in the Cloud: Authenticity and jurisdiction*” – Luciana Duranti e Adam Jansen;
- *BC Innovation Council Frontiers in Research Award* (2006);
- *Emmett Leahy Award* (2006).

No Brasil, Luciana Duranti é uma referência em diplomática “digital” e preservação digital. Pesquisadores da área, tais como Rosely Rondinelli, Nathália Tognoli e Cláudia Lacombe, foram inspirados e orientados por ela. As repercussões teóricas da obra de Duranti no país estimularam estudos acerca da preservação dos documentos arquivísticos digitais em

longo prazo, especialmente nos últimos 5 anos. Além disso, algumas Resoluções do Conarq foram publicadas tendo como base teórica os estudos do Projeto InterPARES.

2.3.17 Terry Eastwood

Terrence (Terry) Eastwood nasceu em Edmonton, Alberta (Canadá), em 1943. Estudou História na Universidade de Alberta, onde se formou em 1965. Fez mestrado em História na mesma universidade, em 1977. Entre 1974 e 1981, foi arquivista dos Arquivos da *British Columbia* (UBC). Ainda, foi editor chefe da revista *Archivaria* entre 1981 e 1982 e, de 1981 a 2007, foi professor de teoria arquivística na Universidade de British Columbia. Lecionou por alguns anos após se formar e antes de se tornar arquivista da UBC.

Figura 23: Terry Eastwood.



Fonte: *Canadian Institute for Information and Privacy Studies*⁷⁸.

Eastwood auxiliou também na fundação da Associação de Arquivistas de *British Columbia*, onde foi secretário financeiro e editor. Participou da Associação dos Arquivistas Canadenses (ACA) como editor do *ACA Bulletin* entre 1975 e 1977, como vice-presidente entre 1977 e 1978 e como presidente, entre 1978 e 1979 (BRUCE, 2013). Foi membro do *Planning Committee on Descriptive Standards* (1991-1996) e *Bureau of Canadian Archivists Working Group on Archival Descriptive Standards* (1984-1986). Eastwood recebeu, em 1990,

⁷⁸ Disponível em: <<https://infoandprivacy.ca/advisory-board/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

um prêmio da SAA e, em 1997, um da ACA. Em 2016, ganhou o prêmio *Alumni Award* da Universidade de Victoria.

Bruce (2013) detalha ainda que, entre 1981 e 1986, Eastwood se tornou professor do Departamento de Estudos Arquivísticos da UBC, sendo coordenador do curso entre 1981 e 2001. Além da coordenação, ele palestrou em diversas instituições, promovendo a teoria arquivística, conforme listado na sequência:

- *Western Archives Institute* (Slatlake City, 2001);
- Universidade da Califórnia (Berkeley, 2009);
- Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) (Rio de Janeiro, 2008);
- Seminário preparatório para o *Records Disposition at the International Congress on Archives* (Quebec, 1992);
- Curso de organização e descrição (Koblenz, Alemanha, 1990);
- Professor visitante na Divisão de Comunicação e Humanidades na Universidade de *Mid Sweden* (Härnösand, Suécia, 1996-1999).

Em 1981, foi criado o Mestrado em Arquivos – *Master of Archives* (MAS) –, na UBC, como o primeiro programa na América do Norte a contemplar exclusivamente as temáticas arquivísticas. Eastwood foi o seu primeiro professor e coordenador e, durante sua atuação na docência do programa de mestrado, orientou centenas de alunos e enriqueceu seu currículo com diversas publicações. Destaca-se que ele, junto com Jean Dryden, em 1985, publicou *Towards Descriptive Standards: Report and Recommendations of the Canadian Working Group on Archival Descriptive Standards*, livro que se tornou uma referência em termos de normatização da descrição de documentos de arquivo no Canadá.

Além disso, Eastwood publicou ao todo mais de 50 artigos com temática arquivística, especificamente em organização, descrição, avaliação, acesso e transparência (BRUCE, 2013). Suas contribuições reverberaram a formação e a institucionalização da Arquivologia canadense. Destacamos o capítulo *Introduction to the 2003 Reissue* do livro *Selected Writings of Sir Hilary Jenkinson*⁷⁹, o qual homenageia Sir Hilary Jenkinson, demonstrando sua familiaridade com as ideias do autor e a transposição delas para a diplomática canadense. Dentre suas principais publicações estão:

- *The Archival Fonds: From Theory to Practice* (Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1992);
- *Preservation of the Integrity of Electronic Records*, Dordrecht: Kluwer Academic (2002);

⁷⁹ Ver a biografia de Jenkinson, na subseção 2.3.1.4 desta tese.

- *Currents of Archival Thinking* (Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2009);
- *The Origins and Aims of the Master of Archival Studies Programme at the University of British Columbia* (Archivaria 16, Summer, 1983);
- *Attempts at National Planning for Archives in Canada* (The Public Historian 8, 1986);
- *Building Standards of Competence for Archivists* (Janus, 1992);
- *Nailing a Little Jelly to the Wall of Archival Studies* (Archivaria 35, Winter 1992/1993);
- *How Goes It with Appraisal?* (Archivaria 36, Autumn, 1993);
- *What is Archival Theory and Why is it Important* (Archivaria 37, Spring, 1994);
- *Putting the Parts of the Whole Together: Systematic Arrangement of Archives* (Archivaria 50, Fall, 2000);
- *The Search for Criteria and Methods for the Selection of Electronic Records* (Document numerique, June, 2001);
- *Reflections on the Goal of Appraisal in Democratic Societies* (Archivaria 54, Fall, 2002).

A produção científica de Eastwood se concentrou, nos últimos anos, nas questões de preservação digital, em colaboração ao projeto InterPARES, liderado por Luciana Duranti. Bruce (2013) relata que ele contribuiu para o desenvolvimento da Arquivologia nas áreas da formação do arquivista e das normas de descrição. No entanto, a autora destaca que sua maior participação na Arquivologia canadense foi como pesquisador referido projeto, no qual trabalhou entre 1999 e 2006.

Eastwood e Duranti formaram uma grande parceria. Em 1987, quando ela chegou a Vancouver, ele a recepcionou como coordenador do programa de mestrado (MAS) da UBC. Duranti propôs que ela pudesse lecionar disciplinas sobre aquisição, arranjo e descrição, serviço de referência e preservação, mas Eastwood pediu que ela ensinasse gestão de documentos, avaliação e diplomática. Eastwood foi o seu incentivador no estudo da diplomática. Podemos inferir, assim, que sua colaboração na formação de Duranti desdobrou-se no projeto InterPARES e nas questões da diplomática digital.

A vinda de Eastwood para o Brasil, em termos teóricos, não está clara nas fontes de sua biografia. Sabemos que, na Revista Arquivos e Administração, foi traduzido e publicado um artigo dele, no ano 12, número 2, de 2013⁸⁰. O artigo *What is archival theory and why is it*

⁸⁰ Artigo disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62226>>. Acesso em: 16 maio 2018.

*important*⁸¹ foi traduzido por Sérgio Conde de Albite Silva⁸². O artigo original foi publicado na Revista Archivaria nº 37, de 1994, em resposta ao artigo *Archival Theory: much do about shelving*⁸³, de John W. Roberts. Eastwood, juntamente com Heather Macneil, organizou o livro *Currents of Archival Thinking*, o qual foi traduzido para o português com o título *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Com revisão técnica de Heloísa Liberalli Bellotto, a tradução foi publicada pela editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2016. Em busca de informações sobre o curso ministrado em 2008 por Eastwood no Rio de Janeiro, não encontramos documentos que pudessem esclarecer e detalhar o que foi lecionado, nem quem foram os participantes, tampouco os objetivos e a ementa do curso.

2.3.18 Carol Couture

Carol Couture⁸⁴ nasceu em 8 de outubro de 1945, no Quebec. Possui bacharelado em Artes pela Universidade de Laval. Também se graduou em História em 1970. Fez pós-graduação em Arquivologia na mesma universidade. Em 1995, concluiu seu doutorado em Estudos Arquivísticos. De 1970 a 1972, trabalhou no Arquivo Nacional do Canadá. Entre 1972 e 1976, foi arquivista da Universidade de Montreal. De 1973 a 1988, foi pesquisador e atuou como professor da Universidade de Montreal, onde ministrou disciplinas de Arquivologia, como: fundamentos arquivísticos, avaliação de documentos, políticas e estudos comparativos. Foi conservador e diretor-geral dos Arquivos da Biblioteca e do Arquivo Nacional de Quebec (BAnQ), de 2001 a 2005.

⁸¹ Artigo disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11991/12954>>. Acesso em: 16 maio 2018.

⁸² Professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Ciência da Informação (UFF-IBICT).

⁸³ O título desse artigo remete ao livro de William Shakespeare: *Much Ado about Nothing (Muito Barulho por Nada)*.

⁸⁴ O fundo pessoal de Carol Couture está custodiado pelo Arquivo da Universidade de Montreal. Possui datas limites de 1970-2007, com 7,98 metros lineares de documentos textuais. Pode ser localizado pela referência de pesquisa *Fonds de l'Association des archivistes du Québec (P 240) aux Archives nationales du Québec (2013.09.20.MC)*.

Figura 24: Carol Couture.



Fonte: Currículo acadêmico do autor.⁸⁵

Couture desenvolveu três projetos de pesquisa: um deles aconteceu junto com Jocelyne Martineau e Daniel Ducharme, entre 1997 e 2000, tendo como objeto a formação e a pesquisa em Arquivologia (COUTURE; MARTINEAU, 1999). Seus estudos na área resultaram em um convite do ICA para assumir a presidência da Seção de Formação em Arquivologia e Formação do Arquivista. Outro projeto de pesquisa liderado por Couture foi o *Les principes et les fonctions archivistiques analyse et évaluation du contenu et de la diffusion du programme RAMP de l'Unesco*, o qual teve como finalidade analisar os 75 estudos RAMP de maneira a mapear o conhecimento, isto é, o grau de absorção do conhecimento que os estudos alcançaram, e delinear as relações entre os princípios e as funções arquivísticas no desenvolvimento da disciplina arquivística. O terceiro se denominava *Législation archivistiques et politiques nationales d'archives. Étude comparative d'impact*, cujo objetivo era realizar um estudo comparativo da legislação arquivística no mundo e seus impactos na administração dos arquivos.

Assim, dentre suas principais produções, destacamos:

- UNESCO. *Les associations professionnelles et l'harmonisation de la formation en bibliothéconomie, en sciences de l'information et en archivistique*. Paris: Unesco, 1987, 13 p. (texto escrito por Carol Couture e Marcel Lajeunesse);

⁸⁵ As informações da biografia do autor foram retiradas de seu próprio currículo, disponível em: <<http://www.mapageweb.umontreal.ca/couturec/>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

- COUTURE, Carol. *La formation en archivistique. Évolution, Contexte et Contenu*. *Archivum* (Conseil International des Archives), Paris, vol. 34 (1988), 24 p.
- COUTURE, Carol; DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves. *L'archivistique a-t-elle trouvé son identité?* *Argus*, vol. 17, n. 2 (1988), 10 p.
- GAGNON-ARGUIN, Louise; COUTURE, Carol. *Dictionary of archival terminology = Dictionnaire de terminologie archivistique; English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish* / edited by Peter Walne; compiled by Frank B. Evans, François-J. Himly and Peter Walne. New York: K.G. Saur München, 1984 (ICA handbook series: vol. 3). *Archives*, vol. 18, n. 3 (1986), 3 p.

2.3.19 Jean-Yves Rousseau

Jean-Yves Rousseau nasceu em Montreal, em 10 de maio de 1948. Entre 1963 e 1969, cursou Ciências Sociais. Em 1972, começou a trabalhar em arquivos. Em 1973, formou-se em História pela Universidade do Quebec. Em 1974, iniciou seu mestrado na mesma universidade. Em 1997, finalizou seu doutorado em Didática pela Faculdade de Ciência da Educação, tendo como tema central de sua tese a contribuição do estágio para a formação do arquivista no contexto do Quebec.

Entre 1970 e 1976, Rousseau trabalhou como arquivista em instituições públicas e privadas. De 1976 e 1985, foi assessor do diretor da Seção de Arquivos da Universidade de Montreal. Foi ainda diretor da mesma seção, em 1985. Cabe destacar que ele lecionou no Arquivo Geral da Universidade Autônoma do México, entre 1982 e 1984. Foi também professor da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação (EBSI) até 1989. Rousseau ministrou cursos para instituições públicas e no Arquivo Nacional do Canadá e participou de grupos de trabalho no comitê da Conferência de Reitores e Diretores das Universidades de Quebec. Ele também se dedicou à Associação dos Arquivistas de Quebec e foi responsável por comitês no ICA, entre 1988 e 1998.

Destacamos da biografia de Rousseau sua atuação na academia e seus esforços para institucionalizar a Arquivologia canadense. Alguns de seus principais artigos foram:

- *Étude descriptive de la contribution du stage à la formation professionnelle initiale des archivistes au Québec de 1983 à 1994* (1997);
- *L'utilisation des archives à des fins de recherche: une source première et authentique d'informations* (1994);

- *L'informatisation d'un service d'archives: l'expérience de l'Université de Montréal* (1990);
- *Le respect des fonds: La quintessence de la discipline archivistique* (1990);
- *La gestion des archives informatiques : l'expérience de l'Université de Montréal* (1990);
- *La protection des archives essentielles* (1988).

Couture e Rousseau foram parceiros de trabalho. Um dos seus projetos conjuntos foi a fundação, junto com Jacques Ducharme, do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia (*Groupe Interdisciplinaires de recherche en archivistique* – GIRA⁸⁶). Fundando em 1987, foi o primeiro grupo de pesquisa no Canadá a discutir os fundamentos e a teoria arquivística. As discussões e os trabalhos do GIRA se concentram na organização de simpósios voltados às atualidades da Arquivologia e à publicação de artigos com temática arquivística. O GIRA organizou alguns simpósios em Arquivologia, sendo que a 8ª edição aconteceu em 2018. Os membros do grupo são alunos, pesquisadores, colaboradores eventuais e todos os discentes do doutorado em Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Montreal, cuja temática de pesquisa seja arquivística.

No tocante à produção acadêmica da dupla de autores, destacamos o livro *Les archives au XX siècle: Um réponse aux besoin de l'administration et de la recherche*⁸⁷. Esse livro foi um marco para a Arquivologia do Canadá, sobretudo no detalhamento da teoria do ciclo vital para a realidade canadense. Os dois autores também escreveram outros livros e artigos juntos⁸⁸.

2.3.20 José Ramón Cruz Mundet

A biografia de José Ramón Cruz Mundet foi localizada apenas no seu currículo acadêmico, disponibilizado no *site* da universidade. Ainda tentamos contato com ele, mas,

⁸⁶ Informações sobre o grupo estão disponíveis em: <<http://gira-archives.org/>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

⁸⁷ COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Les archives au XX siècle: Um réponse aux besoin de l'administration et de la recherche*. Canadá: Université de Montreal, 1982.

⁸⁸ COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Les fondements de la disciplina archivistique*. Canadá: Université de Montreal, 1994.

_____. Translated by David Homel. *The Life of Document. A Global Approach to Archives and Records Management*. Montréal, Véhicule Press, 1987, 357 p. (Traduction de: Les archives au XXe siècle).

_____. Yves. Traduit par Nora Settels Sandahl. *Los Archivos en el siglo XX*. Mexico, Université de Montréal, Secrétariat général, Archivo General de la Nacion, Direction de Administracion de Documentos del Gobierno Federal, 1988, 434 p. (Traduction de: Les archives au XXe siècle).

CHOUINARD, Denys; COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. Mémoire relatif au projet de loi no 3 intitulé: Loi sur les archives. *Archives*, vol. 15, n. 1, 1983. 14 p.

_____. La loi sur les archives: un projet plutôt décevant. *Le Soleil*, 19 maio 1983, et *Le Devoir*, 20 maio 1983.

infelizmente, os *e-mails* não foram respondidos. Dessa maneira, apresentamos aqui apenas o que foi registrado no referido currículo, bem como no prefácio de seu manual.

Figura 25: José Ramon Cruz Mundet.



Fonte: Currículo acadêmico do autor.⁸⁹

Cruz Mundet é formado em História pela Universidade de Deusto, Bilbao, doutor em História Moderna pela Universidade Autónoma de Madrid e professor titular em Arquivologia, na Universidade Carlos III de Madrid. Foi coordenador do Departamento de Ciência da Informação e Documentação desde 2001 e coordenou a pós-graduação no mesmo departamento. Foi vice-diretor dos Arquivos do Ministério da Cultura da Espanha entre 2005 e 2008. Atuou como membro executivo da Seção de Arquivos, Educação e Formação Arquivística do ICA.

Como pesquisador, foi autor e coautor de 25 monografias com temáticas da História e da Arquivologia. Dentre suas principais obra, podemos citar:

- *Archivos Municipales de Euskadi. Manual de organización* (1992);
- *Manual de Archivística* (1994);
- *Información y documentación administrativa* (1998);
- *El poder de los documentos* (1999);
- *Archívese! Los documentos del poder. El poder de los documentos* (1999);
- *Manuscritos del Mar Muerto al Impero Gates* (2004);
- *La gestión de documentos en las organizaciones* (2006);

⁸⁹ Disponível em: <<https://uc3m.academia.edu/Jos%C3%A9Ram%C3%B3nCruzMundet>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

- *Qué es un archivero* (2009);
- *Diccionario de Archivística* (2011);
- *Archivística* (2012);
- *Los costes de la Preservación digital Permanente* (2016).

Cruz Mundet possui trabalhos escritos com outros pesquisadores, com destaque para sua atuação na produção científica junto a Aurelio Tanodi. Ele escreveu 16 artigos de revista, nove capítulos de livros e foi orientador de diversas teses e dissertações. Os temas estudados pelo autor abrangem a gestão de documentos, os arquivos universitários, a profissão do arquivista e, mais recentemente, as questões de gestão de documentos arquivísticos digitais e a sua preservação.

2.3.21 Antonio Angel Ruiz Rodríguez

As fontes biográficas de Antonio Angel Ruiz Rodríguez, escritas pelo próprio autor, não fazem menção a detalhes de sua vida pessoal. Baseados nisso, apresentaremos aqui uma biografia breve e com mais informações sobre a sua formação e sua trajetória profissional.

Figura 37: Antonio Angel Ruiz Rodríguez.



Fonte: *Directorio de expertos en el tratamiento de la información*⁹⁰.

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.directorioexit.info/ficha2916>>. Acesso em: 22 maio 2018.

Antonio Angel Ruiz Rodríguez nasceu em Úbeda, em 18 de junho de 1954. Em 1978, formou-se em Licenciatura da História e da Geografia pela Faculdade de Filosofia e Letras de Granada. Em 1984, concluiu seu Doutorado em Filosofia e Letras pela mesma faculdade. Entre 1978 e 1984, foi professor do Departamento de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Filosofia e Letras de Granada e da Escola Universitária de Biblioteconomia e Documentação de Granada. Em 28 de dezembro de 1991, foi nomeado professor na Faculdade de Filosofia e Letras de Granada.

Dentre suas áreas de atuação na docência, Ruiz Rodríguez cita: arquivologia, paleografia medieval, diplomática, paleografia moderna, diplomática moderna, paleografia latina, epigrafia e genealogia. Enquanto esteve como professor da Escola Universitária de Biblioteconomia e Documentação, lecionou arquivologia, documentação, biblioteconomia, unidades de informação da administração pública espanhola, tratamento técnico de documentos administrativos, metodologia de investigação, tratamento técnico de imagens e gestão da qualidade.

Segundo ele, sua pesquisa se centrou nos arquivos como um todo, no documento eletrônico e na norma de descrição e, nos últimos anos, na recuperação de arquivos pessoais e coleções fotográficas, que são referências disciplinares nos campos acadêmico, histórico e cultural. Sua trajetória acadêmica inclui a orientação de diversas teses e dissertações e uma produção científica robusta⁹¹.

Ruiz Rodríguez dirigiu e participou de 20 projetos de pesquisa, dos quais destacamos o projeto *Archives of European Archaeology* (AREA), no qual se aplicaram, pela primeira vez na Espanha, sob sua orientação, as normas internacionais de descrição em arquivos privados e coleções fotográficas. Ele escreveu 18 monografias e mais de 30 publicações sobre tecnologias de informação, conservação, acesso e indexação de imagens fotográficas. É membro dos comitês editoriais de várias revistas científicas e atuou como curador em diferentes exposições. De 2012 a 2015, foi Reitor da Faculdade de Comunicação e Documentação e membro do Conselho de Governadores da Universidade de Granada.

2.3.22 María Paz Martín-Pozuelo Campillos

María Paz Martín-Pozuelo Campillos se formou em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madrid em 1984. Em 1994, concluiu seu Doutorado em Filosofia

⁹¹ Sua produção pode ser verificada em: <<http://www.ugr.es/~aangel/Curriculum.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

pela Universidade Alcala de Henares, que teve como tema central o Princípio da Procedência – princípio análogo ao Princípio da Proveniência –, e sua aplicação na Espanha. A pesquisa resultou na publicação do manual *La construccion teoria em archivística: El Principio de Procedencia* em 1996. Sua pesquisa de doutorado foi a primeira tese defendida em Arquivologia em todo o mundo (MARTÍN-POZUELO, 2017).

Figura 38: María Paz Martín-Pozuelo Campillos.



Fonte: Perfil da autora no *Facebook*.

Atualmente, ela é professora titular da Universidade Carlos III de Madrid, onde leciona arquivística geral, documentação administrativa, classificação arquivística, gestão de documentos, dentre outras disciplinas. Em sua atuação na docência, orientou 11 teses e duas dissertações, além de liderar alguns projetos de pesquisa, conforme listado adiante:

- 1991-1995: análise documental na área de informática;
- 1993-1994: digitalização dos Arquivos da Fundação dos Ministérios de Assuntos Sociais;
- 1997-1997: criação e desenvolvimento de um sistema de informação arquivística como ferramenta para a formação dos trabalhadores;
- 2001-2001: desenho de um programa de formação para a criação do sistema de arquivo para o Município de Galapagar;
- 2002-2003: análise e avaliação das séries acumuladas nos arquivos municipais de Colmenarejo;

- 2006-2007: estudo e avaliação dos recursos de informação para a formação dos servidores da carreira fiscal;
- 2002-2007: catalogação automatizada de Bibliotecas dos Centros de Atenção aos Professores Independentes de Madrid;
- 2007-atual: Observatório de Prospectiva Arquivística e Sociedade.

O observatório criado em 2007 foi destacado por Martín-Pozuelo (2017) como um dos projetos mais importantes na sua carreira arquivística. Tem como objetivo estudar as dimensões sociais da Arquivologia, investigar e observar as relações da disciplina com a sociedade, a memória inserida nos contextos políticos, sociais e culturais e a visibilidade dos arquivos e dos arquivistas.

Martín-Pozuelo (2017) elenca sua principal produção científica:

- *La construcción teórica en archivística. El principio de procedência* (1996);
- *La historia de los archivos y de la archivística en España* (1998);
- *Los documentos electrónicos: oportunidades para el profesional de la archivística* (2003);
- *El observatorio de prospectiva archivística y sociedad: modelo de análisis para el estudio del futuro social de la archivística* (2012), publicado no livro *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia do Brasil*⁹² (MARIZ; JARDIM; SILVA, 2012).

Nos últimos anos, Martín-Pozuelo tem se dedicado à escrita de poesia e à defesa do empoderamento feminino. No ano de 2012, começou a colaborar com a Federação de Associação de Mulheres Separadas e Divorciadas em um programa de reabilitação e recuperação das mulheres vítimas de violência. Em 2014, publicou seu primeiro livro de relatos, denominado *El más hermoso de los milagros y otros cuentos de mujeres*. Todo o lucro da venda do livro foi doado para a federação. Em 2015, publicou o livro *Lo que la luz hace con el día cuyo* e o lucro das vendas também foi doado ao mesmo projeto. Segundo a autora, ela deseja continuar com esse projeto e permanecerá doando os lucros a ele.

2.4 O *habitus* da Arquivologia: conflitos, alianças e desencadeamentos

Os aspectos apresentados sobre o Princípio da Proveniência demonstram que o *habitus* da Arquivologia se desenvolveu e agregou ao campo científico todas as impressões que o tempo incorporou a essa disciplina. Podemos perceber que a tradição arquivística, ou seja, o *habitus*

⁹² Disponível em: <<http://mobileeditorial.com.br/wp-content/uploads/2014/12/MOB015NOVAS-DIMENSOES.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

da Arquivologia, amplia-se e amadurece, tendendo ao movimento, que não é uniforme, mas regido pelas regras do campo (conforme a sua lógica de funcionamento), regulamentado pelo capital científico e observado pelos agentes. O Princípio da Proveniência funciona, assim, como parte do capital, pois, tendo como base a organicidade, essência dos arquivos e da Arquivologia, fundamenta a convivência de nossa comunidade científica.

Observando a trajetória do referido princípio, à luz do Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), observamos, conforme descrito na subseção 2.2, que ele se manifesta em três eixos (descoberta, complementação da definição e ratificação da definição). Não por coincidência e em decorrência dos movimentos históricos e sociais, o Princípio da Proveniência perpassa a identidade da Arquivologia. Inicialmente com uma abordagem material, o princípio foi aplicado à organização e à descrição dos documentos medievais e/ou históricos, ampliando suas aplicações aos documentos modernos até ser aplicado intelectualmente, apenas em essência, como um *corpus* essencial à existência dos documentos de arquivo.

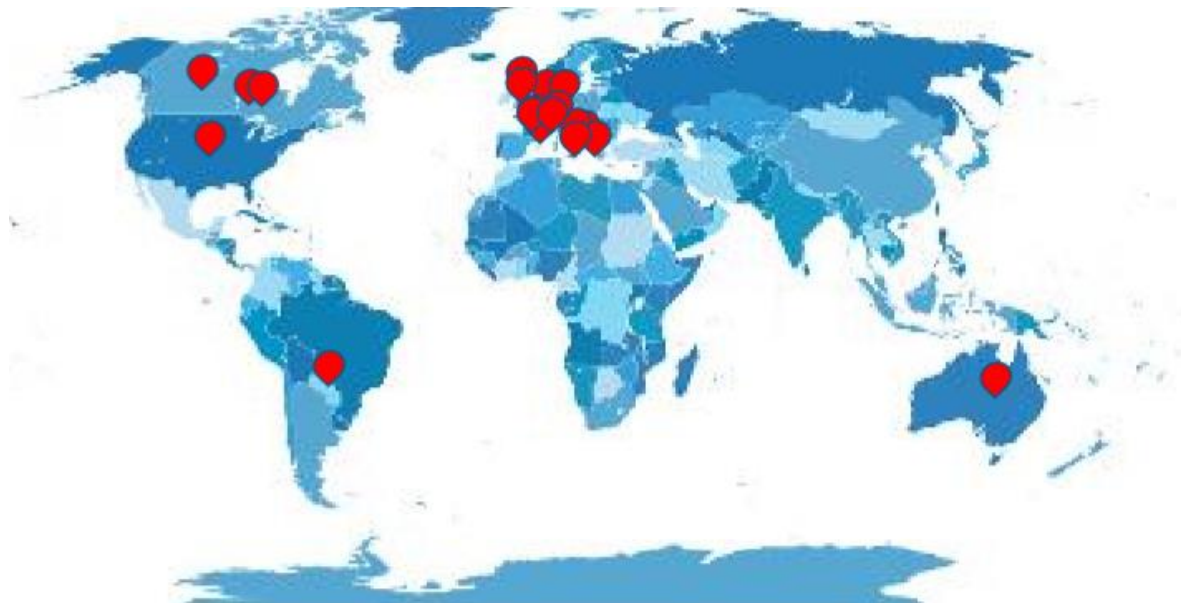
Da mesma forma, ao analisarmos os três eventos descritos nas subseções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, percebemos o mesmo movimento. Três eventos científicos – Congresso Internacional de Bibliotecários e Arquivistas de Bruxelas (1910), V Congresso Internacional de Arquivos (1964) e 1º Congresso de Stockholm (1993) –, promovem discussões postas pelos agentes que constituem o campo da Arquivologia, agregando, ao *habitus* da disciplina, *status* científico, capital científico e simbólico. O estudo dos documentos dos congressos demonstrou que, assim como o Princípio da Proveniência, há uma ampliação das interpretações e das aplicações do princípio, de uma perspectiva material para uma imaterial, intelectual, alinhavadas ao longo do tempo pelo *habitus* que configura a disciplina entre as diferentes gerações dos agentes que constituem o seu campo.

Neste capítulo, pudemos evidenciar que o *habitus* da Arquivologia se fundamenta na organicidade (GOMES, 2019), traduzida no Princípio da Proveniência, meio ao desenvolvimento de outros aspectos, tais como o objeto de estudo, os conceitos, os métodos e as técnicas, os eventos científicos, as regulamentações e a legislação. Desse modo, o *habitus* da Arquivologia se alimenta de iniciativas no âmbito da sua comunidade científica que, perpassada por disputas por força, legitimidade e prestígio (BOURDIEU, 2011), contribui e agrega, ao campo científico, evidências de amadurecimento que podem ser visualizadas em diversas parcerias, conforme as biografias dos autores dos manuais.

Não há dúvidas quanto às disputas teóricas e práticas no campo da Arquivologia: elas influenciaram decisivamente a sua formação e suas configurações atuais no Brasil e no mundo. As biografias dos autores nos demonstram que as disputas travadas, por exemplo, a rivalidade entre Hilary Jenkinson (1965) e Schellenberg (1974) ou, ainda, os movimentos político-institucionais feitos pelos arquivistas holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), estimularam e influenciaram teóricos a darem continuidade ao *habitus*, como em uma grande árvore genealógica. Constructos teóricos foram, então, passados ano após ano, período após período, de maneira a configurar paulatinamente a Arquivologia de hoje.

Destacamos que, para Bourdieu (2004), o *habitus* pode ser disciplinar, quando estudado sob a ótica da formação escolar dos agentes. Nessa perspectiva, ele pode ser relacionado aos seus percursos, ou seja, às origens sociais dos agentes que o compõem. Ao analisarmos as biografias dos autores dos manuais que constituem o universo de pesquisa desta tese, observamos que a Arquivologia tem suas origens no hemisfério norte, como demonstrado na Figura 39, semelhantemente ao Princípio da Proveniência. Certamente, eventos como as Guerras Mundiais, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a Guerra Fria propiciaram o aumento da produção e da acumulação de documentos e, conseqüentemente, demandaram o desenvolvimento de princípios, métodos e técnicas, tendo em vista a sua recuperação e o acesso. Não podemos ignorar que as guerras impulsionaram os estudiosos e profissionais da área a encontrarem soluções para a desordem dos acervos, para as novas tipologias documentais e para as novas configurações sociais que surgiram após esses eventos, culminando em avanços que se refletiram na compreensão da organicidade como essência dos documentos de arquivo.

Figura 39: Localização geográfica dos autores por origem institucional.



Fonte: elaboração própria (2020).

Apontamos que os agentes, os autores dos manuais que nos permitem apreender o delineamento do *habitus* da Arquivologia, dialogaram entre si e se colocaram à disposição da comunidade e do campo, o que certamente foi significativo para amadurecimento da Arquivologia. Verificamos que, dos 25 autores:

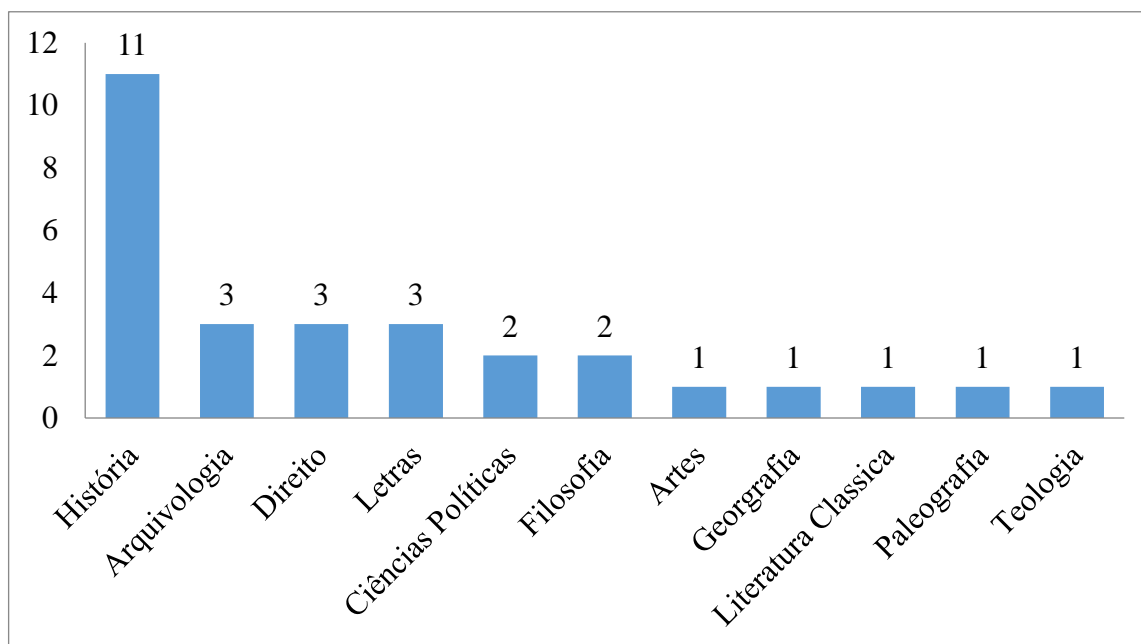
- 21 contribuíram para a formação e a capacitação dos arquivistas;
- 18 ocuparam cargos em associações;
- 11 fizeram intercâmbio científico, ou seja, viajaram para outros países para ministrar palestras, participar de cursos de formação etc.;
- oito receberam prêmios e condecorações por seus trabalhos e sua atuação de destaque na Arquivologia;
- seis participaram de editoração ou arbitragem em revistas científicas arquivísticas.

Como preconizou Bourdieu (2001), a interlocução dos autores e suas atuações na comunidade científica nem sempre ocorreram de maneira pacífica e despretensiosa, mas por interesses, em busca de reconhecimento, financiamento, posições e cargos melhores e prestígio pessoal.

É oportuno assinalar, ainda, que o *habitus* da Arquivologia recebeu contribuições e dialogou com outras disciplinas científicas. Ao compilarmos a formação/titulação dos autores, pudemos notar que, em sua maioria, como demonstrado no Gráfico 1, possuíam formação em

outras áreas do conhecimento, sobretudo em História. Ou seja, esse *habitus* não se desenvolveu isoladamente, mas em constantes interlocuções com outros campos científicos, com a participação de agentes imbuídos de *habitus* diversos.

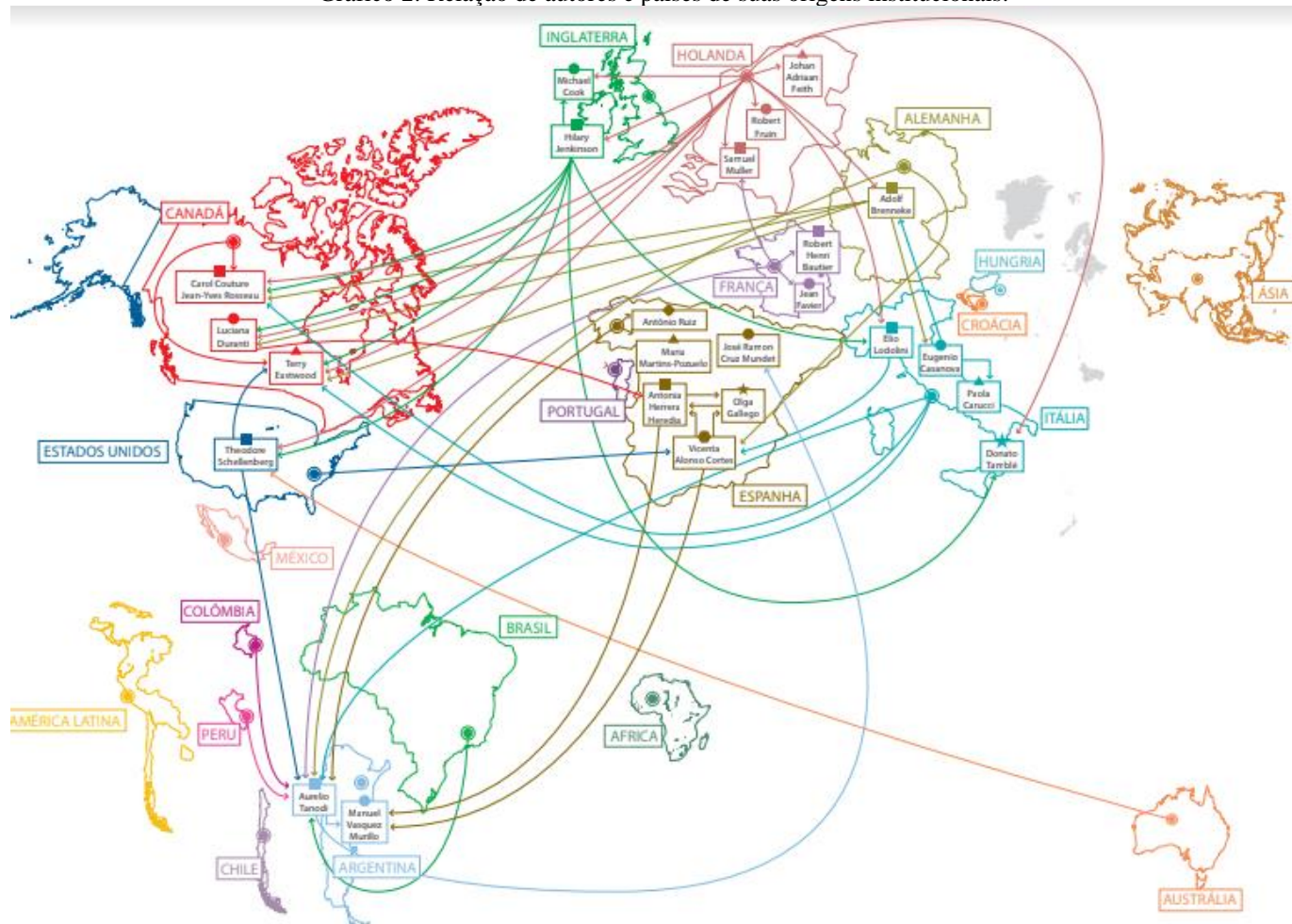
Gráfico 1: Formação e titulação dos autores.



Fonte: Elaboração própria (2020).

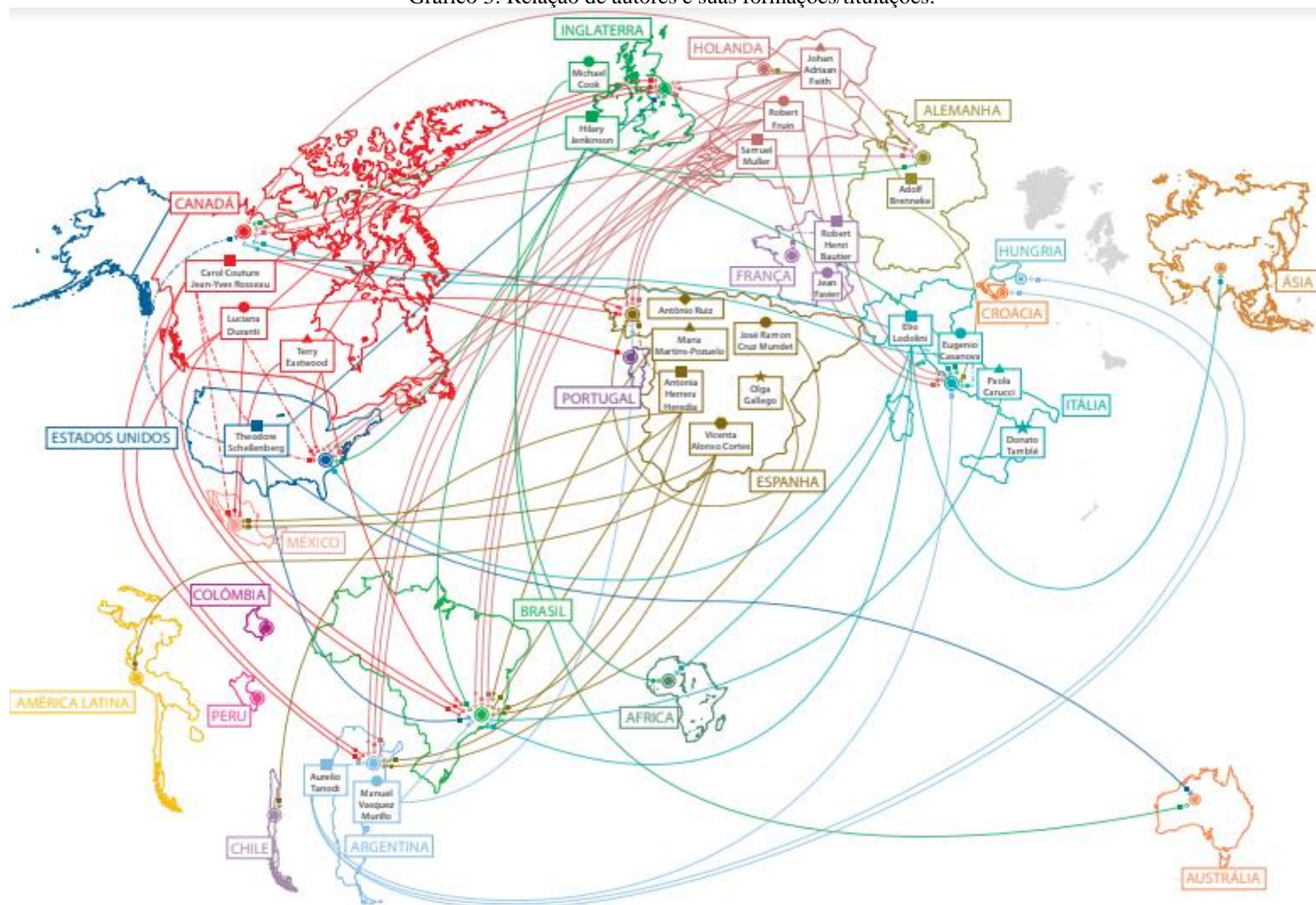
Ainda como resultado de nossa análise, os Gráficos 2 e 3 apresentam a rede de relacionamentos estabelecida pelos autores analisados nesta tese.

Gráfico 2: Relação de autores e países de suas origens institucionais.



Fonte: elaboração própria (2020).

Gráfico 3: Relação de autores e suas formações/titulações.



Fonte: elaboração própria (2020).

Mas afinal, o que é o *habitus* da Arquivologia? Certamente, ele pode ser visto e interpretado sob diversas perspectivas, como a formação do arquivista, os eventos científicos, a legislação arquivística, a terminologia, o associativismo. A atenção a essas perspectivas, segundo Bellotto (1980), é também prova contundente do prestígio da disciplina e da crescente vitalidade de seu desenvolvimento, apontando para a tradição de países como França, Itália e Estados Unidos, bem como para o reconhecimento da importância dos arquivos diante das suas funções administrativa e histórica. Bourdieu (2001, p. 78, tradução nossa) ainda compreende a noção de *habitus* como um "métier", ou seja "[...] um sentido prático dos problemas a serem tratados e as maneiras apropriadas de lidar com eles". Ainda que consideremos que o *habitus* tenha advenha e repercuta nas abordagens práticas e no ofício de uma profissão, nesta tese não abordamos tal seguimento de discussões, apontado nas recomendações para agendas futuras de pesquisa.

Até a presente análise, entendemos que o *habitus* da Arquivologia é toda a herança teórica passada sob a égide do Princípio da Proveniência, personificado nos “empunhadores de bandeiras” (BELLOTO, 1980, p. 7) da Arquivologia, ou seja, os autores dos manuais⁹³. Ainda sob as lentes dos nossos referenciais teóricos, esse *habitus* que tanto se deseja demonstrar desperta como uma causalidade social, permitindo que agentes de outros campos participem dele. Notamos isso na formação e na titulação diversificadas dos autores e nos seus diálogos (WACQUANT, 2017), sobretudo com a História e a Literatura. Um *habitus* que não é eterno e fixo; pelo contrário, é dinâmico e pode ser adaptado e modificado ao longo do tempo. Enfim, um *habitus* da Arquivologia que se movimentava pela atuação dos autores e de todos aqueles que contribuíram para a história teórico-epistemológica registrada nos manuais, fontes de autoridade científica.

⁹³ O estudo dos autores dos manuais que compõem o universo desta pesquisa não foi exaustivo, uma vez que foram estudados aqueles cujos manuais foram localizados quando da elaboração desta tese.

3 AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A APROPRIAÇÃO DO *HABITUS* DA ARQUIVOLOGIA

Os arquivistas são encarregados de religar os fios rompidos da tradição e da história. Os arquivos permitem-nos conhecer dos documentos, tal como das velhas ferramentas, sua razão de ser e seu uso (DELMAS, 2010, p. 116).

O *habitus* da Arquivologia proposto no Capítulo 2 – qual seja a genealogia do conhecimento arquivístico transmitido via Princípio da Proveniência –, movimentou o campo científico, por sua vez personificado pelos atores aqui entendidos como os autores dos manuais arquivísticos internacionais. Os autores, diante de suas histórias e seus escopos de atuações e discussões, apropriaram-se de conceitos básicos e do Princípio da Proveniência entre os campos sociais, discursivos e científicos nos quais se inserem. As delimitações, ou seja, suas opções teóricas não acontecem ao acaso, mas condicionadas por contextos e acontecimentos históricos e relacionadas às histórias dos próprios autores nos movimentos de transcendência da ciência, tal como preconiza Knorr-Cetina (1981). Fragmentos dessas histórias, registrados em suas biografias, nos permitiram visualizar, de cada um dos autores, os contextos sociais, as formações/titulações, alguns traços de personalidade, suas redes de sociabilidade, seus (des)encontros e suas interlocuções. Esse percurso histórico-epistemológico foi necessário e de suma validade para compreendermos, de maneira menos ingênua e mais clara, parte da arqueologia dos saberes (FOUCAULT, 2012) e dos fazeres arquivísticos que têm por essência conceitos balizares como a organicidade, o contexto orgânico e a necessidade de organização de arquivos em conjuntos documentais (GOMES, 2019).

Sabe-se que a delimitação das funções arquivísticas não é consensual na Arquivologia, tampouco terminologicamente bem definida. Sendo assim, para esta pesquisa, tomamos o entendimento de Sousa (2003) de que há três funções arquivísticas que, dentre outras, se destacam: a classificação, a avaliação e a descrição. O estudo dessas funções parte do manual dos arquivistas holandeses, de 1898 (MULLER, FEITH; FRUIN, 1973), que, apesar de não ter sido o primeiro manual arquivístico, teve bastante (re)conhecimento internacional e foi apontado por Marques (2011) como referencial no rol de manuais internacionais elencados em sua tese.

Neste capítulo, não pretendemos apresentar o histórico das funções arquivísticas, uma vez que há na literatura internacional e nacional trabalhos que já o fizeram. Ensejamos trazer a trajetória das funções arquivísticas tendo como objeto de análise os diálogos entre o Princípio

da Proveniência, a classificação, a avaliação e a descrição, inserido no *habitus* da Arquivologia delimitado anteriormente, conforme algumas tendências históricas apresentadas nas seções a seguir.

3.1 *Fonds* (França)

As discussões centrais na França circundam o conceito de fundo de arquivo e as suas aplicações nas etapas técnicas de processamento das massas documentais paulatinamente acumuladas. Sabe-se, segundo Favier (2001), que a noção de fundo vem da necessidade de ordenação e recuperação de documentos da Antiguidade e da Idade Média presentes nos fundos provinciais franceses. O autor afirma que esta organização visava sobremaneira à guarda e manutenção da autenticidade e integridade dos conjuntos documentais que registravam, em sua maioria, atos notariais do Estado. Bautier (1955) assevera que a noção de fundo subsidia a separação dos documentos na França segundo suas origens territoriais, mas que essa separação não era assertiva, sobretudo na identificação dos contextos de produção e acumulação dos documentos.

Favier (2001) e Bautier (1955) descrevem que há um movimento de estabelecimento de um método de conjunção e ordenação dos documentos que pudesse torná-los acessíveis e compreensíveis segundo a identificação de seus contextos. Os dois autores acreditam que a ordenação temática iniciada no século XIV não era suficiente para tal e destacam a importância da Circular de 1841, que começou a ser elaborada em 1839. Divergem sobre a autoria do documento, atribuindo-a a Natalis de Wailly (FAVIER, 2001) e a Guizot (BAUTIER, 1955). Consensualmente, o respeito aos fundos é trazido como um dos princípios arquivísticos por meio da circular francesa *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales* (FRANÇA, 1841). No geral, a literatura estudada nesta pesquisa atribui a Natalis de Wailly a autoria da Circular e a reconhece como marco da enunciação, ou, como denomina Cougo Júnior (2018), uma espécie de “totem fundador da Arquivologia” do Princípio de Respeito aos Fundos, tendo em vista o entendimento, de muitos autores, de que proveniência e respeito aos fundos são análogos. Para Cook (2017), da parte francesa, o respeito aos fundos é a pedra angular e tem como base em uma instituição cinco aspectos: identidade jurídica, mandato oficial (documento legal ou regulatório), produtor em posição hierárquica definida, produtores com grau de autonomia e um organograma institucional.

Na compreensão de que o documento supracitado é uma referência para a compreensão das funções arquivísticas na França e nos demais países europeus, esta seção objetiva apresentar, por meio de fontes primárias⁹⁴, a formação do conceito de “respeito aos fundos”, tão apropriado e reproduzido nos manuais arquivísticos. Em pesquisa ao catálogo dos *Archives Nationales de France*, pudemos encontrar um compêndio, com data limite de 1789-1841, contendo leis, recomendações, orientações e circulares sobre documentos administrativos e arquivos históricos, como os listados no Quadro 4⁹⁵.

⁹⁴ Foram utilizadas fontes para além do manual de Jean Favier (2001), ao entendermos que a delimitação do respeito aos fundos seja essencial para a o desenvolvimento das discussões e reflexões que perpassam esta tese. Sendo assim, foram utilizados documentos dos *Archives Nationales* e outros autores que trazem a história do conceito de fundo na França.

⁹⁵ A disponibilização dos documentos pelo Arquivo, em abril de 2018, aconteceu por meio de documento digitalizado e disponibilizado no *Google Books* (livro eletrônico). Não obstante, foi localizada uma versão do mesmo documento no repositório da *Bibliothèque Numérique de Lyon*, o qual foi analisado no mês de maio de 2018.

Compêndio disponível em:
 <https://books.google.com.br/books?id=PTE11wstxdkC&pg=PA39&lpg=PA39&dq=Instructions+pour+la+mise+en+ordre+et+le+classement+des+archives+d%C3%A9partementales+et+communales&source=bl&ots=Yt__SVUT6n&sig=ACfU3U1_yymOm81Pst53qlixmuMqv1ObbA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjfmvyGuJrpAhXoIbkGHcHiCdIQ6AEwB3oECAgQAQ#v=onepage&q=Instructions%20pour%20la%20mise%20en%20ordre%20et%20le%20classement%20des%20archives%20d%C3%A9partementales%20et%20communales&f=false>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Quadro 4: Normativos arquivísticos franceses (1789-1841).

REFERÊNCIA UTILIZADA NO TEXTO	TÍTULO	DATA	ESCOPO
Orientação (1789)	<i>Lettres patentes concernant la conservation des biens ecclésiastiques et celle des archives et bibliothèques des monastères et chapitres</i>	27 de novembro de 1789	Conservação de documentos e material bibliográfico eclesiásticos.
Proclamação (1790)	<i>Proclamation concernant la remise à faire par les anciens administrateurs, aux nouveaux corps administratif, des pièces et papiers relatifs à l'administration de chaque département.</i>	20 de abril de 1790	Transferência de documentos de valor primário de órgãos extintos para os novos órgãos. Documentos relativos a cada departamento.
Orientação (1790)	<i>Lettres patentes pour mettre les nouveaux corps administratifs en activité.</i>	2 de julho de 1790	Posse de novos funcionários e estudo técnico para redistribuição de atribuições e responsabilidades.
Lei (1790)	<i>Loi concernant la vente des biens déclarés nationaux - du mobilier, des titres et papiers des établissements ecclésiastiques.</i>	5 de novembro de 1790	Alienação de bens, móveis e documentos (todos eclesiásticos) do governo.
Lei (1791)	<i>Loi relative aux créanciers des pays d'états : triage et inventaries de leurs archives.</i>	29 de setembro de 1791	Tratamento dos arquivos dos <i>créanciers</i> (credores).
Decreto (1793) ⁹⁶	<i>Decrét relatif à la remise des titres de propriété et de jouissance des domaines nationaux aliénés.</i>	12 de julho de 1793	Alienação de bens do governo.
Lei 7 messidor ⁹⁷	<i>Loi concernant l'organisation des archives établies auprès de la représentation nationale.</i>	7º messidor an 11	Organização dos arquivos no período pós-monárquico.
Lei 5 Brumário ⁹⁸	<i>Loi qui ordonne la réunion, dans les chefs-lieux de département, de tous les titres et papiers acquis à la République.</i>	5º brumário na V	Triagem e reunião de documentos.

⁹⁶ O Decreto de 1793 regula a venda de bens do governo e, não havendo muita relação com os documentos, não foi contemplado nesta análise.

⁹⁷ Décimo mês do calendário republicano francês, correspondente ao período compreendido entre os dias 19 ou 20 de junho e 19 ou 20 de julho.

⁹⁸ Segundo mês do calendário republicano francês, correspondente ao período compreendido entre os dias 22, 23 ou 24 de outubro e 20, 21 ou 22 de novembro.

REFERÊNCIA UTILIZADA NO TEXTO	TÍTULO	DATA	ESCOPO
Circulares (1801-1808)	<i>Circulaires relatives aux droits d'expédition des anciens titres et actes des autorités administrative.</i>	3 de fevereiro de 1801 a 4 de maio de 1808	Direito de expedição de documentos.
Circular (1808)	<i>Circulaire concernant la remise des papiers des ponts et chaussées aux archives.</i>	10 de novembro de 1808	Tramitação de documentos.
Circulares (1807-1829)	<i>Circulaires du ministère de l'intérieur : demandes de renseignements sur la situation des archives des départements.</i>	1807, 1812, 1817, 1820, 1829	Diagnóstico de situação arquivística.
Circular (1835)	<i>Circulaires concernant l'affectation à donner au produit des ventes de vieux papiers.</i>	9 de novembro de 1835	Regula a venda de documentos eliminados (reciclagem de papel).
Circular (1839)	<i>Instruction pour la garde et la conservation des archives départementales.</i>	8 de agosto de 1839	Orientação para a conservação dos arquivos departamentais.
Circular (1841)	<i>Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales.</i>	24 de abril de 1841	Enunciação do respeito aos fundos.
Portaria (1841)	<i>Arrêté portant creation près le ministère de l'interieur d'une comission des archives.</i>	6 de maio de 1841	Criação de uma comissão de avaliação de documentos.

Fonte: elaboração própria a partir de Duchâtel (1841).

Fizemos uma análise para tentar compreender a sequência de publicações governamentais até a Circular de 1841, buscando identificar se a definição de respeito aos fundos havia sido enunciada anteriormente. Além dos normativos, o compêndio contém 20 páginas de um relatório apresentado por Tanneguy Duchâtel, do Ministério do Interior, em 8 de maio de 1841, em Paris, ao Rei Luís Felipe I.

Duchâtel (1841) descreve que houve, em 10 de maio de 1838, a publicação de uma lei que determinava que os arquivos departamentais fossem conservados. Ele afirma ainda que esse normativo foi entendido como uma grande novidade e que veio para remediar o “estado de confusão e caos dos depósitos de documentos” (DUCHÂTEL, 1841, p. 40, tradução nossa). Além disso, o autor expõe que seu relatório contempla duas perspectivas: uma análise dos normativos publicados com vistas a melhorar a gestão dos arquivos e a situação arquivística dos acervos.

O ministro descreve, também, que houve uma reestruturação do Estado francês, o que resultou na supressão e redistribuição de atividades. Conseqüentemente, os arquivos “*departamentales*”⁹⁹ deveriam se adequar à nova configuração. Essas adaptações, estabelecidas por normativos que tratavam da transição dos acervos de uma estrutura para outra, foram amplamente discutidas e acordadas com os chefes. Segundo Duchâtel (1841), não apenas na área dos arquivos, como também financeira, jurídica e administrativa como um todo.

Após esse período de transição, os arquivos advindos das antigas estruturas foram agregados aos novos fundos (DUCHÂTEL, 1841). O autor registra que é essencial destacar a importância dos arquivos anteriores a 1789, pois por eles foi possível mapear as sucessivas atividades administrativas que culminaram no que ele chama de *archives de l’administration moderne* (arquivos da administração moderna). Esses documentos modernos, no contexto francês, seriam alvo de interesses políticos, administrativos e sociais, reflexos de uma série de direitos e obrigações: “Uma imagem criada a partir de uma sociedade formada por um conglomerado de diversas nacionalidades” (DUCHÂTEL, 1841, p. 5, tradução nossa).

Ao longo do relatório de Duchâtel (1841), pudemos verificar a convicção do autor em ressaltar a importância da manutenção das relações orgânicas e da observância da história que os documentos guardam. Alguns conceitos foram construídos, ainda que nas entrelinhas, ao longo desse processo por ele descrito, o que clareia a questão da herança documental, passada

⁹⁹ Segundo Duchâtel (1841), *archives departamentales* são conjuntos de documentos acumulados antes de 1790. É possível inferir que o autor se refere a documentos datados até 1789, pertencentes a um fundo fechado, quando havia uma outra estrutura governamental na França.

de uma estrutura para outra e respaldada por uma sequência de normativos nacionalmente instituídos, como consta a seguir.

Já a *Orientação 1789* determina que os documentos, ora guardados nos monastérios, fossem devolvidos aos locais aos quais pertenciam. Notamos que a questão da proveniência foi levada em consideração. Contudo, ainda com um viés da pertinência territorial e pouco pautada na organicidade. A *Proclamação 1790*, por sua vez, regula a passagem de documentos de órgãos extintos para os novos órgãos conforme as novas estruturas. Trata-se de procedimentos que, ao nosso ver, exaltam a continuidade do fundo de arquivo e a manutenção da organicidade dos documentos, mediante a preocupação de mantê-lo unido e íntegro. Podemos inferir também que, ainda que nas entrelinhas do referido documento, houve a utilização dos conceitos “fundo fechado e fundo aberto”.

A *Orientação 1790* versa sobre o prazo para que os funcionários façam um estudo técnico dos documentos relativos aos antigos departamentos¹⁰⁰, de maneira a apresentar uma proposta de redistribuição de funções. Apesar de não ser um normativo estritamente arquivístico, ocupou-se da estruturação dos departamentos e do governo, movimento essencial para a elaboração da *Circular de 1841*. A Lei 1790, por sua vez, declara que, a partir do estudo da *Orientação 1790*, todos os bens, inclusive os documentos, seriam entregues e de responsabilidade da instituição à qual pertencem. É nítida a tentativa de organização dos departamentos e a reunião dos bens materiais, patrimoniais e documentais, segundo as funções e as atividades.

A *Lei 1791* determina que provisoriamente seja nomeado um arquivista para supervisionar a guarda dos documentos advindos das antigas estruturas organizacionais, até que se regularizasse a situação determinada pela *Orientação 1790* e pela *Lei 1790*. O arquivista deveria preparar um inventário de toda a documentação, em duas vias: uma a ser entregue à biblioteca do Estado e outra, ao departamento que herdasse o acervo. Novamente, um forte indício de que já se pensava em respeitar os fundos e levar em consideração a organicidade dos documentos. Compreendemos, assim, que o governo não poupou esforços para preservar os laços administrativos entre os documentos, os produtores e as razões pelas quais eles foram produzidos.

Já a *Lei 7 messidor* contempla, em seu primeiro artigo, que os arquivos produzidos antes da República pertencem à própria República. Em seguida, elenca os temas dos documentos componentes desse acervo: os conjuntos documentais anteriores a 1789; os documentos que

¹⁰⁰ “*Departament*”, em uma tradução nossa, Departamentos, referem-se às regiões francesas conhecidas atualmente como as 13 regiões (DUCHÂTEL, 1841).

tratam dos serviços públicos, os trabalhos das câmaras e assembleias, assim como suas comissões; do processo eleitoral; da Constituição da República; as moedas e os documentos que tratam dos pesos e das medidas. Aqueles do processo legislativo, dos tratados internacionais e de propriedades nacionais situadas em países estrangeiros deveriam ser recolhidos aos *Archives Nationales*.

Instituída em 1790, essa instituição ganha espaço como autoridade arquivística nacional (FAVIER, 2001). As plantas, os mapas e os planos astrológicos e marítimos, segundo o artigo VIII da *Lei 7 messidor*, deveriam ser levados a Paris para a formação de mapotecas, o que demonstra a preocupação de reunião e manutenção de contextos, ou seja, o respeito aos fundos. A lei deixa claro que a avaliação, nesse período, era feita de acordo com a relevância do assunto para o país, ou seja, de maneira temática (focalizando a pertinência).

A lei em tela faz uma clara distinção, no artigo XIV, da diferença entre o documento de arquivo e o material bibliográfico, quando dispõe que os livros impressos do arquivo deverão ser encaminhados à Biblioteca Nacional. Da mesma forma, indica que manuscritos, normativos e documentos de arquivo sejam devolvidos a seus arquivos setoriais. A lei alude ainda, em seu artigo VII, às leis publicadas em 7 de setembro de 1790, 27 de dezembro de 1791 e 10 de outubro de 1792, que versam sobre a organização e a política dos arquivos em vigor, o que sinaliza o estabelecimento de procedimentos, ou seja, a organização não era de todo empírica. Outro aspecto significativo é que a lei instituiu uma comissão que tinha como principal atividade a triagem dos documentos, muito semelhante às atuais Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs), recomendadas por Schellenberg (1974) e aplicadas no Brasil.

No artigo XII, o legislador prevê que a comissão deverá selecionar os documentos tendo como base questões jurídicas, administrativas, históricas, com atenção especial às cartas e aos manuscritos que versassem sobre ciência e arte ou que pudessem servir como circular, ao reunirem e consolidarem o saber para Paris, a Biblioteca Nacional, os departamentos ou qualquer outro território francês. Por fim, a *Lei 7 messidor* institui a formação de depósito para a guarda de documentos em Paris, onde a triagem aconteceria e os documentos permaneceriam até sua destinação final. Os *record centers*, criados nos Estados Unidos (COSTA FILHO, 2016), parecem retomar os propósitos dos depósitos franceses enquanto locais para organização e destinação de documentos, embora Duchein (2015) mencione que a ideia de *pre-archivage* tenha vindo da interlocução da França com a Inglaterra.

As circulares entre 1808 e 1835 são expedientes administrativos sobre o andamento dos trabalhos estabelecidos nas leis. Destaca-se o *Regulamento de setembro de 1807*, que faz quatro questionamentos sobre a situação dos acervos e dos arquivos departamentais, em especial sobre

a sua localização e a situação dos locais de guarda. A *Circular de Setembro de 1812* faz perguntas sobre a situação lógica dos documentos, ou seja, questiona detalhes sobre a produção, a proveniência, as tipologias e os assuntos dos documentos. Já a *Circular de 1817* traz, em seu texto, a determinação do rei em dividir os arquivos em quatro “*époques principales de l’administration publique em France*” (principais períodos da administração pública na França), sendo: 1) arquivos que tratam da nomeação do rei, em 20 de abril de 1790¹⁰¹; 2) arquivos da administração dos departamentos; 3) arquivos até a restauração, em 1814; e 4) arquivos posteriores ao reinado. Essa circular atribuiu aos prefeitos a responsabilidade por assegurar a conservação dos arquivos de maneira a facilitar a pesquisa.

A *Circular de 17 de julho de 1829*, por sua vez, faz novamente uma série de perguntas sobre a natureza dos documentos, voltadas, sobretudo, a questões diplomáticas, como destinatário, remetente, suporte, localização, condições de acesso etc. Na *Circular de 9 de novembro de 1835*, há menção do termo “*provenant*” e “*fonds*” para se referir a documentos provenientes de um conjunto, termos que seriam utilizados mais tarde. Nota-se também a preocupação em regular a eliminação de documentos. A circular não detalha os procedimentos de corte, mas lista que alguns tipos documentais seriam passíveis de eliminação.

Em 8 de agosto de 1839, há a publicação de uma orientação (Circular 1839) para a conservação de arquivos e a importância de manutenção e guarda dos documentos. Nela, os documentos anteriores a 1789 são denominados *archives departamentales*, considerados de valor histórico e que devem servir aos interesses da História e da Paleografia. Não obstante, eventualmente, poderão ser consultados por família e por autoridades do governo. Na *Circular 1839*, reconhece-se também a relevância dos documentos administrativos. Dessa maneira, podemos inferir que há dupla valoração (administrativa e histórica) levada em conta nesse período na França.

Na segunda seção da *Circular 1839*, o legislador detalha a necessidade de contratação de um arquivista. Há alusão a que, caso não houvesse um arquivista capacitado, o prefeito indicasse ou procurasse a ENC ou a Biblioteca Real em Paris, ou até os comitês históricos. Essas instituições poderiam indicar o melhor candidato, de forma a propiciar que o cargo fosse ocupado por um técnico qualificado. As seções seguintes foram dedicadas a descrever as atribuições do arquivista e as habilidades e os conhecimentos que ele deveria possuir para ocupar o cargo. Em seguida, foi elaborada a circular de como proceder à elaboração de inventários e relatórios anuais.

¹⁰¹ Nomeação do rei como coronel do exército revolucionário na guerra entre França e Áustria (DUCHÂTEL, 1841).

A *Circular de 24 de abril de 1841* – internacionalmente conhecida pela enunciação do Princípio de Respeito aos Fundos –, preconiza a necessidade de determinar um método de classificação que objetive a padronização dos conjuntos de documentos e, ainda, que facilite sua recuperação. Cita-se que a proposta de método apresentada foi fruto de um estudo dos métodos adotados por arquivistas *departamentales* e resultado de trocas de experiências advindas de viagens a trabalhos e de um vasto período de labor nos *archives du royaume*.

Além disso, a circular refere que é essencial compreender os períodos em que os documentos foram produzidos, pois a natureza dos seus objetos se modifica. Destaca-se, ainda, que a separação dos documentos por períodos não pode, de maneira alguma, ser embasada em aspectos políticos, mas em questões mais complexas que perpassam as atividades e as estruturas administrativas. Nesse ponto, o referido documento determina os princípios e os métodos de classificação. Princípio, nesse contexto, refere-se a diretrizes. Desse modo, a instrução instituiu diretrizes e métodos de classificação:

- 1º Reunir os diferentes documentos em fundos de arquivo, isto é, formar conjuntos documentais advindos de uma mesma instituição, família ou indivíduo, e organizar os fundos em alguma ordem;
- 2º Classificar os documentos por assunto segundo um esquema de classificação;
- 3º Agrupar os documentos por assuntos, posteriormente, conforme for o caso, ou por ordem cronológica, topográfica ou simplesmente alfabética. (FRANÇA, 1841, tradução nossa)¹⁰².

A circular é clara ao dispor que o agrupamento de fundos é um método que deverá ser aplicado na classificação de documentos e, portanto, não se pode afirmar que o documento instituiu um princípio. Não identificamos no texto menção ao respeito aos fundos como um princípio essencial; pelo contrário, toda a circular traz a reunião de documentos em fundos como uma recomendação de organização de documentos, que está pautada na pertinência e que, por vezes, feria a organicidade (FRANÇA, 1841) mediante a organização temática dos conjuntos documentais.

Esclarecemos que a organização por fundos tem aplicações diferentes a depender da natureza e da finalidade dos documentos. Os arquivos franceses anteriores a 1790, por exemplo, segundo a *Circular de 1841*, deveriam ser organizados por séries de assuntos (eclesiásticos e civis). Cada série poderia conter diversos fundos e, dentro das séries, foi proposta, então, a

102 No original: “Rassembler les différents documents pas fonds, c’est-à-dire former collections de tout les titres qui proviennent d’un corp, d’un établissement, d’une famille ou d’un individu, et disposer, d’après un certain ordre, les différents fonds; 2º Classer das chaque fond les documents suivants les matières, em assignant à chacune un rang particulier; 3º Coordonner les matières, selon les cas, d’après l’ordre chronologique, topographique, ou simplement alphabétique” (FRANÇA, 1841).

separação por fundo (FAVIER, 2001). Para separar os assuntos e as tipologias, utilizaram-se letras, de A a J, conforme demonstrado na Figura 40.

Figura 40: Esquema de classificação de documentos anteriores a 1790 – I parte.

1^{re} PARTIE DU CADRE,	
COMPRENANT LES ARCHIVES ANTÉRIEURES A 1790.	
ARCHIVES CIVILES.	A. Actes du pouvoir souverain et domaine public. { Collections d'édits, lettres patentes, ordonnances, etc. Domaine royal, apanages; au besoin famille royale.
	B. Cours et juridictions. { Parlements. Bailliages. } et autres juridictions secondaires. Sénéchaussées. Cours des comptes. Cours des aides. Cours des Monnaies.
	C. Administrations provinciales. { Intendances. Subdélégations. } et autres divisions administratives ou financières Élections. Bureaux des finances. États provinciaux. Principautés, régences, etc.
	D. Instruction publique, sciences et arts. { Universités. Facultés. Collèges. Sociétés académiques.
	E. Féodalité, communes, bourgeoisie et familles. { Titres féodaux. Titres de famille. Notaires et tabellions. Communes et municipalités. Corporations d'arts et métiers. Confréries et sociétés laïques.
	F. { Fonds divers se rattachant aux archives civiles.
ARCHIVES ECCLÉSIASTIQUES.	G. Clergé séculier. { Archevêchés. Chapitres métropolitains. Officialités métropolitaines et autres juridictions relevant des arch- vêchés. Evêchés. Chapitres épiscopaux. Officialités épiscopales et autres juridictions relevant des évêchés. Séminaires. Églises collégiales. Églises paroissiales et leurs fabriques. Bénéfices, chapelles, aumôneries, etc.
	H. Clergé régulier. { Ordres religieux d'hommes. Ordres religieux de femmes. Ordres militaires religieux. Hospices et maladreries, etc.
	J. { Fonds divers se rattachant aux archives ecclésiastiques.

Fonte: França (1841).

No caso dos arquivos posteriores a 1790, os conjuntos documentais são, a rigor, separados por fundos, ou seja, por departamentos, sem que haja a sua separação ou segregação (FAVIER, 2001). Dentro do fundo, há uma ordenação por assunto (utilizando as letras de K a

Figura 42: Esquema de classificação de documentos posteriores a 1790 – III parte.

II ^e PARTIE DU CADRE (Suite de la),		
COMPRENANT LES ARCHIVES POSTÉRIEURES A 1790.		
ARCHIVES DÉPARTEMENTALES PROPREMENT DITES. (Suite.)	Q. Domaines	Domaines nationaux. Administration et contentieux des domaines. Biens communaux vendus en 1813 au profit de la caisse d'amortissement.
	R. Guerre et affaires militaires.	Organisation et recrutement de l'armée. Remontes. Convois et subsistances militaires. Garde nationale. Gendarmerie.
	S. Travaux publics	Ponts et chaussées. Grande voirie. Cours d'eau et usines. Navigation. Canaux. Ports. Mines et minières. Dessèchements.
	T. Instruction publique, sciences et arts	Instruction primaire. Instruction secondaire. Instruction supérieure. Bibliothèques. Sociétés académiques. Imprimerie et librairie. Antiquités. Théâtres.
	U. Justice	Tribunaux. Frais de justice. Dépenses de l'ordre judiciaire.
	V. Cultes	Clergé catholique. Cures, succursales, chapelles, annexes. Fabriques. Communautés religieuses. Pensions et traitements ecclésiastiques. Cultes non catholiques.
	X. Établissements de bienfaisance	Administration des hospices et hôpitaux. bureaux de bienfaisance. Comptabilité des hospices et hôpitaux. bureaux de bienfaisance. Aliénés. Enfants trouvés. Aveugles et sourds-muets. Caisse d'épargne.
	Y. Établissements de répression.	Maisons centrales. Prisons départementales. Dépôt de mendicité.
	Z.	Affaires diverses ne rentrant pas dans les séries précédentes.

Fonte: França (1841).

Após a circular, houve a publicação, em 6 de maio de 1841, de uma portaria instituindo a Comissão Especial de Avaliação de Documentos, que tinha como atribuição supervisionar a organização dos arquivos, bem como garantir que os fundos fossem respeitados e mantidos. Foram membros dessa comissão: Vitet (conselheiro de Estado), A. Leprevost (deputado), Chásles (deputado), A. Passy (deputado), De Terrabasse (deputado), Charles Lenormant (membro de instituição de ensino), Letronne (membro de instituição de ensino), Guérdard (membro de instituição de ensino), **Natalis de Wailly (chefe da Seção dos *Archives Royanne*)**, Propers Mérimé (inspetor de monumentos históricos) e Jules Desnoyers (secretário da Sociedade Francesa de História).

Sr. Gaddebled, chefe do Gabinete do Ministro do Interior, foi designado como secretário da comissão. Natalis de Wailly é amplamente citado na literatura como autor da *Circular de 1841*. No entanto, nos normativos analisados, a autoria da circular não foi explicitada. Nas seções iniciais, há impressões pessoais fazendo menções a experiências que nos remetem a Wailly. Assim, buscamos, em referências, evidências que demonstrassem a participação de Natalis de Wailly na elaboração da circular.

Cougo Junior (2018, p. 344) demonstra que os contextos histórico-administrativos que antecederam a elaboração da circular “estão intimamente ligados às mudanças ensejadas pelo processo revolucionário francês, desencadeado a partir de 1789”. O autor afirma ainda que, após a Revolução Francesa, o Estado passa por profundas mudanças estruturais. Não obstante, depois da Queda da Bastilha em dezembro de 1789, ano anterior à criação dos *Archives Nationales de France*, houve uma redistribuição e uma reformatação territorial dos Estados, os quais se tornaram departamentos e, por conseguinte, a formação dos arquivos departamentais, objeto de regulamentação dos normativos ora analisados.

Esse movimento de reestruturação resultou em iniciativas de organização dos arquivos, conforme registrado por Ogilvie (2007) e Cougo Junior (2018), inclusive nos esquemas de classificação apresentados anteriormente. Segundo Ogilvie (2007), o esquema de classificação foi proposto por Pierre Daunou¹⁰³ e tinha como base a classificação temática, denominada no Brasil, de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), de Princípio da Pertinência. Essa proposta foi danosa à manutenção da organicidade dos conjuntos documentais, dificultando a recuperação dos documentos. As pesquisas nos acervos eram morosas e, por vezes, não se encontravam os documentos. Daunou permaneceu à frente do projeto até fevereiro de 1816, quando foi destituído.

¹⁰³ Pierre-Claude Daunou foi “guardião” dos *Archives de l'Empire* entre 1804 e 1816 e, posteriormente, dos *Archives du Royaume*, de 1830 a 1840 (OGILVIE, 2007, p. 20, tradução nossa).

Em 1830, François Guizot foi nomeado Ministro do Interior e designou novamente Daunou para cuidar dos arquivos do Estado francês. Ogilvie (2007) descreve que, 15 anos depois, ao assumir o cargo, Daunou levou consigo dois funcionários: Michelet e Natalis de Wailly, o qual propôs a Daunou a organização da série F (seção administrativa). A partir de 1º de dezembro de 1830, de acordo com Lauvernier (2013), Wailly organizou a seção em conjuntos organicamente relacionados, tendo como base a proveniência dos documentos.

Ainda em 1830, Guizot foi exonerado do cargo. Cougo Junior (2018) explica que, após a sua destituição, vários políticos ocuparam o cargo, quando, em 1839, Charles Marie Tanneguy, o Conde de Duchâtel, assumiu o ministério. Duchâtel teve, como um de seus programas de governo, a classificação dos documentos anteriores e posteriores a 1789. Em novembro de 1831, Natalis de Wailly apresentou a Daunou os resultados de seu trabalho, assim como um projeto de classificação, o que levou à formatação de um esquema de classificação de 10 séries com 22 subdivisões (OGILVIE, 2007; LAUVERNIER, 2013), elaborado segundo funções estatais, conforme o Quadro 5:

Quadro 5: Esquema de Classificação de Natalis de Wailly.

Séries	Subdivisão	Tradução nossa
Série I	1. <i>Personnel</i>	Pessoal
	2. <i>Administration départementale</i>	Administração Departamental
	3. <i>Administration communale</i>	Administração local
Série II	4. <i>Comptabilité générale</i>	Contabilidade geral
	5. <i>Comptabilité départementale</i>	Contabilidade Departamental
	6. <i>Comptabilité communale</i>	Contabilidade local
Série III	7. <i>Police générale</i>	Polícia Geral
	8. <i>Police sanitaire</i>	Polícia Sanitária
	9. <i>Police militaire, ou Affaires militaires et Garde nationale</i>	Polícia Militar ou Assuntos Militares e Guarda Nacional
Série IV	10. <i>Agriculture</i>	Agricultura
	11. <i>Subsistances</i>	Subsistência
	12. <i>Commerce</i>	Comércio
Série V	13. <i>Travaux publics</i>	Obras Públicas
	14. <i>Ponts et Chaussées</i>	Pontes e Calçadas
Série VI	15. <i>Hospices et secours</i>	Hospícios e similares
	16. <i>Prisons</i>	Sistema Prisional
Série VII	17. <i>Instruction publique</i>	Instrução Pública
	18. <i>Presse</i>	Imprensa
	19. <i>Impressions</i>	Publicações
Série VIII	20. <i>Cultes</i>	Cultos
Série IX	21. <i>Statistique</i>	Estatísticas
Série X	22. <i>Mélanges</i>	Miscelânea

Fonte: Ogilvie (2007) e Lauvernier (2013).

Dessa forma, a proposta de Natalis de Wailly foi expandida para as séries E, F G e H. Lauvernier (2013) descreve que, em 1839, Duchâtel formou um grupo de trabalho cujo objetivo se concentrava em diagnosticar os documentos no interior do país. Um relatório foi apresentado, gerando a *Circular de 1839* e sugerindo a descrição e a especificação da proveniência dos documentos. Desse trabalho, originou-se a elaboração da *Circular de 1841*, dois anos depois (OGILVIE, 2007; LAUVERNIER, 2013; COUGO JUNIOR, 2018). Lauvernier (2013) detalha, ainda, que a Circular foi escrita por Natalis de Wailly com apoio de Loius-Léon Gadebled, chefe de gabinete do Ministério do Interior. Pela análise feita, podemos afirmar que o fato de a *Circular de 1841* ter sido escrita por Guizot é equivocado.

Podemos concluir, portanto, que, assim como verificamos, em outros países, que o Princípio da Proveniência (considerado na França como análogo ao respeito aos fundos) já era praticado anteriormente à publicação da circular. Podemos observar que os conceitos atuais utilizados inclusive na gestão de documentos arquivísticos digitais, no século XXI, já eram usados na França por volta de 1800 (FAVIER, 2001), como a organicidade, a naturalidade, a questão de acesso, a disponibilidade, a integridade e a preservação, esta última reiteradamente mencionada nos textos dos normativos.

Apesar de não se caracterizar como um princípio, tendo a circular ratificado nosso entendimento, o respeito aos fundos revolucionou a Arquivologia (FAVIER, 2001) e deve ser

considerado quando se discute a tradição teórica da disciplina. Aplicado física ou logicamente aos documentos, ele compõe o grande arcabouço teórico de conceitos fundadores e essenciais dos percursos epistemológicos da Arquivologia, em busca de sua identidade e de sua autonomia. No tocante à classificação, o trabalho de Wailly inovou a percepção de uso funcional da classificação na França, o que, de certa maneira, se amplia aos demais países da Europa tendo em vista que a França era o espelho do mundo à época. Salutar destacar que a avaliação, segundo a proposta de Wailly, leva também em consideração as questões funcionais dos conjuntos (BAUTIER, 1955). A descrição por sua vez, pelo recorte estudado, parte da classificação, tendo o contexto dos conjuntos como descritor central (FAVIER, 2001).

3.2 *Archiefs, Registratur, Corpo Arquivístico (Holanda, Alemanha)*

O início de nossa análise ampara-se no manual dos arquivistas holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973). Segundo os autores, os documentos de arquivos devem ser organizados em conjunto, o qual eles denominam *archieff*. Esses conjuntos devem, internamente, obedecerem à ordem original dada em sua produção. Contudo, essa ordem original não se relaciona com o ordenamento numérico ou cronológico, mas, sim, ao contexto orgânico (desdobramento entre função, atividade e documentos de arquivo). Sendo assim, podemos observar que a ordem original mencionada compõe o *corpus* da organicidade e do Princípio da Proveniência.

Ademais, os autores detalham que os arranjos documentais são sistemáticos e alfabéticos ou numéricos, formando um sistema de arquivos (conjuntos documentais). A estrutura de organização, segundo Muller, Feith e Fruin (1973), corresponde naturalmente à estrutura da entidade que o produziu. Os documentos são listados em inventários que são produzidos por arquivistas contemplando as datas de criação, título, cronologia (aqui entendida como histórico/contexto de produção) e o nível de descrição (conjunto, dossiê/ documento).

Observa-se que, para os holandeses, o arranjo e os inventários são realizados com a finalidade de atender à pesquisa histórica, porém, na questão 20, destacam que “no arranjo do arquivo deve-se ter em mente que os documentos que contêm os atos do órgão administrativo, ou de um de seus funcionários que atue a título oficial, formam o esqueleto do arquivo” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973).

As proposições de Muller, Feith e Fruin (1973) complementam que os conjuntos não devem ser organizados por assunto, mas por sua destinação, ou seja, sua finalidade. Tal

finalidade delimita o espaço que este documento ocupará no “esqueleto” (estrutura funcional) dos arranjos.

Embora, os arquivistas holandeses não tenham expressamente mencionado os termos “classificação”, “avaliação” e “descrição”, pode-se compreender que a classificação recomendada é a classificação funcional por método numérico ou alfabético. Os documentos devem ser organizados por conjuntos, observando-se a estrutura da instituição. A avaliação volta-se apenas para a perspectiva histórica, embora os autores admitam que os documentos possuem cunho administrativo quando da sua produção. Não há menção à eliminação de documentos. Em termos de descrição, ela é materializada nos inventários. Os inventários são instrumento de pesquisa nos quais são descritos os documentos. Como descritores obrigatórios dos inventários, as datas de criação, o título, a cronologia e o nível de descrição.

Identificamos que o objetivo da manutenção da ordem original e da formação dos sistemas de arquivos visam, sobretudo, à disponibilização de instrumentos que sirvam aos pesquisadores em suas buscas históricas. Os arquivistas, pela visão dos holandeses, estão a serviço da história. Os conjuntos documentais, *Archief*, organizam-se segundo a ordem original, entendida pelos autores como uma ordem funcional.

Observa-se que os autores compreendem o arquivo em dois blocos de intervenções: os documentos transacionais (*registratur*) e os documentos históricos. Os documentos da *registratur* são aqueles produzidos no âmbito da administração das instituições enquanto os documentos históricos são aqueles que, passadas suas funções administrativas, compõem o escopo da história do estado. Aos documentos históricos são aplicados os inventários de maneira a sistematizá-los por macrofunções. Aos documentos da *registratur* são aplicados arranjos segundo as funções (ordem original) e os sub-arranjos, tendo por base o ordenamento numérico e cronológico.

O Princípio da Proveniência, visto pelos autores como as relações funcionais entre os documentos e a instituição, então, é aplicado também em duas perspectivas, a primeira delas, para o *registratur*, ou seja, aos conjuntos de documentos que registram os atos transacionais e aos documentos históricos cuja aplicação concentra-se na manutenção da organicidade e dos contextos relacionados à criação dos documentos.

O entendimento dos arquivistas holandeses é compartilhado por Adolf Brenneke (1968). Brenneke (1968) não apenas cita os arquivistas como ponto de partida de suas discussões, como também referência Eugenio Casanova. Segundo Brenneke (1968), Casanova tornou-se, em seu tempo, um dos arquivistas e pesquisadores mais inovadores, trazendo a dicotomia entre a Arquivologia prática (arquivística) e a tecnológica (no sentido de estudo das técnicas), a qual

Casanova denomina, segundo Brenneke (1968), *archiveconomia*. No âmbito da *archiveconomia*, Brenneke (1968) entende por problema fundamental a questão da organização dos conjuntos documentais e as suas relações com suas competências e funções e critica, até o momento de seu manual, sobretudo, a apropriação dos conceitos trazidos pela teoria arquivística francesa.

O autor, destarte, segmenta o conceito de documento de arquivo em duas perspectivas. O documento (*urkunden*), itens documentais medievais constituídos de títulos e diplomas jurídicos nos quais evidenciavam as transações jurídicas. Constituem essa perspectiva os documentos normativos e constitutivos tais como decretos e expedientes de gabinetes, relatórios e documentos advindos da função de fiscalização do Estado. Os registros de ofício (*amstbücher*) são aqueles documentos advindos das atividades administrativas nos quais registram-se as rotinas administrativas e são caracterizados pelo autor como documentos internos e de menor valor probatório. Nota-se, também, que Brenneke (1968), ao diferenciar a natureza dos documentos, determina assim sua proposta de metodologia de avaliação, a qual se apresenta semelhante à Teoria da Valoração apresentada mais tarde, nos Estados Unidos, por Schellenberg nos anos 1950.

Não obstante, Brenneke (1968), diante dos acervos que foram objeto de suas observações e que subsidiaram seu manual, descarta a aplicação do conceito de fundos na perspectiva francesa e propõe a delimitação conceitual dos conjuntos documentais alemães em duas camadas: a *registratur* e o corpo arquivístico. A *registratur* constitui-se de registros de ofícios, documentos exclusivamente produzidos a partir de atividades e funções administrativas, aplicando-se o respeito à ordem original sob a égide do ordenamento funcional (aproximação teórica dos arquivistas holandeses). O corpo arquivístico é a própria aplicação do Princípio da Proveniência por meio dos documentos que, na visão de Brenneke (1968), são a identificação da organicidade no instante que os conjuntos documentais se “apresentam na mais autêntica expressão funcional” (BRENNEKE, 1968, p. 42, tradução nossa).

Juntos, *registratur* e corpo arquivístico, formam o *fond* alemão. Os conjuntos documentais, dessa maneira, são a conjunção de *registratur* e do corpo arquivístico resultando em composições de *fond* funcionais. Ou seja, Brenneke (1968) ressignifica a noção de fundo francesa e agrega ao conceito a variedade de visões trazidas pelas características dos conjuntos alemães, suas proveniências e seus contextos de criação e acumulação conjuntamente com a proposição de ordenamentos externos e internos com bases funcionais.

No âmbito da classificação, Brenneke (1968) recusa a organização temática e cita que ela havia sido aplicada na França sem sucesso. Tanto para a *registratur* quanto para os

documentos de ofício, propõe o uso de quadros de funções que são índices codificados segundo as atividades e funções. Para os documentos do corpo arquivístico, o autor propõe também o ordenamento acompanhado de instrumentos resultantes de processos descritivos sobretudo do corpo arquivístico. Brenneke (1968) descreve como instrumentos os inventários, tanto os de uso interno (índice utilizados pelos arquivistas) quanto os de uso externo (listas contendo descritores para fins de pesquisa de usuários externos). A descrição para ele pressupõe minimamente fazer conter descritores tais como título, função vinculada, data de criação, nome de interessados/produtores.

Salutar destacar que no cerne da avaliação, Brenneke (1968) a explica a partir de problemas identificados na eliminação de registros de ofícios. Ele descreve que um registro de ofício poderia ser eliminado findo sua utilização pela administração, assim como era feito na Prússia em 1909. Todavia, ele entende que um registro de ofício pode se tornar um documento a depender das diferentes formas de combinar as funções de uma instituição. Como uma possível solução, sugere a formação de comissões de avaliação cujo escopo leve em consideração a utilização e os costumes do período. A observância dos conjuntos, e não o documento isoladamente, assim como a importância da função para a instituição, é afirmada pelo autor como ponto central no processo de avaliação. Ele não menciona nenhum instrumento específico, porém elenca algumas legislações alemãs, a época, vigentes.

3.3 *Archives Groups e Record Groups* (Reino Unido, Estados Unidos e Canadá)

No contexto dos países anglo fônicos e, por conseguinte, do *corpus* de autores que são apresentados nesta subseção, devemos alinhar o uso de dois termos: *records* e *archives*. O primeiro autor que menciona a diferença terminológica é Jenkinson (1965), que compreende, em seu manual, que o termo *archives* é suficiente no complexo de atividades que compõe a organização de arquivos. Todavia, a construção conceitual de Jenkinson (1965) perpassa pela definição de *documents/records* (documentos em curso produzidos no decurso das atividades administrativas), os quais o autor admite fazerem parte do escopo de trabalho dos arquivos.

Para ele, a acumulação natural dos *documents/records* propõe uma adequação de termos e conceitos, unindo-os e resultando, assim, na proposta do uso ampliado do termo *archives*, definido como o conjunto de documentos produzidos no decurso das atividades administrativas de instituições, sejam públicas ou privadas, e que findadas suas atividades administrativas podem ser custodiados para fins de preservação (JENKINSON, 1965). Muito embora, o

estudioso proponha essa fusão conceitual, seu manual focaliza os documentos de valor histórico, sobretudo aqueles acumulados no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

Esse entendimento é criticado por Schellenberg (1965; 1974), que esclarece que aos *records* atribuiu-se o valor primário, ou seja, aplicam-se aos arquivos administrativos; e os *archives* dizem respeito aos documentos históricos e probatórios. A crítica de Schellenberg às ideias de Jenkinson (1965) dá-se por compreender que a proposta conceitual deste se limita aos documentos medievais e documentos de guerra, objetos do manual jenkinsoniano.

Para Schellenberg (1965; 1974), aos *records* vinculam-se muitos outros valores que não podem ser ignorados no contexto da produção moderna dos documentos. A crítica aprofunda-se na rigidez em que Jenkinson discorre e propõe a aplicação da imparcialidade e da autenticidade dos documentos. Para o autor estadunidense, a diferenciação entre *records* e *archives* centra-se, sobretudo, no uso dos documentos, do que decorre uma nítida separação conceitual e de utilização.

Após Schellenberg (1965, 1974), Eastwood (1992), Duranti (1996), Rousseau e Couture (1994) não discutiram a diferença entre *records* e *archives*. Rousseau e Couture (1994) criticam a maneira como a segregação é operacionalizada nos métodos – como ocorre com a “teoria” das três idades –, mas não propõem conceitos novos. Duranti (1994) dedica-se à contextualização dos conjuntos documentais, utilizando os conceitos jenkinsonianos, enquanto Eastwood (1992) discute as dificuldades de aplicação da teoria americana nos arquivos canadenses.

Cientes da dicotomia e das nuances entre os conceitos de *records* e de *archives*, há dois marcos que devem ser considerados, inclusive para a “genealogia” da teoria anglofônica, a saber: a vertente jenkinsoniana e a vertente schellenberguiana. É a partir delas que os demais autores, dentre os quais, os espanhóis e os franceses, iniciam suas discussões. Apresentamos primeiramente os dois autores para, em seguida, fazermos os entrecruzamentos teóricos necessários que subsidiam a compreensão da classificação, da avaliação e da descrição como funções arquivísticas.

Para entendermos a visão de Jenkinson (1965), dois conceitos são essenciais para situar os entrecruzamentos históricos conceituais: a imparcialidade e a autenticidade. A imparcialidade, de acordo com o estudioso, caracteriza os documentos de arquivo como inerentemente verdadeiros (ao dizer ser o que eles se propõem a registrar). Assim, sua função é potencialmente seu valor como prova inequívoca do passado. Já a autenticidade define-se pela característica de o documento ser livre de suspeitas, ou seja, livre de adulterações, ao registrar seguramente os fatos e os atos passados e preservados.

Ambas as características, ainda de acordo com o autor, estão vinculadas à noção de custódia, como a responsabilidade dos produtores e seus legítimos sucessores em preservarem os documentos, garantindo, assim, que os arquivos não sofram corrupções ao longo do tempo. A custódia, dessa forma, associa-se à forma pela qual os documentos são sucessivamente passados e preservados de sucessor a sucessor. Cabe salientar que características supracitadas são apropriadas e aprimoradas por Duranti (1996), nos anos 1990, a partir do projeto InterPARES, lançado juntamente com Eastwood (1992) para análise da proveniência dos conjuntos documentais, por meio da Diplomática.

A imparcialidade e a autenticidade, com a custódia, tal como preconiza Jenkinson (1965), posiciona a forma de o autor definir os conjuntos de documentos (*archives groups*) que, segundo ele, se assemelham à noção de respeito aos fundos francesa. O autor declara que os *archives groups* são unidades indivisíveis, reunidas com base nos pontos de encontro entre os produtores e as razões de produção. Desta forma, esses conjuntos de documentos, em sua gênese, são imparciais e autênticos, uma vez que têm, no centro de sua acumulação, a relação dos produtores, que são os custodiadores e preservadores dos registros documentais. Esse entendimento é compartilhado por Eastwood (1992) e Duranti (1996).

Jenkinson (1965) determina que a avaliação de documentos, se valendo da imparcialidade, deve ser realizada pelos produtores e sucessores, uma vez que a natureza custodial é condição para se garantir a sua autenticidade. O autor ainda destaca que, diante da produção documental crescente na 1ª Guerra Mundial, dever-se-ia ter duas visões de avaliação: 1) que os documentos antigos fossem preservados em sua totalidade; e 2) que os documentos mais recentes fossem avaliados pelo produtor ou pela administração, sendo recolhidos à custódia apenas os arquivos que fossem fontes históricas e objeto de preservação.

Aos documentos antigos, os arquivistas encarregam-se, além de custodiá-los, de intervenções mínimas, em dispô-los em arranjos (*arrangement*) que representassem a acumulação, com base na origem de produção. A classificação (*classification*), no escopo jenkinsoniano, definir-se-ia pela organização dos *archives groups* em subdivisões (funcionais, por instituições, nos exemplos dados pelo autor, organizados pelas unidades produtoras). O método numérico deveria ser a base da classificação. A descrição e a classificação, para o autor, são conceituadas e aplicadas como se sinônimo fossem. O processo de classificação descrito vai ao encontro ao que preconizam Rousseau e Couture (1994).

Nota-se que, devido à utilização do termo *archives* como objeto de trabalho do arquivista, o estudioso inglês posiciona a descrição como uma das etapas da classificação, quando da custódia dos documentos pelo arquivo, ou seja, quando do seu recolhimento. O autor

sugere que sejam feitas listas (*inventory*) contendo título, origem, data e nome dos produtores, as quais seriam produzidas considerando-se, primeiramente, a organização dada na produção (ordem original com viés funcional) e, depois, segundo os arranjos físicos dos conjuntos. Posteriormente, essas listas seriam utilizadas como instrumentos de pesquisa.

As críticas de Schellenberg (1965, 1974) a Jenkinson (1965) centram-se no conceito de custódia e da sugestão de não intervenção, por parte dos arquivistas, em documentos de valor administrativo. O estudioso norte-americano compreende que tanto *records* como *archives* devem passar pelos processos de classificação, avaliação e descrição, tendo o arquivista como protagonista dessas técnicas.

Schellenberg (1965, 1974), assim como Jenkinson (1965), delimita os conjuntos documentais por *Archives Groups*. Todavia, ele afirma que a delimitação conceitual de Jenkinson (1965), ao ser aplicada aos conjuntos documentais americanos, carecia de uma complementação ou mesmo uma ressignificação. Por ele, os *Archives Groups* definem-se por conjuntos de documentos produzidos no âmbito do corpo administrativo, sendo a maior unidade de um arquivo, sob a luz do Princípio da Proveniência. Referem, dessa maneira, aos conjuntos de *archives*. Desdobrado dos *Archives Groups* americano está o respeito aos fundos, tal como proposto pela França.

Nota-se aqui o entendimento de que o respeito aos fundos é apresentado como um desdobramento do Princípio da Proveniência e, diferentemente do que Jenkinson (1965) propunha, não é o princípio central para a organização dos conjuntos documentais. Schellenberg (1965, 1974), no âmbito da ordenação dos documentos, sugere, tanto para *records* quando para *archives*, a aplicação do respeito aos fundos e do respeito à ordem original como instrumentos (métodos, em nosso entendimento), os quais “protegem o valor de evidência dos documentos” (SCHELLENBERG, 1965, p. 91, tradução nossa).

Schellenberg (1965) preconiza, ainda, que os *Archives Groups* se apresentam nos conjuntos de funções (corpo) exercidas pelas instituições e se subdividem em *Archival Subgroups*, denominados, por ele, subseções dos conjuntos documentais. Em seguida, vêm as séries, como as unidades orgânicas que são subconjuntos, segundo a atividade que motivaram sua produção, isto é, a união de documentos cujos registros resultem de mesma atividade ou função. Estabelece-se, neste ponto, pelo autor, o entendimento da aplicação das funções arquivísticas em um modelo multinível.

Por essa compreensão, ele define a descrição como a preparação de instrumentos de pesquisa que visam, sobretudo, ao acesso das informações contidas nos documentos, por meio de descritores. Trata-se de um processo que se desenvolve a partir das atividades principais de

uma instituição: identificação das unidades a serem descritas, das características e dos descritores a serem observados. Os níveis de descrição perpassam desde os *Archives Groups* até as séries. O estudioso recomenda que a descrição aconteça de maneira e em amplitude que atenda às demandas dos usuários e às suas necessidades de acesso.

Schellenberg (1965) menciona que é essencial o planejamento de um programa de descrição nas instituições, o qual tenha por objetivo a disponibilização de documentos e instrumentos de pesquisa em repositórios, na medida solicitada pelos usuários e no nível suficiente para proporcionar o acesso por meio de normas e métodos que apresentem os conjuntos contextualizados em suas funções. Ele cita, como instrumentos principais e subprodutos do programa de descrição, os guias, os catálogos e os inventários. Ressalta-se que o autor menciona, em seus manuais, que a descrição pode ser realizada para documentos de valores diferentes, ou seja, *records* e *archives*, ainda que ele observe que a descrição dos *records* possa apresentar inconsistência devido à fluidez e ao uso ainda pungentes desses documentos.

A classificação e a avaliação recaem, sobretudo, aos *records*, cujos conjuntos denominam-se *Records Groups*. Schellenberg (1974) determina que a classificação necessariamente deve refletir as ações que os documentos registram, conforme as estruturas das entidades produtoras. Apesar de elencar três tipos de classificação (funcional, organizacional e por assunto), sugere a utilização de instrumentos de classificação que contemplem as funções das instituições (SCHELLENBERG, 1974). Segundo o autor, o instrumento de classificação é ou o esquema de classificação ou um plano de classificação que não pode descer “a minúcia extrema, ao invés de se limitar à generalidade dos documentos” (SCHELLENBERG, 1974, p. 73). Para ele, o produto da classificação é a possibilidade de organização funcional de todo o conjunto documental, fixando, assim, as relações orgânicas das séries. Desse modo, a classificação pode oferecer ao arquivista a visão do todo orgânico, bem como os conjuntos de documentos passíveis de descarte.

Acredita-se que, para além da proposta de arquivos modernos – a respeito da intervenção arquivística desde a produção (em contraposição à proposta de custódia jenkinsoniana) –, a contribuição central de Schellenberg (1974) é a teoria dos valores documentais como subsídio teórico para a aplicação da avaliação, também apropriada pelos canadenses Rousseau e Couture (1998). Para ele, a avaliação ocorre pela atribuição de valores (primário e/ou secundário) aos conjuntos documentais. O valor primário é composto dos valores administrativos, fiscais, legais e executivos, enquanto o valor secundário é composto de valores probatórios e informativos.

Em sua gênese, o documento é produzido dentro do valor primário e nele permanece no decorrer de sua vigência na instituição. O valor secundário é atribuído *a posteriori*, com a avaliação de uma equipe multidisciplinar. A avaliação do arquivista é feita como base nos esquemas de classificação previamente aplicados e visa a: a) racionalizar os custos com armazenamento de documentos meramente administrativos, cuja vigência tenha se encerrado; e b) selecionar documentos probatórios da história e informativos para a pesquisa. Ele complementa que “os documentos devem ser reduzidos em quantidade para que sejam úteis à pesquisa erudita” (SCHELLENBERG, 1974, p. 151).

Observa-se que as funções arquivísticas, por Schellenberg (1974), são claramente atreladas ao Princípio da Proveniência. A classificação e a elaboração de instrumentos de classificação relacionam-se ao princípio em sua totalidade. Nas etapas pós-classificação (ordenamento e arquivamento), o autor sugere avaliar o uso do respeito aos fundos e respeito à ordem original como métodos. Na avaliação, exaltam-se as questões dos contextos de criação e administrativos dos documentos (*records* e *archives*), vinculando-os às camadas funcionais, de produção e administrativas da Proveniência. À descrição, aplica-se a utilização das funções e dos contextos para a demonstração da identidade dos conjuntos documentais (fundos).

A apropriação das ideias de Schellenberg (1965) no Canadá, a partir dos autores estudados nesta pesquisa, ocorre com dificuldades de se aplicar a teoria americana aos arquivos canadenses. O mesmo movimento feito por Schellenberg (1965), nos anos 1950, quando tece críticas à teoria inglesa de Jenkinson (1965), acontece no Canadá nos anos 1970, 1980 e 1990. Os pesquisadores e arquivistas canadenses percebem que as diferentes realidades e contextos deixavam a apropriação teórica árdua e, por vezes, incongruente, do que decorrem críticas à parte da proposta de Schellenberg (1965). Eastwood (1992), nesta linha, descreve que o conceito americano de *Records Groups* não é adequado para os conjuntos documentais canadenses. A crítica do autor volta-se, sobretudo, à tentativa de aplicar aos conjuntos documentais uma organização funcional, baseada em complexas estruturas administrativas modernas que, por sua vez, no Canadá, eram ainda mais dinâmicas por terem sido elaboradas em contextos contemporâneos.

Ele aprofunda a análise e afirma que a aplicação dos *Records Groups*, a depender da abrangência da função para a instituição ou ainda para o Estado, compromete o valor probatório dos conjuntos, uma vez que os desvincula de seus todos orgânicos, que, para Eastwood (1992), são as estreitas relações entre os produtores e as razões que levaram à produção. O autor, seguido de Rousseau e Couture (1998), sugere, então, assim como Jenkinson (1965), que se retorne ao conceito de fundo, em que as relações entre produtores (instituições) e as razões pelas

quais os documentos foram produzidos sejam as protagonistas. Porém, propõe uma aplicação inovadora.

Eastwood (1992) desdobra o respeito aos fundos em dois graus: 1) numa perspectiva conceitual, ou seja, o conceito sendo aplicado em sua essência e não fisicamente aos acervos e se refletindo sobretudo na descrição arquivística; 2) numa aplicação física, ordenando os conjuntos primeiramente por sua proveniência de produção, isto é, por instituição ou unidade de produção e, em segundo plano, por atividades/funções que motivaram a sua produção, a partir da classificação. Rousseau e Couture (1998), por sua vez, também desdobram conceitos, mas na definição do Princípio da Proveniência. Também propõem dois graus desse princípio, sendo um deles o respeito aos fundos e o outro o respeito à ordem original.

A classificação tende a ser construída numa perspectiva funcional e tem o papel de refletir e expressar as características orgânicas dos documentos. Ela demonstra as interlocuções dinâmicas entre produtores, funções e organicidade e desdobra-se na ordenação (arranjo) por unidades produtoras, de forma que não se misturem os documentos de uma unidade produtora com aqueles de outra unidade.

A descrição encarrega-se de vincular, em definitivo, as características orgânicas aos metadados dos produtores e, em um universo multinível, de revelar as nuances do Princípio da Proveniência como a representação de um fundo ou suas partes (EASTWOOD, 1992; ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Duranti (1996) complementa Eastwood (1992) quando declara que é impossível controlar o todo sem que se tenha o conhecimento de suas partes, o que pela descrição é possível materializar. Ela propõe a utilização da análise tipológica e diplomática no processo descritivo dos conjuntos documentais como um método que pode aprimorar a aproximação entre os documentos e as funções que o geraram.

3.4 Fundos e Procedência (Espanha)

Na Espanha, a arquivística, segundo Heredia Herrera (1991), contrasta com a existência da escrita e da acumulação de documentos do Estado. Em termos de técnica forma-se de maneira empírica, voltada sobretudo à guarda, à custódia e à preservação de arquivos antigos e medievais (HEREDIA HERRERA, 1991; CRUZ MUNDET, 2001). A estudiosa lembra que, por volta do século XIX, a disciplina ganha um *corpus* científico e torna-se a Arquivologia, ciência dos arquivos, cujo objeto de estudo amplia-se ao documento de arquivo e ao que está em torno dos seus tratamentos, da sua seleção, da sua preservação e da sua disponibilidade. Subdividido em uma dimensão tríplice, esse objeto contempla: os arquivos (documentos de

arquivos); a finalidade (servir à sociedade); e o método (procedimentos e tarefas conduzidos pelos arquivistas no cumprimento da finalidade). Sendo uma disciplina independente e com sua cientificidade (TANODI, 1981; HEREDIA HERRERA, 1991), a Arquivologia atende, em primeiro plano, às necessidades dos usuários e serve à sociedade; e, em segundo plano, às ciências que buscam nos arquivos insumos para a construção de seus campos teóricos.

No centro de sua gênese, a Arquivologia apoia-se, pelos autores estudados nesta seção (CORTÉS ALONSO, 1980; TANODI, 1981; HEREDIA HERRERA, 1991, MARTINS-POZUELLO, 1996; CRUZ MUNDET, 2001; RUIZ RODRIGUEZ, 2008), no Princípio da Procedência. Para Heredia Herrera (1991), esse princípio vem em contraposição, por volta de 1791, à organização temática aplicada anteriormente aos arquivos espanhóis a partir de técnicas inspiradas na “escola” francesa. Ela destaca que, após a publicação da *Circular de 1841*, houve um momento de repensar as formas pelas quais os acervos eram organizados. Esse movimento reverberou em diversos países da Europa (França, Itália, Alemanha), inclusive na Espanha, que passou a delimitar a procedência por: documentos situados nos fundos documentais nos quais foram produzidos, observando-se a ordem de produção no que tange à sequência lógica e natural e, sobretudo, à ordenação jurisdicional dos documentos no fundo ao qual pertencem.

As discussões sobre o Princípio da Procedência centram-se em torno da “ordem”, a qual não se exaure apenas com o ordenamento sequencial e cronológico, mas prioritariamente em um ordenamento que contemple a lógica de produção dos documentos, as relações entre produtores e a natureza jurisdicional. Esta última diz respeito a toda e qualquer relação dos documentos de arquivo com/no seu fundo: relações legais, razões de acumulação, local (jurisdição) de produção e relações orgânicas (entre as funções, as atividades e a instituição).

Heredia Herrera (1991) destaca que o ordenamento original não é necessariamente físico e pode acontecer de maneira imaterial, tendo como basilar a organicidade, qualidade esta estrutural na formação dos conjuntos. O respeito aos fundos, para a autora, é maior que a união por fundos de produção: ele é repleto de nuances que levam em consideração a natureza jurisdicional e as relações administrativas e orgânicas dos documentos. Nesse sentido, o Princípio da Procedência tem sua essência na teoria e sua aplicação é flexível, ajustando-se conforme as diversas camadas que acompanham os procedimentos de classificação e preservação dos arquivos.

Há variações sobre a base conceitual do Princípio da Procedência. Gallego e Gomez (1989) o vinculam à ordem original, tal como compreendem os arquivistas holandeses MULLER.; FEITH; FRUIN, 1973). Tanodi (1981) e Cruz Mundet (2001) se inspiram em pesquisadores como Michel Duchein e o consideram análogo ao respeito aos fundos,

entendendo que o respeito à ordem original é uma aplicação do referido princípio. Martins-Pozuelo (1996) desdobra o Princípio da Procedência em duplo grau, sendo o primeiro o respeito aos fundos (ordem externa) e o segundo o respeito à ordem original (ordem interna).

Pelo entendimento do Princípio da Procedência, a delimitação dos conjuntos documentais, nesta subseção, é análoga ao fundo francês, mas com adaptações à realidade espanhola. O fundo espanhol considera que os documentos serão unidos e preservados segundo os conjuntos de relações de produção, administrativas, orgânicas e jurisdicional (MARTINS-POZUELLO, 1996). Nesse cenário, a identificação e a delimitação dos fundos passam pela análise de inúmeras facetas coincidentes às bases do Princípio da Procedência.

Nos fundos e a partir do Princípio da Procedência, são aplicados, aos arquivos, métodos e técnicas que visam à sua preservação, sua recuperação e sua disponibilidade. Esses métodos e técnicas se traduzem nas funções arquivísticas aplicadas aos grandes agrupamentos de gênero dos arquivos (textuais, iconográficos, audiovisuais e digitais) (HEREDIA HERRERA, 1991). Outro aspecto a ser observado é o entendimento quanto aos valores inerentes desde os documentos até os fundos: os valores documentais. Reconhece-se que os documentos possuem valores que variam segundo o uso e a finalidade pelas quais foram criados (CORTÉS ALONSO, 1980; TANODI, 1981; HEREDIA HERRERA, 1991; CRUZ MUNDET 2001, RUIZ RODRIGUEZ, 2008). São inúmeros valores, semelhantes aos elencados por Schellenberg (1965). Não obstante, há a aplicação da Teoria do Ciclo Vital na perspectiva da frequência de uso (COSTA FILHO, 2016) associada aos valores documentais apropriados da teoria americana.

Isto posto, a classificação multinível é recomendada, mediante agrupamentos naturais (HEREDIA HERRERA, 1991): fundos, seções, séries e unidades arquivísticas, que por sua vez são consoantes com as funções, as atividades e as tarefas das instituições (RUIZ RODRIGUEZ, 2008). A classificação providencia o conhecimento do conteúdo (informação) contextualizado em seu fundo em consonância com o Princípio da Procedência. Tem-se por pressupostos de classificação: ser realizada anteriormente à ordenação e no nível que reflete sua função no fundo; evitar generalidades; não ser nem demasiadamente geral nem muito específica e desdobrada. Observa-se a utilização e a elaboração de esquemas de classificação funcionais (MARTINS-POZUELLO, 1996; CRUZ MUNDET, 2001). Como instrumento de operacionalização, tem-se os esquemas/quadros de classificação, que se baseiam no Princípio da Procedência dos fundos e nas relações de acumulação natural dos documentos, configurando-se como “representações simbólicas do fundo” (MARTINS-POZUELLO, 1996, p. 138, tradução nossa). Além do mais, os esquemas de classificação apresentam-se de maneira

hierárquica e permitem constituir as séries imbuídas de seus contextos funcionais (CORTÉS ALONSO, 1980; TANODI, 1981).

A avaliação e a seleção de documentos partem de perspectivas jurídico-administrativas e de investigação histórica. O objetivo final é a seleção de documento de valor secundário para preservação e, por consequência, a eliminação de documentos. Até a produção de seu manual, Heredia Herrera (1991) afirma que os estudos e a elaboração de instrumentos que regulassem a avaliação eram incipientes na Espanha. Cruz Mundet (2001) lembra que foram publicadas normas nacionais que regulam a avaliação, apresentando critérios para aplicação dos valores documentais, bem como a sua homologação por uma comissão de avaliação. O autor ressalta a importância de fomento a legislações arquivísticas que assegurem critérios e diretrizes para a avaliação e, sobretudo, para a destinação final assertiva dos arquivos.

A descrição é definida “por fazer acessível eficazmente os fundos documentais” (CRUZ MUNDET, 2001, p. 255, tradução nossa). Heredia Herrera (1991) a diferencia em dois tipos: a) a descrição arquivística, que se define pela enumeração das qualidades e dos elementos fundamentais dos conjuntos, tendo por função a comunicação entre os documentos e os usuários dos arquivos; b) a descrição documental, que compreende apenas a análise dos documentos (menor unidade) pelo seu tipo, seus aspectos diplomáticos, jurídicos e de conteúdo. Salutar destacar que Heredia Herrera (1991) e Ruiz Rodriguez (2008) afirmam que o esquema de classificação é o primeiro instrumento de descrição de uma instituição e é aplicado como um método da descrição documental quando apresenta todos os contextos de proveniência e organicidade a serem incluídos no processo de descrição arquivística. Os produtos da descrição são os instrumentos de pesquisa que facilitam o acesso aos documentos. São registros e devem se apresentar de maneira padronizada ou normatizada.

Consensualmente, os autores estudados nesta subseção concordam que a descrição arquivística necessita de normas que padronizem os descritores e mencionam a maneira pela qual a normatização fez com que outras disciplinas científicas – por exemplo, a Biblioteconomia e a Museologia – normalizaram seus métodos descritivos e como resultado se aproximaram mais sensivelmente dos usuários. Cruz Mundet (2001) destaca o papel do ICA na organização das normas internacionais de descrição.

3.5 *Metodo Storico* (Itália)

O percurso da Arquivologia na Itália data desde a Antiguidade e, segundo Casanova (1966), é muito decorrente das práticas e empirismo nos arquivos. A partir da organização de

seus métodos e técnicas, a Arquivologia torna-se, no país, a “ciência dos arquivos” e se consolida dividindo-se em Arquivologia prática (arquivística) e tecnológica (no sentido de estudo das técnicas), entendida, pelo mesmo estudioso, como *Arquiveconomia*. Segundo ele, enquanto ciência, desenvolve-se e aplica princípios científicos, que continham variações e significados diferentes de acordo com o local e até mesmo do arquivista/pesquisador que a estudava. Casanova (1966) cita as contribuições de Jenkinson (1945) e Brenneke (1968) na sistematização não apenas dos princípios, como também das práticas arquivísticas e as diferentes formas de delimitação e aplicação dos princípios às técnicas arquivísticas.

Pelos autores italianos, nota-se que Casanova (1966) destacou-se como marco teórico, pois sistematizou a dinâmica de funcionamento da Arquivologia italiana. Das repercussões de sua obra, emergem questões que refletem, hoje, no modo de funcionamento e na compreensão dos autores mais atuais, estudados nesta seção. A primeira delas diz respeito ao Princípio da Proveniência, que, segundo ele, é composto pelo respeito à ordem original e pelo respeito aos fundos. Porém, o que diferencia o entendimento de Casanova (1966) é a apresentação da territorialidade como uma das bases do Princípio da Proveniência. Ele inova ao discutir a inaplicabilidade da territorialidade geográfica aos conjuntos documentais (numa abordagem relacionada à pertinência) e propõe uma “extraterritorialidade”, definida pela abrangência jurisdicional que um documento possui e que, por vezes, extrapola as fronteiras físicas dos territórios.

Como exemplo da sua visão, Casanova (1966) menciona as representações diplomáticas dos países e ainda aqueles territórios que passam por divisões e redefinições de fronteiras. Fato é que a territorialidade, por meio de jurisdição, é agregada ao Princípio da Proveniência, concedendo a ele a possibilidade de aplicação não apenas de maneira física, como também conceitualmente e em essência sob a égide da jurisdição de produção. Esse entendimento é inovador, inclusive aplicado aos ambientes digitais na atualidade.

Essa visão de Casanova (1966) é aplicada ao conceito de método histórico (*metodo storico*), perspectiva pela qual a Itália organiza seus conjuntos documentais. Segundo Lodolini (1993) e Tamblé (1993), Francisco Bonaini, superintendente dos Arquivos Toscanos, delimita o referido método mediante a reconstrução da ordem original da documentação, com base na história das instituições, em 1827. Desse modo, *metodo storico* denomina-se pela organização dos conjuntos documentais, considerando-se suas funções, atividades. Casanova (1966), na constituição do *metodo*, o relaciona ao *fond*. Lodolini (1994) acredita que ele se constitui prioritariamente da ordem original. Tamblé (1993), por sua vez, propõe uma interpretação em

duplo grau, que se utilize respeito aos fundos e do respeito à ordem original, para assim compreender o *método storico* como a própria organicidade.

Para a classificação de documentos, tendo em vista o viés funcional do *método storico* – ainda que não haja consenso sobre o seu núcleo no respeito aos fundos e/ou a ordem original –, recomenda-se a organização de instrumentos que contemplem as divisões das funções, as quais podem dar-se em classes. É notória a aversão dos autores à classificação por assuntos/temáticas (CARUCCI, 1983; LODOLINI, 1993; TAMBLÉ, 1993). Carucci (1983) e Tamblé (1993) ponderam que ordenamento original dos conjuntos em um sistema de classificação fundamentado na ordem original indica empiria no planejamento da classificação. A autora recomenda que a classificação tenha uma abrangência que contemple desde os aspectos históricos da criação dos documentos até as mais administrativas relações.

No âmbito da avaliação de documentos, a partir de Casanova (1966), compreende-se que os arquivos ultrapassam a perspectiva história e assumem a latente e necessária conexão entre a organicidade, o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas. A avaliação, neste contexto, é sugerida tendo por base a análise funcional dos conjuntos (CARUCCI, 1983; LODOLINI 1993; TAMBLÉ, 1993). Lodolini (1993) e Tamblé (1993) mencionam, como critérios de avaliação dos documentos, os valores administrativos e os históricos, sustentando as relações funcionais e jurisdicionais.

Pela visão italiana, Casanova (1966) pondera que a descrição tem por propósito a listagem descritiva dos documentos, a partir de contextos e relações administrativas. Os produtos e instrumentos decorrentes do processo descritivo devem refletir e expressar as funções e as atividades que justifiquem a existência do documento. Carucci (1983) assevera que a descrição passa pelo grivo diplomático ao analisar os documentos do ponto de vista de sua formação, jurisdição e legalidade. Lodolini (1993) retoma Jenkinson (1965) e, em consonância com Carucci (1983), se utiliza das características do documento de arquivo para justificar que a observância delas propicia um vínculo inequívoco entre documento, instituição e organicidade, que circunda quaisquer intervenções técnicas.

3.6 Funções arquivísticas: interlocuções político-institucionais

Pelo Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), buscamos sistematizar as interrelações entre o Princípio da Proveniência (e suas variações) e as três funções arquivísticas, a partir das origens institucionais e pressupostos teóricos das obras analisadas. Ao alinhavarmos, em princípio, os emaranhados teóricos, perpassados de autor para

autor, contextualizados em locais, instituições e registrados em seus manuais, como discursos situados em suas realidades (FOUCAULT, 2012), identificamos os entrecruzamentos entre a organicidade traduzida no referido princípio e estendida às funções arquivísticas da classificação, da avaliação e da descrição. A essas relações, segundo Knorr-Cetina (1981), agrega-se um caráter transcienceífico que soma, à nossa análise, facetas tais como a social, a política, a institucional e a histórico-epistemológica, também contempladas por Bourdieu (2001) e Foucault (2012). Ademais, nos propusemos a demonstrar o delineamento do *habitus* da Arquivologia, inspirados em Bourdieu (2004) e mediante o estudo dos manuais no que tange às funções arquivísticas.

Nesse sentido, cabe denotar que somamos, às noções de campo científico e *habitus* (BOURDIEU, 2004), a transcienceficidade proposta por Knorr-Cetina (1981), o que nos permitiu agregar fatores históricos na análise da trajetória dos autores e das suas obras, tais como a formação de Estados, de nações democráticas, histórias de países, marcos históricos mundiais etc., sem nos desviar da formação teórico-epistemológica da Arquivologia por meio dos seus princípios e técnicas.

Os autores analisados nesta pesquisa exerceram influências políticas e institucionais que refletiram nas formas pelas quais seus manuais foram elaborados, comunicados e utilizados, repercutindo suas ideias na Arquivologia de seus e de outros países. Notamos que as atuações político-institucionais, a partir de Knorr-Cetina (1981), foram determinantes para o fomento da Arquivologia como disciplina científica, sua institucionalização e sua identidade teórico-epistemológica. De maneira geral, a partir das considerações feitas no Capítulo 2 e com base no Apêndice B, vimos que, até o início do século XX, fatos como o exercício de cargos governamentais, à docência, as redes de sociabilidades e as articulações no campo político proporcionaram a publicidade dos manuais e alavancaram o desenvolvimento teórico da referida disciplina. A partir do meio século XX, o reconhecimento político-institucional centra-se em cargos governamentais, sobretudo aqueles associados às instituições arquivísticas. No final do mesmo século, esse tipo de influência volta-se à docência e à atuação do autor no campo científico.

Por detrás dos arquivos, atores/autores apoiados por seus *habitus* e utilizando seus manuais como escudo nos campos científicos, políticos e simbólicos, movimentam-se e articulam-se via atuações político-institucionais que visam ao reconhecimento, ao prestígio, à autoridade e, em certos casos, ao poder (mediante a ocupação de cargos estratégicos) e aos espaços legitimados de falas (BOURDIEU, 2004). Os percursos institucionais por eles realizados ao longo de suas trajetórias de vida nos apresentam as entrelinhas de seus manuais e

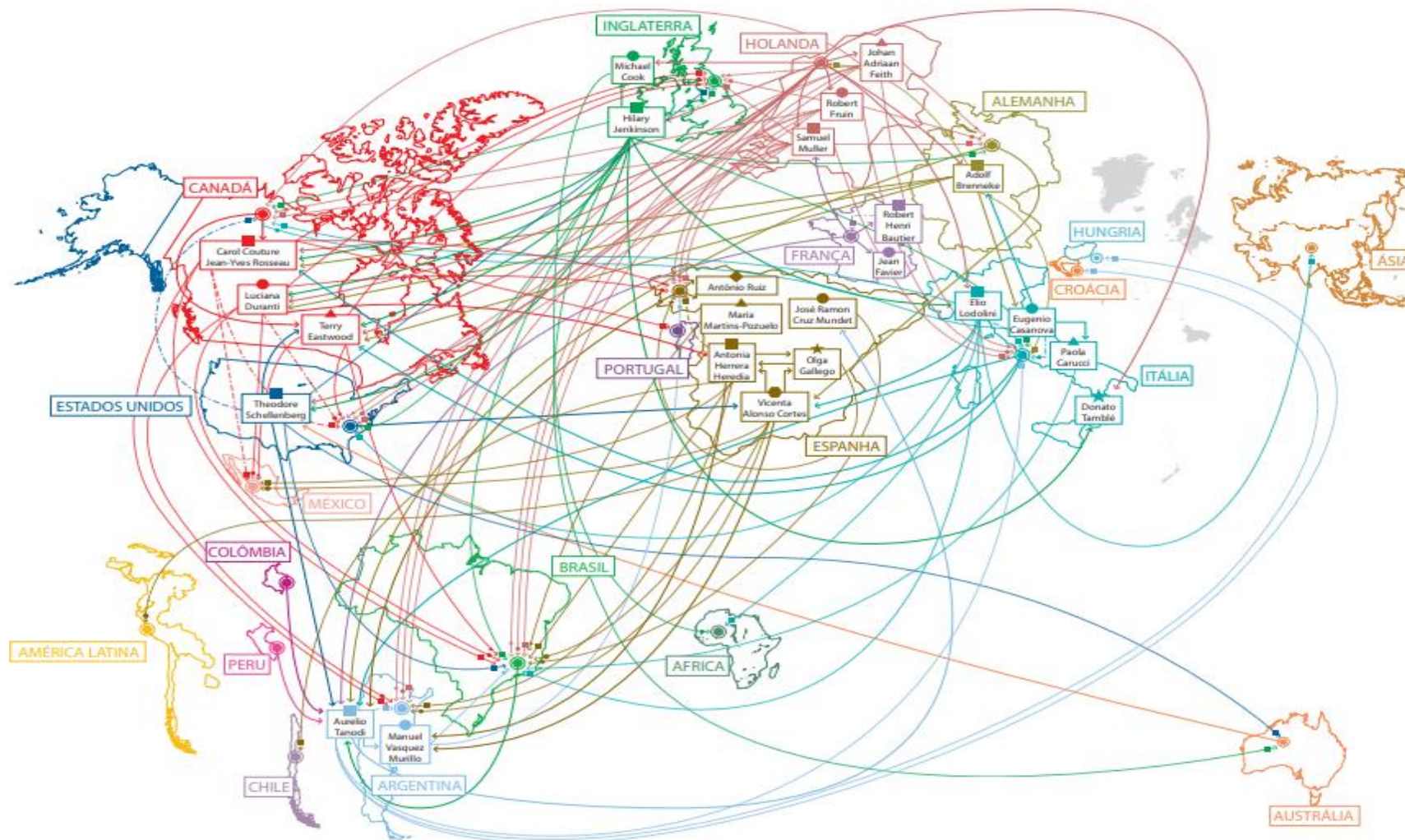
os contextos das teorias arquivísticas sustentadas neles. Esses fatos, de certa maneira, justificam e embasam as escolhas teóricas, refletidas nos avanços e nos recuos da Arquivologia traduzidos e conduzidos no seu *habitus*.

No delineamento teórico e epistemológico da disciplina se destacam, como grandes contributores para a Arquivologia mundial, os arquivistas holandeses (1973), Adolf Brenneke (1968), Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova (1966) e Theodore Schellenberg (1965). Os arquivistas holandeses se destacam por terem escrito o primeiro manual¹⁰⁴ disseminado mundialmente e pelo registro do Princípio da Proveniência. Adolf Brenneke (1968) é o primeiro autor a delimitar a organicidade como a forma primária de expressão funcional dos documentos. Hilary Jenkinson (1965), por sua vez, é citado nas questões de diplomática, nas características dos documentos de arquivo (imparcialidade e autenticidade) e no custodialismo. Já Eugenio Casanova aplica aos conceitos arquivísticos novas perspectivas, como a aplicação intelectual/imaterial do Princípio da Proveniência. E Theodore Roosevelt Schellenberg (1965) inova nas questões ligadas à avaliação, com a proposta de uma metodologia que contemple os valores documentais (primário e secundário), as comissões permanentes de avaliação, a teoria das três idades e a gestão de documentos administrativos. Pode-se dizer que a Arquivologia (re)conhecida hoje como uma disciplina científica é herdeira do *habitus* traduzido e registrado por esses autores e progenitora do *habitus* que se projeta para o seu futuro, numa transcendência histórica já apontada por Bourdieu (2003).

Inferimos, ainda, que se pode identificar grandes centros de irradiação da teoria arquivística nos espaços holandeses, franceses, italianos, latino-hispânicos e anglo saxônicos. Esses centros configuram-se historicamente como cenários de discussões científicas, onde interlocuções e reflexões transc científicas acontecem. Em fronteiras porosas nas quais interagem sob influências políticas, científicas, históricas, dentre outras, realizam-se registros científicos da Arquivologia em manuais que os transcendem espacial e temporalmente. Pela análise dos manuais, pode-se observar os diálogos teóricos e os (des)ligamentos realizados pelos autores, bem como as repercussões das suas ideias no *habitus* que conforma a comunidade arquivística, especialmente no tocante ao Princípio da Proveniência e às funções arquivísticas, como ilustramos no Gráfico 4.

¹⁰⁴ Notoriamente, observamos que o manual dos arquivistas holandeses não foi nem o primeiro nem o único escrito no contexto arquivístico internacional. No entanto, quando de sua edição, no final do século XIX, foi o único a ser traduzido, publicado e mundialmente discutido, inclusive em eventos científicos.

Gráfico 4: Possíveis relações teóricas dos autores dos manuais arquivísticos.



Fonte: Elaboração própria (2020).

Embora autores de origens, histórias e contextos político-sociais diferentes, há (in)visivelmente um fio comum que os conduz no entendimento da organicidade como essência dos arquivos e da identidade da Arquivologia. Em um todo, a análise dos manuais nos trouxe a perspectiva de que a disciplina decorreu de práticas e de experiências aplicadas empiricamente e aperfeiçoadas no decurso do tempo, em meio aos estudos e às reflexões propostas pelos autores. A empiria não foi de todo um mal, pois proporcionou avanços práticos e teóricos, que se configuram, paulatinamente, na autonomia científica da Arquivologia, além da formalização de métodos e técnicas e da elaboração de marcos legais que oficializam a sua institucionalização.

Ao analisarmos os manuais, notamos que a publicação da circular francesa de 1841 teve grandes repercussões nos fazeres e nos saberes da época. De fato, a França foi inovadora e visionária ao registrar, formalizar e buscar preservar o contexto de organização e desenvolvimento dos seus arquivos. Não se pode negar que o *habitus* da Arquivologia, na França, sobretudo pela delimitação do *fond*, serviu como base para os “demais” *habitus*, inclusive para o brasileiro, seja como um “espelho”, seja como ponto de partida conceitual para as práticas e os ajustes teóricos locais.

Destacamos, ainda, que o *fond* não foi um conceito apropriado de maneira universal, uma vez que a formatação dos conjuntos documentais foi delineada e adaptada conforme as peculiaridades de cada país/região, levando-se em consideração os contextos e as necessidades institucionais, bem como a “escola” à qual cada autor pertencia, conforme consta no Quadro 6.

Quadro 6: Definições de “conjuntos documentais”.

Termo	País	Definição
<i>Archief</i>	Holanda	Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente ou por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia ou desse órgão ou funcionário.
<i>Archives Groups</i>	Inglaterra Austrália África	Conjuntos (grupos) produzidos e utilizados no curso das transações administrativas, ou por instituições públicas ou privadas, os quais formam parte de um todo. Os <i>Archives Groups</i> formam-se nas relações entre as razões de produção dos documentos e seu produtor.
<i>Records Group</i>	Estados Unidos Canadá	Conjuntos (grupos) produzidos e utilizados no curso das transações administrativas, por instituições públicas ou privadas, os quais formam parte de um todo. Os <i>Records Groups</i> formam-se nas relações orgânicas .
<i>Registratur e Corpo Arquivístico</i>	Alemanha	Separa-se o conceito de conjuntos documentais em duas camadas: pelo <i>Registratur</i> , ocorre a organização externa dos fundos; pelo corpo arquivístico, a organização interna. Ambos se relacionam com as funções e as atividades, assim como com as razões que resultaram na produção dos documentos.
Fundo Espanhol	Espanha Argentina México	Conjunto de documentos produzidos e recebidos no decorrer das atividades administrativas, unidos e preservados segundo os conjuntos de relações (de produção, administrativas, orgânicas e jurisdicionais).
<i>Fonds</i>	França	Conjuntos de documentos reunidos ou constituídos ou por pessoas físicas ou por um organismo público ou privado, em decorrência de suas atividades, organizados e conservados segundo sua eventual utilização.
<i>Metodo Storico</i>	Itália	Conjuntos de documentos produzidos e acumulados com base na história da instituição ou da pessoa, cujas características se assemelham tendo em vista sua proveniência. Organizam-se segundo sua origem funcional.

Fonte: elaboração própria a partir dos manuais estudados.

Observamos que as maneiras pelas quais os autores articulam a definição de conjuntos documentais influencia diretamente na definição do Princípio da Proveniência. Considerando que entendemos que a organicidade é o macroprincípio desdobrando-se no Princípio da Proveniência (KUROKI, 2016), os conjuntos documentais, sob esse enfoque, são o objeto de estudo da Arquivologia, traduzidos nos arquivos/documentos de arquivo, conforme Schmidt (2012). As funções arquivísticas, assim como apresentado no Capítulo 1, são técnicas, ou seja, a manifestação e a operacionalização do Princípio da Proveniência, espelho da organicidade.

Os autores dos manuais – inseridos em seus campos de atuação, formação/titulação e experiências profissionais – registram as suas interpretações da correlação entre objeto, princípio e técnica. Encontram-se nos manuais as perspectivas de conjuntos documentais, associadas ao Princípio da Proveniência, ambos levando ao entendimento do que são e de como se aplicam as funções arquivísticas. Esse movimento dinamizado nos centros de irradiação do conhecimento arquivístico, sob influências e interferências político-institucionais que podem ser identificadas nas biografias dos autores, configura o *habitus* da Arquivologia que buscamos evidenciar. Temos, assim, um diagrama de relações teórico-conceituais, no qual tentamos representar a lógica de funcionamento do campo da Arquivologia por meio de seu *habitus*.

Figura 43: Diagrama de relações teórico-conceituais.



Fonte: elaboração própria.

A organicidade encontra seu cerne nos conjuntos documentais que dialogam e se conectam com os contextos de produção e acumulação dos documentos, os quais, pelos autores analisados, podem compreender:

1. **Relações orgânicas:** aquelas advindas das relações administrativas (estrutura organizacional) e institucionais dos documentos;
2. **Relações funcionais:** decorrentes das relações entre funções, atividades e documentos;
3. **Relações de produção:** conforme as razões de produção e os produtores.

A primeira abordagem, por relações orgânicas, tende a propor sistemas de classificação estruturais e/ou funcionais, avaliação por valores dos documentos (primários e/ou secundários) e descrições em que prevaleçam descritores que detalham os contextos de produção. A segunda abordagem, por relações funcionais, tende a propor sistemas de classificações funcionais, avaliação funcional e descrição arquivística, ou seja, levam-se em conta as qualidades e os elementos fundamentais dos conjuntos documentais numa perspectiva multinível. A terceira abordagem, por relações de produção, utiliza sistemas de classificação funcionais fundamentados na ordem original, avaliação a partir dos sistemas de registros (ordenamento e uso funcional) e descrição com a elaboração de listagens.

Pode-se, ainda, categorizar as três funções arquivísticas analisadas. A classificação ocorrer de maneira: funcional (com base em funções), estrutural (de acordo com a estrutura e o organograma) e temática (por assunto). A avaliação pode se dar pelos valores dos documentos (primário e/ou secundário) ou funcionalmente (conjunção entre as funções administrativas e sociais dos documentos). A descrição pode ser: documental (analisa documentos e seus aspectos diplomáticos, jurídicos e de conteúdo); descritiva (inventário dos documentos) ou arquivística (representação das qualidades e dos contextos dos documentos ou de seus conjuntos). Essa análise vincula-se aos manuais estudados da seguinte forma:

Quadro 7: Categorização do Princípio da Providência e das funções arquivísticas segundo os autores de manuais estudados.

Autor	Perspectiva do Princípio da Proveniência	Perspectiva da classificação	Perspectiva da avaliação	Perspectiva da descrição
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.	Respeito à ordem original	Ordenamento original	Sistemas de registro	Descritiva
JENKINSON, Hilary	Respeito aos fundos	Funcional	Por valores	Documental
CASANOVA, Eugenio	<i>Metodo Storico</i>	Funcional	Funcional	Descritiva
BRENNEKE, Adolf	Duplo grau	Ordenamento original	Sistemas de registro	Descritiva
SCHELLENBERG, Theodore	Proveniência funcional	Classificação funcional	Por valores	Documental
TANODI, Aurélio	<i>Metodo Storico</i>	Funcional	Por valores	Arquivística
BAUTIER, Robert	Respeito aos fundos	Temática ou funcional	Funcional	Documental
CORTÉS ALONSO, Vicenta	Procedência	Funcional	Por valores	Arquivística
HEREDIA HERRERA, Antonia	Procedência	Funcional	Funcional	Documental/arquivística
VÁZQUEZ, Manuel	Procedência	Funcional	Por valores	Arquivística
CARUCCI, Paola	<i>Metodo Storico</i>	Funcional	Por valores	Documental
LODOLINI, Elio	<i>Metodo Storico</i>	Funcional/estrutural	Por valores	Arquivística
FAVIER, Jean	Respeito aos fundos	Temática ou funcional	Funcional	Documental
COOK, Michael	Respeito aos fundos	Funcional/estrutural	Por valores	Arquivística
LOPEZ GOMEZ, Pedro; GALLEGO DOMINGUEZ, Olga	Procedência	Funcional	Por valores	Documental
DURANTI, Luciana	Respeito aos fundos	Funcional	Funcional	Documental
EASTWOOD, Terry	Respeito aos fundos	Funcional	Por valores	Arquivística
TAMBLÉ, Donato	<i>Metodo Storico</i>	Funcional/estrutural	Por valores	Arquivística
ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol	Duplo grau	Funcional	Funcional	Arquivística
CRUZ MUNDET, José Ramón	Procedência (respeito aos fundos)	Funcional	Por valores	Arquivística
RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel	Procedência (respeito aos fundos)	Funcional	Por valores	Arquivística
MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz	Procedência em duplo grau	Funcional	Por valores	Arquivística

Fonte: elaboração própria.

Ainda sobre as funções arquivísticas da classificação, da avaliação e da descrição, há “subprincípios” aplicados a elas. O princípio vem, nessa abordagem, como metodologia para operacionalização da função e não como base fundadora. Ou seja, é utilizado em conceito para justificar ou metodologicamente embasar um procedimento, ou ainda etapas de um processo de trabalho. Schellenberg (1965), por exemplo, como princípio da classificação sugere o uso dos respeitos aos fundos, enquanto os holandeses utilizam a ordem original. Como princípio da avaliação, segundo os autores canadenses (COUTURE; ROUSSEAU, 1996), sugere-se o respeito à ordem original na perspectiva funcional. Para a descrição, segundo os autores espanhóis o duplo grau entre o respeito aos fundos e o respeito à ordem original.

Os instrumentos da classificação, a partir das análises realizadas, são os esquemas, os quadros e os planos de classificação. Os instrumentos da avaliação são as tabelas de temporalidade e as listas de critérios. Os instrumentos da descrição são as normas de descrição e as listas de critérios. Os produtos da classificação e da avaliação são as listagens de transferência e o recolhimento, bem como as listagens de eliminação e o descarte. Os produtos da descrição são os instrumentos de pesquisa e as listagens descritivas.

3.7 O *habitus* da Arquivologia na pós-graduação *stricto sensu* brasileira

Sob a égide do Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), o levantamento desta seção foi analisado pelas lentes do *habitus* da Arquivologia discutido na seção anterior, de maneira a apresentar as evidências que demonstram as heranças e tradições da teoria arquivística mundial utilizadas no Brasil. A exemplo de Marques (2011), atualizamos o levantamento de teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros a partir de novas consultas no catálogo de teses da CAPES, conforme a metodologia de Fonseca (2004). Nesta pesquisa, utilizam-se os termos “Arquivologia”, “Arquivística” e “Arquivos” – usados pela autora –, associados aos termos “Princípio da Proveniência”, “Princípios arquivísticos”, “Funções arquivísticas”, “Classificação de documentos”, “Avaliação de documentos”, “Descrição de documentos”, “Classificação”, “Avaliação” e “Descrição”. Como recorte temporal, selecionamos as teses e dissertações produzidas entre 1972 e 2017 (ano anterior à elaboração do projeto de tese).

O levantamento inicial resultou em 205.661 trabalhos, os quais foram filtrados, mediante a eliminação das informações repetidas e a análise das palavras-chave e dos resumos: chegou-se a 55 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso (TCCs; estes como produtos de

mestrados profissionais), produzidos em 16 instituições de ensino. Cabe destacar que, apesar do recorte temporal, descrito na metodologia (1972 como marco inicial), a data da pesquisa mapeada mais antiga é 1992.

A maioria das 55 pesquisas foi produzida em programas de Ciência da Informação (34), o que reforça o entendimento comum, porém equivocado, de que a Arquivologia é epistemologicamente subordinada à Ciência da Informação. Provavelmente, esses trabalhos científicos se abrigaram em tais programas pela raridade/escassez de programas de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia.

Há dois TCCs produzidos no mestrado profissional em Gestão de Documentos de Arquivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), único programa de pós-graduação com mestrado específico de Arquivologia. Curiosamente, três dissertações foram elaboradas em mestrados da Engenharia de Produção – na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – e em Engenharia Elétrica, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sobre a gestão eletrônica de documentos/gerenciamento eletrônico de documentos.

Das 55 teses, dissertações e TCCs selecionados, foram localizados e acessados 43, nos quais buscamos identificar as três funções arquivísticas (classificação, avaliação e descrição) e a sua temática principal, tendo por base o objeto de estudo das pesquisas. Foram mapeados 28 temas, elencados e distribuídos na Tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição de temáticas das teses, dissertações e TCCs.

Temática	Quantidade
Avaliação de documentos	5
Difusão da informação	3
Gerenciamento eletrônico de documentos	3
Gestão de documentos fotográficos	3
Classificação de documentos	2
Descrição de documentos fotográficos	2
Epistemologia da Arquivologia	2
Gestão de documentos	2
Princípios arquivísticos	2
Análise diplomática	1
Auditoria arquivística	1
Classificação de documentos fotográficos	1
Classificação eletrônica de documentos	1
Classificação quanto ao nível de acesso	1
Descrição de documentos	1
Descrição de documentos eclesiásticos	1
Descrição e ditadura	1
Descrição eletrônica de documentos	1
Disseminação da informação	1
Ética profissional	1
Gestão de documentos audiovisuais	1
Gestão de documentos sonoros	1
Instrumentos de classificação	1
Partituras e documentos relacionados à música	1
Recuperação automática de documentos	1
Representação da informação	1
Representação da informação pela classificação de documentos	1
Serviços de arquivo	1

Fonte: elaboração própria.

Por meio desse mapeamento, pode-se notar que as teses, as dissertações e os TCCs até os anos 2000, sobretudo aqueles dos anos 1990, se ocuparam de delimitar os conceitos básicos da Arquivologia, tais como os princípios científicos, o conceito de fundo de arquivo, a teoria das três idades, os procedimentos de transferência e eliminação, os instrumentos de gestão arquivística (planos de classificação, tabela de temporalidade etc.), assemelhando-se aos manuais da área nessa perspectiva. Compreende-se que no momento de produção dessas pesquisas, o Brasil institucionalizava, por força da Lei nº 8.159 (BRASIL, 1991), a cultura de gestão de documentos e o tratamento de arquivos. Pode-se observar, também, ainda pela metodologia aplicada, que há poucas pesquisas que abordem as funções arquivísticas como seu objeto de estudo.

Quanto às relações entre as funções e os princípios arquivísticos, 12 teses, dissertações e TCCs possuem uma seção ou subseção exclusiva para os princípios, nove para a classificação, sete para a avaliação e oito para a descrição. As demais apresentam os conceitos no corpo do desenvolvimento de suas pesquisas. Das 12 pesquisas que tiveram seções separadas para os princípios arquivísticos, todas apresentaram o Princípio da Proveniência como sinônimo do Princípio de Respeito aos Fundos. Apenas uma pesquisa relacionou o primeiro princípio com o Princípio de Respeito à Ordem Original. Uma delas relacionou o Princípio da Proveniência com as cinco características dos documentos de arquivo – unicidade, naturalidade, inter-relacionamento, imparcialidade e autenticidade – propostas por Luciana Duranti (1994). Para o autor da dissertação/tese, as características são de fato princípios, relacionando-os uns com os outros.

As contribuições de autores estrangeiros conferem à produção científica da área no Brasil um caráter miscigenado, que reitera a diversidade das suas origens e a riqueza dos seus diálogos. A recepção de diversas tradições no cenário nacional foi essencial para as interlocuções da Arquivologia brasileira com outros países, além de flexibilizar as fronteiras da disciplina, permitindo que suas temáticas fossem estudadas em diferentes perspectivas, sem comprometer a sua identidade no Brasil (MARQUES, 2011), a partir do que podemos observar na Tabela 2.

Tabela 2: Autores internacionais citados nas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* brasileiro analisadas.

Autor	Frequência de citação		
	Classificação	Avaliação	Descrição
Adolf Brenneke	1		
Antonia Heredia Herrera	3		4
Arquivistas Holandeses (Samuel Muller, Robert Fruin, Johan Feith)	2	1	
Elio Lodolini	1		
Henri Bautier	1		
Hilary Jenkinson	1	3	
Jean-Yves Rousseau e Carol Couture	8	7	3
José Ramón Cruz Mundet	2	3	2
Luciana Duranti	3	4	
Manuel Vásquez		3	
Maria Paz Martins Pozuello Campillos	2		
Pedro López Gómez			1
Terry Eastwood		2	
Theodore Schellenberg	12	10	2
Vicenta Cortés Alonso		1	

Fonte: Elaboração própria.

Verificamos que, ao definirem ou utilizarem as funções arquivísticas, os autores das pesquisas mapeadas citaram autores consagrados da área, tal como Theodore Schellenberg (1965, 1974). Entrecruzando-os, pode-se apreender que a consagração, ou seja, o reconhecimento desses autores pela comunidade arquivística brasileira reflete a sua notoriedade no delineamento dos conceitos básicos, dos princípios, o que subsidia a legitimação do conhecimento científico registrado nas teses, dissertações e TCCs.

Destaca-se a contribuição do estadunidense Theodore Roosevelt Schellenberg por meio do seu manual *Arquivo Modernos: Teoria e Prática*, de 1954, que foi o autor mais citado para as funções da classificação e da avaliação. Ressalta-se, também, as contribuições dos canadenses Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, com seu manual *Fundamento da Disciplina Arquivística*, traduzido para o português (Portugal) e publicado em 1998, recorrentemente utilizado para a explanação das três funções, conforme Tabela.

Tabela 3: *Ranking* dos autores internacionais mais citados nas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* brasileiros analisadas.

Função	Autor
Classificação	1º Theodore Schellenberg
	2º Jean Yves Rousseau e Carol Couture
	3º Antonia Heredia Herrera
	3º Luciana Duranti
Avaliação	1º Theodore Schellenberg
	2º Jean Yves Rousseau e Carol Couture
	3º Luciana Duranti
Descrição	1º Antonia Heredia Herrera
	2º Jean Yves Rousseau e Carol Couture
	3º José Ramón Cruz Mundet
	3º Theodore Schellenberg

Fonte: elaboração própria.

Compreende-se que, pelo mapeamento, tem-se uma fotografia panorâmica das interlocuções internacionais da Arquivologia brasileira no tocante às funções arquivísticas. Considerando que a produção científica analisada está abrigada em programas de pós-graduação de outras áreas do conhecimento (com exceção dos dois TCCs do mestrado profissional em Gestão de Documentos de Arquivo da UNIRIO), observa-se a necessidade de criação de mestrados e doutorados específicos em Arquivologia, que ainda carece de espaços próprios para a expansão e o aprofundamento das pesquisas de seu interesse.

Por fim, infere-se que as pesquisas analisadas evidenciaram o *habitus* da Arquivologia instalado a partir das suas heranças teóricas no Brasil. É salutar pontuar que, apesar da colonização portuguesa no Brasil, os *habitus* herdados foram o francês, o estadunidense, o canadense, o holandês e o espanhol, conforme visto no universo desta tese.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquivologia, dentre suas finalidades, intermedia a interação entre a sociedade e os documentos de arquivos os quais são criados prementemente para saciar às demandas dos cidadãos em uma combinação de responsabilidade e papel social. Inserida em diversos espaços discursivos (FOUCAULT, 2012), esta disciplina científica dialoga e avoluma seu *corpus* científico a partir dos registros das suas correntes de pensamento, desde a sua história perpassadas por práticas que entendemos pertencer a um transcendental histórico que configura o *habitus* da disciplina.

Em sua autonomia, amplia seus campos de atuação e discussão a partir de permutas transc científicas (KNORR-CETINA, 1983) que fomentam a sua identidade, fundamentada na organicidade. A organicidade posiciona-se como o coração da Arquivologia, sendo o seu elemento diferenciador das demais disciplinas nos campos científicos (BOURDIEU, 1983).

Desdobrado da organicidade, denominado por nós como Macroprincípio da Organicidade, identificou-se o Princípio da Proveniência, consensualmente compreendido pela literatura arquivística internacional como o princípio fundador da Arquivologia. Um princípio científico com definições e aplicações que se adaptaram, ao longo do tempo, aos locais, às realidades e aos contextos históricos e institucionais e nos quais estavam inseridos também nos contextos sociais dos autores que o registraram. Em certos momentos compreendido como sinônimo de respeito aos fundos, como se entende pelo pensamento francês ou pela abordagem do duplo grau da Procedência, como preconizado pelos autores espanhóis. Ainda que em definição e aplicação diversa, o Princípio da Proveniência é o condutor da Arquivologia na delimitação de seus métodos e técnicas, circunscritos pela organicidade.

Destacamos como técnica, na dinâmica científica, as funções arquivísticas que, ao nosso ver, são a própria operacionalização do Princípio da Proveniência no tratamento dos acervos arquivísticos. Neste ponto, nos questionamos, como e quando o conceito do Princípio da Proveniência alcançou as funções arquivísticas (ou vice-versa). Buscou-se, então, na literatura da área, trabalhos sobre as relações das funções arquivísticas com o Princípio da Proveniência e notamos que não havia consenso a respeito.

Não obstante, observamos que a (confu)visão dos autores sobre a temática teria características que poderiam ser agrupadas, ao menos no âmbito analítico da pesquisa. Assim, verificamos que variáveis e fatores que perpassavam espaços sociais, históricos, políticos e institucionais modificavam a lógica de funcionamento das funções arquivísticas e da aplicação

do Princípio da Proveniência no campo científico da Arquivologia, delineado pelo seu *habitus*. Tratavam-se das experiências dos partícipes, representadas pelos autores dos manuais científicos, do campo discursivo da Arquivologia, denominado por Bourdieu (1983, 2001, 2004, 2011) e apropriado nesta tese, por *habitus*: o transcendental científico e histórico que se posiciona entre a história e as experiências. Dinâmico e permitindo as interlocuções dos agentes nos campos, o *habitus* agrega vivências neste espaço de forças e lutas cujos alvos são o reconhecimento e a autoridade dos agentes.

Descortina-se, neste ponto, o recorte da pesquisa que se concentrou nos manuais arquivísticos internacionais e na história (biografia) dos atores que os escreveram. O *habitus* discutido ao longo desta pesquisa procurou, na história dos autores e suas compreensões, as formas de aplicação do Princípio da Proveniência e das funções arquivísticas da classificação, avaliação e descrição. Sustentados pelo Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), pautamos, assim, como objetivo desta tese, identificar as funções arquivísticas à luz do Princípio da Proveniência tendo em vista as suas relações recíprocas com o *habitus* da Arquivologia. Acreditamos que este objetivo foi alcançado, ao verificarmos que o referido *habitus* é construído pelos decursos histórico-epistemológicos que decorrem dos fazeres e saberes que configuram o seu campo científico e estes nutrem o *habitus* reciprocamente.

Os resultados alcançados a partir da metodologia desta tese nos permitiram notar o desenrolar de um *habitus* fulgurante, que perpassou centenas de anos e foi ganhando força e campo, meio ao estabelecimento de uma cultura de preservação de documentos, muito voltada à preservação da memória. O *habitus* da Arquivologia, desse modo, foi construído por ações político-institucionalmente, as quais reverberaram no delineamento, na recepção, na legitimação e na difusão da Arquivologia como disciplina científica. Um *habitus* que demonstra as condições de produção de estudos, quando das mediações dos autores e suas formações; as condições cognitivas, quando das interlocuções entre os autores, seus manuais e suas teorias; e, de condições socioinstitucionais, quando do desenrolar de uma trajetória compatível aos acontecimentos históricos, movimentos sociais e políticos.

A análise dos manuais nos demonstrou que há centros de irradiação do conhecimento arquivístico, que podem ser observados sob duas perspectivas: 1) influências e/ou interferências político-institucionais e; 2) pela maneira pela qual os autores delimitam as definições de conjuntos documentais. Aos movimentos políticos-institucionais, incluem-se a atuação dos autores em cargos governamentais, docência, associações profissionais, edição de revistas e participação em eventos científicos. Da maneira pela qual se organizam os conjuntos

documentais, observa-se as variações na aplicação do Princípio da Proveniência, ainda que em conceito ou, como determinou Casanova (1966), de forma intelectual, do princípio se desdobram os métodos e as técnicas. As técnicas estudadas nesta tese – as funções arquivísticas da classificação, avaliação e descrição – vieram também como distintas abordagens e perspectivas de acordo com os locais, realidades, contextos e finalidade em que se inseriram.

Entre relações orgânicas, funcionais e de produção, o *habitus* da Arquivologia influenciou as formas pelas quais seus agentes, aqui nesta pesquisa, os autores dos manuais, definem e aplicam as funções arquivísticas (classificação, avaliação e descrição) e as relacionam com o Princípio da Proveniência, retroalimentando-o. Essas influências foram e permanecem dinâmicas e mergulham na transcienceficidade do campo científico, onde as lutas e os acontecimentos ocorrem e emergem na fluidez do transcendental histórico embebido de contextos socioculturais, políticos, institucionais e simbólicos.

O *habitus* da Arquivologia que transcende e transpassa seu campo científico, converge e diverge nos discursos registrados nos manuais da área. Em incontáveis dicotomias, contraditórias e, por que não, complementares, tecem-se elos (a)temporais com fronteiras porosas e, em certos momentos, indefinidas. Nessa tessitura histórica, o *habitus* delinea a identidade da Arquivologia, que surge e se estabelece em diversos contextos, marcada por campos de força, em buscas constantes por reconhecimento e autoridade científica em torno do seu fundamento científico: a organicidade que concerta o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas.

5 RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista os aspectos estudados nesta pesquisa, entendemos ser relevante o desenvolvimento de outras pesquisas que abordem temas que não puderam ser contemplados aqui, tais como:

- estudo do *habitus* nas abordagens práticas da Arquivologia;
- estudo da história das seis instituições nas quais foram elaborados manuais internacionais;
- mapeamento dos contextos que resultaram nas traduções dos manuais internacionais para a língua portuguesa;
- mapeamento e análise, pelas lentes do *habitus* da Arquivologia, dos artigos sobre as funções arquivísticas escritos entre 1972 e 2017;
- estudo das biografias dos autores dos manuais arquivísticos brasileiros;
- investigação da recepção da teoria arquivística internacional nesses manuais do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BAUTIER, Robert- Henri; BRENNEKE, Adolf. *Archivkunde. Ein Beitrag zur Théorie und Geschichte des Europäischen Archivwesens, bearbeitet... von Wolfgang Leesch*. Leipzig, Kœhler und Amelang, 1953. **Bibliothèque de l'école des chartes**, Paris, p. 308-309, 1955.

_____. *Les Archives. In: L'Histoire et ses méthodes*. Dir. de Charles Samaran. Paris: Gallimard, 1961.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Por uma sistemática arquivística. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p.7-8, maio/ago, 1980.

_____. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. O sentido dos arquivos. *In: I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ*, 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BELOVARI, Susanne. **Jenkinson, Hilary, Sir**. 2013. Disponível em: <http://cooper.library.illinois.edu/ica-suv/bio_pdfs/Jenkinson-Sir-Hilary.pdf>. Acesso em : 25 jul. 2018.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **Hommage a Jean Favier (1932-2014)**. Paris: Département Philosophie, Histoire, Sciences del'Homme, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

_____. **Science de la Science et réflexivité**. Paris: Raisons d'agir Editions, 2001.

_____. **Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

BRENNEKE, Adolf. **Archivistica contributo ala teoria ed ala storia archivistica europea**. Milano: Prima, 1968.

BRICHFORD, Maynard. The origins of modern European archival theory. **The Midwestern archivist**, v. VII, n. 2, 1982.

BRUCE, Molly. **Terry Eastwood: ICA-SUV who's who in archives globally**. Illinois, 2013 Disponível em: <http://cooper.library.illinois.edu/ica-suv/bio_pdfs/Eastwood-Terry.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

_____. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.

CAPON, Lester J *et al.* *In memoriam: Theodore R. Schellenberg 1903-1970*. **The American Archivist**, v. 33, n. 2, 1970.

CARUCCI, Paola. **Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione**. Roma: Carocci Editore S.p.A, 2010.

_____. **Paola Carucci: Curriculum**. Roma, 2010. Disponível em:

<http://media.regesta.com/dm_0/ANAI/anaiCMS/ANAI/000/0029/ANAI.000.0029.0003.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018.

CASANOVA, Eugenio. **Archivística**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1966.

COOK, Michael. **The Management of Information from Archives**. England: Gower Publishing Company, 1986.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: La preeminencia de la interacción político social sobre el gobierno. **Tabula**, Castilla y León, n. 3, p. 87-101, 2003.

_____. **The archival appraisal of records containing personal information: A RAMP study with guidelines**. Paris: Unesco, 1991.

_____. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial** Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2017.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. **Documentacion y documentos**. Madrid: Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, 1980.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação**. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. Histórico e origens do princípio de respeito aos fundos. **Àgora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 343-358, jul./dez., 2018.

COUTURE, Carol. Australian Society of Archivists Inc., Keeping Archives, Ann Pederson Editor-in-Chief, Sidney, 1987. **Archivaria**, v. 27, 1988.

_____. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Canadá: Presses de l'Université du Québec, 2003.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

CRESWELL, John W. **Research Design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. 2. ed. University of Nebraska. Lincoln: SAGE Publications, 2003.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. 7. ed. Madrid: Fundación Sánchez Ruipérez, Pirámide, 2001.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

_____. Natalis de Wailly, les archives et l'érudition. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. Ed.Exp., 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50511>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

DOUGLAS, Jennifer. Origins: evolving ideas about the Principle of Provenance. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara: Libraries Unlimited (Santa Barbara - United States), 2010.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; DUCHEIN, Michel. **Entretien avec Michel Duchein par Angelica Marques**. Paris: École Nationale des Chartes, 2015. Disponível em: <http://www.chartes.psl.eu/sites/default/files/atoms/files/entretien_michel_duchein_version_finale.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona (Sevilla): S & C ediciones, 1996.

_____. **How I started**. 2016. Disponível em: <<https://aranewprofessionals.wordpress.com/2016/05/20/how-i-started-luciana-duranti/>>. Acesso em: 08 nov. 2018

EASTWOOD, Terry. **The Archival Fonds: from Theory to Practice**. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1992.

_____. La valoración archivística em las sociedades democráticas. **Tabula**, Castilla y León, n. 3, p. 75-85, 2003.

_____. Reflections on the Goal of Archival Appraisal in Democratic Societies. **Archivaria**, Ottawa, n. 54, p. 59-71, 2002.

FAVIER, Jean. **Les archives**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE ASOCIACIONES DE ARCHIVEROS, BIBLIOTECARIOS, ARQUEÓLOGOS, MUSEÓLOGOS Y DOCUMENTALISTAS (ANABAD). **In memoriam Dr. D. Aurelio Tanodi**. 2011. Disponível em: <<http://www.anabad.org/386-informacion-general/informacion-general-sp-553/507-in-memoriam-dr-d-aurelio-tanodi>>. Acesso em 28 ago 2018

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRANKS, Evans. Modern Methods of Arrangements of Archives in the United States. **The American Archivist**, North Carolina, v. 29, n. 2, abr. 1966.

FREDERIKS, J. G.; VAN DEN BRANDEN, F. J. **Biographisch woordenboek der Noord- en Zuidnederlandsche letterkunde**. Amsterdam: Digitale Bibliotheek voor de Nederlandse letteren, 2003.

GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga; LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. **Artxibistikan Sarrera/Introducción ala Archivística Bilbao**. Eusko Jaurlaritzaren Argitalpen Zerbitzu Nagusia/Servicio Central de Publicaciones. Gobierno Vasco, 1989.

GOMES, Camila Daniela Lima de Souza. **Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da Arquivologia**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GÓMEZ, Pedro López. Olga Gallego, una inolvidable referencia ética y profesional. **La voz de Galicia**, 2010. Disponível em:

<https://www.lavozdegalicia.es/noticia/ourense/2010/10/23/olga-gallego-inolvidable-referencia-etica-profesional/0003_8801682.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. Perfíles, modelos y géneros en Olga Gallego. **Boletín ANABAD**, v. LXI, n. 2, Madri, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://culturagalega.gal/album/docs/232_7sob.pdf> Acesso em: 18 maio 2018

GRAAFHUIS, A. **Muller Fzn., Samuel (1848-1922)**. 2013. Disponível em: <<http://resources.huylgens.knaw.nl/bwn1880-2000/lemmata/bwn1/mullerfzn>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

GRANSTROM, Claes. Janus syndrome. *In: The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993*. Stockholm: Riksarkivet, 1994.

GUERCIO, Maria. Archival Theory and the principle of provenance for current record: their impact on arranging and inventorying electronic records. *In: The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993*. Stockholm: Riksarkivet, 1994.

GUYOTJEANNIN, Olivier. **Robert-Henri Bautier (1922-2010)**. 2011. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_2011_num_169_2_464154>. Acesso em: 22 nov. 2018.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991.

_____. ¿Permanencia, Renovación, Invención, Desvirtuación De Conceptos Archivísticos?. *In: La Reunión Nacional de Archivos*, 2011, Colima. **Anais [...]**. Colima. Disponível em: <<https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/94230/AHH.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2017.

_____. Entrevista a Antonia Heredia Herrera, historiadora de América e ilustre archivera sevillana. [Entrevista cedida a] Adrián Macías Alegre, María Jesús Valseca Gómez e David Colera Calonge. **Fundación Ciencia de la Documentación**, Sevilha, 29 abr. 2016.

Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/adrianmacias/entrevista-a-antonia-heredia-herrera-historiadora-de-amrica-e-ilustre-archivera-sevillana>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

HOLMES, Oliver. Sir Hilary Jenkinson, 1882-1961. **The American Archivist**, North Carolina, v. 24, n. 3, p. 345-347, jul. 1961.

HORSMAN, Peter. Taming the elephant: an orthodox approach to the principle of provenance. In: **The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993**. Stockholm: Riksarkivet, 1994.

_____. The last dance of the phoenix or the re-discovery of the archival fonds. **Archivaria**, Ottawa, n. 54, Canadá, p. 1-23, 2002. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12853>>. Acesso em: 29 maio 2018.

JENKINSON, Hilary. **A Manual of archive administration**. 2. ed. London: Percy Lund, Humphries and Co., 1965.

KETELAAR, Eric. Archival Theory and the Dutch Manual. **Archivaria**, Ottawa, n. 41, p. 31-38, 1996.

KNORR-CETINA, Karin D. The scientist as a socially situated reasoned: from scientific communities to transcendent fields. In: *The manufacture of knowledge: an essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science*. Oxford: Pergamon, 1981.

KUHN, Thomas. **A revolução das estruturas científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KUROKI, Ívina Flores Melo. Princípios arquivísticos na literatura internacional e nacional: mapeamento do Princípio à Ordem Original. In: **9º Congresso de Iniciação Científica do DF/UnB**, 2011, Brasília. UnB 50 anos: Pesquisa e Inovação. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p. 33-34.

_____. **Demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação: contribuições para a configuração científica das disciplinas no campo da informação**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LAUVERNIER, Julie. Mettre en ordre les archives des départements: genèse et élaboration du cadre de classement des Archives départementales. **La Gazette des Archives**, Paris, n. 229, p. 23-40, 2013. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_2013_num_229_1_5187>. Acesso em: 16 nov 2018.

LEFIGARO. **Décès de l'historien Jean Favier**. 2014. Disponível em: <<http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2014/08/16/97001-20140816FILWWW00118-deces-de-l-historien-jean-favier.php>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

LE MONDE. **L'historien médiéviste Jean Favier est mort**. 2014. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2014/08/16/mort-de-l-historien-medieviste-jean-favier_4472484_3382.html>. Acesso em: 01 ago. 2018.

LINDT, Björn. Accomplishing the unfeasible: defining and describing concepts in archival theory. In: **The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993**. Stockholm: Riksarkivet, 1994.

LODOLINI, Elio. **Archivística: principios y problemas**. 2. ed. Madrid: Editorial La Muralla, S. A., 1993.

LOURENÇO, Mariana Simões. **Do Acervo ao Livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)**. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III, 1996.

_____. **Curriculo Vitae - Maria Paz Martín-Pozuelo**. Madrid, 2017.

MARTÍNEZ TAMUXE, Xoan. Gallego Dominguez, Olga. In: MARTÍNEZ Tamuxe, X. **La Gran enciclopedia gallega Silverio Cañada**. Gijón: Silverio Cañada, 1974. Disponível em: <http://culturagalega.gal/album/docs/232_1sob.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

_____. *Habitus*, campo científico e capital científico da Arquivologia no campo da informação: internacionalização, institucionalização e relações de uma disciplina. In: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da (Org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017, p. 223-244.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance In: **The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993**. Stockholm: Riksarkivet, 1994.

MILLAR, Laura. The Death of the fonds and the resurrection of Provenance: archival context in space and time. **Archivaria**, Ottawa, n. 53, 2002. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12833>>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Book review: Essays in Honours of Michel Cook. **Archivaria**, Ottawa, n. 56, 2003. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/viewFile/12436/13537>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adrian; FRUIN, Roberts. **Manual de arranjo e descrição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

NESMITH, Tom. Book Review: The Principle of Provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and The Principle. **Archivaria**, Ottawa, n. 41, 1996.

OGILVIE, Denise. De Daunou à Natalis de Wailly: le cadre de classement à l'épreuve du principe du respect des fonds. In: AUBRY, Martine *et al.* **Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen Âge à nos jours**. Villeneuve d'Ascq: Publications de l'Institut de recherches historiques du Septentrion, 2007. 327p.

OPORTO ORDÓNEZ, Luiz. Manuel Vásquez Murillo. **Revista Fuentes: Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, v. 7, n. 24, La Paz, 2013.

_____. Vicenta Cortés Alonso: "Archivera de América". **Fuentes: Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, v. 9, n. 39, La Paz, ago. 2015.

PEDERSON, Ann. **Keeping archives**. Sydney: Australian Society of Archivists, 1987.

PEREIRO, Xosé Manuel. Olga Gallego Domínguez, la primera mujer que accede a la Real Academia Gallega. **El país**, Espanha, 4 dez, 1986. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1986/12/04/ultima/534034807_850215.html>. Acesso em: 18 maio 2018.

PERKOVAC, Ivana. Zlatko Tanodi de imigrante político a padre de la archivística moderna en América del Sur. **La Voz de Croacia**, 10 set. 2017. Disponível em: <<https://glashrvatske.hrt.hr/es/aktualno/fuera-de-la-patria/zlatko-tRedi-de-imigrante-politico-a-padre-de-la-archivistica-moderna-en-america-del-sur/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PETRUCCI, Armando. Casanova, Eugenio. In: Istituto dell'enciclopedia Italiana Treccani. **Dizionario Biografico degli italiani**, v. 21, 1978. Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/eugenio-casanova_%28Dizionario-Biografico%29/>. Acesso em: 04 maio 2020.

POHJOLA, Raimo. Principle of Provenance and the arrangement of record/archives. In: **The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993**. Stockholm: Riksarkivet, 1994.

POCQUET DU HAUT-JUSSÉ B. A. Jean Favier: les Archives. **Annales de Bretagne**, Rennes, v. 66, n. 3, 1959.

POPPER. Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

RIDENER, John. **From polders to postmodernism: a concise history of archival theory**. 1. Ed. Minnesota: Litwin Books, 2009.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUIZ RODRÍGUEZ, Antônio Angel. **Manual de archivística**. Madrid: Sínteses, 2008.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Inter-American Archival Seminar. **Archivalische Zeitschrift**, v. 58, p. 138-145, 1962. Disponível em:

<<https://www.degruyter.com/view/j/az.1962.58.issue-jg/az-1962-jg09/az-1962-jg09.xml>>.

Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

_____. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualização. 2012. 320f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da Arquivologia. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2013.

SCHENK, Dietmar. **Gestalten des Archivs**: Nachgelassene Schriften zur Archivwissenschaft. Hamburg: Hamburg University Press, 2018. Disponível em:

<[http://hup.sub.uni-](http://hup.sub.uni-hamburg.de/volltexte/2018/183/chapter/HamburgUP_LASH_113_Brenneke_Gestalten_Archivkunde.pdf)

[hamburg.de/volltexte/2018/183/chapter/HamburgUP_LASH_113_Brenneke_Gestalten_Archivkunde.pdf](http://hup.sub.uni-hamburg.de/volltexte/2018/183/chapter/HamburgUP_LASH_113_Brenneke_Gestalten_Archivkunde.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (SAA). Dictionary of Archives Terminology (DAT). Society of American Archivists, 2020. Disponível em:

<<https://www2.archivists.org/glossary/terms/r/record-group>>. Acesso em: 29 maio 2020.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

STAPLETON, Richard Stephen. **The ideais of T.R. Schellenberg on the Appraisal, Arrangement and Description of Archives**. 1985. 108f. Dissertação (Master of Archival Studeis) - Universidade de British Columbia, 1985. Disponível em:

<<https://open.library.ubc.ca/media/download/pdf/831/1.0095925/1>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SWEDISH NATIONAL ARCHIVES. **The principle of provenance**: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993. Stockholm: Riksarkivet, 1994.

TAMBLÉ, Donato. **La teoria archivistica italiana contemporanea**: profilo storico critico (1950-1990). Roma: Grafiche Editoriali, 1993.

TANODI, Aurelio. **Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios**. Córdoba: Universidad Nacional, 1981.

THIBODEAU, Sharon. Book review: Manual of Archival Description. **Archivaria**, Ottawa, n. 32, 1991. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/viewFile/12436/13537>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Ciência, verdade e sociedade: contribuições para um diálogo entre sociologia e a filosofia da ciência**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2012.

TSCHAN, Reto. A Comparison of Jenkinson and Schellenberg on Appraisal. **The American Archivist**, North Carolina, v. 65, n. 2, p. 176-95, 2002.

VILLANUEVA, Dora Palomo. Una ausencia por siempre presente. **Fuentes**, v. 7, n. 24, La Paz, 2013.

VÁZQUEZ, Manuel. Manual de Selección Documental. 1982. 2. ed. Córdoba: Escuela de Archiveros Universidad Nacional de Córdoba, 1995.

WACQUANT, Loïc. *Habitus*. In: CATANI, A. M. *et al.* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 213-216.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l’histoire croisée: entre empirie et réflexivité. In: WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. **De la comparaison à l’histoire croisée**. França: Le genre humain, 2003.

WIRSUM, E. Het Herkomst Beginsel. In: Congresso Internacional de Bibliotecário e Arquivistas de Bruxelas, 1910, Bruxelas. **Anais [...]**. Bruxelas: Au Siege de la Commission.

YOUNG, Julia Marks. Book Review. **American Archivist**, v. 51, 1989.

ZILVERBERG, Siegfried Boudewijn Johan. **FEITH, Johan Adriaan (1858-1913)**. 2013. Disponível em: <<http://resources.huygens.knaw.nl/bwn1880-2000/lemmata/bwn2/feith>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

FONTES PRIMÁRIAS

Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional

ARQUIVO NACIONAL. **Série de Revista Arquivo e Administração (1972- 2014).**

Disponível em:

<http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblcol0>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SWEDISH NATIONAL ARCHIVE. **The Principle of Provenance:** Report from Fisrt Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance. Stockholm: Swedish National Archive, 1993.

Archives Nationales de Belgique

CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIO E ARQUIVISTAS DE BRUXELAS, 1910, Bruxelas. **Anais [...].** Bruxelas: Au Siege de la Comission.

CUVELIER, J.; STAINIER, L. (Org.). **Congrès de Bruxelles 1910:** Au Siégle de la Comission. Bruxelas, 1912. Disponível em:

<https://ia800900.us.archive.org/6/items/BrusselsCongress1910/brussels_congress_1910.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2018.

WIERSUM, E. Het Herkomstbeginsel. In: Congrès de Bruxelles, 1910, Bruxelas. **Anais [...].** Bruxelas: Au Siege de la Comission, 1912.

Archives Nationales de France

DUCHÂTEL, Tanneguy. **Rapport au roi sur les archives départementales et communales.** Paris: Imprimeries Royales, 1841.

FRANÇA. **Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives departementales de 24 de abril de 1841.** Paris, 1841.

JANNE, Henri. **Discours de S.Exe M. de Belgique pour le V Congrès des Archive.** Bruxelas, 1964.

LA GAZETTE DES ARCHIVES. Cinquième Congrès International des Archives (Bruxelles, 1er-5 septembre 1964). **La Gazette des archives**, n. 46, p. 126-127, 1964.

Bibliothèque numérique de Lyon

DUCHÂTEL, Tanneguy. **Rapport au Roi sur les Archives Départementales et Communales.** Paris: Imprimerie et Libraire Administratives de Paul Dupont et cia, 1841b.

Disponível em: <[http://numelyo.bm-](http://numelyo.bm-lyon.fr/f_view/BML:BML_00GOO0100137001101329568/IMG00000001#)

[lyon.fr/f_view/BML:BML_00GOO0100137001101329568/IMG00000001#](http://numelyo.bm-lyon.fr/f_view/BML:BML_00GOO0100137001101329568/IMG00000001#)>. Acesso em: 05 maio 2018.

École Nationale des Chartes

CONSEIL INTERNACIONAL DES ARCHIVES. **Archivum**: Revue Internationales des Archives, v. XIV. Paris: Presses universitaires de France, 1964.

Nationaal Archief

VERENIGING VAN ARCHIVARISSEN IN NEDERLAND. **Statuten en huishoudelijke reglementen**. Nederland, 1891. Inventário 2.19.021.

_____. **Handlciding voer het ordenen en beschrijven van Archieven**. Nederland, 1897-1898. Inventário 2.19.021.

_____. **Commissie voor de samenstelling van een handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven**. Inventário 2.19.021.

_____. **Notulen van de algemene vergadering**. 1891-1960. Inventário 2.19.021.

MULLER, Samuel. **Toespraken van de voorzitters. 1891-1954 13 stukken**. 17 juni 1891. Nederland, 1891. Inventário 2.19.021.

_____. **Toespraken van de voorzitters. 1891-1954 13 stukken**. 09 juni 1892. Nederland, 1892. Inventário 2.19.021.

_____. **Toespraken van de voorzitters. 1891-1954 13 stukken**. 3 juli 1897. Nederland, 1897. Inventário 2.19.021.

_____. **Toespraken van de voorzitters. 1891-1954 13 stukken**. 18 juli 1898. Nederland, 1898. Inventário 2.19.021.

John F. Kennedy Presidential Library and Museum

JOHN F. KENNEDY PRESIDENCIAL LIBRARY AND MUSEUM. **Remarks to Inter-American Archival Seminar, 24 October 1961**. Coleção Papers of John F. Kennedy. Presidential. JFKPOF-036-006.

KENNEDY, JOHN F. Remarks to an International Group Attending the Inter-American Archival Seminar, 24 October 1961. In: **white House Audio Recordings**. John Kennedy, 1961-1963. Disponível em: <<https://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKWHA-053-004.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2018. JFKWHA-053-004.

WHITE HOUSE PHOTOGRAPHS. **Visit of Latin American Archivists, 10:35**. AM AR12, ST05, KN09, 1961. JFKWHP-1961-10-24-A.

APÊNDICE A – Manuais arquivísticos internacionais utilizados na pesquisa, segundo a literatura da área (1898-2000)

AUTOR	OBRA	LOCAL DE PRODUÇÃO	1ª EDIÇÃO	ANO DA EDIÇÃO ANALISADA*
MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, Robert	<i>Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archiven</i> (Manual de arranjo e descrição de arquivos – Manual dos Arquivistas Holandeses)	Holanda	1898	1973 (tradução)
JENKINSON, Hilary	<i>A Manual of archive administration</i>	Inglaterra	1922	1965
CASANOVA, Eugenio	<i>Archivistica</i>	Itália	1928	1966
BRENNEKE, Adolf	<i>Archivkunde: ein Betrag zur Theorie und Geschichte des Europäuschen Archivwesens</i> (Archives: a contribution to the theory and history of European Archives)	Alemanha	1953	1968
SCHELLENBERG, Theodore	<i>Modern archives: principles and techniques</i>	Estados Unidos	1956	2006 (tradução)
TANODI, Aurélio	<i>Manual de Archivología Hispanoamericana: teorías e principios</i>	Argentina	1961	1961
BAUTIER, Robert- Henri	<i>Les archives</i>	França	1961	1961
SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	<i>Public and private records: their arrangement and description</i>	Estados Unidos	1963	1980
ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS	<i>Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France</i>	França	1961	1991
SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS	<i>Basic Manual Series I and II</i>	Estados Unidos	1977	1977

AUTOR	OBRA	LOCAL DE PRODUÇÃO	1ª EDIÇÃO	ANO DA EDIÇÃO ANALISADA*
CORTÉS ALONSO, Vicenta	<i>Documentacion y documentacion</i>	Espanha	1979	1980
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Manual de organización de fondos de Corporaciones Locales. El Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla</i>	Espanha	1980	1991
DISPUTACIÓN PROVINCIAL DE SEVILLA	<i>Archivística: estudios básicos</i>	Espanha	1981	1981
VÁZQUEZ, Manuel	<i>Manual de selección documental</i>	Argentina	1982	1982
BERNER, Richard C.	<i>Archival Theory and practice in the United States: a historical analysis</i>	Estados Unidos	1983	1983
MATA CASTILLÓN, José Manuel; NÚÑEZ CONTRERAS, Luis; HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Archivística: estúdios básicos</i>	Espanha	1983	1983
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Archivística general: teoría y práctica</i>	Espanha	1984	1991
CARUCI, Paola	<i>Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione</i>	Itália	1983	2010
LODOLINI, Elio	<i>Archivistica: principi e problemi</i>	Itália	1984	1993
NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS SERVICE	<i>A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice</i>	Estados Unidos	1984	1984

AUTOR	OBRA	LOCAL DE PRODUÇÃO	1ª EDIÇÃO	ANO DA EDIÇÃO ANALISADA*
FAVIER, Jean	<i>Les Archives</i>	França	1985	1985
COOK, Michael	<i>The management of information from archives</i>	Canadá	1986	1986
PEDERSON, Ann	<i>The management of information from archives</i>	Austrália	1986	1987
LOPEZ GOMEZ, Pedro; GALLEGO DOMINGUEZ, Olga	<i>Introduccion a la Archivista</i>	Espanha	1989	1989
DURANTI, Luciana	<i>Diplomatics: new uses for an old Science</i>	Canadá	1989	1996
BAILEY, Catherine	<i>Archival theory and electronic records</i>	Estados Unidos	1989-1990	--
EASTWOOD, Terry	<i>The archival fonds: from theory to practice</i>	Estados Unidos	1992	1992
DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE	<i>La pratique archivistique Française</i>	França	1993	1993
SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS / ASSOCIATION OF CANADIAN ARCHIVISTS	<i>Canadian archival studies and the rediscovery of provenance</i>	Canadá	1993	1993
TAMBLÉ, Donato	<i>La teoria archivistica italiana contemporanea: profile storico critico (1950-1990)</i>	Itália	1993	1993
ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol	<i>Les fondements de la discipline archivistique</i>	Canadá	1994	1998 (tradução)

AUTOR	OBRA	LOCAL DE PRODUÇÃO	1ª EDIÇÃO	ANO DA EDIÇÃO ANALISADA*
CRUZ MUNDET, José Ramón	<i>Manual de Archivística</i>	Espanha	1994	2001
RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel	<i>Manual de Archivística</i>	Espanha	1995	2008
MARTIN- POZUELO CAMPILLOS, M. Paz	<i>La construcción teórica en Archivística: el principio de procedência</i>	Espanha	1996	1996

* Indicamos as obras das quais fizemos a leitura da tradução.

APÊNDICE B – Quadros analíticos: biografia dos autores

	SAMUEL MULLER
Nascimento	Holanda
Origem institucional	Holanda
Formação	Direito
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim. Ècole des Chartes
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	-
Legislação	Articulou a publicação da Lei de Arquivos
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Fundador da Associação dos Arquivistas Holandeses (<i>Vereeniging van Archivarissen</i> – VAN)
Criação ou editoração de periódico	Acompanhou a criação e a editoração da revista <i>Archievenblad</i>
Contribuição na formação	Lecionou na Universidade de Utrecht (1893) e na Universidade de Amsterdam (1889)
	ROBERT FRUIN
Nascimento	Holanda
Origem institucional	Holanda
Formação	Direito

Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	-
Legislação	Apoiou Samuel Muller na publicação da Lei de Arquivos holandesa
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Apoiou Samuel Muller na fundação da VAN
Criação ou editoração de periódico	Editor da revista <i>Archievenblad</i> (1900-1906)
Contribuição na formação	Professor na Universidade de Amsterdam

HILARY JENKINSON

Nascimento	Inglaterra
Origem institucional	Inglaterra
Formação	Literatura Clássica
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim. Cavaleiro da Coroa
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Representante do Reino Unido no ICA (Conselho Internacional de Arquivos)

Criação ou editoração de periódico	HILARY JENKINSON
Contribuição na formação	- Atuou no ensino de Paleografia e da Diplomática na Universidade de Cambridge
Nascimento	ADOLF BRENNEKE Alemanha
Origem institucional	Alemanha
Formação	História e Filosofia
Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	-
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Lecionou na Escola de Arquivo Prussiana em Berlim
Nascimento	EUGENIO CASANOVA Itália
Origem institucional	Itália

EUGENIO CASANOVA

Formação	Direito
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	-
Criação ou editoração de periódico	Diretor da revista <i>Gli Archivi</i>
Contribuição na formação	Lecionou na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma

THEODORE SCHELLENBERG

Nascimento	Estados Unidos
Origem institucional	Estados Unidos
Formação	História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	Organização do <i>Inter-American Archival Seminar</i>

Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Representante Internacional da SAA
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Em 1953, desenvolve um programa de capacitação e treinamento para o NARA. Entre 1960 e 1963, foi docente nas Universidades do Texas, Washington e Columbia
AURELIO TANODI	
Nascimento	Croácia
Origem institucional	Argentina
Formação	História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	-
Criação ou editoração de periódico	Fundou a revista <i>Boletín Interamericano de Archivos</i>
Contribuição na formação	Funda o <i>Centro Interamericano de Desarrollos de Archivos</i>

ROBERT HENRI BAUTIER

Nascimento	França
Origem institucional	França
Formação	História. Paleografia
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Não
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	-
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Professor de Diplomática, História e Paleografia na École de Chartes

VICENTA CORTES ALONSO

Nascimento	Espanha
Origem institucional	Espanha
Formação	História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim

VICENTA CORTES ALONSO

Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	Participou do <i>Inter-American Archival Seminar</i>
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Participou da reunião que homologa a Carta dos Arquivos Americanos, que recomendava a criação de uma associação de arquivistas na América Latina
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	<i>Program Pec-1217</i> . Em 1945, ministrou o curso <i>Planificación de Archivos</i> em Córdoba; em 1978, em Buenos Aires, <i>Adistramiento Intensivo para Archiveros</i> . Entre 1978 e 1981, ministra o curso de arquivos na Escola de Documentação em Madrid; em 1981, o curso de capacitação a distância para arquivistas no Chile. Em 1984, ministra o curso de <i>Iniciación a los archiveros</i> em Santiago de Compostela. Em 1984, Cortes Alonso vai até os Estados Unidos e ministra o curso <i>La producción documental em España y Amercia en el s. XVI</i> durante a reunião da Sociedade Hispano-Portuguesa de Estudos Históricos em Indiana.

MANUEL VAZQUEZ MURILLO

Nascimento	Argentina
Origem institucional	Argentina

MANUEL VAZQUEZ MURILLO

Formação	Teologia e Arquivologia
Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	-
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Foi professor no Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos

PAOLA CARUCCI

Nascimento	
Origem institucional	Itália
Formação	Itália
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Ciências Políticas
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	-

	PAOLA CARUCCI
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	1996-2002: Comitê Internacional de documentos eletrônicos do Conselho Internacional de Arquivos
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Foi professora de Arquivologia entre 1990 e 1997 na Universidade de Milão e Universidade de Roma “La Sapienza”
	ELIO LODOLINI
Nascimento	Itália
Origem institucional	Itália
Formação	Ciências Políticas
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	Em 1972, Lodolini foi convidado pela Organização dos Estados Americanos para participar da reunião de Planejamento do <i>Inter-American Archival Seminar</i>
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Lodolini foi membro da AAB a partir de 1973
Criação ou editoração de periódico	-

Contribuição na formação	ELIO LODOLINI Foi nomeado professor titular da Escola de Arquivologia da Universidade de Roma por 30 anos
	JEAN FAVIER
Nascimento	França
Origem institucional	França
Formação	Arquivologia
Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Foi presidente do Conselho Nacional de Arquivos entre os anos de 1975 e 1994. Presidente da Comissão Francesa da UNESCO entre 1997 e 2009
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Entre 1965 e 1997, foi diretor da <i>École pratique des hautes études</i> e docente na Universidade de Sorbonne entre 1969 e 1997

MICHAEL COOK

Nascimento	Inglaterra
Origem institucional	Inglaterra
Formação	História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Foi membro da comissão que desenvolveu normas, recomendações e orientações sobre a profissão dos arquivistas pelo Conselho Internacional de Arquivos
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Durante sua estadia na África, organizou e fundou o <i>Archives training school for English-speaking</i> (Escola de Arquivologia para Falantes de Língua Inglesa) na Universidade de Gana

OLGA GALLEGO

Nascimento	Espanha
Origem institucional	Espanha
Formação	Letras e Filosofia

OLGA GALLEGO

Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Foi presidente da ANABAD (Associação Nacional dos Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas) entre 1994 e 1995
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Após a morte de Olga Gallego em 2010, seu filho Pilar Gallego Dominguez fundou uma fundação em seu nome. A Fundação Olga Gallego surgiu para contribuir para a difusão e a proteção dos arquivos e do patrimônio documental

DONATO TAMBLÉ

Nascimento	Itália
Origem institucional	Itália
Formação	Letras, Arquivologia
Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim

	DONATO TAMBLÉ
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Membro do Conselho Diretivo da ANAI (<i>Associazione Nazionale Archivistica Italiana</i>); Presidente da ACTUM (<i>Alummin Clarissimi Tabularii Urbis Maximae – Associação de Diplomática da Escola de Arquivologia, Paleografia e Diplomática de Roma</i>), desde sua fundação em 1984
Criação ou editoração de periódico	O autor também colaborou na editoração e em comissões editoriais de revistas científicas na Italia
Contribuição na formação	Docente na <i>Scuola di Archivistica e Diplomatica</i> do Arquivo Estadual de Roma de 1978 a 2002. Em 1998, foi professor visitante na Universidade de Malta, onde lecionou um curso intensivo de Arquivologia no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação
	LUCIANA DURANTI
Nascimento	Itália
Origem institucional	Canadá
Formação	Letras e História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim

LUCIANA DURANTI

Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	Sim
Legislação	Sim
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Coordenadora do Projeto InterPARES
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Foi professora de teoria arquivísticas na Universidade de British Columbia (UBC)

CAROL COUTURE

Nascimento	Canadá
Origem institucional	Canadá
Formação	Artes e História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	Sim
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	Sim
Eventos científicos	Simpósios em Arquivologia (GIRA)
Legislação	-

	CAROL COUTURE
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Co-fundação juntamente com Jacques Ducharme do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia (<i>Groupe Interdisciplinaires de Recherche em Archivistique</i> – GIRA)
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Professor da Universidade de Montreal, onde ministrou disciplinas de arquivística, fundamentos arquivísticos, avaliação de documentos, polícia, estudos comparativos
	JEAN-YVES ROUSSEAU
Nascimento	Canadá
Origem institucional	Canadá
Formação	História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Co-fundação juntamente com Jacques Ducharme do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia (<i>Groupe Interdisciplinaires de Recherche em Archivistique</i> – GIRA)

Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Lecionou no Arquivo Geral da Universidade Autônoma do México, entre 1982 e 1984. Foi também professor da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação (EBSI) até 1989
	JEAN-YVES ROUSSEAU
	-
	Lecionou no Arquivo Geral da Universidade Autônoma do México, entre 1982 e 1984. Foi também professor da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação (EBSI) até 1989
	ANTONIO RUIZ
Nascimento	Espanha
Origem institucional	Espanha
Formação	História e Letras
Fez intercâmbio técnico ou científico?	-
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	-
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Professor da Escola Universitária de Biblioteconomia e Documentação de Granada. Em 28 de dezembro de 1991, foi nomeado professor na Faculdade de Filosofia e Letras de Granada

MARIA PAZ MARTINS-POZUELO

Nascimento	Espanha
Origem institucional	Espanha
Formação	Geografia e História
Fez intercâmbio técnico ou científico?	Sim
Ocupou Cargo no Arquivo Nacional/ Estadual/ Municipal/ Provincial de seu país?	-
Recebeu Prêmio/ Condecoração ou afins	-
Eventos científicos	-
Legislação	-
Membro de Associação/ CIA / Grupo de Pesquisa	Observatório de Prospectiva Arquivística e Sociedade
Criação ou editoração de periódico	-
Contribuição na formação	Professora titular da Universidade Carlos III de Madrid

APÊNDICE C – Teses, dissertações e TCCs produzidos nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* brasileiros sobre arquivos e Arquivologia (1972-2017)

AUTOR	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO
RAUH, Rachel Cavalcanti	Blumenau em imagens: fotografos e fotografias como fonte do estudo da história da colônia de Blumenau (1850/1930)	Mestrado em História	UFSC	1992
SCHIAVO, Rita de Cassia Martinez lo	Roteiro para organização de arquivos de entidades de classe	Mestrado em História Social	USP	1997
BARRETO, Cassia Maria	Modelo de metadados para a descrição de documentos eletrônicos na web	Mestrado em sistemas em computação	IME	1999
COTTA, Andre Henrique Guerra	O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros	Mestrado em Ciência da Informação	UFMG	2000
FLORES, Daniel	Análise do Programa de Legislação Educacional Integrada - Prolei: uma abordagem arquivística na gestão eletrônica de documentos	Mestrado em Engenharia de Produção	UFSM	2000
PICCININI, Élvio José	Impacto da Tecnologia da Informação na atividade dos arquivos bancários: um estudo de caso	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2001
LASMAR, Denise Portugal	Estoques de informação: o acervo imagético da comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação	Mestrado em Ciência da Informação	UFRJ	2002
RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach	Uma análise da Teoria dos Arquivos	Mestrado em Ciência da Informação	UFMG	2004
FRAIZ, Priscilla Moraes Varela	Coleções em arquivos, museus e bibliotecas: uma abordagem arquivística	Doutorado em História Social	USP	2005
HOTT, Daniela Franscetti Martins	O acesso aos documentos sigilosos: um estudo das comissões permanentes de avaliação e de acesso nos arquivos brasileiros	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2005
SILVA, Maria de Lourdes Vasques da	Descrição de documentos fotográficos: aspectos teórico-metodológicos e modelo de aplicação	Profissionalizante em Saúde Pública	FIOCRUZ	2005
SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de	Classificação arquivística: trajetória e apropriação de um conceito	Doutorado em História Social	USP	2005

AUTOR	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO
ALBUQUERQUE, Ana Cristina de	Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)	Mestrado em Ciência da Informação	UNESP	2006
LEÃO, Flávia Carneiro	A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G)	Mestrado em Ciência da Informação	ECA/USP	2006
MARTINS, Agnaldo Lopes	Metadados para descrição de documentos remanescentes de fundo eclesiástico	Mestrado em Ciência da Informação	UFMG	2006
LUCCA, Giana	PLONARQ: gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos baseado em software livre	Mestrado em Engenharia de Produção	UFSM	2007
INDOLFO, Ana Celeste	O uso de normas arquivísticas no estado brasileiro: uma análise do poder executivo federal	Mestrado em Ciência da Informação	UFF	2008
MAIA, Luiz Cláudio Gomes	Uso de sintagmas nominais na classificação automática de documentos eletrônicos	Doutorado em Ciência da Informação	UFMG	2008
ALVES, Jaqueline Costa	Organização e representação da informação na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC: uma análise focada em metadados sob a luz do padrão MTD-BR	Mestrado em Ciência da Informação	UFSC	2009
OLIVEIRA, Izângela Maria Sansoni Tonello de	Processos de análise e síntese na organização de fotografias: um estudo multidisciplinar	Profissionalizante em Gestão da Informação	UEL	2010
TOGNOLI, Natália Bolfarini	A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea	Mestrado em Ciência da Informação	UNESP	2010
AMORIM, Anda Andrea Viera Castro de	Arquivos e informação: os caminhos da gestão de documentos na Universidade Federal da Paraíba	Mestrado em Ciência da Informação	UFPB	2011
HONRATO, Mauro Jacob	Descrição de documentos na internet e em ebooks	Mestrado em Engenharia Elétrica	UFB	2011
KICH, Tassiana Jaqueline Fanck	Descrição do patrimônio documental: processos da Primeira República no Rio Grande do Sul	Profissionalizante em Patrimônio Cultural	UFSM	2011

AUTOR	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO
ALBUQUERQUE, Ana Cristina de	A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus	Doutorado em Ciência da Informação	UNESP	2012
BAISCH, Lucas Figueiredo	Patrimônio de Maria: registro de fotografias digitais para salvaguardar informações do patrimônio arquitetônico da cidade de Santa Maria na web 2.0 com softwares livres	Profissionalizante em Patrimônio Cultural	UFSM	2012
COSTA, Clara Bessa da	Organização de documentos sonoros na web: uma proposta de relação entre as teorias da Ciência da Informação com a organização de documentos sonoros em rádios web	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2012
MARQUES, Maria Raquel Lisboa Costa	Classificação de documentos em organizações contemporâneas: uma abordagem metodológica	Mestrado em História Social	USP	2012
MENDES, Renata Lourenço	Código de classificação de documentos de arquivo da Fiocruz: reflexão do uso como instrumentos de organização e representação do conhecimento	Mestrado em Ciência da Informação – IBICT	UFRJ	2012
SOARES, Ana Paula Alves	Avaliação da qualidade em serviços de arquivos	Mestrado em Ciência da Informação	UFSC	2012
STROHSCHOEN, Cristina	Quando o patrimônio é uma imagem que quebra: políticas de acesso e preservação de coleções fotográficas de negativos de vidro	Profissionalizante em Patrimônio Cultural	UFSM	2012
AGUIAR, Andressa Furtadi da Silva	Representação da informação arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares	Mestrado em Ciência da Informação	UFRJ	2013
BRASILEIRO, Fellipe Sá	O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB	Mestrado em Ciência da Informação	UFPB	2013
BUENO, Daniel André	Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística no âmbito da gestão de documentos	Mestrado em Ciência da Informação	UFF	2013
INDOLFO, Ana Celeste	Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)	Doutorado em Ciência da Informação – IBICT	UFRJ	2013

AUTOR	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO
MELLO, Silvia Lhamas de	Identificação de tipologia documental como parâmetro para classificação em arquivos universitários	Mestrado em Ciência da Informação	UFF	2013
SANTOS, Rosilene Silva dos	Gestão de documentos na Administração Pública Estadual de Minas Gerais: um estudo de caso	Mestrado em Ciência da Informação	UFMG	2013
SILVA, Luiz Antonio Santana da	Abordagens do documento audiovisual no campo teórico da Arquivologia	Mestrado em Ciência da Informação	UNESP	2013
CONRADO, Flávia Helena	Arranjo, descrição e difusão do patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural	UFSM	2014
MARTINS, Agnaldo Lopes	O uso do sintagma nominal na recuperação de documentos: proposta de um mecanismo automático para a classificação temática de textos digitais	Doutorado em Ciência da Informação	UFMG	2014
SUENAGA, Cynthia Maria Kiyonaga	A abordagem da análise de domínio na organização e representação do conhecimento e arquivos	Mestrado em Ciência da Informação	UEL	2014
CARMO, Ana Lúcia da Silva do	Estratégias de mediação arquivística nas Instituições Federais de Ensino Superior	Mestrado em Ciência da Informação	UFMG	2015
MENEZES, Iara Peres de	Avaliação arquivística: reflexões sobre a constituição do patrimônio documental	Mestrado Profissional em História, Política e Bens Culturais	Fundação Getúlio Vargas/RJ	2015
NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do	Avaliação de documento de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira: um estudo à luz das concepções teóricas e da legislação e normas nacionais	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2015
PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho	A conduta ética do arquivista: perspectivas advindas do cenário contemporâneo	Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos	UNIRIO	2015
RANGEL, Kissila da Silva	Revisitando o Princípio da Proveniência: percepções sobre a organicidade	Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos	UNIRIO	2015

AUTOR	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO
ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas	Arquivo público da cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil	Doutorado em Ciência da Informação	UFMG	2016
BASTISTA, Danielle Alves	Auditoria arquivística: uma análise de requisitos no contexto do arquivo público do estado de São Paulo	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2016
CÉ, Graziella	Uma política de identificação de fundos, descrição e difusão documental em Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs)	Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural	UFSM	2016
CORRÊA, Fernando Gabriel	Influências das tecnologias digitais da informação e comunicação na delimitação conceitual e nas repercussões do princípio da territorialidade na Arquivologia e na Ciência da Informação	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2016
COSTA, Clara Bessa da	A história do arquivo geral da Universidade Federal do Espírito Santo: um estudo de caso	Doutorado em Ciência da Informação	UnB	2016
KUROKI, Ívina Flores Melo	Demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação: contribuições para a configuração científica das disciplinas no Campo da Informação	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2016
LIMA, Eliseu dos Santos	Arquivos universitários: o acesso e a difusão dos acervos e serviços dos setores de arquivo das IFEs da região sul do Brasil	Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural	UFSM	2016
SODRÉ, Caroline Almeida	Descrição, acesso e difusão dos acervos das DOPS no Brasil	Mestrado em Ciência da Informação	UnB	2016
SOUZA, Marcieli Brondani de	A autenticidade e a organicidade nos acervos fotográficos do patrimônio documental à luz da diplomática contemporânea	Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural	UFSM	2016
VITAL, Luciane Paula	Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRASAD	Doutorado em Ciência da Informação	UFSC	2017

ANEXO A – Bibliografia de Theodore Schellenberg (CAPON *et al*, 1970)

1. Livros Publicados

- Modern Archives: Principles and Techniques (Melbourne, F. W. Cheshire, 1956; Chicago, University of Chicago Press, 1956). 248 p.
- The Management of Archives (New York, Columbia University Press, 1965). 383 p. II.

2. Geral

- Methods of Coordinating the Work Upon Records by the Department of Agriculture and the National Archives (Paper read before an inservice training group of the Department of Agriculture, Aug. 21, 1939. Processed. Washington, 1939). 12 p.
- European Archival Practices in Arranging Records (National Archives Staff Information Circulars, No. 5. Washington, 1939). 18 p.
- Disposition of Federal Records; How to Develop an Effective Program for the Preservation and Disposal of Federal Records (Washington, 1949). 40 p.
- The Approach to Historical Source Materials, With Particular Reference to the Archives of Tasmania, in Tasmanian Historical Research Association, Papers and Proceedings, vol. 3, no. 4:57-60 (June 1954).
- The Problem of Access to Government Archives (National Archives. Typescript. 1954). 7 p.
- The Appraisal of Modern Public Records (Bulletins of the National Archives, No. 8. Washington, 1956). 46 p.
- Report: The Archives of Trinidad and Tobago. Clinton V. Black, coauthor. (Trinidad, B.W.I., Government Printing Office, 1958). 15 p.
- The Preparation of Lists of Record Items (National Archives Staff Information Papers, No. 17, revised. Washington, 1960). 28 p.
- Archives Administration (Outline of training course given at the National Archives. Various pagings. Revised. Washington, General Services Administration, 1960). 220 p.
- Survey Techniques for Old Records (Chicago Record Controls, Inc., 1960). 4 p.
- Weather Bureau, in Dictionary of American History (New York, Charles Scribner's Sons, 1961); vol. 6, supplement 1:300-301.
- Principles of Archival Appraisal, in Caribbean Archives Conference Documentation, Document 6. (Mona, Jamaica, 1965). 8 p.

- Archival Training in Caribbean Countries, in Caribbean Archives Conference Documentation, Document 9a. (Mona, Jamaica, 1965). 7 p.
- Standards for Archival Positions (Paper read before the National Archives American Federation of Government Employees, June 8, 1966. Processed. Washington, National Archives, 1966). 4 p. III. PERIODICAL A. American Archivist (Jan. 1956) 19:33-38.
- Applying American Archival Experience Abroad.
- (Jan. 1959) 22:49-58. The Future of the Archival Profession.
- (Jan. 1961) 24:11-24. Archival Principles of Arrangement.
- (Jan. 1965) 28:39-41. The Principle of Provenance and Modern Records in the United States.
- (July 1965) 28:409-412. A Nationwide System of Controlling Historical Manuscripts in the United States.
- (July 1966) 29:387-393. Caribbean Archives Conference, 1965.
- (Apr. 1968) 31:155-165. Archival Training in Library Schools. B. Archivalische Zeitschrift (1962) 58:138-145. Inter-American Archival Seminar, Washington, D.C., October 9-27, 1961. Volume 33, number 2, april 1970 202 *In Memoriam* C. Archives and Manuscripts
- (Aug. 1957) 4:1-20. Arrangement of Private Papers.
- (Aug. 1958) 5:1-19. Description of Private Papers. D. Archivum.
- (1956) 6:88-92. Modern Archival Buildings. E. Hispanic American Historical Review
- (Feb. 1934) 14:1-31. Jeffersonian Origins of the Monroe Doctrine. F. Library Journal
- (Apr. 1935) 60:289-292. Library Applications of Micro-Copying. IV. Foreign Language Translations A. German
- Problemas arquivísticos do governo brasileiro. Tradução de Leda Boechat Rodrigues. (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960). 25 p.
- Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Tradução de Manoel A. Wanderley. (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963). 344 p. D. Spanish
- Archivos modernos: principios y tecnicas. Traducción y adiciones por Manuel Carrera Stampa. (Instituto Panamericano de Geografia e Historia, Publicaciones del Comite de Archivos de la Comision de Historia, 4. Havana, 1958). 358 p.
- La importancia de los archivos. Traducción de Gunnar Mendoza L. (Potosi, Bolivia, Universidad Tomas Frias, 1959). 10 p.
- Principios archivisticos de ordenacion. Traducción de Gunnar Mendoza L. (Sucre, Bolivia, Universidad de San Francisco Xavier, 1960). 29 p.

- Desarrollo de la profesion archivística (Paper presented to the Inter-American Archival Seminar. Processed. Washington, General Services Administration, 1961). 28 p.
- El futuro de la profesion archivística (Paper presented to the Inter-American Archival Seminar. Processed. Washington, General Services Administration, 1961). 16 p.
- El principio de procedencia (Paper presented to the Inter-American Archival Seminar. Processed. Washington, General Services Administration, 1961). 14 p.
- Principios archivísticos de ordenacion (Archival manual prepared for distribution to participants in the Inter-American Archival Seminar. Processed. Washington, General Services Administration, 1961). 151 p.
- Técnicas descriptivas de archivos. Traducción de George S. Ulibarri. (Cordoba, Argentina, Universidad Nacional de Cordoba, 1901). 165 p. George S. Ulibarri The National Archive.